

digitAR

queologia
chaeology

ig
it
al

q
u
i
t
e
c
t
u
r
a

c
h
i
t
e
c
t
u
r
e

t
e
s

t
s

10

digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes
Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts

Ficha Técnica digitAR nº10

Título

digitAR - Revista de Arqueologia, Arquitetura e Artes
digitAR - Journal of Archaeology, Architecture and Arts

Número

10

Editora

Imprensa da Universidade de Coimbra

Local de Edição

Coimbra (Portugal)

Data de Edição

Dezembro, 2024 | December, 2024

Directora

Maria da Conceição Lopes

Gestor Editorial

Maria da Conceição Lopes, Mariana Roque

Paginação e Formatação

Bruno Inácio

Contactos

ceaucp@ci.uc.pt

Propriedade

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
(UID 281)

Morada:

Colégio de São Jerónimo,
1º Piso, Largo D. Dinis
3000-495 Coimbra, Portugal

Website

<http://impactum-journals.uc.pt/digitar>

Conteúdos

Arqueologia, Artes Património/ Archaeology, Arts, Heritage

Índices Bibliográficos

Web of Science

e-ISSN: 2182-844X

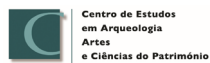
DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_10

Financiamento FCT: <https://doi.org/10.54499/UIDB/00281/2020>

Ao citar conteúdos da presente revista, os autores deverão identificar sempre o título da revista (digitAR), data de edição, número do volume e páginas.

When citing this journal, authors should always identify the journal title (digitAR), date of publication, volume number and pages.

Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported
(CC BY-NC-ND 3.0) - <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património>



Coordenação científica do Volume:

José d'Encarnação
João Pedro Bernardes
Maria da Conceição Lopes

Comissão científica | Scientific Comission

Ana Paula Ferreira
António Faustino de Carvalho
António Filipe Pimentel
André Santos
António Batarða
Asmae Bouaouinate
Aziz Bentaleb
Catarina Almeida Marado
Carla Alexandra Gonçalves
Carlos Alberto Santos Costa
Carlos Etchevarne
Cláudio Figueiredo Torres
Cristina Teté Garcia
Desidério Batista
Fabiana Comerlato
Fernando Vítor Félix Ribeiro
Francisco Alemberg Quindins
Francisco Pato de Macedo
Gonçalo Lopes
Helena Gomes Catarino
Henry Luydy Fernandes
Ilda Moreira Frias
Inês do Carmo Borges
Joana Antunes
João Ferreira Marques
João Pedro Bernardes
Jorge Alarcão
José de Encarnação
Maria de Lurdes Craveiro
Maria Inês Vaz Pinto
Maria João Valente
Maria José Gonçalves
Maria José Goulão Machado
Maria Lopes Aleixo Fernandes

Marta Marçal Gonçalves
Michael Lewis
Miguel Reimão Costa
Raquel Vilaça
Santiago Macias
Sarah de Barros Viana Hissa
Sérgio Gomes
Silvio Luiz Cordeiro
Steve Renette
Susana Gómez Martínez
Susana Lopes
Virgílio Lopes
Wellington Lage

Índice

Homenagem a José d'Encarnação: 40 anos de Inscrições romanas do Conventus Pacensis.....	5
Lusitanie 1984. Un passé romain en devenir	6
Patrick Le Roux	
De Gijón a Bragança. Una visión global de la epigrafía del <i>conventus Asturum</i>	21
Juan Manuel Abascal	
<i>Bracari</i> na Lusitânia: notas soltas.....	36
Armando Redentor	
Notas y novedades de economía y epigrafía romanas en los <i>parva oppida</i> <i>Vasconvm (Hispania Citerior)</i>	53
Javier Andreu Pintado	
O Senador <i>Lucius Marius Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus</i> e família	68
Manuela Alves-Dias	
VIVA FECIT - a lápide funerária de Fábia de Ossona	76
João Pedro Bernardes Manuela Alves Dias	
Breve Nota a Propósito do Perdido Epitáfio de <i>SEXTVS OLIVS TAVRVS</i>	83
José Cardim-Ribeiro	
<i>Papiriae emeritensi</i> : la indicación del origen cívico de <i>Aquilia Severa</i> , ciudadana romana en <i>Augusta Emerita</i>	89
Marta González Herrero	
Epigraphy, onomastics and local society at the western limits of the territory of Augusta Emerita.....	101
Jonathan Edmondson	
<i>Dedicaciones Femeninas al Genius</i> en la Península Ibérica. Algunos Ejemplos.....	131
Pilar Fernández Uriel Mireia Trepas Civís	
Pax Iulia: A cidade romana de Beja em período romano-republicano	144
Maria da Conceição Lopes	
Quelles modalités pour la présence impériale dans le <i>conuentus Pacensis</i> ?.....	156
Sabine Lefebvre	
Segredos da Beja Romana	178
Bruno Ferreira	
Agradecimentos.....	183
José d'Encarnação	

Homenagem a José d'Encarnação: 40 anos de Inscrições romanas do Conventus Pacensis

Os estudos epigráficos e nomeadamente da epigrafia latina, são tradicionalmente campo de erudição, acessível a poucos, que se resumem a um punhado de especialistas e a um outro de entendidos. O facto das epígrafes serem em latim, língua cada vez mais dominada por menos e, sobretudo, pela grafia dos seus textos estar repleta de siglas, nexos e fórmulas, assim o determina. Mas, será que faz sentido que um campo do conhecimento não extravase um núcleo estrito de especialistas e que não se dissemine pela sociedade que, em última análise, é quem justifica o trabalho daqueles?

A política científica atual tem uma clara preocupação com a Ciência Cidadã, fomentando e procurando abrir as portas do conhecimento e da ciência a todos. Tem sido essa, também, uma das prioridades e linhas de ação do Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património (CEAACP) onde cabe destacar, desde há muito, os trabalhos de divulgação do Doutor José d'Encarnação. Ao longo da sua carreira, não só estimulou e de certa forma revolucionou os estudos epigráficos em Portugal, como desenvolveu o didatismo e o ensino da epigrafia através das suas lições e prolixas publicações, criando uma prole de especialistas, de conhecedores e muitos entusiastas entre os seus estudantes. Mas, como o Doutor Encarnação muito bem viu, havia que sair do espaço da academia e democratizar os estudos epigráficos e o que eles nos ensinam. E assim fez! O seu labor epigráfico, dirigido a todos, ao longo do último meio século demonstra-o bem.

Num estilo muito próprio, à maneira daquelas epígrafes latinas onde o defunto, através do seu epitáfio, interpela diretamente e chama a atenção do viandante para a sua condição, assim faz José d'Encarnação com o seu *munus*, tornando legível e compreensível para todos a hermética epigrafia latina. Transforma a leitura e estudo dos textos epigráficos numa ciência de proximidade com o cidadão comum, trazendo, amiúde, casos hodiernos para mostrar o quão próximos de nós são os conteúdos e os sentimentos que emanam daquelas pedras.

No ano em que se cumprem os 50 anos de Democracia e os 40 anos do IRCP, trabalho de referência dos estudos epigráficos em Portugal, a obra do Doutor José d'Encarnação e o livro lançado em maio de 2024, “Segredos da Beja Romana”, espelham bem não apenas o contributo que tem vindo a prestar a esta disciplina ao longo das últimas décadas, como o enorme e profícuo esforço que fez para a democratização dos estudos epigráficos e da Epigrafia latina.

Os textos reunidos neste volume da Revista DigitAR, editada pelo Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, refletem, em jeito de homenagem, o alcance científico e social do seu trabalho e o impacto da sua obra a nível nacional e internacional.

Por isso, muito obrigado!

João Pedro Bernardes

Lusitanie 1984

Un passé romain en devenir

Recebido: 1 de Setembro de 2024 / Aprovado: 4 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_1

Patrick Le Roux*

Université Sorbonne Paris Nord (USPN)

RÉSUMÉ

L'histoire de la Lusitanie romaine n'a cessé de gagner en visibilité depuis un demi-siècle. Les recherches portugaises ont accompagné les changements historiographiques qui se produisaient en Europe au bénéfice d'une meilleure connaissance des territoires antiques et de leur documentation, en particulier de l'épigraphie locale riche de promesses. La somme de J. d'Encarnação en 1984, les *IRCP*, a joué un rôle de catalyseur et de modèle : la méthode, rigoureuse, illustre la fécondité d'une histoire provinciale fondée sur les inscriptions à découvrir et à relire. Quatre décennies plus tard, les progrès induits permettent de mieux circonscrire les questions en suspens, de diversifier les enquêtes, d'interroger différemment les monuments épigraphiques, d'ouvrir des voies inexplorées pour mieux faire vivre les récits multiples portés par une Lusitanie désormais mieux identifiée et province créée par le pouvoir romain.

MOTS CLÉS

Conventus; Douro; épigraphie; interprétation; liens familiaux

ABSTRACT

The history of Roman Lusitania has continued to gain in interest over the last fifty years. Portuguese research has kept pace with the changes in historiography that have taken place in Europe, in favour of a better understanding of the ancient territories and their documentation, particularly the promising local epigraphy. J. d'Encarnação's masterly 1984 book, *IRCP*, acted as a catalyst and a model: the rigorous method illustrated the fruitfulness of a provincial history based on inscriptions to be discovered and reread. Four decades on, the progress that has been made means that we can now better define the questions that remain unanswered, diversify our methods of investigation, examine epigraphic monuments in a different way, and open up unexplored avenues to bring to life the multiple narratives of a Lusitania that is now better identified as a province created by Roman power.

KEYWORDS

Conventus; Douro; inscriptions; interpretation; family links

* leroux.patrick@club-internet.fr

Lusitanie 1984 Un passé romain en devenir**

Les incertitudes, les hésitations, les différences d'interprétation, les erreurs font partie de l'écriture de l'histoire dès l'étape initiale d'une enquête. Le passage d'un document quelconque à une lecture intelligible et approfondie suscite en effet questions, doutes, méthodes à redéfinir constamment avec l'idée que la « vérité » n'est pas nécessairement à l'arrivée, car la totalité ne peut être embrassée d'emblée, ce qui expose à des oublis, des insuffisances ou des lacunes, outre nos ignorances. Les faits ou contenus ouvrent sur un déchiffrement de la réalité, d'une réalité qui ne peut pas s'imposer une fois pour toutes¹. Entre le passé et le document de nombreux prismes plus ou moins déformants créent une opacité parfois insurmontable. L'historiographie comme lecture au service de l'interprétation et d'un recours à d'autres disciplines s'impose dès lors comme outil de la réflexion : la mise en évidence des limites de la « méthode critique » au cours du XX^e siècle a modifié les conceptions d'un travail historique exclusivement fondé sur les « sources », « rien que les sources » comme on disait. L'historien est

désormais reconnu comme un intervenant à part entière, acteur d'une culture fondée en partie sur un héritage partagé, doué de raison, d'imagination et d'objectivité.

1. Une « Lusitanie » en quête d'identité²

Dès les années soixante, divers facteurs politiques et sociaux à l'échelle de l'Europe et même du monde accélérèrent la remise en question des « romans nationaux » les mieux établis, interrogèrent la légitimité des empires coloniaux, au moment où les progrès techniques et technologiques capables de transformer les « modes de vie » de chacun pesaient sur le quotidien et les conditions sociales³. Les études classiques, les structures de la recherche, les programmes et les historiographies furent absorbés dans un mouvement intellectuel inédit qui invitait aux révisions et à la réflexion⁴.

a. Un « aggiornamento » documentaire

Les provinces romaines occidentales, moins présentes que la plupart dans la littérature classique gréco-

** L'article est dédié à un savant de très grande qualité et à l'ami accueillant, toujours disponible. Nos liens personnels jamais interrompus se sont noués il y a cinquante années, lors du colloque à l'Université de Porto (1973). Des séjours communs au Centre Pierre Paris de Bordeaux, aujourd'hui Ausonius, des vacances complices au pays de Cascais, des échanges constants ont nourri mon admiration pour un vrai « cavalheiro » qui illustre par son exemple l'*humanitas*, l'*amor patriae* et l'*amicitia* avec un égal bonheur.

1 Il s'agit seulement de dire que tout résultat est provisoire à partir du moment où le sens est à construire, ce qui est un motif supplémentaire pour poursuivre les enquêtes, y compris en histoire ancienne guettée par une forme de « découragement » injustifié : le chemin y est seulement semé de plus d'embûches que dans d'autres périodes plus récentes.

2 Dans le cas précis du Portugal, identifié alors historiquement à la Lusitanie, le 25 avril 1974 a constitué un « dé-clic » aussi pour les disciplines dédiées aux passés anciens.

3 Malgré la « guerre froide », les décolonisations, une nouvelle prospérité accompagnée de progrès matériels ont créé les conditions de révisions et curiosités nouvelles favorables aux recherches et enquêtes.

4 Les années soixante et soixante-dix caractérisèrent la mise en place de recherches structurées au sein d'équipes institutionnelles de « spécialistes » toujours plus nombreux, financées et pérennisées.

romaine, sont tributaires des disciplines archéologiques, parmi lesquelles la compréhension des vestiges encore visibles ou découverts par les fouilles est décisive⁵. Ces traces constituent le lien consubstantiel de la Lusitanie au passé romain. Reflet des activités et des comportements humains, le matériel dit « archéologique » englobe naturellement les monuments et documents épigraphiques multiples et divers. Les inscriptions participent pleinement de nos connaissances de la Lusitanie et constituent un apport irremplaçable parce que *sui generis*.

Une mise à jour informée, illustrée abondamment et visant à réhabiliter légitimement un patrimoine portugais d'époque romaine insuffisamment évalué, parut en 1973 sous la plume de J. de Alarcão⁶. La couverture associait la tête d'Agrippine⁷, la nièce (*filia fratris*) de Claude, à une carte situant le Portugal par rapport à la péninsule. Sous forme d'un ouvrage de vulgarisation maîtrisée, le passé romain du Portugal (non de la Lusitanie) était présenté dans sa richesse et sa diversité factuelle. L'accent était mis sur l'intégration du Portugal au monde romain et à sa dimension civilisée. La présentation correspondait à un bilan selon les chapitres classiques partant de l'intégration territoriale au cours des siècles de domination romaine, de l'administration avant d'aborder la société, l'économie, la religion et l'art. Volontairement descriptif, le discours historique se limitait à la chronologie et aux étapes des transformations observables surtout sur le plan des productions artistiques et de la religion. Au lecteur de se faire une opinion en fonction de ses centres d'inté-

rêt et de ses choix intellectuels conformément à une historiographie née au XIX^e siècle et devenue une référence « scientifique ».

Le mot « romanisation » n'est guère utilisé⁸. La « domination romaine » est lue comme un fait global à l'origine d'une nouvelle période de l'histoire du Portugal. En revanche, les divinités « indigènes » indiquent que le contrôle romain, porteur de nombreux changements, n'a pas effacé d'un trait le passé malgré la soumission par les armes. Au contraire, la pratique religieuse influencée par les rites romains engendra la rénovation de cultes ancestraux devenus visibles par le biais de lieux spécialisés et d'autels ou temples⁹. L'érudition, tributaire de l'archéologie et de ses dimensions quantitatives et qualitatives, contournait volontairement encore les problèmes identitaires. L'historiographie portugaise, confrontée à la difficulté d'un territoire provincial romain, la Lusitanie, désormais distribué entre deux nations modernes concurrentes, revendiquait l'appartenance à la civilisation romaine. Les enquêtes visaient surtout la diffusion des connaissances, la compilation d'une documentation à découvrir et à renouveler site par site en l'absence de traces prestigieuses ou symboliques. *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) déjà fouillée entre 1930 et 1944, fit l'objet d'une reprise programmée par des équipes franco-portugaises entre 1964 et 1971, intégralement publiée ensuite¹⁰. *Conimbriga* devint le témoin représentatif des effets complexes et multiples de l'expansion et de l'urbanisation romaines au Portugal, dans le

5 Les Gaules, les terres ibériques, les Germanies ou les provinces alpines témoignent d'un intérêt accru pour la protection des sites et les programmes destinés à les préserver et à poursuivre les explorations.

6 Alarcão 1973. L'a. souligne l'absence d'ouvrage de synthèse sur le sujet depuis 1928 et le chapitre dû à Virgílio Correia, « o dominio romano », dans l'*Historia de Portugal*.

7 Trouvée à *Aeminium* (Coïmbre).

8 L'adjectif « romain » tient lieu de caractérisation historique et ne demande pas de définition. « Romanisation » est présent à propos des divinités « indigènes » et désigne une phase dynamique de progression des habitudes religieuses romaines au II^e s.

9 Cf. p. 167-168. Les divinités locales conservèrent en partie leur originalité et leur mode d'action particulier illustré par leur multiplication indéfinie.

10 Alarcão, Étienne (dir.), 1977-1979.

contexte d'un empire romain triomphant modelé par les Flaviens après Auguste, parvenant à se perpétuer jusqu'au V^eme siècle¹¹.

Sous un titre identique, la version éditée plus tard en anglais, approfondie¹², fut accompagnée de trois fascicules bilingues d'un répertoire géographique de près de trois mille sites ayant produit des traces antiques¹³. L'esprit d'inventaire complet s'apparentait à la fois à la synthèse érudite et à une carte archéologique quasi exhaustive, une nouveauté dans le contexte portugais. La publication prolongeait, en l'exprimant pleinement, l'effort de mutation des recherches archéologiques et antiques au Portugal depuis plus d'une vingtaine d'années. Sur le plan épigraphique, la référence demeurait essentiellement le *CIL* II dû à E. Hübner, malgré des imperfections, voire des lacunes bien identifiées. En raison des découvertes incessantes et des relectures nombreuses principalement, naquit l'idée d'une indispensable révision incitant à une réédition complète du *CIL*, anticipée par les *RIT* de G. Alföldy en particulier, parues en 1975¹⁴. Un colloque international tenu à Bordeaux en 1982 joua le rôle d'une réflexion au service de la discipline sur les méthodes et les orientations souhaitables dans l'élaboration des recueils épigraphiques modernes¹⁵.

Un mouvement perceptible poussait depuis déjà quelque temps à un renouvellement progressif des recherches et des interrogations

sur la Lusitanie romaine et à ses relations avec le Portugal moderne. Les cadres nationaux étaient confrontés à des enquêtes qui mettaient en exergue les obstacles qu'ils opposaient à un élargissement nécessaire de lectures qui n'étaient pas que documentaires. Les traits partagés, les comparaisons raisonnées offraient de nouvelles « perspectives ». Les frontières modernes bridaient plus qu'elles n'éclairaient les modalités antiques de développement territorial, de relations sociales et économiques, de mutations culturelles. Des « problématiques » communes concentraient l'attention de la plupart des spécialistes de tous horizons. Un vocabulaire reformulé émergeait peu à peu. Les « indigènes » formaient le symétrique de la notion de plus en plus répandue de « romanisation¹⁶ », elle-même vite concurrencée par la « résistance » à l'empire. Les croyances religieuses antérieures à Rome et au christianisme n'avaient pas encore reçu un système de lecture fondé sur la cohérence, sur les logiques des panthéons et des cultes qui en déterminaient la pratique quotidienne. Le « syncrétisme » avait tendance à s'imposer chez ceux qui ne se résolvaient pas à un émiettement « primitiviste » des cultes locaux et de leurs entités multipliées, souvent à l'inspiration du monothéisme chrétien¹⁷.

11 La période flavienne, marquée par l'octroi du *ius Latii* à l'ensemble des cités pérégrines des *Hispaniae*, rencontrait plus qu'un écho à *Conimbriga*, dans la droite ligne des effets remarquables de la « municipalisation » consécutive à la décision de Vespasien. L'idée de la « réussite » de Rome sous-tendait les résultats de la recherche.

12 Défini ici comme « le cœur de la Lusitanie antique ».

13 Alarcão 1988.

14 Alföldy 1975. Dès 1981, une refonte complète et pionnière du *CIL* II avait été décidée à l'initiative de collègues allemands : associant les Espagnols et les Portugais libres de choisir leurs collaborateurs, les fascicules parus à ce jour sont identifiés comme *CIL* II². Aujourd'hui la poursuite des publications s'effectue toujours sous le patronage de l'Académie de Berlin.

15 *Épigraphie Hispanique* 1984.

16 Elle remontait à la fin du XIX^eme et au début du XX^eme siècle mais demeura d'un usage limité parmi les épigraphistes et les historiens jusqu'à la fin de la guerre 1939-1945.

17 La « déchristianisation » des lectures antiques du paganisme commençait à peine : voir les travaux de J. Scheid en particulier qui ont contribué, avec d'autres, à cette « prise de conscience ».

Les inscriptions provinciales, jugées moins prestigieuses que celles issues de Rome ou de l'Italie¹⁸, commençaient à retenir l'attention s'agissant surtout des inscriptions funéraires, des inscriptions votives, des onomastiques ou des théonymes qu'elles dévoilaient. En 1976, le volume II des *Fouilles de Conimbriga*, Épigraphie et sculpture, situait d'emblée l'épigraphie à la rencontre de l'histoire et de l'archéologie, attestant l'autonomie croissante et l'apport d'une discipline longtemps regardée comme auxiliaire de la (grande) histoire.

b. Les IRCP 1984 : l'histoire par l'épigraphie

Issu d'une thèse universitaire, le volume des *IRCP* en deux tomes étudiait les inscriptions, les analysait en langue vernaculaire pour le commentaire¹⁹, orienté sur les traits originaux d'un document et sur les difficultés ou incertitudes qu'il présentait. Le classement géographique, du sud au nord, allait de pair avec des définitions territoriales, réexaminées, des communautés et sites administratifs antiques. Les inscriptions étaient datées selon des critères définis par la pratique commune, nuancée en fonction d'influences locales ou régionales observables. Les descriptions des supports, en plus ou moins bon état, toujours conservés ou répertoriés dans les notices anciennes étaient la règle, comme sont consignées les dimensions des monuments, les mesures du champ épigraphique, les tailles des lettres.

Le choix d'un conventus, jugé peu adaptable dans les recueils modernes, s'inspirait du *CIL*. Ce cadre supposait de réviser toutefois minu-

tieusement les limites administratives externes et internes de la « circonscription » antique et de redéfinir les territoires des cités qui la composaient alors en cherchant à faire abstraction des délimitations actuelles²⁰. La connaissance directe des régions portugaises concernées constituait un progrès incontestable par rapport à l'ouvrage d'Émile Hübner : le « pionnier » allemand, surtout en charge de la totalité des territoires péninsulaires avait été contraint à des séjours espacés et inconfortables, dépendait d'informateurs locaux, souvent des amateurs passionnés. Le recours systématique à la photographie, chaque fois que le document le permettait, participait d'une étude affinée et structurée des séries épigraphiques laissant la possibilité de retours fréquents sur le monument et les lectures initiales ponctués, presque toujours par des gains de méthode.

Les prospections et enquêtes visant à regrouper les inscriptions déjà inventoriées allaient de pair avec de nouvelles informations et des découvertes périodiques qui enrichirent considérablement le recueil rassemblant 680 notices en 1984²¹. L'auteur dit clairement qu'il a conçu le travail comme « *atualização do CIL* » (p. 8) s'agissant du conventus. Il a préservé les catégories rangées selon les critères établis par le Corpus : sans entrer dans le détail, les inscriptions votives, les dédicaces impériales, les textes honorifiques et civiques, l'épigraphie funéraire. La mesure de l'effort et des approfondissements qu'il impliquait s'observe dans le volume de synthèse – véritable nouveauté et affirmation du lien étroit entre histoire et épigraphie – placé autour d'une thématique alors dominante dans les études provinciales romaines

18 Les critères sont bien identifiés : résidence de l'empereur, des aristocraties sénatoriales et équestres, centre économique et culturel du monde romain, prééminence définie par l'histoire.

19 Le *CIL* a choisi le latin « langue universelle » et les nouveaux volumes poursuivent dans cette voie.

20 Il convient de noter ici qu'en l'absence de documents antiques modélisés, les limites sont toujours l'objet de débats et ne peuvent pas être établies sur des bases incontestables que ne sont pas sur ce plan les circonscriptions médiévales. Les bornages d'époque romaine n'étaient que rarement conservés dès la fin de l'Antiquité et les éléments naturels contribuaient fréquemment à fixer des repères devenus non identifiants.

21 Aujourd'hui, faute de recensement précis, on ne peut évaluer approximativement les nouvelles inscriptions du conventus mises au jour en quarante ans qu'il faut en outre distinguer des révisions et relectures.

à savoir les transformations survenues dans ces territoires désormais organisés par Rome : fallait-il parler de « romanisation », d'intégration, d'infléchissements ou de mixité sachant que les débats étaient constants, parfois vifs, et le souhait de mieux connaître les populations préromaines légitime ? Quoi qu'il en fût, la perspective « conventionnelle » constituait un échantillon acceptable, mais la Lusitanie en tant que telle restait en retrait en partie pour des questions de convenances universitaires donnant la primauté au Portugal.

L'apport le plus décisif fut ainsi l'affirmation dans les notices de la dimension archéologique, matérielle de l'épigraphie associée à l'attention particulière prêtée aux divinités locales et aux populations silencieuses qui leur témoignaient leur confiance. Les habitants des provinces s'émancipaient des rigidités fondées sur le droit et sur les critères romains hiérarchisés et abstraits. Les pierres ou matériaux, les monuments gravés, leurs emplacements, leur conservation au cours des âges ancrèrent les textes dans l'espace, dans le temps, dans les pratiques sociales et culturelles des sociétés antiques auxquelles elles faisaient écho. Mesurer un support, décrire ses caractéristiques essentielles n'était plus seulement identifier un document ni le rendre comparable à d'autres : l'inscription devenait un tout ouvrant sur un discours global dont il convenait aussi de cerner les originalités ou les singularités voire les silences ou les impossibilités. Les inscriptions souvent produites par les fouilles et les sites visibles étaient désormais dissociables d'une archéologie « noble », venaient au jour dans des contextes insoupçonnés, inédits, difficilement déchiffrables.

L'autonomie disciplinaire illustrée par l'épigraphie laissait entrevoir des interrogations et des lectures nouvelles du passé. Sans doute, les structures administratives, les conditions juridiques, les

formes politiques et les catégories sociales dominantes contribuaient-elles toujours à une lecture des histoires provinciales et romaines solidaires. Des études ciblées sur des groupes humains et sociaux négligés commençaient à voir le jour en attendant les oubliés de la prosopographie ou les anonymes pourtant inscrits dans une vie de relations personnelles, familiales, professionnelles ou attestant des activités diverses à mieux connaître. Autant qu'à un élargissement c'est à un approfondissement culturel des histoires locales et de l'épigraphie qu'invitaient avec d'autres les *IRCP* devenues désormais un modèle à suivre²². Inévitablement, l'histoire se trouvait à la croisée des chemins qui devaient gagner encore en liberté. La Lusitanie mieux identifiée n'avait pas encore trouvé sa place.

2. Quarante années plus tard ...

Un pas a désormais été franchi. Deux publications parallèles autour d'une exposition et de sa thématique nouvelle ont replacé au centre de l'histoire ancienne la Lusitanie romaine comme patrimoine commun de populations nationales devenues distinctes²³. Ce changement du regard appelle, semble-t-il, un système modifié de lecture de la période antique provinciale, à quelles conditions et dans quelle mesure ? Les conséquences n'en ont pas encore été entièrement évaluées.

a. Problèmes anciens, lectures nouvelles

La Lusitanie romaine territoriale « réunifiée » induit une réélaboration des questionnaires et de leur traitement. Le retour à la Lusitanie comme

22 J. d'Encarnação, en poste à Coïmbre, a joué le rôle d'animateur et d'aiguillon inlassable dans les recherches et l'enseignement de l'épigraphie romaine, ayant en outre contribué à la création et à la poursuite ininterrompue du *Ficheiro Epigrafico*. Lire aussi le témoignage de Alarcão 2021 qui rend hommage à l'activité pédagogique de J. d'Encarnação dans le domaine de l'épigraphie.

23 J. M. Álvarez Martínez, A. Carvalho, C. Fabião (eds) 2015 ; Idd. 2016. J'avais moi-même, peu auparavant, abordé cette question nationale et historique fondamentale dans ce qui est devenu un ouvrage bilingue : Le Roux 2014.

unité administrative modifie paradoxalement la perception historique de la province : la verticalité inhérente au gouvernement romain et au système d'envoyés ou de délégués s'estompe et souligne l'absence d'unification de territoires provinciaux produit d'un « regard éloigné ». La dimension horizontale place au premier plan les espaces autonomes et parfois morcelés regroupés dans l'ensemble de la province, non limités à un statut politique ou juridique. De même, centre et périphérie perdent de leur raison d'être, en partie biaisée il est vrai, en se multipliant. Selon les zones et les régions, les relations s'organisent autour de réalités sociales, culturelles et économiques tour à tour centrales ou à l'écart. La diversité et les nuances changeantes dessinent désormais les lignes directrices des analyses et des expressions visibles des changements. Le prisme de la cité, source de cohésion et d'inclusion uniformisée, n'est pas sans limites : les individus, les sociétés locales, leur rôle plus ou moins actif et favorisé par les conjonctures pointent vers les différences, les rythmes locaux divers, les aptitudes des citoyens à tirer parti ou non de leur environnement.

Un exemple éloquent en est *Olisip(p)o*, Lisbonne. Son histoire est apparue parfois décalée, incompréhensible, à juger d'après son statut actuel dans un contexte de compétition mémorielle et identitaire, comme si elle aurait dû devenir la capitale provinciale antique en raison de ses nombreux « atouts »²⁴. Malgré un ensevelissement accentué par des siècles d'histoire parfois tragiques et dommageables, émerge une agglomération active et d'une grande vitalité à l'époque romaine, indépendamment de sa place assignée par la politique et les statuts. *Olisip(p)o* rend palpable le rôle des curiosités passionnées et inlassables, gratuites. Née de la mer et du fleuve, la ville était ouverte sur le monde habité, sur une mer extérieure mieux apprivoisée, ne

se pliait pas aux injonctions supposées d'on ne sait quelle position finistérienne. L'épigraphie romaine de Lisbonne fait apparaître le contraire.

Les pierres ne parlent pas seules. Il convient de leur donner la parole, une parole contradictoire, à l'abri de préjugés ou de dogmes. Les inscriptions *olisip(p)onenses* attestent une diversité originale qu'il s'agisse des supports ou des contenus et des formulaires ordinairement moins répandus, imparfaitement analysés (par exemple : *post mortem*, *cognatus*). La société y révèle sans surprise la présence non négligeable et colorée des milieux d'origine servile. Toutefois, à la réflexion, il conviendrait de s'arrêter sur les comportements et les familles concernées en plaçant au second plan les cadres juridiques et sociaux officiels. À bien y regarder, ce n'est pas une progression continue ni une promotion sociale qui attirent l'attention. Ces esclaves et affranchis préservaient tout autant leur groupe familial et dessinaient des relations et des activités marquées au coin de la liberté et des hasards.

Ces quelques notations rapides et non exhaustives appellent deux remarques. D'une part, une mise à jour du corpus local d'*Olisip(p)o* est indispensable et offre un programme de recherche collectif prometteur. D'autre part, les inscriptions, malgré les traits prêtés à une gravure dans la pierre, ne sont jamais figées et doivent être relues et réinterrogées au prix de questions sans cesse reformulées, repensées. Les problèmes de méthode qui vont de pair s'élargissent et demandent de réexaminer les notions de comparaison, d'originalité ou de singularité, plus encore de nuancer un discours souvent limité à des références à des généralisations en matière de relations, non attentif à la réalité rugueuse et contraignante du vécu.

24 Cf. da Silva 1944, p. 40 : « *Lisboa outrora chamada Olisipo, talvez a principal cidade em importancia, da provincia romana de Lusitania, cuja capital era Mérida, foi, sob o dominio romano, uma cidade rica e florescente ...* ».

b. Déchiffrer et mieux comprendre

Une lecture immédiate, même en présence de l'inscription la plus lisible en apparence, est très rare. Dans les *IRCP*²⁵ (fig. 0), un document alors inédit conjugue des difficultés persistantes faute de pouvoir examiner d'emblée le récit épigraphique dans sa totalité antique :

D. M. S. M. PRECCI / VS QVIR. PAETVS / ANNO. LXXV / PRECCIA VEGETI F. / MAXVMA AN. XXX / PRECCIA PAETI F. PAETIL/LA AN. XII PRECCIA ARCO / NIS F. TVSCA AN. XXXV / H. S. S. S. V. T. L.

Consacré aux dieux mânes. Marcus Preccius Paetus, de la tribu Quirina, âgé de 75 ans, Preccia Maxuma, fille de Vegetus, âgée de 30 ans, Preccia Paetilla, fille de Paetus, âgée de 12 ans, Preccia Tusca, fille d'Arco, âgée de 35 ans ont été placés ici ; que la terre vous soit légère.

Cette plaque funéraire en marbre²⁶ était apposée sur la façade d'un monument abritant des défunts d'une même famille comme le souligne la formule finale *h s s v t l* attestée ailleurs dans la péninsule ibérique²⁷. Le personnage à l'origine de la tombe est un notable citoyen romain d'une cité non identifiée, aujourd'hui Monforte

ou Elvas²⁸. Le gentilice Preccius est un *unicum* sous cette forme et demeure rare. En revanche, Paetus est célèbre par divers épisodes romains d'opposition aux empereurs. Parmi eux, Caecina Paetus dont l'épouse Arria, à l'heure du suicide, lui montra l'exemple et le chemin du courage²⁹. Le diminutif Paetilla de la fille, formé sur le surnom du père, est un hypocoristique lié à l'affection portée à son enfant. La formule *DMS*, la dénomination de Paetus sans filiation et avec la tribu, qui suggère une citoyenneté acquise par la gestion d'une charge municipale, date l'inscription du II^e siècle, peut-être de la première moitié³⁰.

Les gentilices rattachent les parents accompagnant Paetus à une même famille, mais les femmes mentionnées n'ont pas toutes le même père. Paetus est celui d'une fille décédée jeune et Maxima et Tusca ont pour père Vegetus et Arco, de nom unique selon une habitude fréquente dans les communautés d'origine pérégrine³¹. La mention des âges au décès n'éclaire pas le tableau car le regroupement dans un même monument peut masquer des morts chronologiquement éloignées. Devenu citoyen, Paetus aurait pu conférer la citoyenneté à son épouse Maxuma, fille d'un Vegetus, décédée prématurément et mère de Paetilla³². Preccia Tusca fille d'Arco avait pour

25 *IRCP* 595a = *AE* 1984, 464.

26 La plaque (54 x 88,5 x 16) est gravée dans un cadre mouluré en creux (48 x 53,5) dont le dos est seulement dégrossi.

27 Cf. les *indices* du *CIL* II, p. 1178. Au singulier ou au pluriel, la formule n'a pas de valeur chronologique : Le Roux, 2016, p. 285-299.

28 Sur l'appartenance conventuelle d'Elvas, cf. la communication de J. Edmondson dans le volume.

29 Plin le J., III, 16, 6 : *Paete non dolet* aurait-elle dit en se poignardant. Son mari avait été condamné à mort par Claude pour complot. Paetus est aussi le surnom du stoïcien P. Clodius Thræsea Paetus adversaire malheureux de Néron et beau-père de Caecina.

30 Les données manquent pour une datation précise, comme souvent. L'absence d'*origo* est peut-être liée au fait que le territoire est celui de la cité. Les critères formels ne proposent aucune chronologie définitive mais il convient de se méfier d'une appréciation faussée de l'écriture due à l'état de la pierre.

31 Dans les cités de droit latin, l'expression de la filiation par le nom unique du père a persisté même quand celui-ci était devenu citoyen romain.

32 Maxuma pourrait en théorie être une fille d'un Preccius Vegetus lui-même fils de Paetus, mais l'ordre de présentation à proximité du père de famille conseille de distinguer son cas de celui de Tusca.

père un fils de Paetus et représentait la génération suivante en qualité de petite-fille³³. Comme l'a noté J. d'Encarnação, l'épithaphe traduit une évolution culturelle au profit des pratiques romaines (lecture « emic » des sociologues) par l'adaptation des formules locales aux nouvelles réalités juridiques et politiques associées à l'apprentissage de la cité (lecture « etic »).

Ce « décryptage » juridico-épigraphique suivant les méthodes dominantes n'est pas entièrement satisfaisant. La dimension locale, familiale, sociale et affective devrait être au premier plan et reste pourtant en retrait. L'impossibilité de se représenter le contexte funéraire, plus encore les événements susceptibles d'explicitier les écarts des âges aux décès suggèrent que le récit a été tronqué par la force des choses dans ce qu'il avait de plus proche de la réalité et des « accidents » de la vie. Une enquête approfondie devrait redéfinir des méthodes autorisant à avancer sur ce chemin. Cette remarque exprime que les problèmes matériels de lecture d'une lettre illisible ou d'un fragment de mot sont d'un autre registre et ne font pas obligatoirement progresser le savoir historique, quoi qu'il en soit seulement les *indices*³⁴.

L'épigraphie de Lisbonne attire aussi l'attention à deux reprises sur l'expression *post mortem*, peu usitée dans les inscriptions funéraires³⁵. Ici, une succession *ab intestat* est en cause et la formule revêt un caractère technique complexe précisé par les textes juridiques et notamment Gaius³⁶. Les héritiers ou certains d'entre eux n'ont été reconnus comme

tels qu'après le décès du père ou du détenteur des biens. Dans les provinces, la clause engageait solidairement les héritiers internes s'agissant en particulier des frais de sépulture, rien n'ayant été arrêté auparavant. Malgré les apparences, les inscriptions funéraires invitent à mieux regarder des situations complexes et en partie conflictuelles dont les rites et la forme de la sépulture n'étaient pas la seule référence intéressante. On peut ajouter que les lieux funéraires offrent des possibilités que ne fournissent pas souvent les pierres ou stèles isolées en partie déplacées.

Il apparaît finalement qu'une inscription funéraire propose plusieurs lectures partielles dont aucune ne devrait être minorée ni oubliée avant inventaire. S'en tenir dans les cas évoqués aux aspects ethniques, culturels et juridiques revient à distraire nombre de questions sans réponse. L'idée de mobilité, de parcours familial, d'activités variées ne peut être avancée sans compléments documentaires indéterminés ni donc sans nouvelles enquêtes. On le comprend, des hypothèses pour la forme au nom de la bonne méthode n'améliorent pas mécaniquement l'intelligence historique. Faire progresser les disciplines et leur conjonction afin de mieux retrouver le passé relève aussi en partie de l'inattendu, de l'intuition.

33 Preccius Arco apparaît, plus vraisemblablement que Vegetus, comme étant un fils de Paetus dans ce tableau. Cf. la rubrique 21 de la loi d'Irni sur l'inclusion des petites-filles au nombre des nouveaux citoyens.

34 Ce qui est ici en question sont les inscriptions funéraires et votives courantes, mal conservées et usées par le temps. Dans un autre contexte, chacun sait qu'une lettre mieux lue peut modifier le contexte et la chronologie du document.

35 *CIL* II, 227 = Vieira 44 ; *CIL* II, 256 = Vieira 62. Cf. Le Roux 2014, p. 116-118. Les *indices* du *CIL* II enregistrent au moins sept autres occurrences (1205, 1367, 2130, 3350, 3373, 3498, 4523). *Post mortem* est associé à une disposition « à titre posthume » à distinguer du terme *postumus* aussi usité.

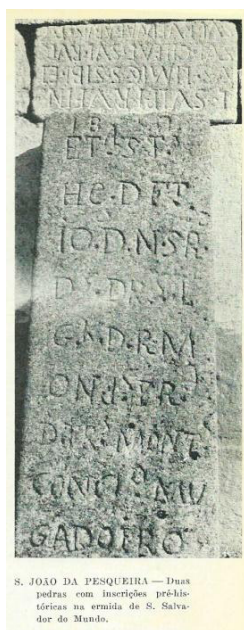
36 Gaius, *Inst.*, III, 25-27.

3. Les écrits restent mais ne parlent pas

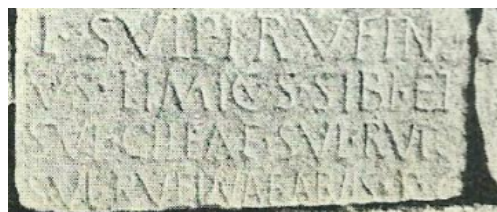
La « chose écrite³⁷ » est ce qui nous relie immédiatement à un passé quelconque par le truchement de la lecture. Une cocasserie peut aider à comprendre la complexité du rapport à l'écriture et au sens pour qui cherche à s'informer sans déformer.

a. Une inscription « pré-historique »³⁸

Dans un ouvrage, publié à « compte d'auteur » en 1972, José Correia de Azevedo un « amateur³⁹ » local de Vila do Conde, passionné par le patrimoine illustre, p. 193, une inscription de S. João da Pesqueira encadrée tête-bêche dans le mur d'une *ermida* (fig. 1)⁴⁰.



La légende porte : « *duas pedras com inscrições pré-historicas na ermida de S. Salvador do Mundo* ». L'inscription inférieure (fig. 1), appuyée contre le mur, semble-t-il, est indéchiffrable et ne saurait être datée ainsi. On lit, à l'endroit, sur la plaque supérieure (fig. 2) :



*L. Sulpi. Rufin-
us Limicus sibi et
Sul. Cileae Sul. Ruf[o]
Sul. Rufinae abvis (sic) p.[c.]*

L. 2 : le V de *Limicus*, de taille réduite, est inclus dans le C. L. 3 : le O de *Rufo* est estompé. L. 4, à la fin, lire P et non F par comparaison avec le P de *SVLPI* à la première ligne, une lecture P C étant même probable par comparaison avec l'usure du O juste au-dessus.

Lemme : *CIL* II, 434 et p. 696 = *ILER* 4770 ; *Aquae Flaviae* 1997, 299 = *HEp* 1990, 901. EDCS-05500444.

Variantes : l. 3, *Cilene* (*Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, 2003, p. 308, sous le numéro 406). *Rufo* en entier, *AquaeFlaviae* 1997, 299, EDCS-05500444. l. 4 : *abiis*, *CIL*, *ILER* ; *f(ecit)*, *CIL*, *AquaeFlaviae*, EDCS-05500444, *[fil]i(i)s(?) [p]ii(ssimis?) f(ecit)*, EDCS.

37 Je saisis ici l'occasion de réfléchir à la formulation retenue par les organisateurs pour définir le thème des journées.

38 Cette « appellation étonnante » n'est pas due, bien sûr, au fait que la pierre ait été encadrée tête en bas dans le mur comme on verra. Je ne rencontre qu'une justification possible au qualificatif employé à tort : l'idée que l'inscription était antérieure à la création du Portugal comme royaume indépendant serait une hypothèse plausible en l'absence d'explication de l'auteur.

39 C'est ainsi qu'il se présente.

40 de Azevedo 1972. Les sites et monuments sont énumérés selon les districts le long de la vallée du Douro, celle du vin de Porto. La chapelle de S. Salvador do Mundo, située à 4 km de S. João da Pesqueira, conserve selon l'a. d'autres inscriptions « pré-históricas » déjà étudiées (il n'y a pas de références). C'est par erreur qu'est écrit p. 192 que l'inscription, « colocada de pernas no ar » est nouvelle, récemment trouvée, sachant qu'elle est mentionnée au

Traduction : « Lucius Sulpicius Rufinus, de la cité des *Limici*, pour lui-même et pour Sulpicia Cilea, pour Sulpicius Rufus, pour Sulpicia Rufina, ses aïeux, a fait poser (ce monument). »

On l'a signalé, le renvoi au *CIL* II n'est pas mentionné dans le *Património artístico*. La photo est celle publiée (à l'envers) dans l'ouvrage. La seule autre illustration disponible est devenue inutilisable par l'usage de peinture noire redessinant les lettres telles qu'elles ont été identifiées⁴¹. La ligne inférieure de la plaque en granit sans doute déjà encastrée est lisible mais la base des lettres manque. Le texte est complet ainsi.

Le lieu de provenance de l'épithaphe, à proximité de S. João da Pesqueira au sud du Douro, est situé en Lusitanie au *CIL* et dans l'AALR⁴². L'ethnique *Limicus* désignait la cité à l'origine de Ganzo de Limia, aujourd'hui dans la province d'Orense, alors en Espagne citérieure⁴³. Le support retaillé, le

contenu original soulignent les difficultés à lire et à comprendre l'inscription photographiée, redressée par mes soins⁴⁴. Les éditions antérieures avaient cependant reconnu le texte et son sens global⁴⁵. La dernière ligne n'est jamais correctement lue : ABVIS avec la ligature BV, sachant que la lecture AB est assurée et que le V est signalé par une barre oblique distincte du I qui suit. Entre *ab(a)vis* ou *a{b}/vis*, la grammaire et le sens orientent vers *a{b}/vis*⁴⁶. L'abréviation SVLPI à la première ligne, le F non achevé de RVF à la fin de la troisième ligne soulignent le manque de précision de la mise en page. *Abavus*, peu répandu en épigraphie, a parfois, collectivement, le sens générique d'aïeux sans indication de degré⁴⁷. Le pluriel *avi* se rapporterait alors aux grands-parents paternels.

b. Questions et réponses fragiles⁴⁸

La plaque paraît correspondre à une sépulture collective⁴⁹, aucune formule ni mention d'un âge

CIL II, 434 : la « redécouverte » a sans doute conduit à la placer (ou replacer parce qu'elle était masquée) dans le mur comme le suggère la photographie. Faute de descriptions disponibles on ne peut en dire davantage. *Ermida*, une « chapelle », rattache le document à un lieu « *ermo* », isolé ou éloigné des lieux habités.

41 Rodríguez Colmenero 1997, n° 299, p. 268 : *lamentavelmente repintada com tinta preta a cartela rectangular*. Voir aussi *HEp* 1990, 901.

42 Voir cependant la note suivante.

43 D'où l'inclusion dans l'ouvrage note précédente au titre des « migrants ». Dans le détail des doutes subsistent sur le tracé précis des deux provinces dont la limite ne répondait pas nécessairement au fleuve sur l'ensemble du parcours. La mention de *Limicus* ne suffit pas à désigner l'appartenance du lieu de sépulture à la Lusitanie. Le témoignage de Plinius l'A. *NH*, 4, 35, 113 n'entre pas dans les détails et se contente d'énoncer que la Lusitanie commence au *Durius* : comme dans d'autres exemples la ligne de partage pouvait déborder exceptionnellement d'un côté ou de l'autre.

44 L'inversion signalait surtout un intérêt limité pour le document : le contenu non immédiatement lisible, l'origine étrangère du dédicant, la modestie apparente du site antique en rendraient partiellement compte.

45 Voir « l'apparat critique » *supra* et la notice du *CIL* II.

46 ABIIS pour *avīs* (les grands-mères) à partir d'un nominatif « *avia* » au départ n'est pas justifié par le contenu du texte. Le doublement BV, qui oriente vers *avīs*, est assurément fautif sous l'influence d'une confusion bien attestée en latin épigraphique entre B et V, ce qui épargne le recours à d'autres explications (cf. n. suivante), *ab iis* (« par ceux-ci » ou « loin d'eux ») du *CIL*, peu compatible avec *sibi* ou la barre oblique et inusité a priori dans un tel contexte.

47 Cf *Thll*, 1, col. 48, s. v. *abavus* est traduit comme *avus avi* chez Festus, ce qui implique une génération antérieure. Au pluriel, le mot se rencontre pour nommer indifféremment les « aïeux » : Plinius, *NH*, 18, 8, 39 : *sed defendi aequum est abavos*. Il s'agit ici d'un terme générique imprécis dont l'emploi dans l'inscription manquerait de justifications.

48 La formulation rappelle que quelle que soit la méthode utilisée, des incertitudes demeurent en raison de la singularité profonde de chaque inscription. Une enquête systématique aboutit cependant presque toujours à un enrichissement de l'intelligence du texte.

49 On écartera le cénotaphe, même en l'absence de formule d'enterrement. Il est impossible de choisir entre inhumation et incinération.

ni expression d'une filiation ne précisant toutefois les liens entre les personnes ni leur ensevelissement effectif. Sulpicius Rufinus a fait construire un édifice privé pour lui-même et sa parenté⁵⁰. Il en découle diverses questions : l'identité des gentilices, que le personnage soit masculin ou féminin, surprend dans le contexte de deux générations antérieures à Ego, d'autant qu'il est rare que le monument soit réservé aux ancêtres à l'exclusion de tout autre lien. La formule « *sibi* » implique le plus souvent le décès d'un descendant⁵¹. Sur la foi de la seule épitaphe, il n'y a pas d'indication claire pour décrypter les liens de parenté. Si les deux derniers personnages sont les grands-parents (aïeux) de L. Sulpicius, on peut faire de *Cilea* sa fille ou une épouse qu'il aurait affranchie.

Le contexte est celui d'une famille issue d'une cité latine, les *Limici* à la suite des dispositions de Vespasien sur le droit Latin dans la péninsule ibérique⁵². La cité a laissé peu de vestiges, mais on recense divers documents épigraphiques qui attestent l'accès au droit latin par la cité : le flamme

provincial *Limicus* de Tarragone suffit à l'illustrer⁵³. Des épitaphes d'Oliva, d'Anticaria et de Valeria par l'onomastique et le formulaire vont aussi dans ce sens⁵⁴. Malgré les résonances celtiques et locales des surnoms, l'onomastique est latine : les *cognomina*, en dehors de *Cilea*, sont formés sur *Rufus*, très représenté en *Callaecia* et en Lusitanie. *Cilea* semble caractéristique de la Lusitanie entre Douro et Tage⁵⁵. Les *Sulpicii* sont nombreux dans l'épigraphie péninsulaire et lusitanienne mais le prénom Lucius est rare⁵⁶. Le droit latin et l'existence de citoyens romains, certes minoritaires, définissent le contexte juridique et social de l'inscription.

La tonalité locale des *cognomina* latins, associée à la mention de l'*origo*, suggère aussi un accès de la famille à la citoyenneté romaine⁵⁷. L. Sulpicius mentionne son prénom, ce qui ne saurait être arbitraire et irait aussi dans cette direction⁵⁸. L'endogamie géographique caractérisait les familles des cités de droit latin entretenant des liens générationnels étroits⁵⁹.

50 La chapelle en surplomb du fleuve, à l'écart de l'agglomération moderne, aurait-elle pris la suite d'une sépulture antique, une tombe familiale dans un « *fundus* » dont Sulpicius était propriétaire ?

51 Voir par ex. N. Mathieu, *L'épitaphe et la mémoire*, Rennes, PUR, 2011 sur ce type de formulaire p. 54-71 en particulier. Ce serait la mort de *Cilea* qui serait à l'origine de la tombe en ce cas.

52 Galsterer 1971, p. 48, n. 84 et p. 71 n° 49 retenait 141 p. C. comme *terminus post quem* de la promotion au droit latin en raison de l'emploi de *civitas* dans les hommages impériaux *CIL* II 2516 et 2517 datés de 132 et 141. Aujourd'hui, on reconnaît avec raison que le terme *civitas* n'était pas réservé aux cités pérégrines dans les formulaires en usage. L'accession au droit latin de la *civitas Limicorum* sous les Flaviens est vraisemblable et conforme à de nombreux exemples comparables dans la documentation épigraphique provinciale. L'inscription de Tarragone n'autorise pas à dater précisément la promotion des *Limici* au rang de cité de droit latin.

53 *CIL* II, 4215 = *RIT* 276 = *CIL* II² 14, 1136 qui précise l'appartenance de la cité au conventus *Bracarus* (= *Bracaraugustanus*) : on tiendra compte du fait que l'inscription est aujourd'hui perdue car les *Bracari* constituaient une communauté, non une circonscription judiciaire, laquelle était appelée *conventus Bracaraugustanus*. Une erreur ou une attraction par similitude, *Limicus* appelant *Bracarus*, pourrait être à l'origine de ce qui est une confusion.

54 Cf. *CIL* II, 827, 2049, 3182. Il s'agit de *Limici* également.

55 *AALR*, p. 142-143.

56 *NPILH*, p. 224-225 qui constitue un échantillon daté à vérifier et à compléter. Quoi qu'il en soit, Lucius ne fut pas un prénom lié d'emblée à Sulpicius d'après les listes.

57 Sur l'onomastique des citoyens d'une cité latine influencée par les noms pérégrins : Le Roux 2010, p. 198-199. La présence de l'*origo* y offre plusieurs exemples d'un passage récent à la citoyenneté romaine.

58 Il serait le fils d'un Lucius aux origines de la promotion familiale.

59 La « municipalisation » sous-jacente, avec ou sans le titre de *municipium*, aurait ainsi conféré une visibilité nouvelle aux bénéficiaires de la citoyenneté romaine englobant les ascendants, ce que semble suggérer aussi la mention de l'origine *Limicus*.

La citoyenneté romaine avait été octroyée non à Lucius lui-même mais à son père, lequel n'avait pu la transmettre aux deux grands-parents qu'à titre personnel, non en vertu de la règle du droit latin⁶⁰. La grand-mère de Lucius, par son gentilice identique est en effet susceptible d'avoir été adoptée par le grand-père devenu citoyen par l'intermédiaire de son fils non mentionné⁶¹. Ainsi peut s'expliquer plus clairement l'unité du gentilice des trois membres. Cilea était alors ou l'épouse affranchie ou l'enfant biologique de L. Sulpicius.

L'inscription de S. João da Pesqueira, à la limite de la Lusitanie et de l'*Hispania citerior*, a révélé le manque de lisibilité immédiate du contenu d'une pierre funéraire dont la position tête-bêche, anecdotique, attirait surtout l'attention. Elle met aussi l'accent sur des échanges humains entre les territoires des deux rives du *Durius* dont la vallée mériterait une nouvelle enquête sous l'angle administratif, social, migratoire et culturel à l'époque romaine impériale, indépendamment du vignoble actuel qui en a modifié les données⁶².

L'émigration du groupe de parents, si elle est avérée, est liée au statut social de Rufinus et à sa décision de résider sur la rive méridionale du fleuve. L'acquisition possible d'une propriété n'est qu'une hypothèse à approfondir mais le contexte géographique et historique demande encore des explorations aléatoires.

La Lusitanie, l'épigraphie provinciale, le goût de l'enquête qu'elles ont suscité et continuent à

susciter sont une part entière de nos disciplines et de nos travaux d'écriture et de recherche. Le survol effectué ici dans le sillage de l'ouvrage devenu classique de J. d'Encarnação atteste sa qualité et son influence non limitée au Portugal. À l'origine de cette réunion savante, le spécialiste a incité une nouvelle fois à stimuler nos réflexions et à affiner nos méthodes. Le bilan dit en outre que la lecture du chemin parcouru ouvre sur de nouvelles définitions du travail épigraphique et de nouvelles orientations en matière d'histoire sociale. Il suggère de ne pas dissocier le document isolé d'un ensemble, tout en invitant à mieux cerner les apports individualisés de ces textes jamais analysables dans leur totalité. Un des enseignements de l'auteur des *IRCP* est aussi, outre l'esprit de pédagogie, de ne négliger aucun chemin, surtout pas celui de l'ouverture de nos interrogations aux expériences les plus variées susceptibles de consolider et d'enrichir l'épigraphie actrice de plein exercice des lectures historiques tournées vers le passé en liaison avec les exigences du présent.

60 cf. *Lex Irnitana* XXI, sur la transmission du droit de cité aux *parentes* par le magistrat bénéficiaire : Dardaine 2003, p. 95 limite à raison dans les rubriques, après d'autres, la portée de *parentes* aux pères et grands-pères, aux ascendants masculins.

61 Le document par la répétition du gentilice Sulpicius au féminin comme au masculin oriente vers cette solution raisonnable. *Sulpicius*, gentilice répandu, apparaît comme un des noms parés de célébrité en *Hispania*, sans rapport avec l'empereur Galba dont le prénom était Servius. Le service militaire du père, théoriquement possible, n'aurait pas conféré, au moment de l'*honesta missio*, la citoyenneté aux grands-parents : l'édit de Domitien (*FIRA*76) est un cas particulier.

62 Les échanges de population, les ressources des régions riveraines susceptibles d'attirer les migrants, notamment la région centrale, ne sont jamais traités ou presque et manquent dans : M. Navarro Caballero, J. J. Palao Vicente, M. Á Magallón Botaya, 2007

Bibliographie

- AALR (2003): *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Bordeaux, Ausonius.
- EDCS-05500444, on line : Clauss-Slaby.
- IRCP (1984): J. d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*, Coïmbre, 2 vol. (Instituto de Arqueologia).
- NPILH (1995): ABASCAL PALAZÓN, J. M., *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcie.
- ALARCÃO, J. de (1973). *Portugal romano*, Lisbonne.
- ALARCÃO, J. de, et ÉTIENNE, R. (dir.) (1977-1979). *Fouilles de Conimbriga*, vol. I à VII, Paris.
- ALARCÃO, J. de, (1988). *Roman Portugal*, I, Introduction, II, *Gazetteer*, 3 fasc., Warminster.
- ALARCÃO, J. de (2021). « A epigrafia na Faculdade de Letras de Coimbra e o magistério do Doutor d'Encarnação », *Kairós. Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*, 11, p. 2-3.
- ALFÖLDY, G. (1975). *Die römischen Inschriften aus Tarraco*, Berlin (Madrider Forschungen).
- AZEVEDO, J. C. (1972). *Património artístico da Região Duriense*, Vila do Conde.
- DARDAINE, S. (2003). « Citoyenneté, parenté, *conubium* dans les réglements des municipes Flaviens de Bétique », in *Epigrafía y sociedad en Hispania durante el Alto imperio : estructuras y relaciones sociales*, S. Armani, B. Hurlet-Martineau, A. U. Stylow (éd.), Casa de Velázquez-Universidad de Alcalá, p. 93-106.
- Épigraphie Hispanique. *Problèmes de méthode et d'édition* 1984: ouvrage publié avec le concours du Centre régional de publication du C.N.R.S. (Bordeaux), Paris, Diffusion de Bocard (Publications du Centre Pierre Paris-10).
- GALSTERER, H. (1971). *Untersuchungen zum römischen Städtewesen auf der iberischen Halbinsel*, Madrid (Madrider Forschungen).
- LE ROUX, P. (2014). *Os territorios romanos de Portugal no Alto imperio/Les territoires romains du Portugal au Haut-Empire*, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo (M. I. d'Agostinho Fleming ed.), Suplemento N. 19, MAE.
- LE ROUX, P. (2016). « Quaestiones epigraphicae », *Conimbriga*, 55 (Hommage à J. d'Encarnação), p. 285-299.
- LE ROUX, P. (2014). *La creación romana de Lusitania*. Dans *Lusitania romana. Origen de dos pueblos/Lusitânia romana. Origem de dois povos*. ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M., CARVALHO, A., FABIÃO, C. (eds), 2015. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida.
- MATHIEU, N. (2011). *L'épigraphie et la mémoire. Parenté et identité sociale dans les Gaules et Germanies romaines*, Rennes, PUR.
- NAVARRO CABALLERO M., PALAO VICENTE, J. J., MAGALLÓN BOTAYA, M. Á (2007). *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine*, Bordeaux.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997). *Aquae Flaviae*. I. *Fontes epigráficas da Callaecia meridional interior* (2ª edição), Chaves (Câmara municipal).
- SILVA, V. da, (1944). *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a historia de Lisboa*, Lisbonne.

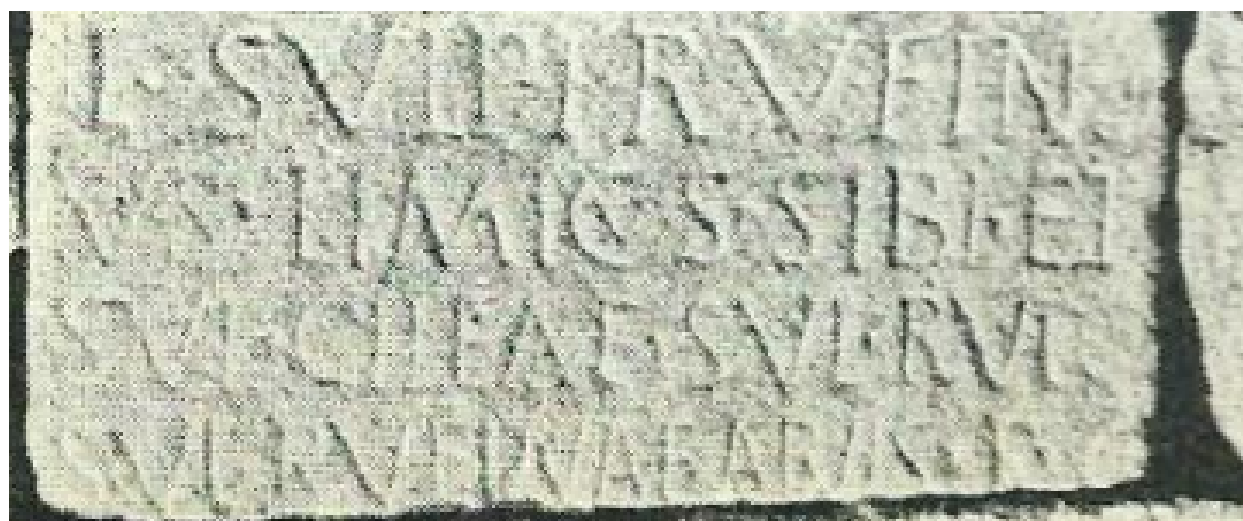


Fig.1 Bis Epitaphe des Sulpicii.

De Gijón a Bragança. Una visión global de la epigrafía del *conventus Asturum*

Recibido: 28 de Setembro de 2024 / Aprobado: 18 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_2

Juan Manuel Abascal¹
Universidad de Alicante

RESUMEN

El *conventus Asturum* es el mayor de los tres conventos del noroeste de *Hispania* e incluye diversos territorios, todos muy diferentes por su paisaje y por sus actividades económicas pero con un denominador común, que es la identidad étnica de todos sus habitantes, que son *Astures*. En este gran *conventus* se han encontrado hasta el momento más de 1.600 inscripciones romanas y hay evidencias de muchas *officinae* diferentes que producen esos monumentos. En el texto se trata de los límites del *conventus* y se muestran algunos elementos singulares de esta colección epigráfica.

PALABRAS CLAVE

Officinae epigráficas, límites geográficos, *legio VII Gemina*, *Asturica Augusta*, *Zoelae*.

ABSTRACT

The *conventus Asturum* is the largest of the three convents in the northwest of *Hispania* and includes various territories, all very different in terms of their landscape and economic activities but with a common denominator, which is the ethnic identity of all its inhabitants, who are *Astures*. In this large *conventus*, more than 1,600 Roman inscriptions have been found to date and there is evidence of many different *officinae* that produced these monuments. The text deals with the limits of the *conventus* and shows some unique elements of this epigraphic collection.

KEYWORDS

Epigraphical *officinae*, geographical limits, *legio VII Gemina*, *Asturica Augusta*, *Zoelae*.

1 ORCID iD: 0000-0002-4906-5820 ; juan.abascal@ua.es

Han transcurrido más de 60 años desde que aquel no tan lejano 1957 se formalizará lo que se dio en llamar “Colaboración Española al *Corpus Inscriptionum Latinarum*”, identificada con las siglas *CECIL* que, bajo la dirección de J. M.^a de Navascués² y con la posterior incorporación de S. Lambrino en representación de los investigadores portugueses debía asumir el trabajo de actualización del *CIL* de la península Ibérica³, el trabajo casi legendario iniciado en los años 60 del siglo XIX por un jovencísimo Hübner⁴ y que no había conocido ningún suplemento desde comienzos del siglo XX⁵.

El paso de los años demostraría que – pese a los impulsos que fue recibiendo⁶– aquella iniciativa no había cuajado, de manera que sólo el impulso dado al proyecto varias décadas después, sin ese innecesario formalismo institucional con el que había surgido, serviría para poner en marcha la redacción de los fascículos publicados hasta la fecha. El tiempo ha demostrado que esa empresa tan compleja de revisar, fotografiar, escribir o publicar inscripciones el éxito sólo dependía de voluntades individuales y de esfuerzos tenaces para llevar a cabo la tarea⁷, ámbito en el que José

d’Encarnação fue un maestro para todos nosotros. Y lo fue porque en 1984 consiguió publicar su obra monumental sobre las inscripciones del *conventus Pacensis*, demostrando con ello que sí, que era posible realizar la tarea de actualización del *CIL* pero que, para eso, era necesario trabajar como marinero en el barco y no sólo dirigirlo como capitán.

Con el trabajo sobre el *conventus Pacensis* José retomó la trayectoria iniciada por los grandes pioneros de la catalogación de las inscripciones portuguesas⁸ y dejó a nuestro alcance un instrumento, ese estupendo libro de las *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, que sigue siendo un necesario instrumento de trabajo para cuantos nos dedicamos a la epigrafía hispánica. ¡Gracias, maestro!

Por eso, para recordar los 40 años de aquella publicación y rendir el merecido tributo a un gran amigo y colega, propongo en las páginas que siguen una evaluación epigráfica muy rápida de un *conventus*, el *Asturum*, que une tierras españolas y portuguesas y que abraza una frontera actual que no lo fue en el pasado ni política ni culturalmente.

El *conventus Asturum* es el mayor de los tres *conventus* jurídicos⁹ en que se dividió el noroes-

2 Balil 1976, pp. 170–171; Abascal 2012, pp. 953–954.

3 García y Bellido 1960, p. 222; Stylow, 1995, p. 20. Cf. Alföldy 1995, pp. 292–295.

4 Hübner 1861 y 1862. Cf. Abascal 2014a, pp. 135–159.

5 La situación del proyecto *CIL* a mediados de los años 50 del siglo pasado está explicada en Schubring 1953, pp. 80–89.

6 Wickert 1929, pp. 54–60; *id.* 1931, pp. 829–844; Erxleben *et al.* 1973, pp. 527–529; Stylow 1984, pp. 365–368.

7 Véase, por ejemplo, con todo el sentido crítico que cada uno quiera añadir, el ingente trabajo de J. Vives y Gatell para publicar sus *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda* (1942/1969) y sus *Inscripciones latinas de la España romana* (1971/72).

8 Anteriormente, formaron parte de esa lista las obras de Antonio Manoel Alves sobre las colecciones de Bragança (Alves, 1933) o de Augusto Vieira da Silva sobre las inscripciones de Olisipo (Silva, 1944).

9 Sobre los conventos jurídicos de Hispania hay una numerosa bibliografía. Véase principalmente Sancho 1978, pp. 171–194; Dopico 1986, pp. 265–283; Haensch 1997, pp. 169–171 y 483; Le Roux 2004, pp. 337–356 (= *id.* 2014, pp. 113–129); Ozcáriz 2006; Alföldy 2007, pp. 333–338; Ozcáriz 2013, pp. 58–95; Abascal 2015, vol. 1, pp. 132–134 y 137; Abascal 2016a, pp. 405–421; Dopico 2017, pp. 243–272. Una visión global del *conventus Asturum*, aunque superada en algunos puntos de vista por la investigación más reciente, puede verse en VV.AA. 1983.

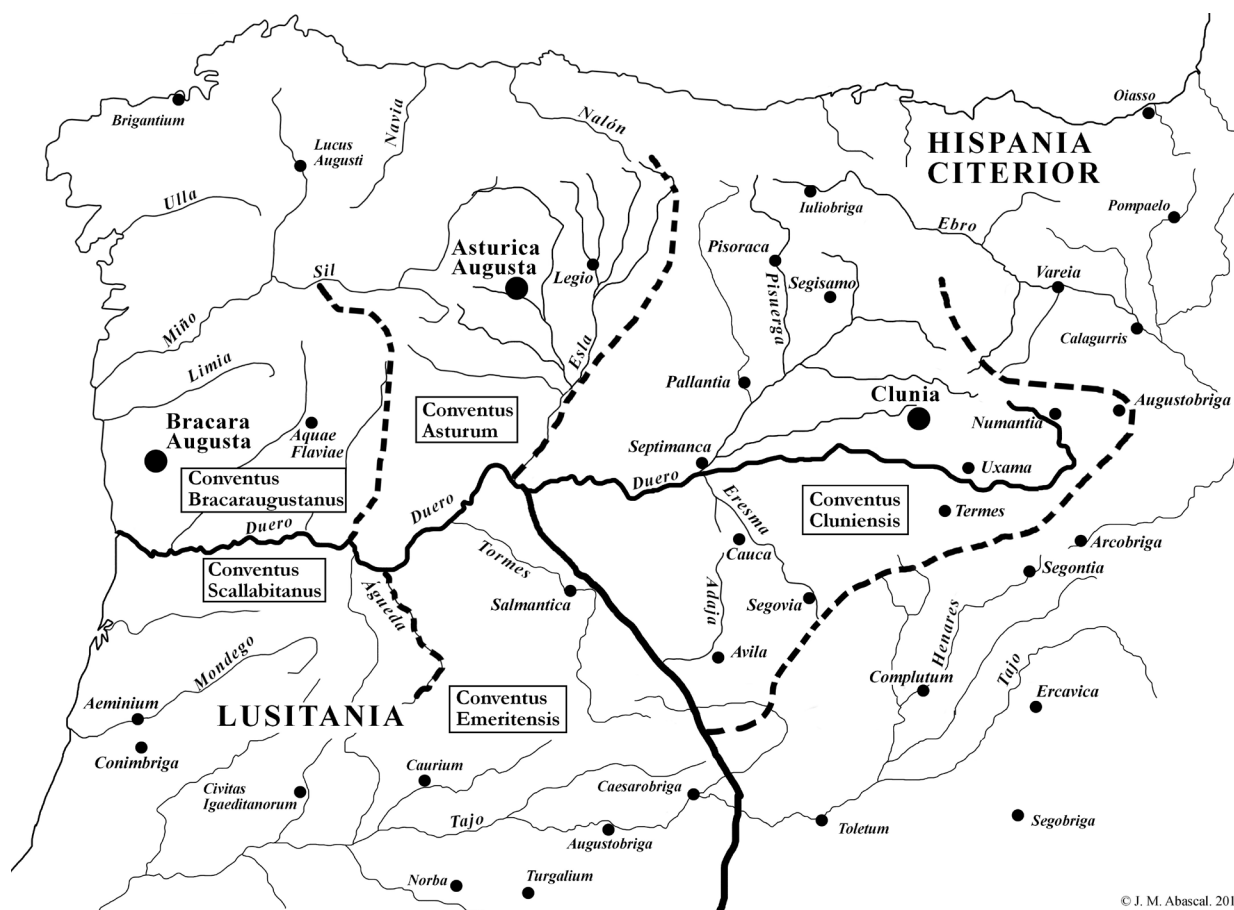


Figura 1. División conventual de la Hispania augustea en las márgenes del río Duero. Según Abascal 2015, fig. 2.

te de la península Ibérica en época augustea¹⁰, pues casi equivale en extensión a la suma del *conventus Lucensis* y del *conventus Bracarum*¹¹. Esa extensión tiene que ver con que se trate del único *conventus* de Hispania que lleva el nombre de una etnia local, los *Astures*, y el único cuyos límites administrativos guardan una relación bastante directa con los de esta comunidad.

En la práctica, eso supone que las tierras del *conventus Asturum* se extienden desde la costa cantábrica hasta el río Duero (Figura 1), en el que el *conventus* se apoya para abrazar las tierras de los *Zoelae*¹². Esa gran extensión de tierra incluye paisajes costeros en la zona septentrional, comarcas de alta montaña en los Picos de Europa, ricos distritos mineros del oro tanto en

10 La cuestión de la cronología ha generado una discusión científica notable que hoy se da por finalizada. La historia de la investigación y los puntos de vista están resumidos en Alföldy 2007, pp. 333–338 y Abascal 2016a, pp. 407–408. Resta por saber si podemos dar por definitiva la existencia de dos estructuras conventuales entre los Astures antes de la época flavia; cf. Alföldy 2007, p. 335. Sobre los *conventus iuridici* de *Callaecia* véase principalmente Tranoy 1981, pp. 150–167; Dopico – Santos 2012, pp. 581–600; Ortiz de Urbina 2018, pp. 429–452.

11 Utilizo esta denominación pliniana de genitivo plural irregular y no la de “Bracarenensis” o “Bracaraugustanus” a partir del uso del término en Plin., *nat.* 4, 34, 111. La discusión sobre la morfología latina del término “Bracarum” se encuentra en Ortiz de Urbina 2018, pp. 436–437 nota 35.

12 Los diferentes puntos de vista sobre la ubicación de los *Zoelae* fueron resumidos inicialmente en Estefanía 1958, pp. 56–57 y han sido retomados posteriormente en Tranoy 1981, p. 52; Lemos 1995, pp. 295–310; Guerra 1995, pp. 127–128; Redentor 2002, pp. 27–31. La fuentes y los diferentes puntos de vista están resumidos en Untermann 2018, 757. Un tratamiento *in extenso* de la cuestión de ubicación y límites puede verse en Beltrán Ortega 2016, pp. 104–108 y 296–298. La cartografía detallada de toda la parte meridional del *conventus*, en donde las dificultades para fijar límites son mayores, se encuentra también en esta última obra. Véanse especialmente los mapas de pp. 114 y 298.

la zona de Las Médulas como en la comarca de la Valduerna, espacios dedicados primordialmente al pastoreo como los de el Aliste zamorano e incluso zonas de producción vinícola en las proximidades del Duero.

Es cierto que los límites conventuales en la Hispania romana no fueron fronteras en el sentido moderno del término ni, probablemente, límites administrativos con un alto grado de precisión geográfica¹³, aunque pudieran existir entre ellos puntos limítrofes con reflejo epigráfico¹⁴, pero en lo que se refiere a la edición de los fascículos de *CIL* II² los conventos deben tener límites claros para poder decidir en qué libro se edita una inscripción y evitar las repeticiones. La discusión del ¿por dónde? y ¿hasta dónde? debe ser siempre previa y conlleva un trabajo de reflexión importante cuando los fascículos conventuales periféricos aún están por hacer. Eso es lo que ocurre con el *conventus Asturum* (*CIL* II², 10), cuya demarcación plantea algunas dificultades que no siempre se han solucionado de manera unánime, pues sólo sabemos que el río *Navia* separaba el *conventus Lucensis* de la parte septentrional del *conventus Asturum*¹⁵ y que el río *Astura*, citado en Floro, Orosio e Isidoro de Sevilla y que debe identificarse probablemente con el Esla¹⁶, atravesaba la tierra de los Astures, a los que seguramente servía como límite oriental. Pero, al mismo tiempo, el límite del *conventus Asturum* debe discutirse junto al de los dos *conventos* que se encuentran situados en su costado occidental,



Figura 2. Altar dedicado al deus Aernus en Castro de Avelãs. Museo de Guimarães. Fotografía: J. M. Abascal.

el *Lucensis* y el *Bracarum*, pues las demarcaciones interiores entre los tres no están explicadas en las fuentes. A eso se debe, por ejemplo, que en la impresionante obra de A. Tranoy sobre la *Gallaecia* antigua, una obra titánica y aún imprescindible publicada en 1981¹⁷, el extremo inferior del *conventus Asturum* se estrechara tanto que la ciudad de Bragança quedara casi enclavada en la línea divisoria de los *conventus Bracarum* y *Asturum*¹⁸ y que la desembocadura del río Sabor en el Duero se utilizara como

13 Sobre la cuestión, véase Ozcáriz 2006, pp. 109–116, que resume la bibliografía anterior.

14 Ozcáriz 2006, p. 109, a propósito de una inscripción de Colmenar Viejo (Madrid), que su primer editor (Stylow 1990, pp. 317–323, de donde dependen *AE* 1990, 580 y *HEp* 4, 1994, 533) consideró un posible límite entre los *conventus Caesaraugustanus* y *Carthaginiensis* (*ibid.*, 322).

15 Plin., *nat.* 4, 111: *et deinde [exstat] conuentus Lucensis a flumine Nauia, Albiones, Cibarci, Egiuarri cognomine Namarini, Adoui, Arroni, Arrotrebae.*

16 Schulten 1959, vol. 2, pp. 81–83; Roldán 1970, p. 218. Las referencias originales se encuentran en Flor. *epit.*, 2, 33; Oros., *adv. pag.* 6, 21, 1–3, 9–11; Isid. *orig.* 9, 2, 112.

17 Tranoy 1981.

18 Tranoy 1981, Carte III.

punto limítrofe del *conventus Asturum*¹⁹, cuando es probable que esa función corresponda a la desembocadura del río Túa en el Duero²⁰. En este sentido, el intento de armonizar límites antiguos de *Hispania* con límites actuales de provincias españolas y distritos portugueses – por ejemplo, subiendo hacia el norte el límite meridional del *conventus Lucensis*, reduciendo el territorio de los Zoelas²¹ o asignando el territorio de los *Zoelae* al *conventus Bracarum*²² – ha dado como resultado también algunas soluciones gráficas absolutamente alejadas de la realidad.

En la demarcación conventual de este inmenso territorio de la antigua *Gallaecia* han jugado y han de jugar un papel esencial algunos miliarios cuyo cómputo de distancia se hace a partir de capitales conventuales como *Lucus Augusti* o *Bracara Augusta*. Tradicionalmente se ha entendido que esa vinculación de un cómputo viario a una determinada capital conventual debería ser indicio de que el epígrafe se encuentra enclavado

dentro de un convento u otro²³. Esta suposición, que en algunas zonas de la península Ibérica puede ser discutible, parece funcionar bien en lo que se refiere a la separación de los *conventus Bracarum* y *Lucensis* en la provincia de Pontevedra – donde varios miliarios descubiertos entre las localidades de Pontevedra y Redondela contienen la cuenta de millas desde *Lucus Augusti*²⁴ –, pero no ayuda con el límite oriental del *conventus Bracarum* excepto en la zona situada entre Quiroga (Lugo) y Castro Caldelas (Ourense), próxima al alto de Cerdeira, en el extremo oriental de la provincia de Ourense²⁵, pues disponemos de cómputos miliarios tomados desde *Bracara Augusta* y de otros dependientes de *Asturica Augusta*.²⁶

En el extremo meridional del *conventus Asturum*, cualquier intento de asignación de límites debe tener en cuenta la condición de Astures de los *Zoelae*, como sabemos por las fuentes literarias antiguas²⁷. Eso obliga a incluir toda la zona de Bragança²⁸, de Castro de Avelãs (Figura 2) y del

19 Tranoy 1981, Carte III, seguido en Rodríguez Colmenero – Álvarez Asorey 2008, p. 10; Rodríguez Colmenero – Ferrer 2014, p. 123, fig. 53. En contra de esa fijación en el Sabor ya se pronunció Estefanía 1958, p. 57, que habla de un límite “al occidente del río Sabor”.

20 Aceptamos así la propuesta que nos formuló hace unos años A. Redentor y que servirá de base para la redacción del fascículo de CIL II correspondiente al *conventus Asturum*.

21 Opción gráfica tomada en TIR K-29, en donde el límite entre el *conventus Bracarum* y el *Asturum* se lleva al río Sabor.

22 Como aún se puede ver en ciertas imágenes expuestas en algún museo del noroeste.

23 CIL II 4871, de Ponte de Lima: a *Bracara Aug.* m. p. XX; EE IX 418, de Redondela (Pontevedra): A *Tude* m. p. VII; CIL II 6231, de Vilaboa (Pontevedra): a *L(uco) Aug(usti)* m. [- - -]; CIL II 4877, de Almuiña (Pontevedra): a *L(uco) Aug(usti)* m. p. LXXXV; Rodríguez Colmenero *et alii* 2004, n.º 200, de Ponte do Burgo (Pontevedra): a *L(uco) Aug(usti)* m. p. LXXXVI.

24 Se trata de los miliarios CIL II 6231 (Abascal 2020, pp. 48–49 n.º 2), CIL II 6230 = II 4877 (Abascal 2020, pp. 50–51 n.º 3) y un tercer ejemplar publicado en Abascal 2020, pp. 51–52 n.º 4. La cuestión del límite conventual ha sido desarrollada en Álvarez Asorey 2001, pp. 169–176. Cf. Estefanía 1958, p. 55.

25 Tranoy 1981, 158: “ce point pourrait être un limite”. También Rodríguez Colmenero *et al.* 2004, 372 ubican en este punto el límite entre los *conventus Bracarum* y *Asturum*. A este respecto hay que tener en cuenta lo dicho por el que, probablemente, fue el mejor conocedor de ese tramo de la *Via nova*: Caamaño 1973, pp. 212–220; *id.* 1975, 596–601; *id.* 1976, pp. 121–130; *id.* 1979, pp. 203–227.

26 Por ejemplo, AE 1974, 400, caído junto al río Bibei en las proximidades de A Pobra de Trives (Ourense): *Ab Astur(ica) m(ilia) p(assuum)* XCIV.

27 Plin., *nat.* 3, 4, 28: “... Cantabri. Iunguntur iis Asturum XXII populi divisi in Augustanos et Transmontanos, Asturica urbe magnifica; in iis sunt Gigurri, Paesici, Lancienses, Zoelae”.

28 Los conjuntos epigráficos están recogidos en Alves 1933 y, sobre todo, en Redentor 2002.

área de Vinhais, por lo que la Serra de Nogueira pudo ser un límite natural de este *conventus* y eso llevaría a incluir en el mismo poblaciones como Macedo de Cavaleiros y Vila Flor, entre otras. En esas condiciones, el curso inferior del río Túa, como se ha dicho, parece un límite razonablemente probable.

Por el sur, el *conventus Asturum* debe alcanzar el río Duero si hacemos caso a Plinio²⁹, que claramente indica que el *Durius* separa “ab Asturia Vettonibus, a Lusitania Gallaecis”. Una conocida inscripción de Vilariça (Torre de Moncorvo, distrito de Bragança)³⁰ dice: *Ioui | Optimo | Max(ximo) | ciuitati | Baniensi | Sulp(icius) Bas(s)u|s d(ono) d(edit)*. El epígrafe procede de un lugar al norte del Duero en un espacio que debería pertenecer al *conventus Asturum* pero menciona una *civitas Baniensis*³¹ que aparece entre los pueblos Lusitanos citados en la inscripción del puente de Alcántara³². Si se considera que la referencia a la *civitas Baniensis* debe interpretarse como la evidencia de que este centro se encontraba en el lugar de hallazgo de la inscripción, la Lusitania se extendería al norte del Duero³³. Esta interpretación, sin embargo, choca con el hecho de que

la inscripción dice *civitati | Baniensi* y no *civitas | Baniensis*, con lo que la *civitas* es objeto de la dedicación como lo es el propio Júpiter con el que se inicia el texto³⁴. Esto excluye que podamos utilizar el epígrafe como un indicador geográfico y devuelve al río Duero el protagonismo que Plinio le dio cuando, con rotundidad, escribió que “a Durio Lusitania incipit”³⁵. Para armonizar unos y otros puntos de vista hay que considerar como probable la sugerencia de que el territorio de la *civitas Baniensis* pudiera encontrarse “a ambos lados del río Duero, pero formando parte de la Lusitania, lo que no entraría en contradicción con la cita pliniana”³⁶.

Los límites conventuales por el este son mucho más fáciles de identificar porque, primero el Duero hasta Moral de Sayago y Villalcampo, y luego el Esla desde su desembocadura hacia el norte, constituyen una divisoria natural que debería cerrar el *conventus Asturum* por este lado.

Con los márgenes territoriales a los que hemos hecho referencia, el *conventus Asturum* incluye una parte de Asturias³⁷, León³⁸ y Zamora³⁹, algo de la provincia de Ourense y una zona significativa del distrito de Bragança⁴⁰. Con datos de

29 Plin., *nat.* 4, 34, 112.

30 *CIL* II 2399 y p. XLIV (*EE* VIII, p. 397 n.º 107).

31 Untermann 2018, pp. 245–246.

32 *CIL* II 760.

33 Alarcão 1988, 34–35, seguido en el *Atlas onomástico de la Lusitania romana*, Plácido 2002, p. 123; Redentor 2017, p. 431 con mapa; etc. El problema ha sido tratado de forma muy interesante en Beltrán Ortega 2016, pp. 152, 174 y, sobre todo, pp. 296–298.

34 Este matiz ya fue observado en su día por Tranoy 1981, p. 319 y Le Roux 2017, pp. 23–45 n.º 2 (*id.* 2022, p. 413 y anexo n.º 2).

35 Plin., *nat.* 4, 34, 112.

36 Beltrán Ortega 2016, p. 296.

37 Diego 1985; Escortell 1975.

38 La epigrafía romana de la provincia de León ha sido objeto de repetidas atenciones en los últimos cuarenta años: Rabanal 1982; Diego 1986; Rabanal – García Martínez 2001.

39 El catálogo de las inscripciones romanas de la provincia de Zamora sigue siendo, sustancialmente el elaborado por Bragado en 1991, aunque debe completarse con el gran catálogo de Beltrán Ortega sobre la “Asturia meridional y la Lusitania nororiental”.

40 Redentor 2002.

mayo de 2024, eso representa 1.662 inscripciones según puede verse en el Cuadro 1, lo que convierte al *conventus Asturum* en uno de los de mayor volumen epigráfico de Hispania. En esa cifra tan elevada de textos juega un papel determinante la inclusión en este fascículo de la base campamental de la *legio VII Gemina* en León y del importante conjunto de *Asturica Augusta*. Pero no menos importancia numérica tienen conjuntos como los de Villalcampo (Zamora)⁴¹, conservado en el Museo de Zamora⁴², o los de Miranda do Douro con sus fregesías.

<i>Conventus Asturum</i> (datos de mayo 2024)		
	N.º de textos	%
León	829	49,88
Zamora	386	23,23
Bragança	281	16,91
Asturias	136	8,18
Ourense	30	1,81
	1.662	100

Cuadro 1. Distribución territorial de las inscripciones del *conventus Asturum*.

En ese espacio tan gigantesco hay multitud de ámbitos epigráficos completamente diferentes. En la parte septentrional, con una ausencia absoluta de núcleos privilegiados y delimitada por la costa cantábrica y la zona de montaña de los Picos de Europa, el número de inscripciones es proporcionalmente más reducido que en zonas más meridionales, si bien en el ámbito de los Cantabros Vadinienses, a caballo entre el *conventus Asturum*

y el *conventus Cluniensis*, esa densidad epigráfica aumenta de manera significativa. Hay que destacar la escasez de inscripciones en las estribaciones y el piedemonte meridional de los Picos de Europa.

Ese panorama cambia en la parte central del *conventus*, que incluye el asentamiento militar de la *legio VII Gemina*, los de sus *vexillationes* en la comarca de la Valduerna, el distrito minero de Las Médulas, *Asturica Augusta* y las fértiles tierras del Bierzo. En estas zonas hay una concentración epigráfica muy alta, sólo comparable a la de algunas zonas de la *Baetica* o de la costa mediterránea.



Figura 3. Estela funeraria de Flavius Tertullu. y de Annia Mont(- -) y Annius Fronto in Santibáñez de Vidriales (Zamora), junto al campamento de la *legio X Gemina*. Fotografías: J. M. Abascal.

Por fin, más al sur, esa densidad epigráfica se mantiene e incluso se incrementa cuando rebasamos hacia el suroeste el campamento de la *legio X Gemina* y de las unidades auxiliares de *Petavonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora)⁴³ y

41 El conjunto más importante, aparecido a mediados del siglo XX con motivo de las obras para la construcción de la presa de Villalcampo, en la confluencia del río Esla con el Duero, está recogido en Diego 1954, pp. 461-492 y en Velasco 1968. Todas las piezas están recogidas en el catálogo zamorano de Bragado 1991.

42 Quiero manifestar mi agradecimiento a D.ª Rosario García Rozas, directora del Museo, por su apoyo en esta tarea y por habernos dado todas las facilidades para llevar a cabo la revisión de los fondos epigráficos conservados en la institución en 2020 y 2024. Mi gratitud también para D. Alberto del Olmo, conservador del mismo Museo, que nos ha prestado en nuestras visitas al centro una ayuda imprescindible.

43 Martín y Delibes 1975; García Martínez 1997, pp. 9-20; Carretero 1998, pp. 47-86; Hernández Guerra 1999; Romero – Carretero 1999, pp. 1077-1108; Carretero 2000; Martín – Romero – Carretero 2002, pp. 137-154; Palao 2006, pp. 423-438.

nos adentramos en las altísimas concentraciones de la comarca de Aliste hasta Villalcampo y Moral de Sayago o cuando avanzamos hacia el extremo conventual por Bragança o Miranda do Douro. Una simple visita a las reservas de los principales museos de esas comarcas demuestra que estamos ante el trabajo de *officinae* muy especializadas que producen piezas que han llegado a tener denominación propia, como es el caso de las ‘estelas de Picote’⁴⁴, algunas de cuyas características formales se repiten fuera de ese ambiente, en el área de Rosinos y Santibáñez de Vidriales (Figura 3), en territorio de *Petavonium*, como mostramos hace unos años con ejemplos de epígrafes de la segunda de estas localidades⁴⁵. La extensión de la influencia mirandesa hacia el norte es una evidencia en el ámbito epigráfico.

La proliferación epigráfica de la parte meridional del *conventus* coincide con la aparición de un repertorio iconográfico apenas conocido más al norte: las cabeceras semicirculares de las estelas se pueblan de rosetas en movimiento hacia izquierda o derecha, mientras los campos epigráficos se rehunden y quedan limitados por pilastras⁴⁶ y la parte inferior de los monumentos se llena de las altísimas arqueras que Cumont consideraba las puertas de acceso al más allá.

En todo caso, toda la epigrafía conventual muestra una serie de características dominantes entre las que la más importante es el alto predominio de las inscripciones funerarias sobre las votivas, con valores que invierten los del vecino *conventus*

Lucensis, en donde la epigrafía votiva es muy superior en términos numéricos a la funeraria.

El elevado número de inscripciones –en menor número votivas que funerarias– de la parte meridional del *conventus*, es decir, de los ámbitos hoy pertenecientes a la provincia de Zamora⁴⁷ y al distrito de Bragança⁴⁸, ofrece un muestrario de enorme riqueza en cantidad y en calidad en el que se pueden individualizar tendencias y rasgos comarcales. Quizá lo más destacable sea la posibilidad de individualizar divinidades exclusivas de este territorio, como es el caso de *Mentoviacus*⁴⁹, o de aislar nombres personales que ahora sabemos que son propios de los Astures, como *Emuria*, *Iemuria* y *Iumuria*.

En esas colecciones tan numerosas que ofrece el *conventus*, salvando las grandes diferencias regionales ya citadas, algunos conjuntos tienen personalidad propia y nos extenderemos a propósito de uno de ellos, no tanto por el contenido de los epígrafes, cuya importancia se ha puesto de manifiesto en diversas ocasiones, sino a propósito de la forma de los monumentos y de su ubicación original.

En junio de 1967, durante las obras de cimentación “del edificio propiedad de don José María Gómez de Cela”⁵⁰ en la ciudad de Astorga, con acceso al paseo Blanco de Cela, apareció un conjunto de ocho altares (Figura 4) que llamó inmediatamente la atención de los arqueólogos y epigrafistas, de modo que Antonio García y Bellido⁵¹ preparó una temprana edición del conjunto y casi simultáneamente también lo

⁴⁴ Tranoy 1981, pp. 349–359; Le Roux – Tranoy 1984, pp. 37–39; Encarnação 1993, pp. 242–243; Navarro 1998, p. 177; Abascal 2014b, pp. 149–150. 0

⁴⁵ Abascal 2016b, pp. 345–360

⁴⁶ Sobre este repertorio decorativo, véase especialmente Abásolo –García Rozas 1990, pp. 545–560.

⁴⁷ Bragado 1991.

⁴⁸ Redentor 2002.

⁴⁹ Abascal 2024, pp. 31–41, a partir de cuatro altares dedicados a esta divinidad que se encuentran situados entre la ciudad de Zamora y el área de Villalcampo.

⁵⁰ Diego 1968, p. 91.

⁵¹ Gracia y Bellido 1968, 191–209.



Figura 4. Composición aproximada en su situación original de tres de los altares de los procuradores Augustales de Asturica Augusta. Fotografías: J. M. Abascal.

hizo Francisco Diego Santos⁵². Según las noticias publicadas sobre el hallazgo, los tres primeros aparecieron a unos cinco metros de profundidad, otros cuatro a una cota similar cuando se buscaba el asiento rocoso para cimentar columnas y el octavo en los restantes trabajos en la cimentación⁵³. La descripción del hallazgo parece corresponder a la de un mismo espacio o ámbito de época romana y a una cota similar. Se da la circunstancia de que todos los altares están dedicados por procuradores Augustales de rango ecuestre – seguramente los *procuratores Asturiae et Callaeciae* que tuvieron sede en *Asturica Augusta* desde finales del siglo I d.C.⁵⁴ – y de que todos los altares invocan divinidades romanas y orientales que en algún caso, corresponden al lugar de origen de estos personajes, como ocurre con las divinidades de *Smyrna* de *G. Iulius Silvanus*

Melanio, que es uno de los protagonistas de esta serie de altares. Y decimos altares porque el texto y el aspecto frontal de estas piezas corresponden a lo que habría que esperar en los altares, pero no hay que olvidar que algunas de estas piezas tienen espesores más próximos a los de las estelas porque, como es probable, estos altares se diseñaron para estar pegados a una pared.

El conjunto, que hoy se exhibe de forma conjunta en el Museo de los Caminos en Astorga (León), seguramente reunía las muestras de piedad de los procuradores de rango ecuestre que se habían sucedido en el cargo en la ciudad de *Asturica Augusta* y eso nos lleva a discutir su ubicación. A pesar de su gran calidad técnica en lo que al grabado del texto y la decoración se refiere, algunos de estos altares muestran una pequeña falta de paralelismo entre el plano supe-

⁵² Diego 1968, p. 91–106.

⁵³ Diego 1968, p. 92.

⁵⁴ Sobre el establecimiento de esta procuratela ducenaria, véase Alföldy 2000, pp. 45–46 e *id.* 2002, pp. 56–57.

rior y el inferior. Es decir, algunas de las cuñas de madera que permiten asentar el monumento sobre la peana metálica en que hoy se exhibe son, al mismo tiempo, correctores de la verticalidad del altar, pues de haberse apoyado sobre su plano inferior algunas líneas parecerían inclinadas a un lado u otro (Figura 4). Quien preparó los soportes de algunas de estas piezas lo hizo pensando ya en el espacio en que se iban a colocar, de forma que los planos inferiores se biselaron en función de esa ubicación, siempre con el objetivo de que el texto pudiera ser leído en líneas perfectamente horizontales. Pero no todos los altares se inclinan hacia el mismo lado y tampoco todos se inclinan. En algunos casos, se ve perfectamente que el plano de apoyo tiene una inclinación descendente de izquierda a derecha y, en otros casos, esa línea es ascendente. La razón hay que buscarla en el hecho de que estos monumentos debían forrar las paredes de una sala, un recinto que no tenía un pavimento completamente horizontal sino que mostraba una cierta inclinación. De ese modo, los altares que cubrían una pared compartían una misma orientación del plano de apoyo inferior y, los de la pared de enfrente, lo hacían a la inversa. La reducida cantidad de monumentos que aparecieron en aquel hallazgo casual de 1967 no permiten extendernos sobre este punto, pues contamos con una muestra muy reducida.

Ahora bien, si los altares, como parece, procedían de un mismo espacio, es muy probable que esa sala fuera un *sacellum* situado dentro de la residencia de los *procuratores Asturiae et Callaeciae de Asturica Augusta*. Hoy por hoy, no podemos explicar de otra manera esta concentración de piezas si tenemos en cuenta que se trata de un conjunto muy homogéneo que, además, comparte un pequeño defecto formal para adaptarse al espacio que ocupaban.

Es difícil establecer la datación de esta serie que, seguramente, se deba situar en una horquilla temporal muy amplia pues sólo conocemos una pequeña muestra de los altares dedicados por los procuradores asturicensis. Sin embargo, se pueden manejar dos argumentos para situar al menos una parte de las piezas. En primer lugar, uno de los altares de ese conjunto fue dedicado por *G. Iulius Silvanus Melanio*, el conocido funcionario de época severiana temprana⁵⁵. En segundo lugar, otros dos altares, dedicados por *P. Aelius Hilarianus*, fueron objeto de un borrado parcial, una *damnatio memoriae* muy precisa⁵⁶, para eliminar del texto el nombre de Cómodo sin que esto supusiera la retirada de ambos monumentos. Es decir, al menos dos de los ocho altares fueron grabados entre los años 180–192 –los de *P. Aelius Hilarianus*– y uno lo fue entre finales de esa centuria y los primeros años del siglo III, seguramente aún en tiempos de Septimio Severo. Los dos altares de *P. Aelius Hilarianus* evidencian, además, que la *damnatio* del nombre de Cómodo no debió alterar el aspecto físico de esa estancia, que recogía la historia de la procuratura asturicense y que constituía el recuerdo gráfico de la piedad de procuradores llegados desde diferentes lugares del Imperio hasta este extremo occidental del Imperio, donde su cometido era, por encima de todo, controlar la fiscalidad de las vecinas explotaciones auríferas.

55 Abascal y Alföldy 1998, pp. 157–168; Domergue 2014, pp. 241–256.

56 Mossong y Abascal 2019, pp. 363–381.

Bibliografía

- ABASCAL, J. M. (2012), “Joaquín María de Navascués y de Juan”. En: Heid, S. y Dennert, M. Eds., *Personenlexikon zur christlichen Archäologie*. Regensburg: Schnell & Steiner, vol. 2, pp. 953–954.
- ABASCAL, J. M. (2014a) “Hübner y el Corpus Inscriptionum Latinarum II”. En: M. Blech *et al.* Eds., *Emil Hübner und die Altertumswissenschaften in Hispanien. Akten des Colloquiums in Madrid vom 19. bis 20. November 2008 zu Ehren des 175. Geburtstages von Emil Hübner* (*Iberia Archaeologica* 14/4), Darmstadt: von Zabern, pp. 135–159.
- ABASCAL, J. M. (2014b) “Oficinas y estilos en el hábito epigráfico de la Hispania romana”. En: Bustamante, M. y Bernal, D. Eds., *Artífices idóneos. Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania* (*Anejos de AEspA* 71). Mérida: CSIC, pp. 143–168.
- ABASCAL, J. M. (2015): “Una perspectiva administrativa de la Hispania de Augusto”. En: López Vilar, J. Ed., *Actes 2on Congrés Internacional d'Arqueologia i món antic. August y les províncies occidentals. 2000 aniversari de la mort d'August. Tarragona, 26–29 de novembre de 2014*, Tarragona: Fundació Mutua Catalana, pp. 129–140.
- ABASCAL, J. M. (2016a) “La intervención imperial en las capitales conventuales de Hispania”, *Revista de Historiografía*, 25, pp. 405–421.
- ABASCAL, J. M. (2016b) “Officina epigráfica de Sansueña (Rosinos y Santibañez de Vidriales, Zamora)”. En: Carbonell, J. y Gimeno, H. Eds., *A Baete ad fluvium Anam. Cultura epigráfica en la Bética occidental y territorios fronterizos. Homenaje al profesor José Luis Moralejo Álvarez*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, pp. 345–360.
- ABASCAL, J. M. (2020) “Miliarios romanos de la provincia de Pontevedra (Hispania citerior)”, *Anuario Brigantino*, 43, pp. 47–86.
- ABASCAL, J. M. (2024) “*Deus Mentoviacus*”. En: Killen, S. *et al.* Eds., *Caput studiorum. Festschrift für Rudolf Haensch zu seinem 65. Geburtstag*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, pp. 31–41.
- ABASCAL, J. M. y ALFÖLDY, G. (1998) “Zeus Theos Megistos en Segobriga”, *Archivo Español de Arqueología* 71, pp. 157–168.
- ABASCAL, J. M. (en prensa) “Los corpora de las inscripciones latinas en la Península Ibérica: una obra internacional”. En: *Actas del Coloquio 'Arqueología en la Península Ibérica. Más de un siglo de cooperación internacional / Archéologie en péninsule Ibérique Plus d'un siècle de coopération internationale. Casa de Velázquez (Madrid), 15–17 de noviembre de 2017'*.
- ABÁSULO, J. A. y GARCÍA ROZAS, R. (1990) “Sobre las estelas zamoranas y su ornamentación”. En: *Actas del primer Congreso de Historia de Zamora. Tomo 2: Prehistoria y mundo antiguo*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos, pp. 545–560.
- ALARCÃO, J. de (1988) *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América (*Forum da História*, 1)
- ALFÖLDY, G. (1995) “De statu praesenti Corporis Inscriptionum Latinarum et de laboribus futuris ad id pertinentibus”, *Epigraphica*, 57, pp. 292–295.
- ALFÖLDY, G. (2000) *Provincia Hispania superior* (*Schriften der Philosophisch-historischen Klasse der Heidelberger Akademie der Wissenschaften* 19). Heidelberg: Universitätsverlag. Edición española: *Provincia Hispania superior* (*Universidade Da Coruña, Monografias* 9). A Coruña 2002.
- ALFÖLDY, G. (2007) “Fasti und Verwaltung der hispanischen Provinzen: zum heutigen Stand der Forschung”. En: Haensch, R. y Heinrichs, J. Eds., *Herrschen und Verwalten. Der Alltag der römischen Administration in der Hohen Kaiserzeit*. Köln: Böhlau, pp. 325–356.

- ÁLVAREZ ASOREY, R. (2001) “El límite oceánico de separación entre el *conventus Lucensis* y el *Bracarenensis* a partir del estudio de los miliarios de la vía XIX del Itinerario de Antonino”, *Larouco*, 3, pp. 169–176.
- ALVES, F. M. (1933) *Guia epigráfico do Museu Regional de Bragança (Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, 9)*. Porto: Guedes.
- BALIL, ALBERTO (1976) “Joaquín María de Navascués (1900–1975) in memoriam”, *Epigraphica*, 38, pp. 170–171.
- BELTRÁN ORTEGA, A. (2016) *Epigrafía y territorio: las civitates de la Asturia meridional y la Lusitania nororiental*. Madrid. Tesis Doctoral. Universidad Complutense (on line).
- BRAGADO TORANZO, J. M.^a (1991) *Fuentes literarias y epigráficas de la provincia de Zamora y su relación con las vías romanas de la cuenca del Duero*. León: Universidad de León. Tesis Doctoral en microficha.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1973) “Los miliarios del alto de la Cerdeira (Puebla de Trives, Orense)”, *Cuadernos de Estudios Gallegos* 28 n.º 85, pp. 212–220.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1975) “Los miliarios de Puente Bibey-Puebla de Trives (Orense)”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 40–41, pp. 596–601.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1976) “Aportaciones al estudio de los miliarios del tramo orensaño de la Vía XVIII”, *Boletín Auriense* 6, pp. 121–130.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1979) “Aportaciones al estudio de la Vía 18: los codos del Larouco y el puente romano sobre el río Bibey”, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 45, pp. 203–227.
- CARRETERO VAQUERO, S. (1998) “Grafitos del campamento romano de *Petavonium* (Rosinos de Vidriales, Zamora)”, *Brigecio*, 8, pp. 47–86.
- CARRETERO VAQUERO, S. (2000) *El campamento romano del “Ala II Flavia” en Rosinos de Vidriales (Zamora). La cerámica*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos.
- DIEGO SANTOS, F. (1954) “Las nuevas estelas astures. Importantes datos del ángulo sureste augustano para la onomástica indígena”, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, VIII n.º 23, pp. 461–492.
- DIEGO SANTOS, F. (1959) *Epigrafía romana de Asturias*. Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos. Hay una edición actualizada de Oviedo 1985.
- DIEGO SANTOS, F. (1968) “Ocho lápidas votivas de Astorga. Sobre epigrafía romana”, *Archivum*, 18, pp. 91–106.
- DIEGO SANTOS, F. (1986) *Inscripciones romanas de la provincia de León*. León: Diputación provincial de León.
- DOMERGUE, Cl. (2014) “L’inscription votive de C. Iulius Silvanus Melanio à Segobriga et les carrières de lapis specularis voisines”. En: Boube, E. et al. Eds., *De Rome à Lugdunum des Convènes. Itinéraire d’un Pyrénéen par monts et par vaux. Hommages à Robert Sablayrolles*. Bordeaux: Ausonius, 241–256.
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a D. (1986) Los *conventus iuridici*. Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerión*, 4, pp. 265–283.
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a D. (2017) “Los *conventus iuridici*: la aportación de la *Naturalis historia* de Plinio el Viejo”. En: Ciprés, P. Ed., *Plinio el Viejo y la construcción de la Hispania citerior (Revisiones de Historia Antigua, VIII)*. Vitoria: Universidad de País Vasco, pp. 243–272.
- DOPICO CAÍNZOS, M.^a D. y Santos Yanguas, J. (2012) “La adecuación de las entidades indígenas a la nueva administración romana: el ejemplo de los *conventus* del noroeste peninsular”. En: Santos Yanguas, J. y Cruz Andreotti, G. Eds., *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano (Revisiones de Historia Antigua VII)*. Vitoria: Universidad del País Vasco, pp. 581–600.

- ENCARNAÇÃO, J. (1984) *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. (1993) “L’épigraphie du village à l’extrême Occident d’Hispania”. En: Calbi, A. et al. Eds., *L’Epigrafia del Villaggio. VII Colloquio Internazionale sul Tema L’Epigrafia del Villaggio. Forlì 1990*, Bologna: Università, pp. 237-259.
- ERXLEBEN, E. et al. (1973) “Berichte über die Arbeiten des Zentralinstituts für Alte Geschichte und Archäologie der Akademie der Wissenschaften der DDR an den Unternehmungen IG, CIL und PIR”. En: *Akten des VI. Internationalen Kongresses für Griechische und Lateinische Epigraphik. München 1972*, München: Beck, pp. 527-529.
- ESCORTELL PONSODA, M. (1975) *Catálogo de las salas de cultura romana del Museo arqueológico de Oviedo*. Oviedo: Principado de Asturias.
- ESTEFANÍA, M.^a del D. N. (1958) “Notas para la delimitación de los conventos jurídicos en Hispania”. *Zephyrus*, 9, pp. 51-57.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1960) “Preparación del nuevo volumen del CIL II”, *Archivo Español de Arqueología*, 33, n.º 101-102, pp. 221-222.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1968) “Lápidas votivas a deidades exóticas halladas recientemente en Astorga y León”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 163, pp. 191-209.
- GARCÍA MARTÍNEZ, S. M.^a (1997) “Los restos epigráficos de *Petavonium*. Nuevas aportaciones”. *Studia Zamorensia*, segunda época, 4, pp. 9-20.
- GUERRA, A. (1995) *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- HAENSCH, R. (1997) *Capita provinciarum. Statthaltersitze und Provinzialverwaltung in der römischen Kaiserzeit*. Mainz am Rhein: von Zabern.
- HERNÁNDEZ GUERRA, L. (1999) *Epigrafía romana de unidades militares relacionadas con Petavonium. Rosinos de Vidriales (Zamora)*. Estudio religioso y prosopográfico, Valladolid: Universidad
- HÜBNER, E. (1861) “Epigraphische Reiseberichte aus Spanien und Portugal”, *Monatsberichte der Königlichen Preuss. Akademie der Wissenschaften zu Berlin 1860*, pp. 231-241 (I-II. [Barcelona y Tarragona]), pp. 324-332 (III. [Madrid]), pp. 421-450 (IV. [Valencia y Murcia]) y pp. 594-643 (V. [Costa de Andalucía]).
- HÜBNER, E. (1862), “Epigraphische Reiseberichte aus Spanien und Portugal”, *Monatsberichte der Königlichen Preuss. Akademie der Wissenschaften zu Berlin 1861*, pp. 16-113 (VI. Granada, Jaén, Córdoba, Sevilla), pp. 378-405 (VII. Extremadura), pp. 525-549 (VIII. Sin título), pp. 721-771 (IX. Lissabon und das südliche Portugal), pp. 771-807 (XII. Portugal nördlich von Tajo), pp. 807-837 (XIII. Galicien, Leon, Asturien) y pp. 938-986 (XIV. Altkastilien, die baskischen Provinzen, Navarra, Aragón, Catalonien und Menorca). No existen los informes X y XI.
- LE ROUX, P. (2004): “La question des *conventus* dans la péninsule Ibérique d’époque romaine”. En: *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à Alain Tranoy*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 337-356.
- LE ROUX, P. (2017) “Les inscriptions et l’histoire provinciale de la Lusitanie”. En: Nogales. T. Ed., *Lusitania del pasado al presente de la investigación Actas de la IX Mesa Redonda internacional de Lusitania, (Museo Arqueológico Nacional, 29-30 septiembre 2016)*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 23-45.
- LE ROUX, P. y TRANOY, A. (1984). “L’épigraphie du nord du Portugal: bilan et perspectives”. *Conimbriga*, 23, pp. 19-41.
- LEMOS, F. S. (1995) “*Zoelas e ciuitas Zoelarum*: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste”. En: Jorge, V. O., coord., *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993)*. Actas. Porto:

- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35:2), vol. 6, pp. 295–310.
- MARTÍN VALLS, R. y DELIBES DE CASTRO, G. (1975) *Sobre los campamentos de Petavonium* (*Studia Archaeologica* 36), Santiago: Universidad de Santiago de Compostela y Valladolid: Universidad de Valladolid.
- MARTÍN VALLS, R. et al. (2002) “Marcas militares en materiales de construcción de *Petavonium*”. En: Morillo Cerdán, A. Coord., *Arqueología militar romana en Hispania (Anejos de Gladius*, 5). Madrid: CSIC, pp. 137–154.
- MOSSONG, I. y ABASCAL, J. M. (2019) “*Dos damnationes memoriae* de Commodo en *Asturica Augusta* (Astorga, León, Hispania citerior)”. *Chiron* 49, pp. 363–381.
- NAVARRO CABALLERO, M. (1998) “Las estelas en brecha de Santo Adrião: observaciones tipológico-cronológicas”. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 64, pp. 175–206.
- ORTIZ DE URBINA, E. (2018) “Referencias escritas y denominaciones latinas de los tres conventus del noroeste de Hispania”. En: Vallejo, J. M.^a et al. Eds., *Studia philologica et diachronica in honorem Joaquín Gorrochategui. Indoeuropaea et Palaeohispanica (Anejos de Veleia, series minor, 35)*, Vitoria: Universidad del País Vasco, pp. 429–452.
- OZCÁRIZ GIL, P. (2006) *Los conventus de la Hispania citerior*. Madrid: Universidad rey Juan Carlos.
- OZCÁRIZ GIL, P. (2013) *La administración de la provincia Hispania citerior durante el alto Imperio Romano*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- PALAO VICENTE, J. J. (2006) “*Apud milites*. La presencia de civiles en los campamentos de *Petavonium*”. En: *Segundo Congreso de Historia de Zamora. Actas 1*, Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos, pp. 423–438.
- PLÁCIDO, D. (2002) “La estructuración territorial y étnica del *conventus Bracarensis*”, *Minus*, 10, pp. 111–134.
- RABANAL ALONSO, M. A. (1982) *Fuentes literarias y epigráficas de León en la Antigüedad*. León: Diputación provincial de León.
- RABANAL ALONSO, M. A. y GARCÍA MARTÍNEZ, S. M.^a (2001) *Epigrafía romana de la provincia de León: revisión y actualización*. León: Universidad.
- REDENTOR, A. (2002) *Epigrafia romana na região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- REDENTOR, A. (2017) “Epigrafía romana. Ecos da antiguidade por ambas as margens do Tua. Excurso pelas fontes epigráficas romanas”. En: Carvalho, P. C. et al. Coord., *Estudo histórico e etnológico do Vale do Tua (Concelhos de Alijó, Carraceda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor)*. Porto: Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, vol. 3, 178–207 y fichas 1–72.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. y ÁLVAREZ ASOREY, R. (2008) *Vía romana XIX. Un viaje desde Lugo a Los Ancares siguiendo las pisadas de Roma*, Lugo: Concello de Lugo.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. y FERRER SIERRA, S. (2014) *Augusto na Fisterra ibérica. Entre a vitoria cántabra e os albores do culto imperial. Referencias ao emperador César Augusto e membros da súa familia nas fontes escritas do noroeste hispánico amplo*. Lugo: Concello de Lugo.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. et al. (2004) *Callaeciae et Asturiae itinera romana. Miliarios e outras inscricións viarias romanas do noroeste hispánico (conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- ROLDÁN, J. M. (1970) “Fuentes antiguas sobre los Astures”, *Zephyrus*, 21, pp. 171–241.
- ROMERO CARNICERO, M.^a V. y CARRETERO VAQUERO, S. (1999) “Los campamentos y la ciudad de *Petavonium*”. En: Rodríguez Colmenero, A. Ed., *Los orígenes*

- de la ciudad en el noroeste hispánico. *Actas del Congreso internacional. Lugo, 15–18 de mayo 1996*. Lugo: Diputación provincial de Lugo, vol. 2, pp. 1077–1108.
- SANCHO ROCHER, L. (1978) “Los *conventus iuridici* en la Hispania romana”, *Caesaraugusta*, 45–46, pp. 171–194.
- SILVA, A. V. DA (1944) *Epigrafía de Olisipo (Subsidios para a historia da Lisboa Romana)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SCHUBRING, K. (1953) “Bericht über das Corpus Inscriptionum Latinarum”. En: *Actes du deuxième Congrès International d'épigraphie grecque et latine. Paris 1952*. Paris: pp. 80–89.
- SCHULTEN, A. (1959) *Geografía y etnografía antiguas de la península Ibérica*. Madrid: CSIC.
- STYLOW, A. U. (1984) “CIL II supplementum 2. Proyecto y estado actual”. En: *Actes de la Table Ronde Internationale du C.N.R.S. sur l'Épigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'édition, organisée à l'Université de Bordeaux les 8 – 9 – 10 décembre 1981*. Paris: CNRS, pp. 365–368.
- STYLOW, A. U. (1990) “Neue Inschriften aus Carpetanien (Hispania Citerior)”, *Chiron*, 20, pp. 307–344.
- STYLOW, A. U. (1995) “Von Emil Hübner zur Neuauflage von CIL II. Anhang: Zu einer neuen Pales Inschrift aus Mirobriga». *Madrid: Mitteilungen*, 36, pp. 17–29.
- TIR K-29 = *Tabula Imperii Romani (Comité español)*. Hoja K-29: Porto. Conimbriga, Bracara, Lucus, Asturica. Madrid: Instituto Geográfico Nacional – CSIC.
- TRANOY, A. (1981) *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: CNRS.
- UNTERMANN, J. (2018) *Monumenta Linguarum Hispanicarum VI. Die vorrömische einheimische Toponymie des antiken Hispanien*. Wiesbaden: Ludwig Reichert.
- VELASCO RODRÍGUEZ, V. (1968) *Catálogo inventario del Museo Provincial de Bellas Artes de Zamora*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos.
- VIVES Y GATELL, J. (1942/1969). *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*, Barcelona: CSIC. Hay una segunda edición con suplemento de 1969.
- VIVES Y GATELL, J. (1971/72), *Inscripciones latinas de la España romana. Antología de 6.800 textos*, Barcelona: Universidad de Barcelona.
- WICKERT, L. (1929) “Bericht über eine Reise zur Vorbereitung eines Supplementum Hispaniense des Corpus Inscriptionum Latinarum”, *Sitzungsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 30, pp. 54–60.
- WICKERT, L. (1931) “Bericht über eine zweite Reise zur Vorbereitung von CIL II Suppl. 2”, *Sitzungsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 32, pp. 829–844.
- VV.AA. (1983) *Indigenismo y romanización en el conventus Asturum*. Madrid: Ministerio de Cultura – Universidad de Oviedo.

Bracari na Lusitânia: notas soltas

Recebido: 18 de Novembro de 2024 / Aprovado: 4 de Dezembro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_3

Armando Redentor¹

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20);
Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra

RESUMO

O subtítulo deste artigo aponta que trataremos de três casos isolados, epigraficamente documentados, de deslocamentos de Brácaros na província da Lusitânia. Para cada um dos casos faz-se uma reanálise crítica da informação textual, sendo esta particularmente relevante em duas das inscrições. Em de Santa Maria da Feira, no território dos *Turduli Veteres*, o estudo revisório acarreta novidades no respeitante à epiclese de uma inscrição votiva que se associa à deidade *Bandue/Bandi*. Na conhecida inscrição de *Pax Iulia* (Beja) com referência a um *sodalitium Bracarorum*, avançam-se propostas para os aspetos menos consensuais do texto, trazendo nova luz interpretativa ao mesmo, associável ao culto de Mitra. A reflexão sobre a terceira inscrição, procedente do território dos *Aranditani* e a única de carácter funerário, faz-se apenas quanto ao seu enquadramento.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações; *conuentus Scallabitanus*; *conuentus Pacensis*; mitraísmo; religiosidade indígena

ABSTRACT

The subtitle of this paper indicates that we will deal with isolated cases of epigraphically documented displacements of *Bracari* in the province of Lusitania. For each of the cases, a critical reanalysis of the textual information is carried out, which is particularly relevant in two of the inscriptions. In Santa Maria da Feira, in the territory of *Turduli Veteres*, the review study brings new developments regarding the epiclesis of a votive altar associated with the deity *Bandue/Bandi*. In the well-known inscription of *Pax Iulia* (Beja) with reference to a *sodalitium Bracarorum*, proposals are put forward for the less consensual aspects of the text, bringing new interpretative light to it, associable to the cult of Mithras. Reflection on the third inscription, coming from the territory of the *Aranditani* and the only one of funerary nature, is made only in terms of its context.

KEYWORDS

Migrations; *conuentus Scallabitanus*; *conuentus Pacensis*; Mithraism; indigenous religiosity

1 ORCID iD: 0000-0002-6459-3285 ; aredentor@uc.pt

1. Introdução

Em face da notícia da realização do encontro internacional que nos proporcionou a celebração das quatro décadas das *Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis* e do seu autor, procurei que a minha intervenção fosse ao encontro do homenageado e da sua obra maior. A aproximação ao referido *conuentus*, ou pelo menos à província em que se integrava, entendida-a desejável e, uma vez que a minha ligação ao homenageado se assoma manifesta na orientação que realizou dos meus projetos de mestrado e doutoramento, resolvi partir do território visado neste último para propor o tema que intitula este texto.

Naturalmente, é à documentação epigráfica que temos de recorrer para poder realizar uma aproximação à temática da presença de *Bracari* na Lusitânia, pois não dispomos de dados doutra natureza para por este caminho avançar. Apesar de o número de epígrafes utilizáveis não ser copioso, elas permitem algumas notas que reputamos de interesse para essa história (fig. 1).

2. Os *Bracari*

Enquanto entidade étnica, os *Bracari* têm diversas alusões nas fontes clássicas, designadamente em Apiano (*Iber.*, 72), Plínio, o Velho (*Nat.* 3, 28 e 4, 112) e Ptolomeu (2, 6, 1 e 38). A mais recuada encontra-se precisamente no contexto da apresentação da campanha de *D. Iunius Brutus* ao Noroeste, em 137 a. C., constante da obra de Apiano (*Iber.*, 72), onde se relata o único episódio bélico transmitido pelas fontes escritas antigas que se relacionou com os *Bracari*. A passagem refere que, aquando do avanço das forças

invasoras por terras norte-durienses, estes, na sua retaguarda, se teriam apropriado de provisões, ameaçando o regresso dos romanos à posição de partida (Tranoy 1981: 126-129). É presumível que o episódio tenha induzido outras sublevações em território galaico de que não se fazem eco as fontes (Redentor 2017, I: 96) e, apesar de a geografia deste acontecimento não estar efetivamente estabelecida, têm-se relacionado com a campanha de *D. Iunius Brutus* alguns acontecimentos documentados no registo arqueológico, como a destruição da Cidade de Terroso, na Póvoa de Varzim, marcada por nível de incêndio, o abandono da parte alta do Coto da Pena, em Caminha, ou a ocultação de alguns tesouros de joias, nomeadamente os de Laúndos e Estela, em Esposende, e os de Afife (?) e Carreço, em Viana do Castelo (Silva 1986: 37-43).



Figura 1. Os *conuentus* jurídicos do Ocidente peninsular e a localização das epígrafes referentes a *Bracari* na Lusitânia: 1, Santa Maria da Feira, Aveiro; 2, Garvão, Monchique, Beja; 3, Beja, Beja (Mapa: Jorge de Alarcão / José Luís Madeira, *apud* Alarcão 2018).

A capital dos Brácaros virá a ser *Bracara Augusta* na sequência da sua fundação *ex nouo* por decisão de Augusto por volta de 15-13 a.C. (Redentor 2017, I: 50, 107-109, 435), pelo que se tem proposto que o lugar central desta etnia possa ter sido outro na fase pré-romana, tendo Alarcão (1992: 64) sugerido especificamente o Castro de Roriz, em Barcelos, e o Castro de São Julião, em Vila Verde, como hipóteses. Entretanto, já se colocou outra, talvez mais verosímil, associando a antiga cabeça dos *Bracari* ao Castro de Briteiros (Rodríguez 2000, 107-108), sendo aceite que a região onde se localiza é identificável com uma parte do território deste povo (Lemos e Cruz 2007: 92; Redentor 2017, I: 362).

Se a sua relação com o *Bracarum oppidum Augusta* de Plínio, o Velho (*Nat.*, 4, 112), que corresponde à sede conventual – a urbe de *Bracara Augusta* – é de aceitação geral, não tem havido unanimidade no respeitante à grandeza e limites do seu território, decerto estendido até à linha do litoral atlântico e por alguns considerado extensível ao Douro (Redentor 2017, I: 78). Pelo menos a informação literária e epigráfica (cf. Redentor 2017, I: 425-426) parece ser consistente com a sua extensão entre o Cávado e o Douro numa franja litoral – que Tranoy (1981: 64) também parece admitir, mas ainda que de modo algo contraditório ao interrogar a possibilidade de os *Callaeci* chegarem ao Porto (*ibidem*: 65-66; também Silva 1986; Silva 2023) – daí decorrendo que *Cale* poderá ter sido um *uicus* junto do principal porto estuarino de *Bracara Augusta* (Redentor 2017, I: 486-496).

3. Entre os *Turduli Veteres*

Pelo Douro fariam os *Bracari* fronteira com os *Turduli Veteres*, também com diversas alusões nas fontes escritas da Antiguidade (*Str.*, 3, 1, 6; 3, 2, 11 e 15; 3, 3, 5; *Plin.*, *Nat.* 3, 8 e 13; 4, 112, 116 e 188; *Mela* 3, 4 e 8, *Liv.* 28, 39; *Flor. Epit.* 1,

33, 11). É concretamente uma das passagens plinianas (*Nat.*, 4, 112) que aponta a sua separação pelo curso daquele rio, sendo que este *populus* ocuparia o território litoral mais setentrional da *prouincia da Lusitania*.

É entre os *Túrdulos Velhos* que encontramos o primeiro testemunho referente a um brácaro deslocado na vizinha província. *Arcius Epeici* diz-se brácaro e é o dedicante de um altar a deidade indígena, ato que indica realizar com satisfação (fig. 2). A dedicatória tem vindo a ser transcrita do seguinte modo: *deo Tueraeo Volenti* (*RAP* 20; *AE* 1954, 96b; *HEp* 11, 647; *HAE*, 992; *ILER* 943; Encarnação 1975: 291-292; Vasconcelos 1913: 612-613).



Figura 2. O altar de Santa Maria da Feira dedicado por *Arcius Epeici*, *Bracarus* (Foto: Armando Redentor).

Na realidade, o aspeto mais discrepante na interpretação desta epígrafe, que se encontra exposta na torre de menagem do castelo de Santa Maria da Feira, tem sido o seu final, como acertadamente ressaltou Encarnação (1975: 292), para o qual tem

vindo a ser sistematicamente proposto o desdobramento *s(acrum) f(ecit)*, optando os editores de *Hispania Epigraphica Online* (nº 16770) por *s(olo) f(ecit)*. Tanto uma, como outra alternativa apresentam inconvenientes: a posição *sacrum* entre o nome do dedicante e a forma verbal na primeira proposta; e a ausência de preposição na segunda. O desdobramento *s(oluit) f(eliciter)* afigurar-se-ia a mais adequado, sendo certo que idêntica fórmula com este mesmo advérbio também já foi por nós considerada, precisamente numa inscrição de *Bracara Augusta* (CECBpo 58). Acresce que a fórmula *soluere feliciter* tem efetivamente larga documentação epigráfica no mundo romano, com larga prevalência no Norte de África (u. g. *AE* 1971, 489; *CIL* VIII, 23032; *AE* 1992, 1777; *AE* 1973, 633; *AE* 1987, 1076). Porém, não estamos seguros que a fórmula de clausura da inscrição fosse essa, parecendo-nos que tal proposta deve ser revista em *s(oluit) l(ibens) m(erito)* com interpontuação entre as siglas, estando o M atualmente amputado da sua metade esquerda (fig. 3).

A investigação tem apontado no sentido de se tratar de uma dedicatória a *Bandue/Bandi*, considerando *Tueraeo* um epíteto da divindade seguido do qualificativo *uolenti*, um adjetivo participial, como avançara Vasconcelos (1913: 613). Todavia, também ao nível do epíteto há motivo para revisão, não se afigurando admissível uma leitura do epíteto principal como *Toiraeo*, conforme equacionou Untermann (1985: 351, nº 26) considerando um outro altar descoberto em Santa Maria da Feira, no qual um indivíduo com *trianomina*, *L. Latrius Blausus*, dedica *Bande Velugo Toiraeo* (*RAP* 19; *AE* 1954, 96a; *HEp* 11, 648). A leitura é, na realidade, *Tueraeco*, avanço que autoriza considerar que visa o mesmo nume. Uma observação atenta permite descortinar que, após o segundo E, se regista um C seguido de O mais pequeno no limite do campo epigráfico (fig. 3). Se já havia sido considerada admissível a identificação de -oi- e -ue- presentes nos dois epítetos (Pedrero 2001: 553 = *HEp*, 11, 647), agora também se pode dar por segura a formação

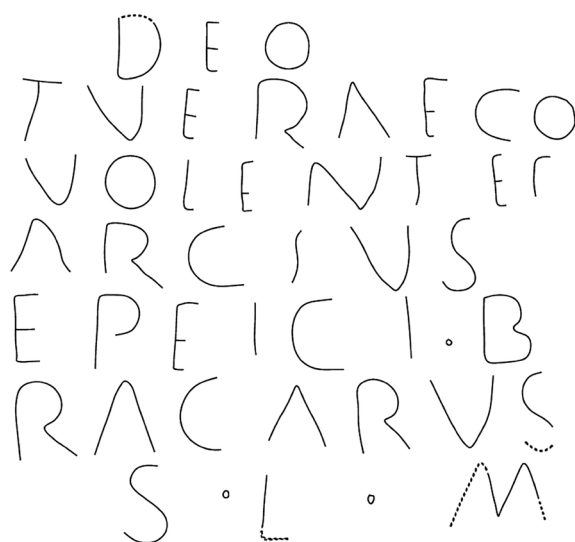
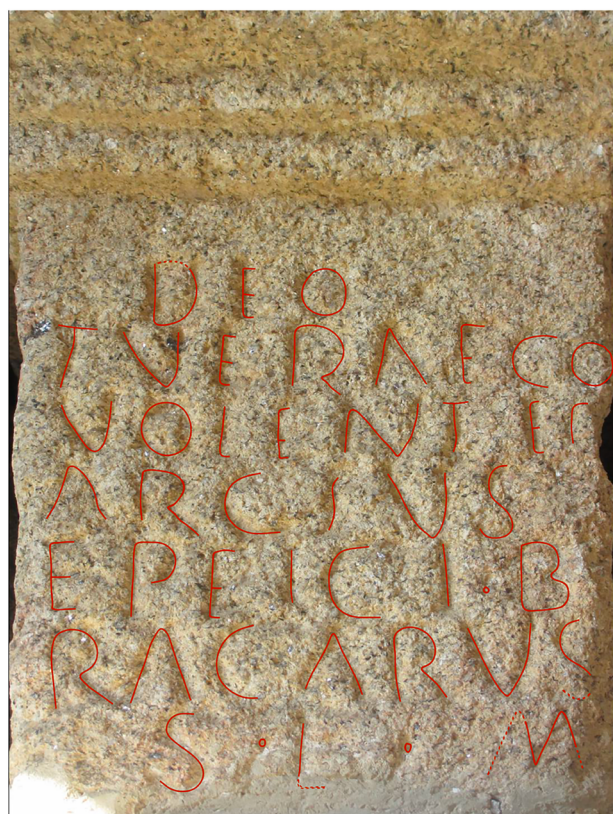


Figura 3. O texto do altar de Santa Maria da Feira dedicado por *Arcius Epeici, Bracarus*, sobre imagem fotográfica do campo epigráfico e isoladamente (Foto: Armando Redentor; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).

sufixal *-aeko* do segundo, à semelhança do que ocorre no primeiro, podendo, afinal, equiparar-se ambos.

A forma da terceira linha consideramo-la corresponder ao advérbio *uolenter*, remetendo, assim, para a ação do dedicante. No final dessa regra há vestígios de letra que se ajusta ao R e o grafema que se tem identificado como I bem pode ser um E, olhando, por exemplo, o da palavra *deo* na linha inicial, em que praticamente não se reconhecem apontamentos das barras, mas que são adivinháveis pelo menos nas extremidades. É certo que a utilização desta forma adverbial se afigura inédita, mas também resulta excecional a sugerida forma adjetival como epíteto.

A revisão que realizámos permite, assim, estabelecer a sua leitura do seguinte modo:

DEO
TVERAECQ
VOLENTER
ARCIVS
EPEICI · B-
RACARVŞ
S(oluit) · L(ibens) · M(erito)

O dedicante é um brácaro de estatuto peregrino que identifica a sua procedência e cujos idionimo e patronímico se inscrevem na onomástica indígena. O patronímico tem inclusive neste texto a sua única documentação (Abascal 1994: 352; Vallejo 2005: 321[ambos identificando erroneamente a proveniência]) contrariamente a *Arcius*, cuja distribuição se estende pelos territórios lusitano e galaico (Abascal 1994: 284; Vallejo 2005: 182-185). A inscrição é possivelmente já do século II, atendendo à substituição do teónimo pelo apelativo *deus* (cf. Redentor 2017, I: 139-140).

Das razões da presença deste brácaro *Arcius Epeici* em território lusitano é difícil perscrutar, mas as motivações económicas são habitualmente as mais presentes. O tópico da atração pela atividade de mineração é corrente e também aqui ele poderia ser invocado, pensando, por exemplo, nas minas gondomarenses de Cabranca e do

Portal, localizadas já a sul do Douro, no NE do território túrdulo, plausivelmente de exploração estatal (Martins 2008: 33, n.ºs 33 e 34; Redentor 2017, I: 496-511).

4. Entre os *Aranditani*

Bem mais a sul, há registo de um outro *Bracarus*, igualmente de estatuto peregrino, mas de um período cronologicamente mais distante, decerto ainda da primeira centúria. Estaria deslocado em paragens do *oppidum* estipendiário dos *Aranditani* (Plin., *Nat.*, 4, 118), denominado *Arandis* (Ptolomeu, 2, 5, 5) ou *Aranni* (It. 426, 3), localizado a 60 milhas para norte de *Ossonoba*, em localização já setentrional à serra algarvia e a sul da capital conventual, *Pax Iulia*, e a ocidente do território de *Mirtilis* (Bernardes 2017: 405-406). Aí acaba por falecer aos 30 anos, conforme nos informa o seu epitáfio (fig. 4), descoberto em Garvão (Gomes 1984 = *AE* 1984, 458 = *IRCP* 122 = *HEp* 14, 2005, 419 = Búa 2004: 385), local que já se propôs poder corresponder a *Aranni* (Alarcão, 1985: 103-103; 1988: 52; Guerra e Fabião 2010: 481; Ponte 2012), ainda que seja questão difícil e não fechada, pelo que também para Santa Bárbara dos Padrões, em Castro Verde, se vem apontando essa localização (Maia 2000: 22-24; Bernardes 2006).

Mas teria emigrado definitivamente para essa região ou apenas temporariamente por razões profissionais? A resposta não é possível de concretizar com os exíguos dados disponíveis.

Um dos aspetos singulares deste texto é ser o indivíduo identificado não só como brácaro, mas também como procedente de um *castellum Durbede*. A referência ao *castellum* afigura-se íntegra (Guerra 1998: 429), não carecendo de complementação como se chegou a especular (cf. Encarnação 1984: 188), sendo de considerar um nominativo *Durbedis*.

Hoje, encontra-se plenamente assumida a relação das indicações de proveniência integrando o C invertido com *castella*. Não obstante, o significado destas referências que surgem nas nomenclaturas individuais não é, porventura, completamente claro.

A organização em *castella* nos tempos iniciais da ocupação romana no Noroeste peninsular pode ter funcionado como forma de enquadramento censual (López Barja de Quiroga 1999; Redentor 2017, I: 412-416). Neste sentido, será de equacionar que talvez a indicação *castello Durbede* não corresponda simplesmente a uma afirmação de origem nortenha, mas possa eventualmente também apontar que, em termos fiscais, este indivíduo continuaria vinculado à sua pátria e, assim, expor tratar-se de uma deslocação temporária. Uma atração motivada pela dinâmica das minas de Aljustrel poderá ser, decerto, razoável explicação (Encarnação 1984: 188), considerando a sua relativa proximidade, mas a realidade é



Figura 4. A estela funerária da Herdade dos Franciscos, Garvão (Foto: José Pereira).

que o contexto de enterramento deste migrante é distinto e parece associar-se a uma *villa* romana (Ponte 2012: 16) localizada na Herdade dos Franciscos ou Monte dos Franciscos, da freguesia de Garvão, a que se associam restos arquitetónicos e escultóricos importantes, para além de diverso espólio cerâmico.

É plausível que a localização do *castellum* donde provém *Ladronus Douai* fosse na parte mais oriental do território dos *Bracari*, atentando na ocorrência de uma dedicatória *deo Durbedico* (CIL II 5563 = CECBpo 17) em Ronfe, Guimarães, e considerando-se o epíteto como derivado toponímico com recurso a formação sufixal **iko* (Guerra 1998: 429-430). Alarcão (2004: 204) propõe situar o *castellum Durbedis* num ponto não afastado do local de aparecimento desta inscrição, sugerindo, inclusivamente, o monte de São Miguel-o-Anjo, no termo de Oleiros, antiga freguesia de Vermil, imediatamente a norte de Ronfe.

O suporte deste epitáfio é uma estela de xisto de feição algo rude, tendo no seu centro um campo verticalizado, tendencialmente retangular e irregularmente rebaixado, com uma linha a defini-lo na parte superior. O epitáfio é extremamente simples e enquadrável, pela sua estrutura, no século I:

LADRONV[S]
DOVAI · BRA[CA]-
RVS · CASTEL[LO]
DVRBEDE · IC (!)
SITVS · ES(t) · AN(n)O-
RVM XXX (triginta)
[S(it) ·] T(ibi) [·] T(erra) · L(euis) ·

O memorial apenas inclui a identificação do defunto, de estatuto peregrino, associada à indicação de proveniência, acrescida da idade de falecimento e de duas fórmulas finais. É, todavia, inusitada a indicação da idade de falecimento entre ambas as fórmulas, aspeto que conjuntamente com outros relacionados com a falta de correção ortográfica – *ic* por *hic* e *anorum* por

annorum – denuncia um frágil domínio da comunicação epigráfica.

5. Em *Pax Iulia*

Temos por seguro que os dois casos anteriormente apresentados não esgotam o fluxo de deslocamentos que se fizeram para a Lusitânia. Elas terão sido, decerto, mais intensas e sabemos que, pelo menos no século II, se encontraria constituída uma comunidade de *Bracar* na capital conventual a ponto de se ter formado um *sodalicium* de indivíduos com essa proveniência.

Esta informação deriva de uma inscrição gravada numa placa marmórea moldurada (AE 1956, 254; HAE 2695; ILER 281 e 282; IRCP 339; AE 1984, 465; RAP 463; AE 2018, 793), bastante mal conservada (fig. 5) – devido aos *tratos sofridos*, escreveu Abel Viana (1944: 357) – que se encontra no Museu Rainha Dona Leonor, em Beja, e cujo achado, para o qual não há grande informação, parece relacionar-se com a própria capital conventual, segundo comunicação de Abel Viana a Scarlat Lambrino (1953: 98).

O termo *sodalicium* designa na Antiguidade uma corporação, que podia revestir caráter público ou privado (Diosono 2007: 5-8). Este tipo de vida associativa congrega indivíduos submetidos a princípios e regras comuns por pertencerem a uma mesma entidade que pode também ser nomeada por *collegium* (Dig. 47.22.3.2) ou por *corpus* (Dig. 47.22.4), entre outras designações (cf. Waltzing 1900: 236-242). A sua difusão nos tempos imperiais abarca todas as regiões e comunidades, ainda que diversas quanto ao seu estatuto, incluindo as peregrinas, e podiam as corporações igualmente englobar indivíduos de diferentes estatutos jurídicos (Diosono 2007, 9-23). A natureza destas entidades associativas é hoje percecionada como bastante complexa e plurifuncional (Verboven 2012: 13-62), mas sabemos que terão tido um papel importante na criação de laços de solidariedade entre indivíduos

os deslocados. Na *Lusitania* as referências a *sodalicia* e/ou a *sodales* são pouco numerosas, mas não deixam de documentar o fenómeno.



Figura 5. Modelo fotogramétrico da placa com referência ao *sodalicium Bracarorum* de Pax Iulia, Beja (Modelo 3d e foto: João Barreira / Museu Rainha Dona Leonor).

A inscrição de Beja é a única com referência explícita a *collegia*, esse *sodaliciu(m) Bracarorum*. Porém, são ligeiramente mais numerosos os registos epigráficos de *sodales*, especialmente no âmbito funerário: em Abertura/*Turgalium*, uma referência a *[soda]lis et frater* (HEp 2012, 164); em Oliva de Plasencia/*Capera*, uma dedicatória especificando que *Caecilius / Vetto sodali cip/pum / d(e) s(uo) fecit* (CIL II 823 = CILCC III, 1025); em Fornos de Algodres, o testemunho de um indivíduo, *Parates Arcon(is?)*, que levanta o monumento funerário *sodali suo* (FE 879). A faceta funerária parece ter estado correntemente implicada na vida dos *collegia* e sem que isso represente uma relação direta com necessidades económicas ou a imposição aos seus membros de receber sepultura providenciada por essas entidades, sendo esta situação seguramente mais corrente para aqueles sem familiares diretos (Verboven 2012: 12-20; Riu 2013: 364-366).

Em Santiago do Cacém/*Mirobriga*, faz-se alusão a um *magister* (IRCP 146) e em Cascais, a dois *magistri* (FE 24) que, considerando o caráter votivo das dedicatórias, podem eventualmente remeter para *sodalicia*, embora tal não se possa asseverar.

Refira-se, ainda, que, em *Augusta Emerita*, duas inscrições honoríficas visam individualidades de estatuto senatorial cujo *cursus honorum* inclui a passagem por *sodalicia* relacionados com o culto imperial: *L. Roscius L. f. Quir. Aelianus Maecius Celer Manlius Postumus Mamilianus Vergilius Staberianus* foi *Imp. Hadriani Aug. sodalis Augustalis* (EE VIII 302); e um ---] *Saelianus Rufus Iulianus*, foi *sodalis Flauialis Titialis* (AE 1952, 115 = AE 1956, 135).

O texto pacense, apesar dos danos, aponta, de acordo com as interpretações que reúnem mais anuição na atualidade, para a intervenção do referido *sodalitium Bracarorum* na oferta de algo edificado – um *studium* (?) – e do seu *magister* na dádiva de uma cratera e algo mais – *titulus* (?) –, tudo dedicado a uma divindade invencível – Sol ou Mitra – e misteriosa.

As leituras mais estruturadas e discutidas estabelecem-se, em simultaneidade temporal, pela mão de Jonathan Edmondson (1984) e de José d'Encarnação (1984 = IRCP 339), com as transcrições seguintes, ainda assim discrepantes no início e no final do texto:

[S(oli)] DEO INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM ST[V]DIVM SVA IN/PENSA FECER[V]NT CVM I? / CRATERA TI[TVLVM] DONA/VIT MESSIV[S M(arci) L(ibertus) ARTE]MIDO/RVS MAGIS[T]IER [D(e)] S(uo uel - ua) FE(cit) uel P(osit uel - ecunia).

e

[M(ithrae)?] DEO INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM STVDIVM SVA IN/PENSA (!) FECERVNT CVM / CRATERA TI[TVLVM?] DONA/VIT MESSIV[S M(arci) L(ibertus)? ARTE]MIDO/RVS MAGISTER · [C(oloniae)? P(acis)?] I(uliae)?].

A mais recente proposta revisória, assente numa perspetiva crítica suportada pelo uso de imagens tratadas com filtros digitais, deve-se a uma equipa pluridisciplinar, incluindo o segundo daqueles investigadores (Encarnação *et al.* 2018) e afina a sua proposição inicial, desde logo abandonando a ideia de ligação do *magister* à colónia pacense que havia sido, entretanto, descartada (cf. RAP 463):

[M(ithrae)?] ∅ DEO . INVICTO / SODALICIV(m) BRACA/RORVM ST[V]DIVM . SVA . IN/PENSA (!) . FECE[RV]NT . CVM ∅ / CRATERA TI[TV]LVM DONA/VIT MESSIV[S] M(arci)? [L(ibertus)]? [ARTE]MIDO/[RVS] MAGIS[T]IER ∅ [D(e)] ∅ S(uo) ∅ FE(cit) ∅.

É, assim, uma inscrição que tem sido objeto de reflexões variadas por, desde logo, o seu estado de conservação não vir permitindo uma leitura cabal. cremos, contudo, que é viável ainda chegar algo que se revele de interesse para o entendimento mais completo deste interessante suporte epigráfico. Nesta última abordagem que citámos, elencaram-se precisamente os aspetos que não oferecem contestação e os que permaneciam dúbios (Encarnação *et al.* 2018: 29-30): um destes é, desde logo, o início da epígrafe, mas a hipótese *M(ithrae)* seguida de *hedera* é a mais plausível do ponto de vista da *ordinatio*, não deixando de ter algum apoio epigráfico, embora parco, pois parece vislumbrar-se um resquício junto à linha de fratura da peça no canto superior esquerdo que pode ser associado ao traçado da letra M. Resulta esta convicção do facto de termos procedido a um reestudo da inscrição, utilizando não só registos fotográficos convencionais, mas também as imagens trabalhadas com filtros mais recentemente publicadas (Encarnação *et al.* 2018), que reforçámos através uma análise micromorfológica sobre um modelo fotogramétrico com base na aplicação de filtros laplacianos de suavização de superfícies 3D (fig. 6 e 7). O reestudo detalhado permitiu-nos equacionar alternativas de leitura:

M(ithrae) ∅ DEO INVICTO
SODALICIV(m) BRACA-
RORVM SPELEVM · SVA · IN-
PENSA (!) · FECERVNT · CVM ∅
CRATERA THYISÇA(m) ∅ DONA-
VIT MESSIVS M(arci) L(ibertus) ARTEMIDO-
RVS MAGISTER ∅ D(e) ∅ S(ua) ∅ PE(cunia) ∅

Apesar de não ser *Mithra deus inuictus* a ordem corrente de apresentação da divindade na esmagadora maioria dos registos conhecidos, nos quais os qualificativos precedem o teónimo, há possível caso em *Aquincum* (Budapeste) que pode corroborar o caso pacense: *M(ithrae?) I(nuicto?) / Teo* (TitAq-01, 266; AE 1969-70, 475), estando *teo* por *deo* por influência do grego *theos*. Podemos ainda acrescentar outros

casos em que o qualificativo *inuictus* se posiciona após o teónimo: em *Dertona* (Torona), na Ligúria, [*D(eo)*] *S(oli)* *M(itbrae)* *I(nuicto)* (*CIL* V 7362); em Toschling, no *Noricum*, *D(eo)* *O(mnipotenti)* *M(itbrae)* / [*I*] *nuicto* (*CIL* III 4771 = *CIL* III 11496); e possivelmente em *Salona* (Solin), na Dalmácia, *Deo* *M[itbrae Inuicto (?)]* (*CIL* III 8687).

A incerteza tem sido também extensível ao objeto das dádivas do *sodalitium* e do seu *magister*, neste último caso apenas em parte. Em primeiro lugar, o que é efetivamente oferecido pelo *sodalitium*? Tem-se proposto tratar-se de uma sala (possivelmente de leitura) pela transcrição *studium* (Edmondson 1984; Encarnação 1984). Não obstante, resulta a designação inusitada no âmbito das nomenclaturas dos espaços mitraicos e a consideração de local com funções de estudo/leitura é algo também, à partida, desconhecido. Não seria, assim, uma divisão do próprio mitreu, mas quiçá uma sala anexa de depósito ou apoio, ainda que a designação seja algo inusitada, sendo que Edmondson (1984: 79), promotor da proposta, a considera designativa de um espaço de encontro do próprio *sodalitium*.

Cremos existirem resquícios de gravação suficientes para ancorar a proposta *speleum*, que pode precisamente significar cripta destinada ao culto mitraico, utilizando-se para designar o templo considerado como antro, natural ou artificial

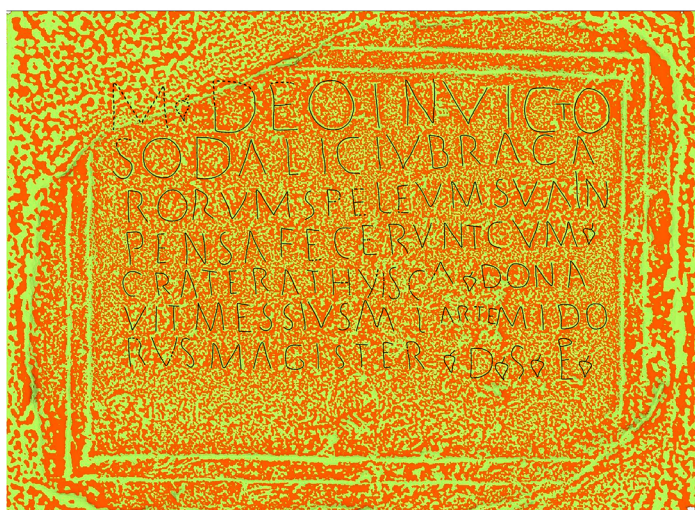
(Bricault e Roy 2021: 205-208). Afigura-se-nos, inclusive, que o que tem sido interpretado como *I* (na proposta *studium*) poderá não resultar da gravação original, mas de um dano, pois tem prolongamento para cima da linha.

Esta leitura, como viemos a constatar, foi já sugerida por Carmen Castillo (1988: 132), em recensão às *IRCP*, considerando as dificuldades de sustentar a interpretação de *studium* como estrutura edificada. Cremos deveras mais ajustado que a associação de Brácaros tenha criado um lugar de culto ao deus, sendo até plausível que o *mithraeum* tivesse estado integrado no próprio edifício do *sodalitium* promotor, como sabemos poder acontecer pelo exemplo do *mithraeum* de *Fructuosus*, em Óstia (*CIMRM* 228), da época severiana e associado ao colégio dos *stuppatores* (Bricault e Roy 2021: 194-195), isto é, dos profissionais ligados a uma série de atividades nas quais a estopa é fundamental (Hermansen 1982). Aliás, também Scarlat Lambrino (1953: 98-100) já havia sugerido a existência de um *mithraeum* na sequência de considerar a inscrição dedicada a Mitra, ainda que propusesse a leitura SPELDIVM para o passo em questão, uma forma insólita e sem paralelo algum.

E o que dedica/oferece ao deus invicto o *magister* da associação na mesmíssima altura da criação do *speleum*? Estamos convencidos que dois objetos com importância. Foi justamente escla-



Figura 6. O texto da placa com referência ao *sodalitium* *Bracarorum* de *Pax Iulia*, Beja, sobre imagem fotográfica com filtro de texturas co-ocurrence e composição de falsa cor, em vermelho. (Foto: Aroa Gutiérrez Alonso, *apud* Encarnação *et al.* 2018; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).



M DEO INVIGO
SODALICIVBRACA
RORVMSPELEVMSVAIN
PENSAFECERVNTCVMB
CRATERATHYISCADONNA
VITMESSIVSM L ARTEMIDO
RVSMAGISTER DSS E

Figura 7. O texto da placa com referência ao *sodalitium Bracarorum* de *Pax Iulia*, Beja, sobre imagem da análise micromorfológica do modelo fotogramétrico (Modelo 3D: João Barreira; análise microforfológica: Paulo Bernardes; desenho do texto: Carla Cruz e Armando Redentor).

recido por J. Edmondson (1984) que esta designação funcional de *magister* não remeterá neste contexto para a hierarquia mitraica, mas para a referente aos *collegia*, pelo que seria ele, *Messius M. l. Artemidorus*, o responsável pelo *sodalitium* no momento, aspeto que está perfeitamente de acordo com o conhecimento existente acerca da organização e gestão interna destas associações, em que as magistraturas são cargos eletivos e anuais, ainda que com possibilidade de reeleição (Diosono 2012: 69). Também por este motivo, ademais de despropositada ao nível das nomenclaturas pessoais, não se afigura credível a proposta de considerar este indivíduo um *Mithrae Leo* aventada por J. Alvar (1994: 283-284, n. 4) numa sugestão menos convincente de desdobramento das siglas encaixadas entre os *duo nomina* da estrutura onomástica, que aliás já não sustenta (Alvar 2019: 127). A sugestão de a sua nomenclatura incluir a *libertinatio* é muitíssimo mais aceitável, e com respaldo nos elementos vestigiais da inscrição conservados, sendo inclusive comum que sejam libertos ou seus descendentes a assumir a gestão das corporações, posição que procuram como desiderato de promoção social (Diosono 2012: 69).

O gentílico *Messius* não se encontra até ao presente documentado na epigrafia da área braca-

raugustana, com exceção de referências miliárias ao governador da *Hispania citerior* *C. Messius Q. Decius Valerianus*, pelo que Edmondson (1984: 82-83) propôs, em face de outras atestações do *nomen* na região pacense, a chegada a *Pax Iulia* do *magister* enquanto escravo, o que é uma possibilidade em face dos conhecimentos atuais, mas não excludente de outras.

A nossa proposta é que ambas as ofertas realizadas pelo *magister* se enquadrem no âmbito dos objetos rituais, como acontece com a cratera que indubitavelmente se refere na inscrição.

Um dos aspetos importantes do dispositivo ritual no culto de Mitra é a polissensorialidade visual, auditiva, olfativa, gustativa e tátil (Bricault e Roy 2021: 440). Dos *mithraea* escavados, para além de crateras e de louça de mesa associáveis aos banquetes (Bricault e Roy 2021: 409-440; Clauss 2000: 115-120; 2013), têm sido resgatados sinetas e fragmentos de vasos cuja finalidade é exatamente a de servirem para iluminação, para perfumes e para queima de incenso (*turibula*). O próprio fogo terá revestido um carácter essencial nessa polissensorialidade (cor da chama, crepitação, odor), também associado à oferta de incenso queimado em altares (Bricault e Roy 2021: 440-452; Clauss 2000: 120-130; 2013).

Cremos que a par da cratera, peça importante no ritual do banquete e praticamente omnipresente nas manifestações escultóricas destas cenas mitraicas, destinado ao sangue do touro (representado pelo vinho), nas quais o rito se liga ao mito da divindade (Clauss 2000: 108-113), terá conjuntamente sido oferecido um incensário – outro recipiente, mas destinado à queima de incenso – de acordo com os resquícios de letras detetáveis, identificado como *thyisca*, uma das designações para estes objetos, embora não tenha sido reconhecida, até ao presente, noutro registo epigráfico. A palavra vem do grego θυῖσκη, *thyískē*, “incensário” e, na inscrição, a palavra surge (em acusativo) gravada sem o M final, tal como acontece com *sodaliciu(m)* na segunda linha. A datação da inscrição tem sido colocada na segunda metade do século II (Lambrino 1953: 100; Edmondson 1984; Encarnação 1984), o que joga bem com um registo aparentemente mais tardio desta palavra, ainda que não se possam excluir usos efetivos mais precoces (Souter 1949).

A cratera seria, quiçá, uma peça de luxo decorada eventualmente com a serpente de acordo com registos iconográficos e arqueológicos conhecidos no mundo romano (*u. g.* Clauss 2000: 119; 2013: 257-258). Aceitando-se a novel leitura, não temos como caracterizar o incensário, mas poderia ter sido igualmente uma peça cerâmica, encontrando-se arqueologicamente documentados diversos tipos (*cf.* Clauss 2000: 127-128).

O baixo-relevo mitraico de Troia (CIMRM 798; Alvar 2019: 124-126, nº 1.02.01.01), correspondente a um tríptico, ou a um díptico, em mármore do anticlinal de Estremoz (Limão 2024: 386-389 e 392-394) e atribuível ao século II (Alvar 2019: 125; Bricault e Roy 2021: 415), é um dos conhecidos no mundo romano, mas verdadeiramente excecional no Ocidente provincial. Tem representação, no painel que se encontra completo (*fig. 8*), do banquete ritual protagonizado por Sol (radiado) e Mitra (com barrete frígio), apresentando a figuração de uma cratera



Figura 8. Baixo-relevo mitraico de Troia (Foto: José Paulo Ruas (2022). ADF/DGPC, *apud* Limão 2024).

em primeiro plano, no centro da composição, com serpente enrolada que mergulha a cabeça no seu interior; à direita, um dadóforo (*Cautopates*) segura um jarro (*urceus*) que parece querer despejar na cratera e uma tocha acesa invertida; à esquerda, o outro dadóforo (*Cautes*) tem pousada a tocha acesa no chão e segura dois objetos. Estes têm sido descritos como jarros ou vasos (Gonçalves 2007: 356), mas já se aludiu especificamente a um *rhyton* para o da mão esquerda, decerto pelo paralelo do relevo de Fiano Romano (CIMRM 641), no qual se decifra *Cautes* a oferecer ao Sol um desses recipientes em forma de chifre (Francisco 1989, 43-45; Bricault e Roy 2021: 413-416). Deve, porém, atentar-se em que, no relevo lusitano, tanto Sol como Mitra já seguram os respetivos *rytha*. A mais recente sugestão interpretativa equaciona uma pátera em alternativa a um *rhyton* e um pedaço de pão na mão direita (Limão 2024: 384). O plano superior do objeto da mão esquerda coaduna-se mal quer com um *rhyton*, que, assim, seria de maior tamanho que os empunhados pelas divindades e não evidenciaria formato corniforme, quer com uma pátera, olhando, desde logo, à sua profundidade. Porém, nas mãos deste *dadophoros* talvez possamos ver precisamente um incensário redondo na sinistra e uma caixa ou copo, ou mesmo um punhado de incenso em grão, pousado na direita, pois a configuração algo cônica não parece coadunar-se com a de uma vasilha. Os *dadophoroi*, com

vestimenta oriental, são amiúde representados a desempenhar funções de serventia como aqui se ilustra.

Resta indagar que associação é esta que reúne os *Bracari* presentes em *Pax Iulia* e possivelmente no seu entorno. Tratar-se-á, decerto, de uma associação privada. A propósito de uma inscrição de Roma (*CIL* VI 3728) associada ao *forum suarium* considerou-se que a designação *sodalitium* em vez de *collegium* pudesse relacionar-se com uma pertença profissional comum e talvez com a origem servil dos associados (Bricault e Roy 2021: 291-292). Não seria impossível que o *sodalitium* tivesse sido fundado com específica finalidade religiosa, mas a sua designação pelo coletivo étnico apontará mais para um colégio de apoio mútuo aos deslocados e não necessariamente todos pelas mesmas razões, em que as profissionais ou ocupacionais teriam primazia.

A interrogação que se nos coloca, à semelhança de outros investigadores que têm refletido sobre a inscrição, é precisamente sobre os motivos de atração de indivíduos de procedência brácara para *Pax*. Tem-se posto o foco no setor mineiro, dada a proximidade das minas de Vipasca (Dias 1981: 36; Edmondson 1984: 76; Encarnação 2019: 29). Inclusive, Manuela Alves Dias (1981: 36) relacionou especificamente o surto de enriquecimento com a legislação mineira que nesta área concreta permitiu, a partir de Adriano, o arrendamento de poços a particulares e o subarrendamento. Independentemente do impacto deste aspeto particular, é seguro que a exploração mineira terá sempre gerado condições especiais de atratividade (v. g. Redentor 2010), não sendo distinto o cenário da região. Todavia, não devemos perder de vista outros sectores económicos que possam ter estado na mira dos interesses destes brácaros, nomeadamente os comerciais.

Reportando-nos à atividade económica associada à capital conventual brácara, torna-se possível verificar, com base no registo arqueológico, alguns aspetos particulares da atividade produtiva e comercial com ela relacionada (Morais 2005).

Importa, não obstante, procurar especialmente acerca dos eventuais fluxos comerciais que a liguem ao sul da Lusitânia. O estudo anfórico da cidade revela uma relação intensa com a Bética desde o século I, atendendo à destacada quantidade de ânforas Haltern 70 com essa proveniência. As ânforas lusitanas identificadas nos contextos bracaraugustanos são piscícolas (Dressel 14, Almagro 51C, Almagro 50/Keay XXII e possivelmente Dressel 7-11, apontando para uma permanência de abastecimento entre o período augustano-tiberiano e o Baixo Império (Morais 2005: 109).

Em face destes dados, não colocamos de parte que os interesses dos indivíduos congregados no *sodalitium* de *Pax* pudessem igualmente estender-se à produção e/ou comércio de produtos piscícolas das costas meridionais. Aliás, os testemunhos do culto de Mitra apontados parecem exatamente indiciar uma difusão do seu culto entre o litoral conventual pacense – baixo-relevo mitraico de Troia – e a capital, na qual se centralizariam os interesses dos agentes económicos regionalmente representados. Não conhecemos a identidade destes Brácaros reunidos no *sodalitium*, com exceção do *magister Messius Artemidorus*, de estatuto libertino, cuja relação com o dinamismo económico intuído é plenamente aceitável.

6. Notas finais

Apesar de ser exíguo o lote documental apresentado, foi notório, ao longo das linhas anteriores, que dele ressaltam algumas ideias de particular interesse para a investigação referente ao mote desta abordagem que importa sintetizar em jeito conclusivo.

Em primeiro lugar, no que à presença de *Bracari* na Lusitânia respeita, poderão, à partida, atribuir-se razões diversas, estando as económicas à cabeça, tanto pela ligação ao comércio e eventual produção de derivados piscícolas, conforme se

equacionou para o reconhecimento do *sodalitium Bracarorum* na capital do *conuentus* meridional da Lusitânia, como à exploração mineira, pelo menos, olhando também à deslocação do indivíduo de estatuto peregrino entre os *Aranditani*. Relativamente à deslocação do outro indígena livre documentado na inscrição de Santa Maria da Feira, apesar da imediata proximidade ao território brácario, poderá ter igualmente existido esta última motivação, olhando às minas de Cabranca e do Portal, em Gondomar, no NE do território túrdulo, mesmo que se percecionem de exploração estatal.

A revisão da epiclese desta última inscrição, *deo Tueraco*, permitiu colocá-la em paralelo com outra do mesmo lugar dedicada *Bande Velugo Toiraeco*, integrando-a indubitavelmente nos registos da deidade indígena *Bandue/Bandi*, bem documentada na Lusitânia, ao mesmo tempo que se reviu a fórmula dedicatória, contribuindo-se, deste modo, para a imprescindível depuração do dossiê da teonímia provincial e o entendimento mais ajustado das manifestações de religiosidade indígena.

A inscrição pacense permite, hoje, com mais segurança, pensar na existência de um espaço de culto mitraico na cidade, por certo associado às instalações do *sodalitium* de Brácaros e por ele custeado. A revisão do texto desta mesma epígrafe consente igualmente algum avanço na confirmação de aspetos rituais que se vêm documentando em *mithraea* objeto de escavação arqueológica, designadamente relacionados com o banquete ritual e a polissensorialidade, tendo em conta as ofertas de uma cratera e de um incensário realizadas pelo *magister* do *sodalitium*, o liberto *Messius M. l. Artemidorus*.

Não é seguro que tenham sido os Brácaros os responsáveis pela introdução do culto na capital. Possivelmente não o foram, até porque o culto de *Mithra* não está, até agora, incontestavelmente documentado no *conuentus Bracarum* (Alvar 2019; Bricault e Roy 2021), mas alguns membros da comunidade instalada a sul podem

ter aderido ao culto e catalisado a criação de um espaço próprio, para usufruição privada, o que nos leva a concordar com Alvar (2002: 207; 2019: 128) ao intuir que este fenómeno não terá tido uma implantação generalizada em *Pax* e com Encarnação (2016: 353) quando liga este tipo de cultos aos *lobbies* que controlam os negócios.

Fontes Antigas:

- BEJARANO, V., ed. (1987) *Hispania Antigua, según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeu*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria (Fontes Hispaniae Antiquae; 7).
- CUNTZ, O., ed. (1929) *Itineraria Antonini Augusti et Burdigalense*. Leipzig: G. B. Teubner (Itineraria Romana; 1).
- FORSTER, E. S., ed. and. trans. (1929) *Florus: Epitome of Roman History*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 231).
- MOMMSEN, T.; KRUEGER, P.; WATSON, A., ed. (1985) *The Digest of Justinian*. Philadelphia, Pa: University of Pennsylvania Press.
- RICHARDSON, J. S., ed. and. trans. (2000) *Appian: War of the Romans in Iberia*. Warminster: Liverpool University Press (Aris & Phillips Classical Texts).
- RACKHAM, H.; JONES, W. H. S.; EICHHOLZ, D. E., ed. and. trans. (1938–1962) *Pliny: Natural History*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 330, 352, 353, 370, 371, 392, 393, 394, 418 e 419). 10 vols.
- YARDLEY J. C., ed. and. trans. (2021) *Livy: History of Rome, Volume VIII: Books 28–30*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 381).

Abreviaturas

- AE* = *L'Année Épigraphique*. Paris: CNRS; Université de Paris I.
- CIL* = ALEMANHA. DEUTSCHE AKADEMIE DER WISSENSCHAFTEN ZU BERLIN (1863–).
- CIL* II = HÜBNER, E. (1869 e 1892).
- CILCC* III = ESTEBAN ORTEGA, J. (2013).
- CIMRM* = VERMASEREN, M. J. (1960).

- CECBpo* = REDENTOR (2017), vol. II.
- FE* = *Ficheiro epigráfico*. Coimbra: Universidade.
- HAE* = *Hispania Antiqua Epigraphica: suplemento anual de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- HEp* = *Hispania Epigraphica*. Madrid: Archivo Epigráfico de Hispania, Universidad Complutense.
- ILER* = VIVES, J. (1971–1972).
- IRCP* = ENCARNACÃO, J. d' (1984).
- RAP* = GARCIA, J. M. (1991).
- TitAq-01* = KOVÁCS, P.; SZABÓ, Á. (2009).

Bibliografia:

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia; [Madrid]: Universidad, Secretariado de Publicaciones; Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).
- ALARCÃO, J. (1985) Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve: a propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, 99–111.
- ALARCÃO, J. (1988) *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1992) A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39–71.
- ALARCÃO, J. (2004) Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia: II. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, 193–216.
- ALARCÃO, J. (2018) *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALVAR EZQUERRA, J. (1994) Integración social de esclavos y dependientes en la península ibérica a través de los cultos místicos. In ANNEQUIN, J.; GARRIDO-HORY, M., ed. *—Religion et anthropologie de l'esclavage et des formes de dépendance*. Paris: Belles

- Lettres (Annales Littéraires de l'Université de Besançon; 534), 275-293.
- ALVAR EZQUERRA, J. (2002) Cultos orientais e mistéricos na província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C., coord. *Religiões da Lusitânia: loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 205-210.
- ALVAR EZQUERRA, J. (2019) *El culto de Mitra en Hispania*. Madrid; Besançon: Dykinson; Presses Universitaires de Franche Comté.
- BERNARDES, J. P. (2006) A propósito da localização de *Aranni/Arandis*. *Conimbriga*. Coimbra. 45, 153-164.
- BERNARDES, J. P. (2017) Augusto e a (re)-organização administrativa do Sul da Lusitânia. *Gerión*. 35, Nº Esp., 399-415.
- BRICAULT, L.; ROY, Ph. (2021) *Les cultes de Mithra dans l'Empire romain*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi.
- BÚA, C. (2004) Tres cuestiones relacionadas con toponimia antiga en *-bris*, moderna *-bre**. In Boullón A. I., ed. *Noui te ex nomine: estudos filológicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 382-399.
- CASTILLO, Carmen (1988) Reseña a D'ENCARNAÇÃO, J.: "Inscrições romanas do *Conuentus Pacensis*". Coimbra, Instituto da Faculdade de Letras, 1984, dos vols., 941 pp. + VIII láms. *Emerita*. Madrid. 56, 132-134.
- DIAS, M. A. (1981) Os cultos orientais em *Pax Iulia*, Lusitania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, 33-40.
- DIOSONO, F. (2007) *Collegia: le associazioni professionali nel mondo romano*. Roma: Edizioni Quasar.
- EDMONDSON, J. (1984) Mithras at Pax Iulia: a re-examination. *Conimbriga*. Coimbra. 23, 69-86.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) *Inscrições romanas do conuentus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: [Universidade], Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia, Universidade de Coimbra) (= *IRCP*).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2016) As transformações nas cidades do poder à luz da epigrafia na Lusitânia. *Revista de Historiografia*. Madrid. 25, 343-354.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; FARJAS ABADÍA, M.; GONZÁLEZ HERRERO, M. e GUTIÉRREZ ALONSO, A. (2018) Digitalização de documentos epigráficos: em busca de um deus e de uma oferenda (*IRCP* 339). *Antrope*. Tomar. 9, 20-34.
- ESTEBAN ORTEGA, J. (2013) *Corpus de inscripciones latinas de Cáceres, III: Capera*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- FRANCISCO CASADO, M. A. (1989) *El culto a Mithra en Hispania: catálogo de monumentos esculpidos e inscripciones*. Granada: Universidad.
- GARCIA, J. M. (1991) *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas portugueses) (= *RAP*).
- GOMES, R. V. GOMES, M. V. (1984) Uma estela epigrafada da Herdade dos Franciscos. *Conimbriga*. Coimbra. 23, 43-54.
- GONÇALVES, L. J. R. (2007). *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano (Studia Lusitana; 2). 2 Volumes.
- GUERRA, A. (1998) *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: [s. n.] (Tese de Doutoramento em História Clássica, Universidade de Lisboa).
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2010) Mesas do Castelinho, Almodôvar, um exemplo de urbanismo falhado. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T. (eds.) *VII Table Ronde International sur la Lusitanie*

- Romaine: naissance de la Lusitanie Romaine (I av.-I ap. J.C.)*. Toulouse: Mérida: Université de Toulouse; Museu de Arte Romano, 460-488.
- CLAUSS, M. (2013) Mithras und Christus. In HATTLER, C., ed. (2013) *Imperium der Götter: Isis, Mithras, Christus, Kulte und Religionen im Römischen Reich*. Karlsruhe; Darmstadt: Badisches Landesmuseum; Theiss, 243-265.
- HERMANSEN, G. (1982) The Stuppatores and Their Guild in Ostia. *American Journal of Archaeology*. Boston. 86:1, 121-126.
- HÜBNER, E. (1869) *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: apud Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- HÜBNER, E. (1892) *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini: apud Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2) (= CIL II).
- KOVÁCS, P.; SZABÓ, Á. (2009) *Tituli Aquincenses, volumen I: Tituli operum publicorum et honorarii et sacri*. Budapest: Pytheas.
- LAMBRINO, S. (1953) Les divinités orientales en Lusitanie et le Sanctuaire de Panoias. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français du Portugal*. Lisboa. 17, 93-129.
- LEMOES, F. S.; CRUZ, G. C. (2007) *Citânia de Briteiros: povoado proto-histórico*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- LIMÃO, F. (2024) Mithras em Tróia (Grândola, Portugal): o baixo-relevo romano em mármore com a representação do banquete dos deuses Mithras e Helios. In BERNARDES, J. P.; NOGALES-BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J.; LOPES, V.; LOPES, M., eds. *Escultura Romana na Hispânia: Atas do X Encontro Internacional de Escultura Romana na Hispânia, realizado em Faro e Mértola de 27 a 29 de outubro de 2022*. Faro: Universidade do Algarve; CEAACP, 379-410
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, P. (1999) El censo provincial, los *populi* y los *castella* de Gallaecia. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 18, 347-362.
- MAIA, M. G. P. (2000) *Carta arqueológica da Freguesia de Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- MARTINS, C. M. B. (2008) *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- MORAIS, R. (2005) *Autarcia e comércio em Bracara Augusta*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho; Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho (*Bracara Augusta*. Escavações arqueológicas; 2).
- PEDRERO, Rosa (2001) - Los epítetos del teónimo occidental *Bandue/i*. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P., eds. *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania: VIII Coloquio de lenguas y culturas paleohispánicas (1999)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (*Acta Salmanticensia*. Estudios Filológicos; 283), 541-560.
- PONTE, T. R. N. (2012) *Em torno às ocupações antigas de Garvão*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP).
- REDENTOR, A. (2010) Aproximação a um esboço social da área mineira romana da serra da Padrela (Tresminas e Campo de Jales). In MARTINS, C. M. B., coord. *Mineração e povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, cap. 8, p. 121-162.
- REDENTOR, A. (2017) *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2 vols.
- RIU, J. (2013) Professional collegia. In ERDKAMP, P., ed. *The Cambridge Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 352-368.

- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2000c) Bracara Augusta en los inicios de su andadura histórica: cuatro puntualizaciones, entre otras posibles. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 110, p. 89-118.
- SILVA, A. C. F. (1986) *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. M. (2023) Sobre os *Callaeci* e o seu epónimo: algumas considerações. *Conimbriga*. Coimbra. 62, 19-48.
- SOUTER, A. (1949) *A Glossary of Later Latin to 600 A. D.* Oxford: Oxford at the Clarendon Press.
- UNTERMANN, J. (1985) Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. In HOZ, J., ed. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (*Acta Salmanticensia*. Filosofía y Letras; 162), p. 343-363.
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio editorial, Universidad del País Vasco (Anejos de Veleia. Series minor; 23).
- VASCONCELLOS, J. L. (1913) *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.
- VERBOVEN, K. (2012) Les colleges et la romanisation dans les provinces occidentales. In DONDINPAYRE, M.; TRAN, N. *Collegia: le phénomène associatif dans l'Occident romain*. Bordeaux: Ausonius, 13-62.
- VERMASEREN, M. J. (1960) [1956] *Corpus Inscriptionum et Monumentorum Religionis Mithriacae*. 2 vols. The Hague: Martinus Nijhoff (= *CIMRM*).
- VIVES, J. (1971-1972) Inscripciones latinas de la España romana: antología de 6.800 textos. Barcelona: Universidad [etc.]. 2 vols. (= *ILER*).
- VIANA, A. (1944) Museu Regional de Beja: secção lapidar. *Arquivo de Beja*. Beja. Série 1. 1:4, 349-364.
- WALTZING, J. P. (1900) *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les Romains, depuis les origines jusqu'à la chute de l'Empire d'Occident: IV*. Louvain: Charles Peeters.

Notas y novedades de economía y epigrafía romanas en los *parva oppida Vasconum* (*Hispania Citerior*)¹

Recibido: 13 de Junho de 2024 / Aprobado: 26 de Julho de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_4

Javier Andreu Pintado²
Universidad de Navarra

RESUMEN

El presente trabajo da a conocer una *nota lapidaria* inédita sobre un contrapeso de *torcularium* y reflexiona sobre aspectos prosopográficos de una inscripción funeraria recientemente publicada. Los dos textos proceden de ciudades romanas del ámbito vascónico y catalogadas como *parva oppida*, pequeñas comunidades urbanas notablemente monumentalizadas antes de su promoción jurídica flavia, a saber, Los Bañales de Uncastillo (Zaragoza) y Santa Criz de Eslava (Navarra). A propósito de la información aportada por ambos *tituli* se anotan algunas reflexiones en torno de las bases económicas de estas comunidades.

PALABRAS CLAVE

economía antigua, inscripciones, agricultura romana, elites locales, Vascones.

ABSTRACT

This paper presents an unpublished *nota lapidaria* on a *torcularium* piece and reflects on prosopographical aspects of a recently published funerary inscription. Both texts come from Roman cities in the Vasconic area, both classified as *parva oppida*, small towns that were notably monumentalised before their flavian promotion, namely Los Bañales de Uncastillo (Zaragoza) and Santa Criz de Eslava (Navarra). With regard to the information provided by both *tituli*, some reflections on the economic resources of these communities are also commented.

KEYWORDS

ancient economy, inscriptions, Roman agriculture, local elite, Vascones.

1 El presente trabajo se integra en las labores de investigación del proyecto “De *parua* a *labentia oppida*: ciudad, ciudadanía y desarrollo urbano en el piedemonte vasco-aquitano (siglos I a. C.-II d. C.)” (PID2022-137312NB-I00) financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación e Universidades del Gobierno de España.

2 ORCID iD: 0000-0003-4662-548X ; jandreup@unav.es

1.

En un momento casi de refundación de la ciencia epigráfica en el que, efectivamente, comenzaba a insistirse en la relación de ésta con la Historia Antigua y con la Arqueología y en el papel que ésta, a medio camino entre ambas, desempeñaba para nuestra comprensión del pasado romano³, vio la luz el *corpus* epigráfico acaso más influyente para quienes, en alguna ocasión, nos hemos enfrentado al reto de sistematizar conjuntos de inscripciones a través del método por excelencia de la ciencia epigráfica⁴, la elaboración de repertorios y catálogos, los *corpora* epigráficos. Nos referimos, y es obvio pues da sentido a este volumen, a las *Inscrições romanas do conventus Pacensis* libro en dos volúmenes que recogía, en el primero, casi 700 textos epigráficos del distrito más meridional de la antigua provincia Lusitania y, en el segundo, en algo más de 150 páginas, obtenía de ellos información social, cultural e ideológica sobre el distrito de *Pax Iulia* (Beja, Portugal) en época romana⁵.

La introducción al primer volumen glosaba tres convicciones que su autor, José d'Encarnação, ya había evidenciado en una obra ligeramente anterior a ésta y más arriba citada⁶, a saber: la utilidad de la ciencia epigráfica y de los datos que ésta genera para esclarecer aspectos históricos; la nece-

saria relación que debía existir entre la Epigrafía y la interpretación histórica concediendo, en cualquier caso, a una y a otra su particular estatuto científico; y las “*infinidas pistas de análise*” que da cualquier repertorio epigráfico⁷. El volumen en que se incluyen estas líneas da sobradas muestras de en qué medida, con el paso de los años, un repertorio concebido como “*atualização do CIL*” ha venido sirviendo a nuestro conocimiento de aspectos concretos de la Historia de Roma en el solar meridional del territorio actualmente portugués.

En cierta medida, nuestro trabajo de los últimos años en dos ciudades romanas del ámbito vascón, Los Bañales de Uncastillo (Zaragoza) y Santa Criz de Eslava (Navarra), la primera apenas citada en el *Corpus Inscriptionum Latinarum* – para el que las inscripciones procedentes del lugar se ordenaron bajo el capítulo de “Sádaba”, por el peso epigráfico del monumento funerario de los Atilios (*CIL* II, 2973)⁸ – y la segunda no referida en aquél por producirse en ella el primer hallazgo epigráfico en 1917⁹, ha puesto de manifiesto, también, algo que se señalaba en la inspiradora introducción a la que hemos aludido, cómo en ocasiones “*no que se refere à Arqueologia, as informações são esparsas, insuficientemente documentadas, de apressada interpretação*”¹⁰ y, por ello, los datos epigráficos se convierten en fundamentales para enfocar mejor algunas de esas informaciones. Ese trabajo, de igual modo, ha evidencia-

3 ENCARNÇÃO, 1980, p. 10, subrayado de modo muy nítido en FABRE y LE ROUX, 1984, p. 391.

4 BELTRÁN LLORIS, F., 2009, p. 14.

5 ENCARNÇÃO, 1984.

6 ENCARNÇÃO, 1984, p. 15.

7 ENCARNÇÃO, 1984, pp. 7, 8 y 12 respectivamente.

8 HÜBNER, 1869, pp. 403-404.

9 ANDREU, 2022.

10 ENCARNÇÃO, 1984, p. 7.

en el proceso edilicio en Roma¹⁷, han comenzado a prestar atención a una serie de elementos epigráficos que, cuando comparecen sobre elementos arquitectónicos generados en actividades extractivas y de cantería antiguas¹⁸, ofrecen varias posibilidades interpretativas¹⁹ que, recientemente, se han sistematizado, precisamente, desde la investigación que, al respecto, se realiza en España donde se ha acuñado el término, muy apropiado para ellos, de *signa lapidaria*²⁰.

Así, desde una perspectiva tipológica, en esta suerte de *tituli fabricationis* o de *notae lapicidinarum*, como se las ha llamado en la investigación epigráfica tradicional, se han individualizado, por un lado, las marcas de cantería o *quarry marks* y, por otro lado, las *mason's marks*²¹. Las primeras, normalmente más complejas, suelen incluir desde sencillos numerales precedidos de los términos abreviados *B(racchio)*, *C(aesura)* o *L(oco)* en alusión a los frentes y espacios en que las canteras se dividían para su explotación simultánea por distintos grupos hasta dataciones consulares o elementos referidos a la propiedad de la cantera en que eran extraídas, y marcadas, las piezas o los bloques constructivos. Las segundas, mucho más básicas – y, por tanto, de más difícil interpretación – apenas son referencias simples compuestas por una sola letra o por un símbolo sin excluir otras

más complejas que también incorporan fórmulas abreviadas, aunque sean éstas más propias del primer tipo. Recientemente, en el ámbito vascónico hemos tenido oportunidad de documentar marcas de ambos tipos tanto en la *ciuitas* de Los Bañales de Uncastillo como en la de Santa Criz de Eslava – quizás los dos más claros paradigmas de estos *parua oppida* – en este caso, además, con un evidente ejemplo de *mason's mark* que remite a la posición cómo debían ordenarse los sillares en una construcción²².

También en los últimos dos años – y en el marco de la dinamización experimentada por los estudios sobre economía romana en general²³ y agricultura antigua en particular²⁴ – hemos iniciado, para ambas comunidades urbanas del ámbito vascónico un análisis detallado de las que pudieron ser sus bases económicas que, como hemos caracterizado recientemente, fueron, esencialmente agrícolas²⁵ pero que, pese a ello, debieron acarrear notables beneficios a los miembros de la elite local que, reinvirtiéndolos, se implicaron en los procesos de monumentalización de ambos centros. La tratadística romana sobre agricultura es explícita cuando concede a los *ualida oppida* vecinos a los *fundi* rurales la potestad de ser los grandes centros de difusión y venta de los productos del campo²⁶ y, de igual modo, la legislación municipal romana, con

17 GROS, 1983.

18 LASSÈRE, 2005, pp. 450-456, esp. pp. 450-451 o DI STÉFANO MANZELLA, 1987, pp. 144-145.

19 McLEAN, 2002, pp. 204-205; BESSAC y SABLAYROLLES, 2002, pp. 178-179; HIRT, 2010, pp. 290-292 si bien el tema ya aparecía sistematizado por ANGELI, 1993, y, aun antes, en FANT, 1984.

20 SOLER, 2021.

21 Aunque la clasificación está ya presente en los trabajos citados más arriba (nota 17) aparece muy articulada en VINCI, 2021, pp. 6-9.

22 Para el primer caso una pieza procedente de las inmediaciones del foro de la ciudad (ANDREU, 2018, con modelo digital en <https://skfb.ly/6wzGu>) y para el segundo un pilar del criptopórtico meridional del conjunto forense (ANDREU, OZCÁRIZ y MATEO, 2018, pp. 33-35, nº 4, con modelo digital en <https://skfb.ly/6wzGu>).

23 BOWMAN, 2009; SCHEIDEL, 2012; CIFANI, 2021.

24 HOLLANDER, 2019; MARZANO, 2020; ATTEMA y SCHÖRNER, 2022. Para la península ibérica, resulta fundamental PEÑA, NOGUERA, y BRUN, 2022.

25 ANDREU y LAREQUI, 2023.

26 Cato *Agr.* 1, 1.

sus *res prolatae*²⁷, procede al aplazamiento de los asuntos públicos en las épocas de siega o de vendimia demostrando así las conexiones entre riqueza de la elite local y bienes raíces, entre economía urbana y paisaje rural, entre vida municipal y economía rural, en definitiva entre *urbs* y *fundus* como más adelante se dirá.

En ese contexto, además – tal como hemos puesto de manifiesto en un reciente trabajo²⁸ – la ciudad romana de Los Bañales está empezando a ofrecer, en el entorno del núcleo urbano, sobre todo en su parte meridional, pero también en su *territorium* rural circundante, una notable concentración de espacios, en su mayoría rupestres, de producción de aceite o de vino – para uno de los casos, en el corazón del barrio septentrional de la ciudad, con seguridad de vino²⁹ – que permiten pensar en una producción de ambos elementos pensada para alcanzar una distribución que excediera los límites de lo local y alcanzase, al menos, la escala regional beneficiándose de la extraordinaria posición viaria de la ciudad, al pie de la vía entre *Caesar Augusta* y *Benebarnum* que conectaba el Ebro con el Pirineo central y occidental y con el Cantábrico.

En julio de 2023, en el transcurso de una serie de sondeos llevados a cabo para la caracterización de una de estas unidades productivas ubicada en la cara norte del cerro de El Huso y la Rueca, que hace de hito terminal de cierre, por el sur, del supuesto espacio urbano de la ciudad de Los Bañales, se produjo el hallazgo, al norte de la

cubeta de fermentación del complejo productivo, de un contrapeso de prensa, del tipo 12 de la tipología de J.-P. Brun³⁰ que, todavía, se conserva *in situ*. La pieza, de 80 cm de alto y 94 cm de diámetro y con dos muescas laterales de 38 cm de largo y 20/16 cm de ancho ofrece, en la cara superior, entre las marcas todavía visibles de la labra romana, un numeral *X* en notable estado de conservación, realizado en capital cuadrada y con nítido y evidente bisel resultado de dos sencillos golpes cruzados del *scalprum*. La marca mide 5 cm de ancho en su base y 6 cm de alto y se ubica en el lado este del coronamiento del contrapeso partido en dos mitades por un surco de 8 cm de ancho y 65 cm de longitud para facilitar el encaje del tornillo de la prensa que, de hecho, contribuyó a desgastar la labra original de la pieza, bien perceptible, como se dijo, en el resto de dicho contrapeso (Figura 1).

Pese a que se conoce un notable, y creciente, repertorio de este tipo de objetos en la región, hasta donde sabemos es el único que conserva una marca de estas características si bien es cierto que se trata también del único, hasta la fecha, que ha sido localizado en contexto arqueológico frente a los otros que han aparecido movidos de su posición original, fragmentados y, en ocasiones, también reutilizados históricamente para fines diversos³¹. La creciente constatación de este tipo de instalaciones configurando una suerte de cordón industrial en el entorno de la fachada meridional de la ciudad romana de Los Bañales y

27 *Lex Irn.* 49 además de BUCK, 1983 y BRUN, 2012.

28 ANDREU, en prensa.

29 ANDREU y LAREQUI, 2023, pp. 178-179. Para la producción de vino en época romana en el Mediterráneo son muy útiles y recientes DODD y VAN LIMBERGEN, 2024 y VAN LIMBERGEN, DODD y BUSANA, 2024.

30 PEÑA, 2019, p. 630, Fig. 3 y, con detalle, en PEÑA, 2010, pp. 70-74 para la tipología en cuestión.

31 Un balance de los testimonios de este tipo de dispositivos de transformación en la zona lo abordaba PEÑA, 2011-2012, pp. 148-149. Hasta donde nos consta, la presencia de este tipo de marcas en contrapesos como el que nos ocupa no es nada habitual. Consta, por ejemplo, especialmente en *trapeta* y en Egipto, tanto en Asuán como en Karanis, la presencia de ejemplares en que las *molae* están decoradas con motivos incisos o en relieve (BRUN, 2004(a), pp. 177 y 182). En la península ibérica existen dos contrapesos con *tituli* de sacro propiciatorios de la producción (PEÑA, 2023, pp. 35-37), ambos al sur del *conuentus Tarraconensis* (CIL II²/14, 597 y 598, en el *territorium* de *Saguntum*) con dedicates votivas a Júpiter y a Liber en campo epigráfico rebajado. En la *uilla* de Torre de Palma, en Portugal, en el *conuentus Pacensis*, hay un contrapeso tardío que incorpora, en su parte cenital,

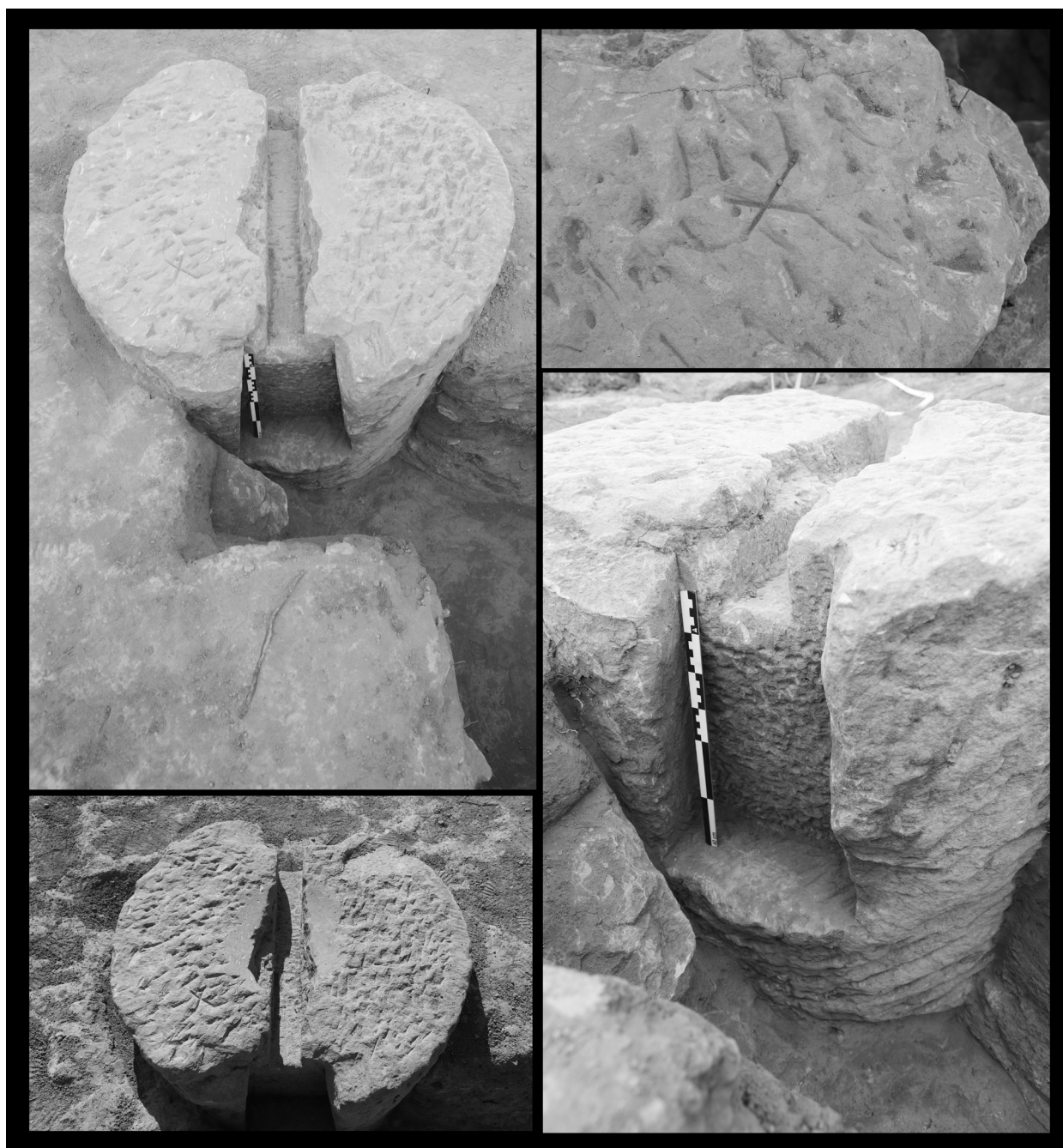


Figura 1. Contrapeso de *torcularium* descubierto en Los Bañales de Uncastillo (Zaragoza) con detalle del *signum lapidarium* numeral en su parte cenital (Fotos: Eugenio Monesma; montaje: Pablo Serrano).

el hecho de que, verosímilmente – también por la reiteración de dimensiones que ofrecen algunos de los conjuntos en estudio – pudiera haber

una planificación en la instalación de este tipo de *torcularia* hacen sugerente pensar que el numeral pudiera tener que ver con la indicación de la

una cruz (BRUN, 2000, p. 117) y que se inscribe en otros atestiguados en el Mediterráneo oriental y fechados entre los siglos V-VI d. C. que presentan cruces y otros símbolos cristianos grabados para invocar a Cristo para que custodie la producción (BRUNEAU y FRAISSE, 1984 además de PEÑA, 2023, p. 35). Sin embargo, no se han individualizado, en las publicaciones, casos de *notae* sobre soportes como el que aquí se presenta lo que hace la pieza de Los Bañales de Uncastillo todavía más atractiva y, en cierto modo, permite evidenciar de qué modo estuvo organizada la extracción de material lapídeo, para usos bien diversos, en las distintas canteras atestiguadas en el yacimiento (ANDREU y LAREQUI, 2023, pp. 169-171).

instalación concreta en que el contrapeso debía ser colocado –hasta siete se han identificado ya en el núcleo urbano, seis de ellas en su flanco sur³²– una vez terminado de fabricar o, sencillamente, con el número concreto de pieza de este tipo fabricada en cantera, lo que en ocasiones se ha denominado *numerierung von fabrikaten*³³.

Sea como fuere, lo lacónico de este formulario y, en general, de este tipo de *notae* apenas nos permite ir más allá de la constatación de una marca más que se suma al ya nutrido repertorio epigráfico de Los Bañales y que, en este caso, permite pensar en que en las canteras del entorno se fabricaron también este tipo de elementos que debieron ser notablemente demandados entre los finales del siglo I a. C. y los comienzos del siglo II d. C. que es la cronología a la que remiten los materiales recuperados en el proceso de excavación de la instalación productiva que nos ha obsequiado con este nuevo testimonio epigráfico. Qué duda cabe – y prueba de ello son también estas marcas – que el proceso de desarrollo edilicio vivido por la ciudad, precisamente en ese arco cronológico, precisó de una buena sistematización de sus actividades extractivas previas de las que este tipo de *notae* – como suele señalarse³⁴ – son una buena evidencia propia de eso que, con acierto, se ha dado en llamar la *inscribed economy*³⁵.

3.

Al igual que ha sucedido con la nueva marca epigráfica presentada hasta aquí para el repertorio epigráfico de Los Bañales de Uncastillo, el de

la *ciuitas* de Santa Criz de Eslava, se ha incrementado también con una inscripción en arenisca, de apenas seis letras completas y con trazas de otras tres que, por las dimensiones de éstas, de 9 cm de altura, y por su formato, de aspecto adintelado, debió formar parte de un monumento de notable envergadura que debió obrar en la *uilla* en la que fue hallada la pieza, el conocido enclave de La Venta de Eslava, a apenas 1 kilómetro del espacio urbano³⁶. En ella debía honrarse a una *[Val]eria* y, también, por la fórmula *et sibi*, al desconocido comitente del monumento cuyo nombre, por el carácter fragmentario de la pieza, no ha trascendido (Figura 2 - 1).

La pieza, como ya explicamos en la *editio princeps*, se sumaría a la alusión a un *Val(erius) Vrsinus* de una inscripción procedente del mismo paraje (*ERSCdE* 14=*IRMN* 40) y, también, a la presencia de varios *Valerii* en el entorno de la vecina localidad de Gallipienzo, en concreto *Val(erius) Tyrmus* y *Val(eria) Eraste* (*ERSCdE* 19=*AE* 2001, 1235) (Figura 2 - 3) confirmando que la propiedad fundiaria en la que la nueva inscripción fue hallada guardaría relación con la familia de los *Cornelii* –pues es una *[C]orn(elia) Flau[ina]* la que dedica la inscripción de *Val(erius) Vrsinus* (Figura 2 - 2) – y con la de los *Valerii* que, por la onomástica de los dos varones citados en la inscripción de Gallipienzo, pudieron contar con libertos en torno de la segunda mitad del siglo I d. C., que es la fecha a la que apuntan estos *tituli* (Figura 2).

Si el dato prosopográfico ya resulta interesante, junto a la novedad de la inscripción, en los trabajos de remoción de tierra y retirada de vegetación que ocasionaron la invención de aquélla apareció también la parte superior de un contrapeso de pren-

32 ANDREU, en prensa.

33 SVENNUNG, 1958.

34 FANT, 2019, p. 130 además de 2001.

35 HARRIS, 1993.

36 ANDREU, 2024.

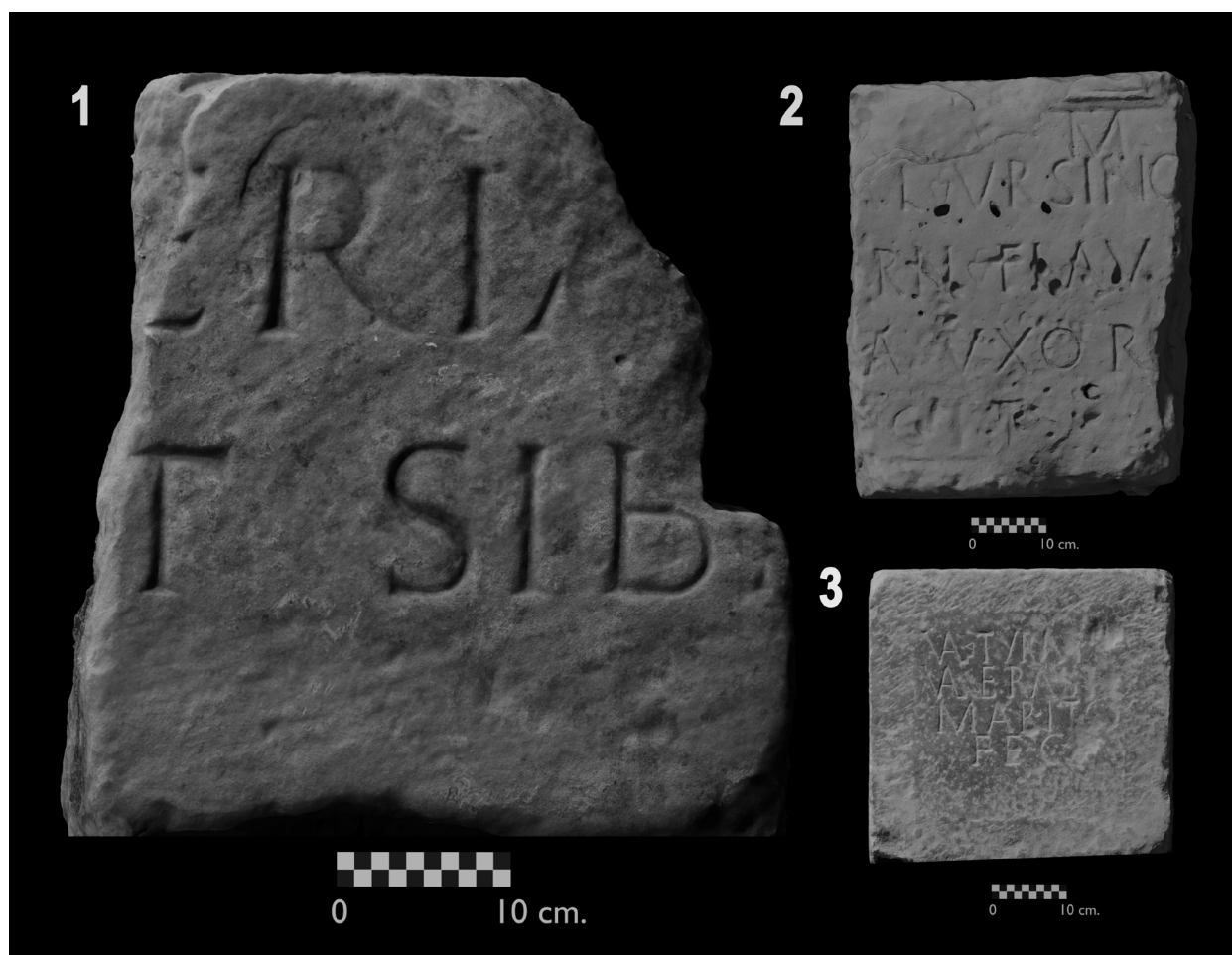


Figura 2. Inscripciones relativas a los *Valerii*, en el entorno de Santa Criz de Eslava. - 1) Inscripción funeraria monumental de La Venta de Eslava; - 2) Epitafio (*ERSCdE* 14) de La Venta; - 3) Placa funeraria (*ERSCdE* 19) de Gallipienzo (Fotos y montaje: Pablo Serrano).

sa de viga y tornillo³⁷ para *torcularium* de fabricación de aceite y/o vino que debe sumarse al creciente inventario que, para este tipo de piezas, se ha venido desarrollando recientemente³⁸ y que, como se comentó en la noticia del hallazgo del nuevo *titulus*, coloca en el mapa un punto que, hasta ahora, no estaba atestiguado por más que sí constasen ejemplares de este tipo en otros ámbitos geográficos no demasiado lejanos, tanto al sur de Navarra³⁹ como, muy especialmente, en la *ciuitas* vecina de Campo

Real/Fillera (Sos del Rey Católico/Sangüesa, Zaragoza/Navarra)⁴⁰ tal como más arriba se indicó.

La combinación de los dos hallazgos, el nuevo documento epigráfico y éste de naturaleza arqueológica y el hecho de que ambos procedan del enclave de La Venta, en el *territorium* de Santa Criz de Eslava, abre un sugerente campo de estudio en relación a dos cuestiones sobre la Historia social y económica del territorio de los Vascones en época romana.

37 Para la tipología, véase PEÑA, 2019, p. 630, Fig. 3 y, con detalle PEÑA, 2010, pp. 70-74 donde el que aquí presentamos correspondería al tipo 12 (p. 72). Los *torcularia* y los *trapeta*, los primeros como prensas para la fabricación de vino o de aceite y los segundos como instrumentos de molienda de la aceituna, eran considerados parte esencial de una *uilla* de explotación agropecuaria y así se citan en la legislación romana (*Dig.* 19, 1, 17 o 19, 2, 19, 2 respectivamente) y en la tratadística agrícola clásica (*Columella Rust.* 1, 6, 18 y *Cato Agr.* 21).

38 PEÑA, 2011-2012.

39 BRUN, 2004(a), pp. 274-278 y PEÑA, 2011-2012, pp. 148-149.

40 ANDREU, JORDÁN y ARMENDÁRIZ, 2010, pp. 182-185.

Por un lado, aunque, por la presencia de un *dispensator publicus* en una placa procedente de Santa Criz de Eslava (*ERSCdE* 3) siempre se ha defendido que la ciudad hubo de administrar algún recurso singular que explique la, también, singular presencia de ese prestamista⁴¹, lo cierto es que poco se sabe no sólo sobre la dedicación económica de Santa Criz en época romana sino, también, sobre la que caracterizó a los Vascones antiguos al margen de las generalidades que, al respecto, y desde ópticas de alteridad, transmite el geógrafo griego Estrabón⁴². Es cierto que el hallazgo de escoria de hierro y de materia prima en hueso entre los materiales recuperados en las excavaciones permite apuntar la existencia, lógica, de talleres artesanales de esa naturaleza⁴³ que, además – muy abundantes durante el siglo II d. C. –, están bien documentados en otras ciudades de Occidente para ese periodo⁴⁴. En este sentido, el hallazgo del contrapeso de *torcularium* permite constatar que, como sabemos, las actividades agrarias fueron el centro de la economía local en época romana y constituyeron, seguramente, el eje de la dedicación económica de las elites urbanas⁴⁵. Pero, además, en este caso, la convivencia entre el contrapeso, la nueva inscripción y el otro *titulus* procedente del enclave de La Venta permite también no sólo asignar nombre – *Cornelii* y *Valerii*, emparentados – a los *possessores* del *fundus* que se instaló en ese lugar y en el que, por razones de afecto y sentimenta-

les⁴⁶, quisieron instalar sus recintos de recuerdo y memoria funerarias que contribuían, también, a marcar la pertenencia de esos espacios, con carácter dinástico, al núcleo gentilicio⁴⁷ sino que, incluso, el nuevo contrapeso nos permitiría calcular, hipotéticamente – o, al menos, estimar – la extensión del citado *fundus*. Según indica Catón⁴⁸, para el trabajo con la producción oleícola y vitivinícola que podría derivarse del fruto de una explotación de 100 *iugera* de tierra – unas 25 Ha – era necesario un equipamiento de tres prensas. La presencia, en La Venta, de una sola, permite pensar que la explotación que los *Cornelii* y los *Valerii* gestionaron en el lugar abarcó una superficie mínima de 33 *iguera*, es decir, unas 8,25 Ha.

Aplicando la metodología de análisis que ha combinado, con carácter general, la documentación epigráfica y arqueológica respecto de las propiedades rurales de la élite⁴⁹ es evidente que estaríamos ante uno de los *dominia* de dos de las familias más influyentes de la ciudad de Santa Criz. Todavía no constan en el repertorio epigráfico de Santa Criz de Eslava –salvo que proceda de dicha ciudad un dintel arquitectónico con alusión a un *aedilis* hallado en contexto secundario en El Regadío de Sangüesa (*AE* 2018, 998)– cargos municipales que, lógicamente, hubo de haberlos pero la legislación romana – como hemos visto – confería una gran importancia a la actividad agraria en la articulación del calendario adminis-

41 OZCÁRIZ, 2006, pp. 177-178 y ANDREU, 2010, de forma monográfica.

42 Str. 3, 3, 7-8.

43 ANDREU, DELAGE, ROMERO y MATEO, 2019, pp. 74-81 y 90.

44 CHARDRON-PICAULT, 2010.

45 MELCHOR, 2013. Una actualización, con casos de todo Occidente en MARZANO, 2020 y en BOWMAN y WILSON, 2013 que debe unirse a la bibliografía sobre agricultura romana citada en nota 22.

46 MELCHOR, 2013, p. 139.

47 CANCELA, 2010.

48 Cato. *Agr.* 11. Para estos cálculos véase BRUN, 2003, pp. 154-155 y 2004(b), pp. 13-17, con otras fuentes y evidencias.

49 Fundamentalmente, para las provincias hispanas, MELCHOR, 1993-1994, 2006 y 2007. Recientemente, analizando la presencia de *serui* y de *liberti* en la zona se ha ocupado del tema, para el territorio que nos ocupa, JORDÁN, 2021.

trativo y político local. La agricultura, por tanto, y especialmente la de secano, como demuestran los auxilios annonarios y de aporte de *oleum* para las termas que desarrollaron muchos *liberales* evergetas de comunidades hispanas y de todo el Occidente Romano⁵⁰, debió ser la base fundamental de la riqueza de la elite junto con, en algunos casos – como uno, de hecho, recientemente documentado en el *municipium Cascantum* (Cascante, Navarra)⁵¹ –, la instalación en los *fundi* de las *uillae rusticae* de *figlinae* para la producción de *tegulae* y de *dolia* para abastecer las necesidades propias y del ámbito urbano de referencia. El contrapeso de prensa de viga descubierto en Eslava junto con el carácter monumental, por el módulo de sus letras, de la inscripción que subraya el papel de los *Valerii* en la élite local del ignoto municipio de Santa Criz sirven como refrendo, por tanto, de esas bases económicas esencialmente primarias – y tal vez por eso débiles⁵² – de un buen porcentaje de las comunidades hispanorromanas y, en particular, de las que crecieron entre el siglo I a. C. y el III d. C. en el área oriental del solar de los antiguos Vascones y que este nuevo hallazgo epigráfico, y arqueológico, nos ayuda a conocer mejor.

Sin embargo, con ser este caso extraordinariamente sugerente, la investigación arqueológica y epigráfica que se viene llevando a cabo en el entorno de la ciudad romana de Los Bañales de Uncastillo, de la que aportábamos novedades epigráficas menores más arriba, también nos permite ahora trazar interesantes relaciones entre la elite local, sus propiedades fundiarias y la producción vitivinícola emanada de las mismas.

Por ejemplo, de la *uilla* de Puyarraso, ubicada a orillas del río Riguel⁵³ y en la que se constataron, en las primeras aproximaciones al repertorio epigráfico local, algunas inscripciones⁵⁴, ya el *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL II, 2978) hacía proceder un documento, seguramente una *cupa*, en la que *Semp(ronia) Anti[c]ona* era recordada por sus hijos *Anticonus* et *Homu[ll]a*, documento que Emile Hübner sólo conoció por la tradición manuscrita y que estaba, ya entonces, perdido⁵⁵. En esa *uilla* – pero también en la vecina de La Pesquera y en algunas otras, en estudio, del área norte del *territorium* que, supuestamente, fue administrado por este municipio flavio – está resultando recurrente la constatación de elementos industriales de transformación de recursos oleícolas y vitivinícolas al menos un contrapeso por *uilla* lo que permite, como en el caso de La Venta de Santa Criz de Eslava, apuntar a, cuando menos, unas 8 Ha de extensión media para estos latifundios aunque la capacidad productiva de los mismos, si se valora la relación entre la existencia de una única prensa y espacios de almacenaje en *dolia* o en toneles que se han podido excavar con detalle, podría superar los 11.500 litros⁵⁶. Que, en algún momento, miembros de la familia de los *Sempronii*, a la que perteneció uno de los notables – y el, hasta la fecha, más temprano notable local de la ciudad, *Q. Sempronius Vitulus* (AE 2015, 656 y 657 y AE 2016, 819) – controlase esa propiedad, contase con libertos como los que comparecen en el *titulus* de Puyarraso pero, también, con el *Semp(ronius) [Pa]ramythius* de una de las *cupae* de la necrópolis cívica (CIL II, 6338aa) son elementos todos que ponen de

50 GOFFIN, 2022, pp. 139-144 y 174-182.

51 GÓMARA, BONILLA, SANTOS y PÉREZ, 2021, pp. 215-230.

52 ANDREU, 2020.

53 ANDREU y JORDÁN, 2003-2004, pp. 441-446.

54 FATÁS y MARTÍN BUENO, 1977, pp. 41 y 43 = ERZ 50 (=CIL II, 2978) y 53.

55 Para la *traditio* de la pieza, con detalle, véase BELTRÁN LLORIS, JORDÁN y ANDREU, 2012, pp. 162-163, n° 10.

56 Véanse, por ejemplo, las valoraciones que, al respecto, hace BRUN 2000, pp. 118-120.

manifiesto el carácter absolutamente fundiario, y de orientación oleícola y vitivinícola, de las bases económicas de la elite local de esta comunidad algo a lo que están apuntando, también, los datos materiales y arqueológicos⁵⁷, como más arriba se constató.

municipal y propiedad fundiaria que vuelven a remarcar el carácter básicamente primario de la economía urbana hispanorromana y nos obligan a seguir interrogándonos sobre las frágiles bases sobre las que su desarrollo y su sostenibilidad se asentó⁶⁰.

Conclusión

Prácticamente, el primer párrafo de las *Inscrições romanas do conventus Pacensis* describía la documentación epigráfica como capaz “*de esclarecer história*” siempre, además, en colaboración con la “*pesquisa sistemática doutros domínios*”⁵⁸ afirmación que, sin duda, ponía ya entonces el acento en el carácter transversal de las Ciencias de la Antigüedad en general y de la Epigrafía en particular. Los dos testimonios epigráficos aquí presentados – inédito el primero, pendiente de un análisis detallado, que aquí se ha abordado, el segundo – vienen a aportar, nos parece, luces nuevas a dos procesos que, no por conocidos, están suficientemente resueltos para el espacio geográfico del que proceden los materiales aquí escrutados y, en general, para la Hispania Romana. Por un lado, permiten ahondar en la sistemática de los procesos edilicios que dieron forma al gran despegue urbanístico que la ciudad romana de Los Bañales de Uncastillo – y un buen número de urbes de la Tarraconense⁵⁹ – vivieron entre la época de Augusto y el periodo inmediatamente post-flavio y aportan luces nuevas para percibir mejor la organización de dicho proceso. Por otro lado, aportan también datos cuantitativos, sociológicos y prosopográficos fehacientes respecto de la relación entre elite local, gobierno

57 ANDREU y LAREQUI, 2023.

58 ENCARNACÃO, 1984, p. 7.

59 HOUTEN, 2021, pp. 50-53.

60 D'ORS, 1953, p. 142.

Bibliografía

- AIESTARÁN, M., GORROCHATEGUI, J., y VELAZA, J. (2023) “La inscripción vascónica de Irulegi (Valle de Aranguren, Navarra)”, *Palaeohispanica: revista sobre lenguas y culturas de la Hispania antigua*, 23, pp. 267-293.
- ANDREU, J. (en prensa) “*Parua oppida Vasconum*. Aproximación a las bases económicas de un tejido urbano paradigmático de la Hispania septentrional”, en *Entre montagne et océan: hommes, milieux et territoires de l'Aquitaine aux sommets cantabriques/Entre montaña y océano: hombres, ambientes y territorios de Aquitania a las cumbres cantábricas*: Santander: Fédération Aquitania.
- (2024) “Reflexiones a propósito de una nueva inscripción romana en territorio vascón”, *Veleia*, 41, pp. 235-245.
 - (2022) “El padre Escalada y los inicios de la Epigrafía Romana en Navarra: Santa Criz de Eslava y su entorno”, *Pregón siglo XXI*, 65, pp. 28-31.
 - (2020) “Las pequeñas ciudades hispanorromanas, ¿ciudades débiles? Algunos casos de la Tarraconense hispana en estudio”, en *Actualidad de la investigación arqueológica en España I (2018-2019)*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, pp. 505-522.
 - (2018) “Una nueva inscripción con numeral procedente de la Tarraconense (Los Bañales de Uncastillo, Zaragoza)”, *Epigraphica*, 80, pp. 201-208.
 - (2017) (ed.) *Oppida labentia. Transformaciones, cambios y alteración en las ciudades hispanas entre el siglo II y la tardoantigüedad*. Uncastillo: Fundación Uncastillo.
 - (2010) “Un *dispensator publicus* en territorio vascón: a propósito de AE 1971, 199 de Eslava (Navarra)”, en *Classica Boliuiana. Actas del V Encuentro de la Sociedad Boliviana de Estudios Clásicos*. La Paz: Sociedad Boliviana de Estudios Clásicos, pp. 177-190.
- ANDREU, J., DELAGE, I., ROMERO, L., y MATEO, TX. (2019) *Santa Criz de Eslava: reflejos de Roma en territorio vascón*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- ANDREU, J., y JORDÁN, Á. A. (2003-2004) “Epigrafía, organización del territorio y poblamiento en territorio de Vascones: Los Bañales (Uncastillo, Zaragoza)”, *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I. Prehistoria y Arqueología*, 16-17, pp. 419-461.
- ANDREU, J., JORDÁN, Á. A., y ARMENDÁRIZ, J. (2010) “Nuevas aportaciones a la epigrafía de Campo Real/Fillera (Sos del Rey Católico-Sangüesa)”, *Zephyrus*, 65, pp. 179-198.
- ANDREU, J., y LAREQUI, J. (2023) “*Parua oppida y municipia rusticana*: un paradigma en el norte de la Hispania Citerior”, en ANDREU, J., BLANCO-PÉREZ, A., y ALGUACIL, E. (eds.) *Pecunia communis: recursos económicos y sostenibilidad de las pequeñas ciudades hispanorromanas*. Uncastillo: Fundación Uncastillo, pp. 161-192.
- ANDREU, J., OZCÁRIZ, P., y MATEO, CH. (2018) *Epigrafía romana de Santa Criz de Eslava (Eslava, Navarra)*. Faenza: Fratelli Lega.
- ANDREU, J., y ROMERO, L. (2022) “Santa Criz de Eslava y los *parua oppida Vasconum*: novedades sobre la vida urbana en territorio vascón”, en MATEOS, P., OLCINA, M., PIZZO, A., y SCHATTNER, Th. (eds.) *Small towns: una realidad urbana en la Hispania romana*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, pp. 195-205.
- ANGELI, M. G. (1993) “Segni della cultura antica dalle cave di marmo di Luni”, en CALBI, A., DONATI, Á., Y POMA, G. (cur.), *L'Epigrafia del Villaggio*. Faenza: Fratelli Lega, pp. 279-332.
- ATTEMA, P. A. J., y SCHÖRNER, G. (eds.) (2022) *The rural foundations of the Roman economy, new approaches to Rome's ancient countryside from the Arcaic to the Early Imperial period: introduction*. Heidelberg: Propyleum.

- BELTRÁN LLORIS, F. (2009) "Prólogo", en DÍAZ, B. *Epigrafía latina republicana de Hispania (ELRH)*. Barcelona: Instrumenta, pp. 13-16.
- BELTRÁN LLORIS, F., JORDÁN, Á. A., y ANDREU, J. (2012) "Las *cupae* de las Cinco Villas (Zaragoza)", en ANDREU, J. (ed.), *Las cupae hispanas: origen, difusión, uso, tipología*. Uncastillo: Fundación Uncastillo, pp. 137-172.
- BESSAC, J.-C., y SABLAYROLLES, R. (2002) "Recherches récentes sur les carrières antiques de Gaule", *Gallia*, 59, pp. 175-178.
- BOWMAN, A. (ed.) (2009) *Quantifying the Roman economy: methods and problems*. Oxford: Oxford University Press.
- BOWMAN, A., y WILSON, A. (eds.) (2013) *The Roman agricultural economy: organisation, investment, and production*. Oxford: Oxford University Press.
- BRUN, J.-P. (2012) *Techniques et économies de la Méditerranée antique*. Paris: Collège de France.
- (2004a) *Archéologie du vin et de l'huile dans l'empire Romain*. Paris: Éditions Errance.
- (2004b) *Archéologie du vin et de l'huile: de la préhistoire à l'époque hellénistique*. Paris: Éditions Errance.
- (2003) *Le vin et l'huile dans la Méditerranée Antique. Viticulture, oléiculture et procédés de fabrication*. Paris: Éditions Errance.
- (2000) "Appendice: Les installations agricoles", en LANCHÁ, J., y ANDRÉ, P., *Corpus de Mosaiques Romaines du Portugal. II. Conventus Pacensis. 1. La villa de Torre de Palma*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Mission Luso-Française "Mosaiques du Sud du Portugal", pp. 115-122.
- BUCK, R. J. (1983) *Agriculture and agricultural practice in Roman law*. Wiesbaden: Steiner.
- BRUNEAU, P., y FRAISSE, P. (1984) "Pressoirs déliens", *Bulletin de Correspondance Hellenique*, 108, pp. 713-730.
- CANCELA, M^a L. (2010) "Los monumentos funerarios de las elites locales hispanas", en NAVARRO, M., y DEMOUGIN, S. (eds.) *Élites hispaniques*. Burdeos: Bocard, pp. 103-120.
- CHARDRON-PICAULT, P. (ed.) (2010) *Aspects de l'artisanat en milieu urbain: Gaule et Occident romain (Autun, sept. 2007)*. Dijon: Artheis Éditions.
- CIFANI, G. (ed.) (2021) *The origins of the Roman Economy: from the Iron Age to the Early Republic in a Mediterranean perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DI STÉFANO MANZELLA, I. (1987) *Mestiere di Epigrafista: guida alla schedatura del materiale epigrafico lapideo*. Roma: Quasar.
- DODD, E., Y VAN LIMBERGEN, D. (eds.) (2024) *Methods in ancient wine Archaeology. Scientific approaches in Roman contexts*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- D'ORS, Á. (1953) *Epigrafía jurídica de la España romana*. Madrid: Ministerio de Justicia.
- ENCARNAÇÃO, J. d'. (2010) *Epigrafia. As pedras que falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1984) *Inscrições romanas do conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia/Faculdade de Letras.
- (1980) *Introdução ao estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia e de História da Arte.
- FABRE, G., y LEROUX, P. (1984) "Conclusions", en *Épigraphie hispanique. Problèmes de méthode et d'édition*. Paris: De Bocard, pp. 387-391.
- FANT, J. C. (2019) "Quarrying and stoneworking", en OLESON, J. P. (ed.) *The Oxford handbook of engineering and technology in the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, pp. 121-136.
- (2001) "Rome's marble yards", *Journal of Roman Archaeology*, 14-1, pp. 167-198.
- (1984) "Seven unedited quarry inscriptions from Docimium (Iscehisar, Turkey)", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 54, pp. 171-182.
- FATÁS, G., y MARTÍN BUENO, M. (1977) *Epigrafía romana de Zaragoza y su provincia*. Zaragoza: Diputación Provincial.

- GOFFIN, B. (2022) *Euergetismus in Oberitalien*. Bonn: Habelt.
- GÓMARA, M., BONILLA, Ó., SANTOS, Á., y PÉREZ, M. (2021) “Epigrafía sobre *dolium* en la Hispania Tarraconense: el caso de *L. GRATTI* documentado en la villa romana de Picordero (Cascante, Navarra)”, *Epigraphica*, 83, 1-2, pp. 215-230.
- GUERRA, A. (2016) “José d’Encarnação: breve perspectiva sobre um notável percurso de investigação em epigrafia”, *Conimbriga*, 55, pp. 29-49.
- GROS, P. (1983) “Introduction”, en *Architecture et société de l’archaïsme grec à la fin de la république romaine. Actes du colloque international organisé par la Centre national de la recherche scientifique et L’École Française de Rome* (Roma, 1980). Roma-Paris: CNRS, pp. 1-7.
- HARRIS, W. V. (ed.) (1993) *The inscribed economy: production and distribution in the Roman Empire in the light of the instrumentum domesticum*. Ann Arbor: Journal of Roman Archaeology.
- HIRT, A. M. (2010) *Imperial mines and quarries in the Roman World. Organizational aspects 27 BC – AD 235*. Oxford: Oxford University Press.
- HOLLANDER, D. B. (2019) *Farmers and agriculture in the Roman economy*. Londres-Nueva York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- HOUTEN, P. (2021) *Urbanisation in Roman Spain and Portugal*. Civitates Hispaniae of the Early Empire. Londres-Nueva York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- HÜBNER, E. (1869) *Corpus Inscriptionum Latinarum*. II. Inscriptiones Hispaniae Latinae, Berlín: De Gruyter.
- JORDÁN, Á. A. (2021) “El desarrollo de la esclavitud en la parte oriental del territorio de los vascones durante el Alto Imperio (ss. I-III d. C.)”, *Hispania Antiqua*, 45, pp. 252-296.
- LASSÈRE, J.-M. (2005) *Manuel d’Épigraphie roimaine. * L’individu – La cité*. París: Piccard.
- MCLEAN, B. H. (2002) *An introduction to Greek Epigraphy of the Hellenistic and Roman periods from Alexander the Great down to the Reign of Constantine (323 BC-AD 337)*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- MARZANO, A. (ed.) (2020) *Villas, peasant agriculture, and the Roman rural economy*. Heidelberg: Propyleum.
- MELCHOR, E. (2013) “Entre la *urbs* y el *fundus*: conmemoración funeraria y honorífica de las élites locales hispano-romanas en sus propiedades rústicas”, *Veleia*, 30, pp. 119-142.
- (2007) “Sobre las posesiones rústicas de las élites municipales de la Bética y la vinculación de sus propietarios con determinadas comunidades cívicas”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, 119-2, pp. 435-443.
- (2006) “Las propiedades rústicas de las élites hispano-romanas: un intento de aproximación a través de la documentación epigráfica”, en RODRÍGUEZ NEILA, J. F., y MELCHOR, E. (eds.) *Poder central y autonomía municipal: la proyección pública de las elites romanas de Occidente*. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 241-280.
- (1993-1994) “Las élites municipales de Hispania en el alto imperio: un intento de aproximación a sus fuentes de riqueza”, *Florentia Iliberritana*, 4-5, pp. 335-348,
- OZCÁRIZ, P. (2006) “El papel del territorio navarro en la administración de la provincia *Hispania Citerior* durante el Alto Imperio”, en ANDREU, J. (ed.) *Navarra en la Antigüedad: propuesta de actualización*. Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 167-178.
- PEÑA, Y. (2023) *De tornos y tornillos: tecnologías de prensado de la uva y la aceituna en el mundo romano y tardoantiguo*. Albolote: Editorial Comares.
- (2019) “Producción agropecuaria”, en SÁNCHEZ-LÓPEZ, E., y BUSTAMANTE, M. (eds.), *Arqueología romana de la península ibérica*. Granada: Universidad de Granada, pp. 615-645.

- (2011-2012) “La producción de vino y aceite en el Valle Medio del Ebro”, *Anales de Prehistoria y Arqueología*, 27-28, pp. 141-154.
- (2010) *Torcularia: la producción de vino y aceite en Hispania*. Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica.
- PEÑA, Y., NOGUERA, J. M., Y BRUN, J.-P. (eds.) (2022) *De re rustica. Arqueología de las actividades económicas en los campos de Hispania*. Murcia: Universidad de Murcia-Collège de France.
- ROMERO, L., Y ANDREU, J. (2024) *Corpus signorum Inperii Romani. Conuentus Caesaraugustanus – territorio vascón (Hispania Citerior)*. Pamplona-Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica-EUNSA.
- SCHEIDEL, W. (2012) *The Cambridge companion to the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOLER, B. (2021) “*Signum lapidarium*. Clasificación y significado en época romana”, en OTTATI, A., y VINCI, M^a S. (eds.) *From the quarry to the monument. The process behind the process. Design and organization of the work in ancient architecture*. Heidelberg: Propyleum, pp. 69-84.
- SVENNUNG, J. (1958) “Numerierung von Fabrikaten und andere Gegenständen im Römischen Altertum”, *Arctos*, 2, pp. 164-186.
- VAN LIMBERGEN, D., DODD, E., y BUSANA, M. S. (eds.) (2024) *Vine-growing and winemaking in the Roman World. New data and original perspectives*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- VINCI, S. (2021) “Alcune considerazioni sui *signa lapicidimarum* dalla cava romana di El Mèdol (Tarraco, *Hispania Citerior*)”, en OTTATI, A., y VINCI, M^a S. (eds.) *From the quarry to the monument. The process behind the process. Design and organization of the work in ancient architecture*. Heidelberg: Propyleum, pp. 5-20.

O Senador *Lucius Marius Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus* e família

Recebido: 4 de Novembro de 2024 / Aprovado: 29 de Novembro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_5

Manuela Alves-Dias¹

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

RESUMO

Conhecemos *L(ucius) Marius L(ucii) f(ilius) Vegetinus Marcianus Minicianus Gal(eria) Myrtilianus*, dois filhos seus, *Maria Rufina* e *L. Marius Vegetinus Lucanus Tiberenus*, assim como o nome de sua mulher, *Claudia Artemidora*. Atualmente os autores são unânimes quanto à sua origem Hispânica, e mais recentemente foi-lhe reconhecida Mértola como a sua cidade de origem. Mas as opiniões divergem quanto à proveniência da família de sua mulher, nomeadamente de *Claudius Artemidorus*, que tem sido confundido com o seu homónimo, senador de Éfeso. Neste texto propomos uma origem Lusitânica para o pai de *Claudia Artemidora*, bem como para os familiares próximos de seu marido, diretamente ligados à colónia de *Pax Iulia*.

ABSTRACT

The Senator *L(ucius) Marius L(ucii) f(ilius) Vegetinus Marcianus Minicianus Gal(eria) Myrtilianus*, two of his children, *Maria Rufina* and *L. Marius Vegetinus Lucanus Tiberenus*, as well as the name of his wife, *Claudia Artemidora*, have been known for a long time. Currently, the authors are unanimous regarding his Hispanic origin, and more recently Mértola was recognized as his city of origin. But opinions differ as to the origin of his wife's family, namely *Claudius Artemidorus*, who has been mistaken with his namesake, the senator of Ephesus. In this text we propose a Lusitanian origin for *Claudia Artemidora's* father, as well as for her husband's close relatives, directly linked to the colony of *Pax Iulia*.

1 ORCID iD: 0000-0002-5706-5521; manuelalvesdias@gmail.com

Conhecemos *L(ucius) Marius L(ucii) f(ilius) Vegetinus Marcianus Minicianus Gal(eria) Myrtilianus* através de quatro inscrições, duas honoríficas que lhe são dedicadas (CIL VI 1455 e CIL VI 1456) e duas funerárias que referem dois filhos seus *Maria Rufina* (CIL VI 1457) e *L. Marius Vegetinus Lucanus Tiberenus* (CIL VI 1458) assim como o nome de sua mulher, todas elas provenientes de Roma. Destas quatro inscrições conserva-se apenas uma, a de Maria Rufina, que está completa e se guarda atualmente no Museu do Louvre (Tabela 1).

PIR², V, 323, atribuía ao senador uma origem Hispânica, sugestão que se baseia em grande parte na sua pertença à tribo *Galeria*, e que tem sido seguido pela maioria dos investigadores.

Em 1982 Bonneville admitia que a origem próxima deste senador está em Mértola², o que torna o nome *Myrtilianus* um cognome de origem geográfica.

Caballos Rufino sugere-lhe uma longínqua origem no vale do Ebro³, sem, no entanto, afastar categoricamente a possibilidade da origem Lusitânica já proposta por *Bonneville* em 1982. Neste mesmo texto, associa a *L. Marius Vegetinus*

CIL VI 01457 (EDR 110754) Conservada no Museu do Louvre. D(is) M(anibus) s(acrum) Mariae Rufinae c(larissimae) p(uellae) L(ucius) Marius Vegetinus 5 Marcianus Minicia = nus, c(larissimus) i(juvenis), pater fecit; vixit menses IIII, dies VII.	CIL VI 01458 (EDR 110755) Desaparecida. D(is) M(anibus). L(ucio) Mario Vege = tino Lucano Tibereno, c(larissimo) p(uero), 5 qui vixit mensibus sex, diebus XXI, filio dulcissi= mo Vegetinus 10 pr(aetor) et Cl(audia) Ar= temidora, c(larissima) f(emina), parentes
CIL VI 1456 (EDR 100471) Completa, encontrada no Quirinal, e hoje desaparecida. L(ucio) Mario L(uci) fil(io) Gal(eria) Vegetino Marciano Mi[n]i= ciano, co(n)s(uli), c(larissimo) v(iro), 5 praet(ori), leg(ato) provin= ciae Baetic(ae), leg(ato) leg(ionis) XXII Primig(eniae), praef(ecto) frum(enti) dand(i), trib(un)o pleb(is), quaest(ori) urb(ano), 10 triumvir(o) kapit(ali) a(uro) a(rgento) a(ere) f(lando) f(ormando?) f(eriundo) viatores qui ei apparu(erunt)	CIL VI 1455 (EDR 100470) Incompleta, encontrada no Quirinal, e hoje desaparecida. L(ucio) Mario Veg[e]tino Marciano Miniciano Gal(eria) Myrti[l]iano, c(larissimo) v(iro), [I]Ivir k(apitali) a(uro) a(ere) f(lando) f(ormando?) f(eriundo), 5 q(uaestori) urb(ano), tr(ibuno) pl(ebis), prae[f(ecto) f(rumentum) d(andi)] leg(ato) prov(inciae) Bae[t](icae), leg(ato) leg(ionis) XXII Primig[e]n[i]ae, praet(ori).

Tabela 1

² Bonneville 1982, p.19.

³ Em Turiasso, sob Augusto o nome *C. Marius Vegetus* aparece como *IIVir* numa moeda (Amela Valverde, 2016, p.70), mas é impossível estabelecer qualquer ligação entre o *duovir* e o nosso senador.

Myrtilianus e seu filho a posse de propriedades fundiárias na Bética, onde teriam sido produzidas ânforas, na região de Arva, salvaguardando o facto de a presença na Bética poder ser resultado do exercício das funções de legado nesta província⁴.

O uso de *cognomina* de origem geográfico-étnica parece ser comum na família de *L. Marius Vegetinus Myrtilianus*, pois o seu filho, *L. Marius Vegetinus Lucanus Tiberenus*, usa o cognome de *Lucanus*, que é uma forma muito comum e que tem por base uma origem étnica⁵. Kajanto, considera que *Tiberenus*, tanto pode ser entendido como uma formação a partir do *praenomen Tiberius*, a mais comum⁶, como pode ser considerado referente a uma região de Roma⁷.

Não temos, até agora na epigrafia de Mértola, nada que diretamente nos possa ligar a *L. Marius Vegetinus Marcianus Minicianus*, mas entre as elites de Mértola temos, sob Marco Aurélio, um *II vir* que usa o gentílico *Marcus* (IRCP 96) e mais tarde o gentílico *Marius/a* aparece como o nome da neta da flamínica *Memoria Chalquisia*⁸; *Minicius*, gentílico de grande prestígio na Hispânia do séc. II, e que está na origem do cognome *Minicianus*, também é conhecido numa inscrição funerária datada do séc III, de Mértola que não pudemos ligar sequer às elites locais da cidade⁹. Não é o ideal, mas é o que temos, e serve apenas para confirmar que estes nomes gentílicos não são estranhos ao tecido social da cidade.

A situação estratégica da cidade não pode ser menosprezada. Mértola foi, desde a Idade do Ferro, um importante porto fluvial de penetração

para o interior, e durante a Antiguidade Tardia um interessante centro comercial, e como tal se manteve. O crescimento económico das margens do Guadiana e regiões limítrofes deve ter-se acentuado no séc. II. As relações com o Mediterrâneo são comprovadas pelas abundantes informações arqueológicas que Mértola quotidianamente fornece. Quando no séc. VI chegaram a Mérida comerciantes vindos do oriente, que consigo trouxeram o futuro bispo *Fidelis*, sobrinho do bispo *Paulus*, foi certamente subindo o Guadiana que a viagem se efetuou, replicando o trajeto que desde há muito tornou Mértola ‘o último porto do Mediterrâneo’. Ainda no séc. XIX Mértola era o caminho mais usado para quem, da costa sul de Portugal, se dirigia ao Baixo Alentejo.

O que hoje sabemos de *Lucius Marius Marcianus Minicianus Myrtilianus* e da sua mais que provável ligação a Mértola decorre dos trabalhos de Bonneville - e essa ligação é hoje geralmente admitida -, e a Leunissen¹⁰ que estudou a carreira deste senador, e a quem devemos a definição do *terminus ante quem* da sua carreira que, alargando as propostas anteriores, coloca no ano de 260 d.C.

Fica por determinar quem foram os antepassados próximos de *Claudia Artemidora* e de seu marido. O pai de *Claudia Artemidora* devia chamar-se, de acordo com a tradição onomástica, *Claudius Artemidorus*, e o seu *praenomen*, muito provavelmente seria *Tiberius*, o mais frequentemente usado nesta *gens*, e que penso ver refletido no cognome de seu neto¹¹; do pai de *Myrtilianus* apenas sabemos que se chamaria *Lucius Marius*, desconhecemos o seu cognome, mas podemos

4 Caballos Rufino 2001 p.81

5 Kajanto 1955, p.193.

6 Kajanto 1955, p.114; 175.

7 Kajanto 1955, p.184.

8 IRCP, pp. 443-445. Embora conservada em Montemor-o-Novo, esta inscrição foi trazida de Mértola.

9 IRCP, p. 118.

10 Leunissen 1987, p.272.

11 O cognome *Tiberenus*, aparece apenas registado nesta inscrição e não é possível verificar a sua correta leitura porque a lápide desapareceu; creio que este nome seria uma ‘variante gráfica’ do cognome *Tiberinus*, formado sobre o gentílico *Tiberius*, o mais usado na *gens Claudia*, fazendo eco da linhagem materna de *Marius Lucanus*.

arriscar o cognome *Vegetus* ou *Vegetinus*, que *Myrtilianus* também usa, e que passou a seu filho.

O esquema familiar de acordo com a epigrafia seria o que se segue (Tabela 2):

<i>L. Marius (Vegetinus?)</i> ---+---(---?---)	<i>Tiberius Claudius Artemidorus</i> ---+---(---?---)
<i>L. Marius Vegetinus Marcianus</i>	
<i>Minicianus Myrtilianus c.v.</i> -----+-----	<i>Claudia Artemidora c.f.</i>
<i>Maria Rufina c.p.</i>	<i>Lucius Marius Vegetinus Lucanus Tiberenus c.p.</i>

Tabela 2

Resta-nos identificar os nomes *Marius (Vegetinus?)* e *Tiberius Claudius Artemidorus* com os seus reais portadores.

No que respeita ao pai de *Claudia Artemidora* a proposta já tinha sido feita em 1936 por Groag¹², ao considerar *Tiberius Claudius Artemidorus*, *consul suffectus* e procônsul da Ásia em data indeterminada. Esta hipótese, baseada principalmente na onomástica não é viável para M-T Raepsaet-Charlier¹³.

Ao referir-se a este assunto Leunissen (1987) diz ¹⁴: “há alguns anos verificou-se, que este senador (*Tiberius Claudius Artemidorus*) era sobrinho da filha do primeiro cônsul de Éfeso, *Ti. Claudius Severus*, que só obtém este alto cargo na época dos Severos (provavelmente antes de 213). Para além da coincidência dos nomes das pessoas mencionadas, não temos mais nenhuma prova de uma relação de parentesco entre elas, pelo que qualquer especulação a este respeito - por muito tentadora que seja - deve ser evitada.”¹⁵

Em 2010, Danuta Okoń, a propósito do segundo casamento de Septímio Severo, traça o que seria a estratégia matrimonial dos senadores na viragem do séc. II para o III, a propósito da origem geográfica dos casais diz: “É necessário acentuar, uma vez mais, que independentemente das circunstân-

cias, os casamentos ‘inter-regionais’, garantidos pelas fontes históricas que possuímos, não eram numerosos. O número dos casamentos concluídos entre pessoas da mesma região (nomeada-

mente da mesma província ou da mesma cidade), era sete vezes maior. Esta desproporção não pode ser explicada por lacunas do nosso conhecimento. Devemos admitir que tais uniões entre representantes de diferentes regiões do Império eram efetivamente raras e realizadas principalmente pelas importantes vantagens políticas que traziam.”¹⁶

“Convém precisar que em 65 casamentos de senadores realizados na viragem do II para o III século, em que a origem territorial dos esposos é conhecida, 57 foram realizados entre pessoas provenientes da mesma região, da mesma província ou da mesma cidade, só 8 casamentos podem ser definidos como uniões inter-regionais. O pequeno número de uniões do segundo tipo, permite-nos qualificá-los de excecionais”¹⁷.

Apesar das observações de Leunissen no que respeita à não viabilidade da proposta tradicional referente ao pai de *Claudia Artemidora*, e das conclusões do seu próprio trabalho, Dutia Okoń admite a proposta tradicional de uma origem inter-regional em Éfeso. No entanto não deixa de comentar que esta relação a deixa pouco confortável, e expressa-o claramente: “É difícil perceber como este casamento, de um senador espanhol com uma habitante de Éfeso se reali-

¹² PIR² 791.

¹³ Raepsaet-Charlier 1987, pp.206-207 n.º. 222.

¹⁴ Leunissen 1987, pp.273-274.

¹⁵ Agradeço à Drª Fátima Romão a revisão da tradução deste artigo.

¹⁶ Okoń 2010, pp. 48, 52.

¹⁷ Okoń 2010, p.52

zou. *Marius* não prestou serviço no oriente, e os *Claudi Artemidori* não tinham propriedades na Hispânia, o que requer outras explicações possíveis, que incluem relações estabelecidas no senado ou viagens através do império”¹⁸.

O nome *Claudius* associado ao cognome grego *Artemidorus* aparece em várias épocas e em vários contextos, e não se limita à parte oriental do Império. Na Lusitânia, nomeadamente na sua capital, Mérida, existem três referências a este nome, que creio pertencerem ao mesmo indivíduo, trata-se de *Tiberius Claudius Artemidorus*, certamente figura destacada da hierarquia mitríaca, muito provavelmente *pat[er]*. O que venho propor é admitir que o pai de *Claudia Artemidora* seja este *Tiberius Claudius Artemidorus*; uma

outra inscrição, também proveniente de Mérida, associa-o a *Claudia Maria*, natural de *Pax Iulia*. Como penso que as três referências de Mérida reportam ao mesmo indivíduo acrescento a foto da única que ainda existe, e que foi atribuída erradamente a Itálica¹⁹ (Tabela 3).

Feita a ligação entre o culto mitraico em Mérida²⁰ e a cidade de Beja, diz-nos que se tinha estabelecido uma ligação entre os *Claudii* de Mérida e os *Marii* de Beja; *Claudia Maria* *pacen[is]* é o testemunho dessa ligação, a referência *pacensis* distingue-a claramente dos *Marii* de Mérida.

A vantagem desta atribuição, além de atestar a ligação das duas *gens*, mantém esta ligação no âmbito local, tal como D. Okoń constatou que

CIL II 464 (Mérida, Calle Ávalos, na base de uma estátua, desaparecida) <i>Caute</i> <i>Tib(erius) Cl(audius) Artemidoru[s]</i> <i>pat[er]....</i>	CIL II 517, CILAE, 312 (Mérida, local desconhecido, desaparecida) <i>Claudia Maria Pac[e]n[is]</i> <i>Tib(erius) Claud(ius) Artemidorus</i> [.....]
EE-9, 61 (Mérida, conservada em Sevilha, em coleção particular) <i>D(is) M(anibus)</i> <i>Cl(audiae?) Artem[idor 3]</i> <i>coniugi [incompa]</i> <i>rabili c[3]</i> <i>R[</i>	 Fotografia da inscrição EE- 9, 61, para documentar o tipo de grafia.

Tabela 3

¹⁸ Okoń 2010, p.52

¹⁹ CILA 2, tomo 2, nº542.

²⁰ García y Bellido 1967, pp. 26-34. Já então pelos materiais publicados, era visível a grande importância e qualidade do espólio de Mérida, embora à época não tivessem sido encontrados vestígios claros do Mitreu.

acontece entre a maior parte de ligações matrimoniais, de famílias na viragem do século.

Para procurar os ascendentes de *Marius Myrtilianus* vejamos quem são os *Marii* de *Pax Iulia*: os cultuantes de divindades orientais são abundantes, na cidade²¹, incluindo nomeadamente um *sodalitium* de *Bracaraugustanus* que cultua [...] *Deo Invictus*²², além de *Serapis*, com ligação aos *Marii* da cidade, que ao que parece tinham uma *villa* em Cuba.

Vejamos quem eles são:

CIL, II, 46 = CIL, II 5185 = IRCP, 231 Beja, na cidade. <i>Serapi Pantheo</i> <i>Sacrum</i> <i>in honorem G(aii) Mari Prisciani</i> <i>Stelina Prisca</i> <i>mater filii</i> <i>indulgentissimi</i> <i>d(ecreto) d(ecurionum)</i>	FE 673 = AE 2018, 769 = 2019, 614 Beja, freguesia de Cuba, Herdade de Pias <i>Neritus Mariae</i> <i>Prisca ser(vus) an(norum) XX</i> <i>hic Romae decessi[t]</i> <i>item Nereis soror-</i> <i>an(norum) XXV hic sita est</i> <i>tu qui contendis</i> <i>lasse viator te PROCOBVI</i>
--	---

Tabela 4

Em 2018, J. d'Encarnação e J. Feio publicaram uma inscrição encontrada numa propriedade rural romana em Cuba, que seria um domínio rural desta *gens* (Figura 1). A inscrição refere um *Nerius*, escravo de *Maria Prisca*, morto em Roma, e *Nereis* irmã do anterior, morta na atual Herdade de Pias, freguesia de Cuba, distrito de Beja, onde a inscrição foi encontrada. Esta *Maria Prisca* é certamente relacionada com *G. Marius Priscianus*, que conhecemos de inscrição funerária que, sob a invocação *Serapi Pantheo sacrum*, sua mãe lhe dedicou.

Uma outra inscrição, infelizmente muito fraturada, refere o *cursus honorum* de um *Marius* que,

como *Marius Myrtilianus*, também serviu na Germânia, e foi encontrada na cidade, quando em 1895 se destruiu o chamado Palácio dos Infantes, junto ao Mosteiro da Conceição²³ (Tabela 5).

O suporte está muito danificado pela reutilização a que foi submetido, devia ser mais alto, e falta-lhe a parte lateral direita, como bem visível na fotografia.

A recuperação segura da leitura da inscrição envolve necessariamente muitas suposições, IRCP 235, bem como todos os investigadores que se

lhe seguiram aceitam a reconstituição proposta embora com algumas dúvidas. A impecável *ordinatio* do texto que nos ficou, sugere uma paginação orientada pela linha mediana, ocupando todo o campo; a quinta e quarta linhas a contar do fim são de difícil resolução porque as letras que restam MIN[...] parecem um início de palavra, e pelo destaque que mostram deviam indicar um facto que justificasse a presença de uma homenagem pública ou semipública²⁴, feita por um libertado e herdeiro, mas neste texto parece não haver lugar para a referência à autorização dos decurhões. É certo que também se faziam homenagens em propriedades privadas, que não necessitam da auto-

²¹ Alves-Dias, 1981, *passim*.

²² IRCP 339, [*M(itrae)?*] *Deo Invicto / sodalici(um) bracarorum stusudium sua in/pensa [sic] fecerunt cum / cratera ti[tulum] donavit Messius [...] Artemidorus magister*.

²³ Viana 1945, p.177, que aqui reproduz o que saiu no jornal O Bejense de 7-12-1895.

²⁴ Melchior-Gil 2016, pp. 205-208, que estuda a colocação das homenagens na Bética, admite que algumas inscrições honoríficas poderiam ser colocadas no átrio das residências urbanas dos homenageados.

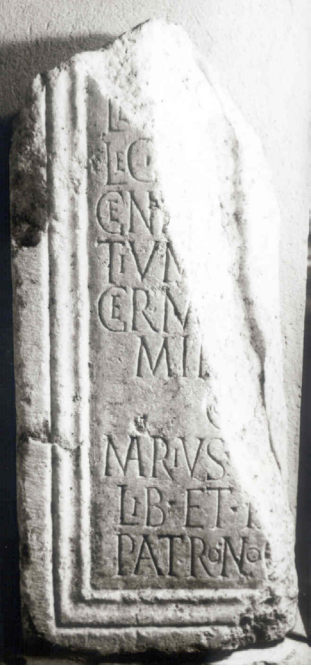
Fotografia IRCP 235 	Transcrição <i>apud</i> IRCP 235. [...Mario.....} [...] [trib(uno) mil(tum...] LE[g(ionis).....] Leg(ionis) XXII primi] geni[ae praef(ectus] chor] tium[..... in] Germ[aniae (?)] min[.....] Co[l(oniae) P(acis) I(ulia) [?] Marius [.....] lib(ertus) et h(eres) patrono o(ptimo)
--	---

Tabela 5

rização dos decuriões como acontece nas que são levantadas em local público; como parece não haver lugar para essa autorização no que resta do texto, é preferível considerá-la semipública. A reconstituição MIN(ister / CO[llegium] para o que resta da terceira e quarta linha a contar do fim do texto também era possível, e sabemos que a pertença a colégios mitríacos não era raro entre militares, mas dado o estado precário do texto uma tal proposta é quase tão arriscada como supor que esta lápide se refere ao próprio senador *Marius Myrtilianus*, mas creio ser aceitável atribuí-la a um seu antepassado.

Pelo contrário identificar *Tiberius Claudius Artemidorus*, dedicante no mitreu de Mérida, com o pai de *Claudia Artemidora*, parece eliminar as objeções dos que anteriormente puseram em causa a identificação de Groag, e que acima referimos.

Trata-se do um dos destacados cultuantes do Mitreu de Mérida, que erigiu uma estátua destinada de um Caute para o Mitreu, conhecida há muito, presentemente desaparecida²⁵.



Figura 1

25 Já em 1967, A. Garcia y Bellido publicava os materiais mitríacos de Mérida, e era visível a grande importância e qualidade do espólio, embora à época não tenham sido encontrados vestígios claros do Mitreu.

Bibliografia

- CIL II = HÜBNER, E. (1869, 1892 *supplementum*). Corpus Inscriptiones Latinarum, II, Deutsche Akademie der Wissenschaften su Berlin, Berlin.
- CILA = GONZÁLEZ, J. (1992-1996). Corpus de Inscripciones Latinas de Andalucía. II. Sevilla, IV vols., Sevilla.
- CIMRM = VERMASEREN, M. J. (1958 -1960). Corpus Inscriptionum et Monumentorum Religionis Mithraicae, I e II, Den Haag.
- IRCP = D'ENCARNAÇÃO, J. (1984). Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Coimbra.
- PIR = GROAG, E., STEIN, A. (1933). Prosopographia Imperii Romani, Berlin-Leipzig.
- ALVES-DIAS, M. M. (1981). “Os cultos orientais em Pax Iulia, Lusitania”, *Memorias de Historia Antigua*, 5, 1980, pp.33-40.
- AMELA VALVERDE, L. (2016). “Turiaso: sus Monedas Augusteas y Tiberianas”, *Revista Numismatica Hecate*, 3, pp. 55-78.
- BONNEVILLE, J-N. (1982). “Remarques sur l’Indication de l’Origo par la Tribu et le Toponyme Après des Tria Nomina Sans Filiation”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 18-1, pp. 5-32.
- CABALLOS RUFINO, A. (2001). “Los Recursos Económicos de los Notables de la Bética”, *Élites Hispaniques*, Milagros Navarro Caballero & Ségoulène Demougin, Paris – Bordeaux, pp. 69-87.
- ENCARNAÇÃO, J., FEIO, J. (2018). “Neritus Servus Romae Decessit”, *Ficheiro Epigráfico*, 178, nº673.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967). Les Religions Orientales dans L’Espagne Romaine, E.P.R.O.E.R., Leiden.
- KAJANTO, I., (1965). *The Latin Cognomina*, Societas Scientiarum Fennica, Helsinki.
- LEUNISSEN, P. M. M. (1987). “Zur Laufbahn des Senators L. Marius Vegetinus Marcianus Minicianus Myrtilianus”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bd, 68, pp. 263-267.
- MELCHOR GIL, E. (2006). “Solo publico - Solo suo: sobre la ubicación de los homenajes estatuarios en las ciudades de la Bética”, *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, 17, 2006. pp. 201-211.
- OKOŃ, D., (2010). “Mariage de Septime Sévère avec Iulia Domna. Au Fond des Stratégies Matrimoniales des Familles Sénatoriales des Romains à la Charnière des IIeme et IIIeme siècles”, *Eos*, XCVII, p.45-62.
- RAEPSAET-CHARLIER, M-T. (1987). Prosopographie des Femmes de l’Orde Sénatorial (I-IIs), Louvain, Peeter.
- VIANA, A., (1945). “Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes, (continuação)”, *Arquivo de Beja*, II. fasc. I e II, p.177 [transcrito de o Bejense (7-12-1895)].

VIVA FECIT – a lápide funerária de Fábia de Ossonoba

Recebido: 2 de Setembro de 2024 / Aprovado: 18 de Setembro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_6

João Pedro Bernardes¹

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património –
Universidade do Algarve

Manuela Alves Dias²

Centro de História e da Cultura da Universidade de Lisboa

RESUMO

Em 1984, numa escavação de emergência na rua das Alcaçarias em Faro, foram identificadas oito sepulturas da grande necrópole romana Norte da cidade de *Ossonoba*. Entre o abundante espólio recolhido, estava uma lápide funerária cuja leitura da inscrição não foi possível realizar-se plenamente, dado o seu grau de desgaste. Apresenta-se agora, neste texto, a leitura completa dessa inscrição, possibilitada pela aplicação do Modelo de Resíduo Morfológico desenvolvido por Hugo Pires. Trata-se de uma curiosa e singela lápide funerária de uma ossonobense que a fez ainda em vida.

PALAVRAS-CHAVE

Lusitânia Romana; necrópole urbana; epigrafia funerária; Século III; Modelo de Resíduo Morfológico

ABSTRACT

In 1984, during an emergency excavation in Rua das Alcaçarias in Faro, eight graves were identified from the large Roman necropolis to the north of the city of *Ossonoba*. Among the abundant artifacts collected was a funerary tombstone whose inscription could not be fully read due to its degree of wear. This text presents the complete reading of this inscription made possible by the application of the Morphological Residue Model developed by Hugo Pires. It is a curious and simple funerary tombstone belonging to an Ossonoban woman who made it while she was still alive.

KEYWORDS

Roman Lusitania; urban necropolis; funerary epigraphy; 3rd century; Morphological Residue Model

1 ORCID iD: 0000-0002-1086-2128 ; jbernar@ualg.pt

2 ORCID iD: 0000-0002-5706-5521; manuelalvesdias@gmail.com

I. Introdução

Em 1984, quando se procedia a um desaterro para a construção de um edifício na rua das Alcaçarias, no centro da cidade de Faro, surgiram um conjunto de sepulturas que foram em grande parte destruídas pela máquina que ali operava. Ainda assim, tendo sido Teresa Júdice Gamito, arqueóloga da Universidade do Algarve, alertada para os achados, rapidamente iniciou uma escavação de emergência que lhe permitiu registar os enterramentos e recolher um espólio muito variado, bem como uma lápide funerária, que publicou (Gamito, 1992).

Este conjunto de sepulturas integrava-se na correntemente chamada necrópole norte de *Ossonoba* conhecida desde o século XIX, altura em que Estácio da Veiga escavou uma trintena de sepulturas no largo das Mouras Velhas e, sobretudo, no largo em frente ao edifício do teatro Lethes, antigo convento jesuíta. Em meados do século XX, também em contexto de obras, apareceram outras sepulturas na rua João Ramos, escavadas por Abel Viana (1951), para além da menção esporádica a outros enterramentos na área que da Pontinha ia até ao Lethes (Bernardes, 2005; Pereira 2018: 308-330). Mais recentemente

outros enterramentos têm aparecido e sido escavados, nomeadamente na rua de Portugal (Serra *et al.*, 2006, p. 212), rua João Lúcio (Bernardes *et al.* 2014) no Largo das Mouras Velhas (Silva *et al.* 2020), e no Largo 25 de Abril, onde em 2005 foram escavadas 91 sepulturas datáveis entre os séculos I e VI (Teichner *et al.* 2007; Pereira 2018: 323-330). Neste último Largo, apareceram recentemente (2024), onde antes existia o edifício da RTP, mais sepulturas, bem como a constatação da continuidade da ocupação deste espaço funerário na época islâmica (Henriques *et al.* 2024). Todos estes achados, que totalizam mais de centena e meia de sepulturas, faziam parte da mesma área sepulcral, situada na saída norte de uma das principais artérias da cidade romana de *Ossonoba* que ligava à cidade vizinha de *Balsa*.

No âmbito da cidade romana de Faro conhecem-se mais duas áreas de enterramento, uma situada na saída Oeste junto à ermida de S. Sebastião e escola Afonso III, e outra junto à polícia de segurança pública, que terá sido quase totalmente destruída no século XIX, provavelmente quando se construiu o parque da Alameda (Bernardes 2005; Bernardes *et al.*, 2014; Pereira, 2018, pp. 307 e 330). A necrópole da Horta de S. Cristóvão, junto ao complexo desportivo municipal, e posta a descoberto em 2012 no âmbito das obras da variante de Faro da

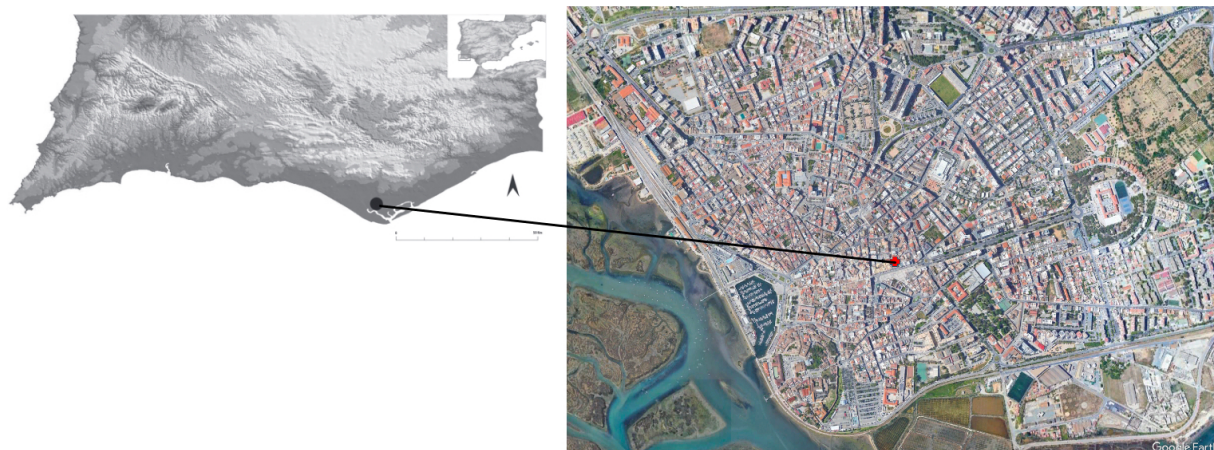


Figura 1. Localização da necrópole de Alcaçarias.

Estrada Nacional 125, estaria relacionada com a *villa* do Amendoal, já fora da área urbana (Pereira, 2018, pp.330-359; Pereira e Coelho, 2021).

II. A necrópole da rua das Alcaçarias

A necrópole romana da rua das Alcaçarias de Faro, escavada em 1984 numa intervenção de emergência liderada por Teresa Júdice Gamito, é parte integrante da grande necrópole da cidade que ia do largo da Pontinha até pelo menos o largo das Mouras Velhas. Situa-se a cerca de 300 metros para nordeste do Largo das Mouras Velhas onde foram escavados diversos enterramentos nos últimos anos (Bernardes *et al.* 2014; Silva *et al.* 2020) e que fariam parte deste grande espaço funerário ossonobense. O sítio localizava-se numa pequena rua, que deve o seu nome à atividade mercantil que ali teve lugar durante a ocupação islâmica da cidade, onde, na sequência de um desaterro para construção, foram identificadas por aquela docente da Universidade do Algarve oito sepulturas.

Quando se deu a intervenção já a maior parte das sepulturas tinham sido destruídas, sendo ainda assim possível escavar integralmente uma sepultura de inumação, a nº 6, que ofereceu um interessante e diversificado espólio do século III, e recolher artefactos de outras, entre as quais uma estela epigrafada da sepultura 1. À exceção destas

duas sepulturas, que eram em caixa de tijolos e pedras, as restantes seriam construídas por *tegulae* e *imbrices* dispostas à maneira de telhado de duas águas a cobrirem os enterramentos em fossa (Gamito, 1992, pp. 102-104). Este é o tipo de sepultura mais comum conhecido no conjunto de sítios escavados pertencentes a esta necrópole Norte da cidade de *Ossonoba*.

A lápide da sepultura 1 é uma estela de calcário brando da região com frontão triangular e campo epigráfico delimitado por moldura (Fig. 4). Nos cantos superiores da moldura possui dois círculos muito desgastados, tal como a inscrição. A parte inferior foi deixada em tosco, uma vez que, correspondendo à parte enterrada, não se via. Encontra-se atualmente em exposição na sala “Caminhos Romanos do Algarve” do Museu Municipal de Faro, tendo o nº de inventário 1748.

Foi publicada aquando do artigo que dá conta da intervenção da rua das Alcaçarias, apresentando-se na altura uma leitura com muitas dúvidas. Escreveu-se então o seguinte:

“A sepultura nº. 1, à qual deveriam pertencer muitos dos tijolos e *tegulae* encontrados nas terras removidas e de que apenas resta seguramente a lápide epigrafada (Est. III), deveria apresentar uma secção semelhante à da própria pedra, isto é, um trapézio pentagonal irregular. A lápide, apesar de exibir uma moldura rectangular cuidadosamente traçada, apresenta apenas uma ténue inscrição, mal gravada, não tendo sido afectada pela tentativa de “leitura” a que os operários do Sr. Leal Cabrita procederam, tentando avivá-la com um prego, como inicialmente receámos. É possível uma leitura cautelosa facilitada pela incidência de luz, inclinada entre cerca de 35° e 45° sobre a sua superfície, sugerindo apresentar no topo a dedicação aos deuses *Manes*, que é perfeitamente clara, tal como nas inscrições da Quinta de Marim (Olhão), alguns números romanos, sugerindo a idade do/a defunto/a, e que seria talvez de 18 anos,



Figura 2. Escavação da rua das Alcaçarias em 1984, quando surgiu a necrópole (foto de T. Gamito).

e finalmente apenas algumas iniciais e a fórmula fúnebre de a ter mandado fazer:

“D. M. S.
VVIHHHHH (?)
A. V. V. F. F.” (?)

Parece que o gravador teria tido também problemas com a representação dos algarismos referentes à idade do/a defunto/a, que, se a leitura for correcta, deveria ser XVIII.”

A inscrição viria a ser de novo publicada por José de Encarnação nos mesmos termos, dada a impossibilidade de se avançar na leitura devido às letras estarem quase apagadas, no catálogo da referida exposição do Museu Municipal de Faro (Encarnação, 2005, p. 77).

A lápide de Fábia

A aplicação do “Modelo Residual Micro-morfológico” (MRM) na lápide, aplicado por

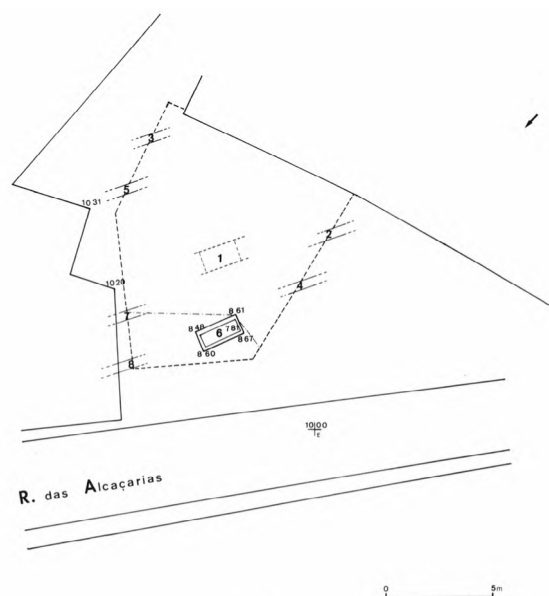


Figura 3. Planta da necrópole da rua das Alcaçarias de acordo com T. Gamito (1992).

Hugo Pires, a quem agradecemos, permitiu esclarecer a leitura desta inscrição funerária:

D M S
FABIE I = L?(uci) FILIE
VIV[A] T(itulum) F(ecit)

Consagrado aos deuses manes de Fábia, filha de Lúcio (?). Fez a inscrição em vida.

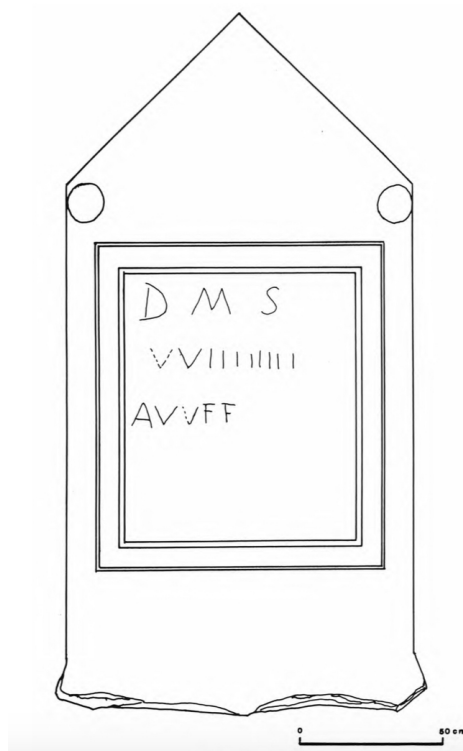


Figura 4. A lápide no museu de Faro e o desenho da inscrição da mesma (Est. III) publicado em Gamito, 1992.



Figura 5. A inscrição da mesma lápide através da aplicação do Modelo de Resíduo Morfológico.

Com 124 cm de altura máxima, 67 cm de largura (ao nível da base deixada em tosco que permaneceria enterrada, tendo 61 cm na maior parte do corpo) e 21 cm de espessura máxima, apresenta o tardo em tosco.

O campo epigráfico, bem delimitado por uma elegante moldura, possui 48 cm de altura por 40 de largura, por onde se distribui o texto levemente gravado e sem grandes preocupações de simetria. Espaços interlineares 1: 3,5 cm; 2 e 3: 5,5/6 cm; 4: 20,5 cm.

As letras gravadas sem cuidado, de forma leve e pouco especializada, não são homogêneas, sendo as da primeira linha maiores, com 5 cm a 5,5 cm de altura, e as das restantes duas linhas com 3,5 a 4 cm. A fraca qualidade do trabalho de gravação do texto contrasta, assim, com o cuidado colocado na elaboração da estela, nomeadamente no campo epigráfico e na moldura que o rodeia, o que levou Teresa Júdice Gamito a admitir que o suporte aparentava ter sido fabricado em oficina especializada de lapicida ao passo que a inscrição não (Gamito, 1992, p. 118).

Na leitura efetuada, considerou-se que a inscrição era composta por duas frases, uma regida pela forma verbal *S(acrum)*, linhas 1 e 2, e outra por *F(ecit)*, linha 3. O ditongo *ae* em *Fabiae* e *filiae* sofreu uma redução, por isso na transcrição optou-se por não restituir o ditongo porque a forma grafada denuncia particularidades linguísticas que convém registar e ter em conta.

A *gens Fabia* está presente entre a onomástica dos habitantes da cidade nomeadamente no nome de *M. Fabius Myrtilus* (IRCP 10), guardada no Museu de Faro, que refere, em duas colunas, os nomes de diversos indivíduos como Ossonobenses - *[Os]sonobensi*.³ Como a inscrição está incompleta, desconhecemos a razão que motivou a sua feitura e a reunião deste conjunto de nomes de indivíduos, certamente influentes,

3 O texto publicado no IRCP 10 consta do seguinte texto:

Q(uintus) Iunius Avitianus /	L(ucius) Livius Martialis
L(ucius) Aemilius Themison /	L(ucius) Licinius Calvus
L(ucius) Publicius Urbanus /	L(ucius) Annius Lapillianus
L(ucius) Caecilius Plocamus /	L(ucius) Caecilius Liberali
L(ucius) Licinius Fructus /	L(ucius) Herennius Cosconius
L(ucius) Caecilius Nymphodotus /	L(ucius) Aelius Superstes
Marius Maximus /	Cn(aeus) Acilius Rufus
M(arcus) Fabius Myrtilus /	Q(uintus) Iunius Chrysanthus
L(ucius) Caecilius Symphorus /	M(arcus) Caecilius Urbanus
M(arcus) Iulius Avitianus /	L(ucius) Licinius Opilio
[...] Geminius Callistus	
[.....] [...]nius / [...]ntus	
[.....] [Os]sonobensium [	

de *Ossonoba*. Seriam afiliados de uma associação? Não sabemos! O que de momento nos interessa é que entre eles figurava um indivíduo com o mesmo *nomen* da Fábia da lápide em estudo. Sendo esta inscrição, tal como a que apresenta o rol dos Ossonobenses onde figura *M. Fabius Myrtilus*, aparentemente da mesma época, finais do século II ou da primeira metade do século III, é possível que houvesse qualquer tipo de relação familiar entre ambos.

A sequência *viva titulum fecit* é pouco comum no sudoeste peninsular. Aqui convém notar que a correção formal e circunstancial é plenamente refletida na inscrição. De facto, a idade de Fábia quando da sua morte não é mencionada, isto porque, a ser completamente verdade o que a fórmula diz, ela ao mandar fazer o epitáfio em vida, ignorava evidentemente com que idade iria morrer. Pela mesma razão também a costumada fórmula final H.S.E e similares não estão presentes.

Nem sempre há sintonia entre o que se expressa na fórmula e o conteúdo do restante texto. José Leite de Vasconcelos, a propósito de uma inscrição de Lisboa, com fórmula idêntica, em versão abreviada (*T vel I. V. P.*) chama a atenção para a inadequação entre a fórmula e as circunstâncias expressas na inscrição.



Figura 6. Inscrição de *Olisipo* (Largo de S. Domingos), descoberta em 1898 (conserva-se no Museu da Cidade).

D M S
Lucretia Patri-
cia ann(or)um XXXVIII
t(itulum) v(iva) p(osuit)

Leite de Vasconcelos baseia a possibilidade da reconstituição *t(itulum)* 1.4, no traçado incompleto do *t* de *Lucretia*, 1.2, a que falta o traço horizontal superior, e propõe as duas alternativas *i(ussit) v(iva) p(osuit)* ou *t(itulum) v(iva) p(osuit)*, admitindo, no entanto, que:

“Em qualquer dos casos, como uma inscrição em que se indica a idade da falecida não podia ser gravada em vida desta, – pois a inscrição da idade não foi acrescentada posteriormente, o que se conhece do gravado – deve admitir-se que com a expressão *v(iva)* se queria significar que Lucretia Patricia mandou em vida fazer, não a inscrição, mas o conjunto do monumento, a que depois da morte se agregou a placa calcarea com o letreiro funebre.”

Se consultarmos as bases de dados mais comuns (EDCS, EDR), verificamos que na maioria das vezes quem faz a sua inscrição em vida redige o epitáfio quando da morte de parentes, aproveitando para construir um epitáfio familiar, também associado à construção ou reconstrução do túmulo familiar. Claro que *titulum* não é *monumentum*, e tanto um como outro aparecem no vocabulário epigráfico das inscrições funerárias claramente individualizados, mas seria possível tomar um pelo outro como L. Vasconcelos sugeriu? Parece-nos que não e no caso de Lisboa devemos estar perante a cristalização de uma fórmula – que aqui é usada abreviada – e já não implicada num ‘contexto gramatical’ preciso.

A fórmula *vivus/viva* aplicada com correção, como acontece na inscrição de Faro, é pouco vulgar. Mas a própria fórmula e suas variantes são, do ponto de vista do uso do latim, um imbróglio gramatical como, de resto, já foi demonstrado por Nóra Zelenal (2018).

Bibliografia

- BERNARDES, J. P. (2005) “As necrópoles de Ossonoba”, in D, Paulo (Coord.) *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo de exposição do Museu Municipal de Faro. Faro, pp.26-34.
- BERNARDES, J. P.; FERNÁNDEZ, L.; CAMPOS, J. M. y PEREIRA, C. (2014) “El mundo funerário del extremo suroccidental de Hispania através de dos ciudades: Ossonoba versus Onoba”, *Onoba*, 2, pp. 127-147.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984) *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios Para o Estudo da Romanização*. Coimbra (= IRCP).
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (2005) “Catálogo”, in D, Paulo (Coord.) *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo de exposição do Museu Municipal de Faro. Faro, pp. 43-87.
- GAMITO, T. J. (1992) “Cemitério romano do século II/III – Faro, rua das Alcaçarias”, *Conimbriga*, 31, pp. 99-118.
- HENRIQUES, J., CASIMIRO, S., FILIPE, V. G., CARDOSO, F. A. (2024) “A Maqbara de Faro – Daddos Preliminaes”, Seminario Internacional *Del Šarq al Garb. Espacios funerarios, sociedad y urbanismo andalusíes (Maqbara II)*. Mértola (Comunicação oral em 17 de Maio de 2024).
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984) *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PEREIRA, C. (2018) *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia* (Supl. 9 de *O Arqueólogo Português*). Lisboa: MNA/Casa da Moeda.
- PEREIRA, C. e COELHO C. (2021) “Memórias sepulcrais romanas do Algarve: dinâmicas de um espaço funerário suburbano”, in A. Ruiz Osuna (coord.) *Morir en Hispania: Novedades en topografía, arquitectura, rituales y prácticas mágicas*. *Spal Monografías Arqueología* 37. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 237-257.
- SERRA, M., PORFÍRIO, E., BARBOSA, R., VALINHO, A., e MARQUES, J. N. (2006) “Balanço das Intervenções da Palimpsesto no Algarve: 2002 – 2005”, *Xelb*, 6/II (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve), pp. 207-212.
- SILVA, R., BOTELHO, P., SANTOS, F., NUNES, L. (2020) “No Largo das Mouras Velhas em Faro (2017): novas evidências da necrópole norte de Ossonoba e da sua ocupação medieval”, in J. Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins (Coord.), *Arqueologia em Portugal. 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1413-1427.
- TEICHNER, F., SCHIERL, T., GONÇALVES, A., e TAVARES, P. (2007) “Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as Necrópoles Romanas de Ossonoba (Faro)”, *Xelb*, 7, (Actas do IV Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves), pp. 159-178.
- VASCONCELOS, J. L. (1990) “Analecta epigrafica lusitano-romana”, *O Archeologo Português*, 5, p.173.
- VIANA, A. (1951) “O cemitério luso-romano do Bairro Letes”, *Brotéria*, 53, pp. 145-165.
- ZELENAI, N. (2018) “The variants of the se vivo fecit expression in Latin language inscriptions”. *Graeco-Latina Brunensia*, 23 (1), pp. 227-244. (Online, <https://hdl.handle.net/11222.digilib/138107>. [cit. 2024-04-29].

Breve Nota a Propósito do Perdido Epitáfio de *SEXTVS OLIVS TAVRVS*

Recebido: 18 de Setembro de 2024 / Aprovado: 25 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_7

José Cardim-Ribeiro¹

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

*Ad José d'Encarnação,
praeclarissimo viro
et amico meo, d.d.d*

RESUMO

A identificação numa obra impressa do séc. XVII de uma inscrição desconhecida com o epitáfio de *Sextus Olivus Taurus*, mandado fazer por sua filha *Olivia F(...)* ou *T(...)*, permite ao Autor confrontar estes personagens com os que se encontram nomeados num voto consagrado a *Enobolicus* (*CIL* II 142), *Tusca Olivia Tauri f(ilia)* e *Quintus Statorius Taurus*, concluindo tratar-se da mesma família, que entronca no primeiro dos indivíduos aqui nomeados. Para além da raridade dos gentílios presentes, a aparente simplicidade destes textos revela-se profundamente enganosa, já que contêm elementos de controversa explicação: a própria forma teonímica *Enobolico* (dat.), a inversão posicional entre *nomen* e *cognomen*, a filiação indicada através do *cognomen* paterno em genitivo em contexto de cidadãos romanos, e o registo extensivo dos *praenomina*.

PALAVRAS-CHAVE

Enobolicus; Olivus; cognomen + nomen; filiação; praenomina

ABSTRACT

The identification in a printed work of the 17th century of an unknown inscription with the epitaph of *Sextus Olivus Taurus*, ordered by his daughter *Olivia F(...)* or *T(...)*, allows the Author to compare these persons with those named in a vote dedicated to *Enobolicus* (*CIL* II 142), *Tusca Olivia Tauri f(ilia)* and *Quintus Statorius Taurus*, concluding that they are of the same family, which goes back to the first of the individuals named here. In addition to the rarity of the gentiles present, the apparent simplicity of these texts turns out to be deeply misleading, because they contain elements of controversial explanation: the theonymic form *Enobolico* (dat.) itself, the inversion of position between *nomen* and *cognomen*, the filiation indicated through the paternal *cognomen* in the genitive in the context of Roman citizens, and the extensive register of *praenomina*.

KEYWORDS

Enobolicus; Olivus; cognomen + nomen; filiation; praenomina

1 ORCID iD: 0009-0006-8886-6467 ; jcardim@sapo.pt

1. Os dados concretos

Pese embora toda a pesquisa já efectuada por Hübner, e de novo modernamente, sobre antigas fontes manuscritas e impressas, ainda hoje podemos lograr, de quando em quando, descobrir nelas desconhecidas notícias sobre inscrições romanas “inéditas”. É bem verdade que, por vezes, tais dados foram já recolhidos em monografias regionais e/ou em inventários patrimoniais, continuando porém, quase sempre, ignorados pela investigação epigráfica, que habitualmente não se serve desse tipo de bibliografia².

É esta a situação do epitáfio de *Sextus Olius Taurus*, que identificámos a partir da *Relação do Bispado de Elvas*, de António Gonçalves de Novais, que anda apensa às *Primeiras Constituições* (sic) *Sinodas do Bispado d’Elvas*, de 1635. A epígrafe consta, conforme segue, no fl. 33r. da dita relação: «*Sextus Olius taurus An.LX.V.H.S.E.S.T.T.L.P.*

Filia. Pia. Olia. ff.C.». Aí se informa mais que o texto se encontrava gravado em «hũa pedra branca brunida de comprimento de hum palmo & meo» encastrada na parte de fora do alpendre da Ermida de Nossa Senhora das Neves, no Alandroal.³

Posteriormente verificámos que o mesmo texto surge de igual modo referido no *Theatro Historico da Fundação e Antiguidade de Elvas* de Ayres Varella, redigido em meados do séc. XVII mas apenas publicado, a partir de uma das raras cópias manuscritas então circulantes, por Torres de Carvalho em 1915; no *Diccionario de Geographia elvense* de Victorino d’Almada (1888, p. 170, col. 1); e num dos volumes que Túlio Espanca consagra ao Distrito de Évora do *Inventário Artístico de Portugal* (1978, p. 15, n. 1).

Atendendo às indicações complementares de António de Novais quanto à cor e dimensões da lápide, entretanto desaparecida, e confrontando-as com as dos monumentos elvenses estudados por José d’Encarnação (1984, pp. 633-662), supomos tratar-se de uma tábula de mármore

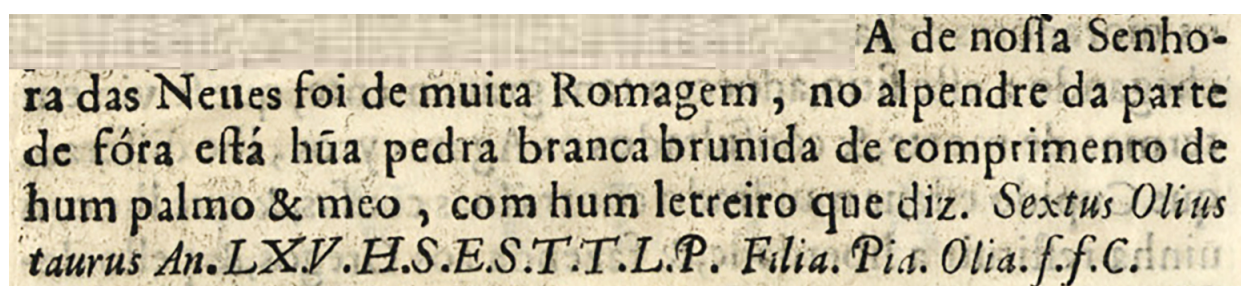


Figura 1. Pormenor do fl. 33r. de Novais, 1635, alusivo ao epitáfio de Sextus Olius Taurus.

- 2 Razões pessoais várias não nos permitiram alargar esta breve nota, como desejávamos, a tempo da sua entrega para as actas do encontro pacense onde, merecida e gostosamente, homenageámos o nosso bom amigo e colega José d’Encarnação. Não admitindo sequer a hipótese de deixar de estar presentes, optámos pois por fazê-lo ainda assim com este modesto contributo onde se registam já os dados principais do tema, o qual contamos poder desenvolver noutra oportunidade.
- 3 A presente inscrição, cujo texto detectámos há alguns anos num volume que possuímos das referidas *Constituições*, estava previsto ser tratada numa específica nota do extenso e aprofundado estudo sobre as antigas fontes manuscritas e impressas respeitantes às lápides de *Endovellicus*, e a outras epígrafes do termo de Elvas documentalmente associadas, que Sara dos Reis tem em elaboração. Todavia, havendo-se agora considerado verdadeiramente oportuno revelar a existência de tal letreiro num encontro destinado a homenagear José d’Encarnação, que tanto e de forma tão notável se ocupou do dossier daquela divindade, aquiesceu Sara dos Reis em restituir-nos para o efeito a primazia de o noticiar, associando-se assim até certa medida, através do seu generoso gesto, à efeméride em causa.

branco tipo Estremoz/Vila Viçosa. Fazemos a seguinte leitura do seu texto:

SEXTVS OLIVS TAVRVS AN(*norum*) ·
LXV · H(*ic*) · S(*itus*) · E(*st*) · S(*it*) · T(*ibi*)
· T(*erra*) · L(*ewis*) · P(*atri*) · FILIA · PIA ·
OLIA · F(...) · F(*aciendum*) · C(*uravit*) ·

«*Sextus Olius Taurus*, de 65 anos, está aqui sepultado. A terra te seja leve! Ao pai, a filha piedosa, *Olia ...*, mandou fazer.»

Como é evidente, o principal interesse deste epitáfio, aparentemente simples, é o da relação que legitimamente podemos estabelecer entre os indivíduos aqui nomeados – *Sextus Olius Taurus* e sua filha *Olia* – e os que constam na ara consagrada a *Enobolicus* precisamente por *Tusca Olia Tauri f(ilia)* (CIL II 142 = IRCP 519 = RAP 100 = RLLS 66):

ENOBOLICO / TVSCA / OLIA / TAVRI
· F(*ilia*) · /⁵ PRO · QVINTO / STATO¹IO
TAVRO / V(*otum*) · A(*nimo*) · L(*ibens*) ·
S(*olvit*) ·

«A *Enobolicus*, *Tusca Olia*, filha de *Taurus*, em favor de *Quintus Statorius Taurus*, o voto de bom grado cumpriu.»

Temos vindo a atribuir o voto consagrado *Enobolico* ao séc. II d.C. (RLLS 66) e, deste modo, havemos de considerar sensivelmente coevo o epitáfio de *Sextus Olius Taurus*. No entanto, não nos repugna hoje adiantar a cronologia de ambos: meados do séc. II-séc. III d.C..

A filha de *Taurus* surge-nos na ara com o *cognomen* em ordem inversa: *Tusca Olia*. A filha de *Sextus Olius Taurus*, na inscrição funerária, identifica-se pelo gentílico, ao qual se segue a letra F. Sendo esta de difícil explicação no âmbito do formulário aí patente, supomos antes que se trate da sigla do *cognomen* desta *Olia*. E, então, duas hipóteses se colocam: (a) ou o antiquarista que originalmen-

te leu a epígrafe, ou o seu transmissor, registou F onde estaria escrito T, tratando-se assim, por certo, de *Olia T(usca)*; (b) ou então a pedra assinalaria ali mesmo um F, sigla do *cognomen* de uma outra filha de *Taurus*: *Olia F(...)*.

2. De *Sextus Olius Taurus* e da sua família

Tendo em conta os dois textos, encontramos explicitamente nomeados três ou quatro diferentes indivíduos, embora entre si familiares:

- (a) *Sextus Olius Taurus*;
- (b) *Olia Tusca*;
- (c) Possivelmente também *Olia F(...)*;
- (d) *Quintus Statorius Taurus*.

Olia Tusca (= *Tusca Olia*) é filha de *Sextus Olius Taurus*, bem como – se a sigla cognominal for efectivamente diferente – *Olia F(...)*. Para compreender a relação familiar de *Quintus Statorius Taurus* teremos de subentender a presença de um aqui inominado *Statorius*, marido de *Olia Tusca* (= *Tusca Olia*): *Quintus Statorius Taurus* será filho de ambos e neto, pelo lado materno, de *Sextus Olius Taurus*, de quem herda o *cognomen*.

Gentílios raros (OPEL III, p. 112 col. 1; IV, p. 94 col. 1), *Olius* e *Statorius* representam uma onomástica de clara origem itálica. Resta saber se essa procedência o é também dos indivíduos em causa, ou de seus imediatos antepassados, ou se devemos abrir outras hipóteses interpretativas quanto à posse, por eles, de tais *nomina*.

O *cognomen* *Tusca* apontará também, etimologicamente, para a *Italia* (cf., v.g., Kajanto, 1982², p. 188), mas o facto de se ter tornado muito vulgar na faixa medial do ocidente da *provincia Lusitania* terá decerto proporcionado, neste território, a sua indiferenciada atribuição a múltiplos indivíduos alheios a tal origem.

Quanto ao *cognomen* *Taurus*, tudo pareceria indicar, para o mesmo, uma simples e evidente

explicação latina (Kajanto, 1982², p. 329). Todavia, não podemos esquecer que *Taurus* é também, em certas circunstâncias, transliteração do antropónimo grego Ταῦρος, em época romana utilizado em função cognominal (v.g., Daux, 1977, pp. 407, 410 e 417); por outro lado, em alguns casos não é impossível equacionar uma conotação de índole paleohispânica (Vallejo, 2005, pp. 424-426). Trata-se, pois, de um nome de análise assaz equívoca, que aqui terá de ser entendido de forma conjuntural com os restantes antropónimos exibidos por esta família, e ainda com outros detalhes patentes nestas duas epígrafes.

Na verdade, ambos os textos contêm determinadas especificidades que exigem explicação: (a) a inusitada forma teonímia *Enobolico* (dat.); (b) a inversão posicional entre gentílico e *cognomen* patente no voto; (c) o provável *cognomen* indicado por uma mera sigla, no epitáfio; (d) a filiação indicada através do *cognomen* paterno em genitivo, em contexto de cidadãos romanos, na ara; (e) o registo extensivo dos *praenomina*, em ambos os textos.

Analisámos já a primeira especificidade (Cardim-Ribeiro, 2009, p. 263), propondo tratar-se de uma artificial grecização do significado ‘popular’ do teónimo a partir do advérbio ἐν, “dentro”, e de βουλή (dórico βωλά, eólio βόλλα), “vontade”, “determinação”, conjecturando-se que a versão comum, *Endovellicus*, tivesse precocemente sofrido, entre as populações romanas afluentes ao santuário, uma *interpretatio* pseudoetimológica a partir da raiz *wel- subjacente ao Lat. *uolo* (imp. *uele*), “querer”, “consentir”, “querer bem”, aqui precedida pelo prefixo *end(o)-*, “dentro”, conferindo-se assim a este nome divino o sentido de «aquele que contém em si mesmo o querer», ou seja, «aquele que possui a faculdade de querer» – e, por extensão semântica, «aquele que contém em si próprio o querer bem», «aquele que é em si mesmo benemerente, favorável, propício». Evidentemente que outras explicações para a forma *Enobolicus* deverão ser igualmente consideradas (vd., v.g., Gaspar, 2019, pp. 68-70).

De idêntico modo, os restantes aspectos assinalados proporcionam todos eles diversas alternativas analíticas, fruto do estudo, por vários autores, de amostragens oriundas de diferentes âmbitos, resultados que haveremos de ter em conta ao avaliar tais itens quer nas epígrafes em causa, quer – para uma eventual melhor compreensão destas – nos respectivos paralelos hispânicos.

Assim, por exemplo, a inversão posicional entre *nomen* e *cognomen* parece remeter, em determinadas situações, para elementos libertos. Mas noutras, inversamente, aparenta indiciar cidadãos possuidores de um certo destaque social, ou inclusive membros das elites. Na 2.^a metade do séc. II d.C. e na centúria seguinte poder-se-á porventura supor ainda, por vezes, influência do modo como frequentemente, no mundo grego, então se antepunha o *cognomen* ao gentílico, embora aqui unidos pelo artigo ὁ (conforme se constata, v.g., nos textos de Cassius Dio). Resumindo, o que sobressai – cremos – é, por uma razão ou por outra, a importância dada por essas pessoas, e sua ‘entourage’, ao valor superlativo do *cognomen* como identificador individual, privilegiando assim a sua primazia onomástica (vd., v.g., Kajanto, 1977, pp. 151-152; Kajava, 1994, pp. 233-234; Axtell, 1915; Echavarren, 2013; Molin, 2016, p. 432).

Quanto à filiação indicada através do *cognomen* paterno em genitivo, em contexto de cidadãos romanos, encontramos sobretudo exemplos claros entre notáveis, como o do senador tarraconense *Raecius Tauri filius Gal(eria tribu) Gallus* (RIT 145 = PIR² n.º G 64; vd. Javier, 1999, pp. 194-195); ou o do homenageado segobrigense *Cn(aeus) Octavius Gal(eria tribu) Maternus Cn(aei) Marcelli fil(ius)* (reconstituição in Abascal, Alföldy e Cebrián, 2011, pp. 80-82 n.º 58); ou ainda o dos *aediles* do *municipium Aurelium Alexandrianum Augustum Magnum Giufitanum*, na *Africa Proconsularis*, *Q(uintus) Cervius Tertullus Celeris fil(ius) Pap(iria tribu) Felix Celerianus e P(ublius) Cornelius Marcelli fil(ius) Pap(iria tribu) Dativus* (CIL VIII 861 = 12379). De novo,

parece-nos, realça-se aqui a relevância do *cognomen* – ou, melhor, dos *cognomina* de determinados personagens – no âmbito dos respectivos meios político-sociais.

No que se refere ao registo extensivo dos *prae-nomina*, as investigações apontam, segundo as circunstâncias, para factores cronológicos, para a presença de certos substratos ou de certas influências culturais, para o prestígio pessoal de quem assim procede, ou talvez ainda – pelo contrário – para a sua humilde extracção (vd., v.g., Kajava, 1994, pp. 229-232 e 244; Syme, 1958, p. 187; Thylander, 1952, p. 79; Egbert, 1896, p. 84). Na análise de cada caso concreto haverá, pois, que ponderar a/-s razão/-ões mais provável/-eis e aquela/-s que melhor se conciliará/-ão com as conclusões evidenciadas pelos restantes elementos examinados.

¿Qual será, por fim, o verdadeiro – ou mais plausível – enquadramento histórico, social e cultural dos personagens nomeados no voto a *Enobolicus* e no epitáfio de *Sextus Olius Taurus*, qual o percurso vivencial desta família que se vem estabelecer nos arredores do santuário de *Endovellicus* e que se coloca sob a protecção do *deus sanctus*, invocando-o porém de modo singular? Apenas o confronto pormenorizado de todos os aspectos investigados nos poderá, possivelmente, colocar no caminho justo. Para já, tão-só nos é lícito concluir que a aparente simplicidade destas epígrafes se revela, afinal, profundamente enganosa...⁴

Bibliografia

- ABASCAL, J.M., ALFÖLDY, G. e CEBRIÁN, R. (2011). *Segobriga*, vol. 5: *Inscripciones Romanas (1986-2010)*, Real Academia de la Historia, Madrid.
- ALFÖLDY, G. (1975). *Die Römischen Inschriften von Tarraco*, Walter de Gruyter, Berlin. (= *RIT*).
- ALMADA, V. d'A. (1888). *Elementos para um Dicionário de Geographia e Historia Portugueza: Concelho d'Elvas e Extinctos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*, vol. 1, Typ. Elvense, Elvas.
- AXTELL, H.L. (1915). "Men's names in the writings of Cicero", *Classical Philology*, vol. 10 n.º 4, pp. 386-404.
- CARDIM-RIBEIRO, J. (coord.) (2002). *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, MNA, Lisboa. (= *RLLS*).
- CARDIM-RIBEIRO, J. (2009). "¿Terão certos teónimos paleohispânicos sido alvo de interpretações (pseudo-)etimológicas durante a Romanidade passíveis de se reflectirem nos respectivos cultos?", *Acta Palaeohispanica*, vol. 10, Institución "Fernando el Católico", Zaragoza, pp. 247-270.
- CROAG, E. e STEIN, A. (1952). *Prosopographia Imperii Romani saec. i, ii, iii*, Editio altera, vol. 4 n.º 1, Walter de Gruyter: Berlin. (= *PIR*²).
- DAUX, G. (1977). "L'onomastique romaine d'expression grecque", in Pflaum, H.-G. e Duval, N. (eds.), *L'Onomastique Latine*, CNRS, Paris, pp. 405-417.
- ECHAVARREN, A. (2013). "The emergence of a novel onomastic pattern: *cognomen* + *nomen* in Seneca the Elder", *The Classical Quarterly*, vol. 63 n.º 1, pp. 353-369.
- EGBERT, J.CH. (1896). *Introduction to the Study of Latin Inscriptions*, American Book Company, New York – Cincinnati – Chicago.

⁴ Por questões de coerência cultural e etimológica, o Autor segue o Acordo Ortográfico de 1945.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Instituto de Arqueologia, Coimbra. (= IRCP).
- ESPANCA, T. (1978). *Inventário Artístico de Portugal*, vol. 9: *Distrito de Évora: Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa.
- GAGNAT, R. e SCHMIDT, I. (1881). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. VIII sup. I: *Inscriptionum Africae Proconsularis Latinarum Supplementum*, apud Georgium Reimerum, Berlin. (= CIL VIII).
- GARCIA, J.M. (1991). *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes Epigráficas*, INCM, Lisboa. (= RAP).
- GASPAR, C. (2019). "The Endovellicus sanctuary in Portugal: an example of language variation throughout votive inscriptions in Latin", *Acta Classica Universitatis Scientiarum Debreceniensis*, vol. 55, pp. 59-73.
- HÜBNER, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, apud Georgium Reimerum, Berlin. (= CIL II).
- JAVIER, F. (1999). "El retorno a las ciudades de la aristocracia romana. Los senadores hispanos", in Rodríguez, J.F. e Navarro, F.J. (eds.), *Élites y Promoción Social en la Hispania Romana*, Eunsa, Pamplona, pp. 167-199.
- KAJANTO, I. (1977). "On the peculiarities of women's nomenclature", in Pflaum, H.-G. e Duval, N. (eds.), *L'Onomastique Latine*, CNRS, Paris, pp. 147-159.
- KAJANTO, I. (1982)². *The Latin Cognomina*, Giorgio Bretschneider Editore, Roma.
- KAJAVA, M. (1994). *Roman Female Praenomina. Studies in the Nomenclature of Roman Women*, Institutum Romanum Finlandiae, Rome.
- LÖRINCZ, B. (2000-02). *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum*, vols. 3 e 4, Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie, Wien. (= OPEL).
- MOLIN, M. (2016). "Biographie de l'historien Cassius Dion", in Fromentin, V., et al. (eds.), *Cassius Dion: Nouvelles Lectures*, vol. 2, Ausonius, Bordeaux, pp. 431-446.
- NORONHA, S. de M. de (1635). *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado d'Elvas*, [Lourenço Craesbeeck], [Lisboa].
- NOVAIS, A.G. (1635). *Relação do Bispado de Elvas*, Lourenço Craesbeeck, Lisboa.
- SYME, R. (1958). "Imperator Caesar: a study in nomenclature", *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 7 n.º 2, pp. 172-188.
- THYLANDER, H. (1952). *Étude sur l'Épigraphie Latine*, Skånska Centraltryckeriet, Lund.
- VARELLA, A. (1644-55). *Theatro Historico da Fundação e Antiguidade de Elvas*, ms. publicado em 1915, *Theatro das Antiguidades d'Elvas, com a História da mesma Cidade e Descrição das Terras da sua Comarca pelo Conego Aires Varela*, António José Torres de Carvalho, Elvas.

Papiriae emeritensi: la indicación del origen cívico de *Aquilia Severa*, ciudadana romana en *Augusta Emerita*¹

Recibido: 17 de Setembro de 2024 / Aprobado: 25 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_8

Marta González Herrero²
Universidad de Oviedo

RESÚMEN

A partir del siglo II, la fórmula *Papiria emeritensis* se usó para indicar el origen cívico de los ciudadanos romanos en *Augusta Emerita*. Sorprendentemente figura en el epitafio de una mujer llamada *Aquilia Severa*, un uso inapropiado de la tribu no exento de intencionalidad.

PALABRAS CLAVE

Tribu, *Papiria*, *origo*, *Augusta Emerita*

ABSTRACT

From the 2nd century, the formula *Papiria emeritensis* was used to indicate the civic origin of Roman citizens in *Augusta Emerita*. Surprisingly, it appears on the epitaph of a woman called *Aquilia Severa*, an inappropriate use of the tribe not without intentionality.

KEYWORDS

Tribe, *Papiria*, *origo*, *Augusta Emerita*

1 Esta publicación es parte del proyecto de I+D+i “Cara suis. Las mujeres hispano-romanas ante la muerte” (PID2022-141340NB-I00), financiado por MICIU/AEI/10.13039/501100011033.

2 ORCID iD: 0000-0002-1203-9899 ; martaher@uniovi.es

Las fuentes epigráficas nos dan a conocer a personas identificadas con una nomenclatura a la que está asociada una tribu romana. Entre ellas, hay aproximadamente un centenar de mujeres, circunstancia anómala porque sólo los hombres eran inscritos en una de las 35 tribus en las que fue dividido el territorio conquistado en Italia por Roma³.

Estos testimonios epigráficos se han venido considerando curiosidades sin mayor trascendencia (Lassère, 1973, p. 129) o manifestación insólita (Forni, 1976, p. 39) e infrecuente consecuencia de un uso inapropiado de la adscripción tribal. Precisamente su excepcionalidad invita a indagar sobre por qué se adjudicó una tribu a ciertas mujeres, razones que sin duda estuvieron en la mente de quienes la hicieron grabar.

Resulta llamativo que la documentación proceda únicamente de provincias hispanas y del norte de África: Lusitania, Bética, África Proconsular, Mauretania Cesariense y Numidia. No sólo sorprende la concentración geográfica de los epígrafes, sino también su desigual distribución, puesto que en torno a 80 mujeres vivieron en *Thibilis*, aglomeración ubicada en la *pertica* cirtense⁴.

Centrándonos en las hispanas, hay cinco con tribu en dos epígrafes hallados en *Augusta Emerita*, uno recogido en el municipio bético de *Baedro* y dos en *Aeso* y *Emporiae*. Sin embargo, los testimonios en las ciudades de Hispania Citerior Tarraconense son ficticios al haber sido contruidos tras sucesivos errores de transmisión documental que conviene aclarar.

A partir de los años sesenta en la revista *Ampurias* se publicaron una serie de noticiarios de Cataluña y Baleares a modo de carta arqueológica⁵. En la cuarta entrega se dio noticia de tres inscripciones relacionadas con mujeres pertenecientes a la *gens Porcia* (Pita Mercé, 1968, pp. 338-341)⁶, algunos de cuyos integrantes formaron parte de la élite de poder en *Aeso* (Isona, Lérida).

Las inscripciones fueron incluidas posteriormente en los dos *corpora* de referencia que reúnen la epigrafía hallada en Lérida: *ERL* (1973) e *IRC* II (1985). Una recuerda la dedicación de *Porcia Serana* a su hijo *C. Antonius C. f. Gal. Verecundus*, duunviro y tribuno militar (Pita Mercé, 1968, p. 338; *ERL*, 81 = *AE* 1972, 311; *IRC* II, 24); las otras mencionan a *Porcia Catulla* como promotora de una dedicación a su hermano *M. Porcius*

3 Sistema tribal que fue configurándose durante los siglos republicanos, según el cual cada tribu funcionaba como unidad de voto en los *comitia tributa*. Taylor (1960) trató de desentrañar su lógica culminando una línea de investigación inaugurada por Mommsen (1844) y continuada por Kubitschek (1882). Con un enfoque más técnico, la bibliografía de referencia posterior sobre las tribus romanas es: Kubitschek (1889), la monumental obra de Giovanni Forni (1996, 1999 y 2007), Forni y Forni, 2012 y sus interesantes trabajos menores recopilados en Forni (2006), Wiegels (1985) y Fasolini (2012). Sobre la problemática político-administrativa que las tribus plantean, véase Silvestrini (2010). Lamentablemente todavía no están claras las razones que pudieron llevar a los gobernantes del Imperio a elegir una u otra tribu para adscribir a los ciudadanos romanos, especialmente entre finales de la República y las primeras décadas del siglo I.

4 Circunstancia que merece un estudio detenido porque las menciones de tribu no son esporádicas. De la documentación africana, sólo han sido objeto de estudio las mujeres que dejaron huella epigráfica en *Sicca Veneria* y su *pertica*, González Herrero, 2023, pp. 137-148.

5 Editada por el Museo de Arqueología de Cataluña, entre 1939 y 1983 se llamó *Ampurias*. *Revista de arqueología, prehistoria y etnología* y *Empúries* hasta 2017. Todos los volúmenes están disponibles en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=7563> [Consultado el 25 de agosto de 2024].

6 En *HEp* 1989, 440 = *AE* 1972, 313 se remite al volumen 24 de *Ampurias* (1962) cuando es el 30 (1968).

*M. f. Gal. Catullus*⁷ y como homenajeada por su marido⁸.

Es este último documento el que aquí interesa porque de la referencia a su hallazgo surgió la creación del testimonio de una mujer con la tribu *Galeria* en *Aeso*. La transcripción contenida en el noticiario es la siguiente: *Porciae M. f. / Gal. Catullae / ex voluntate / C. Licini Silvani /⁵ mariti optimi*.

Cuando Federico Lara Peinado publicó las inscripciones de Lérida dio entrada a este epígrafe con el número 83. Fue comentado en *AE* 1972, 313, donde, salvo una -r restituida en el *nomen* de *Porcia*, se recogió la inscripción tal como aparecía en el noticiario: *Po[r]ciae M. f. / Gal. Catullae / ex voluntate / C. Licini Silvani /⁵ mariti optimi*⁹. Sin embargo, la nomenclatura de *Porcia Catulla* no coincide con la contenida en el corpus ilerdense reseñado por los editores de *AE* 1972, 313. Lara Peinado no incluyó la tribu *Galeria* de *Porcia Catulla*, ausencia confirmada posteriormente sobre fotografía en *IRC* II, 41 (Pl. XXV)¹⁰.

En definitiva, en el noticiario se adjudicó a *Catulla* la *Galeria*, tribu a la que estaban adscritos sus parientes masculinos. Cuando Forni referenció *AE* 1972, 313¹¹, comenzó a difundirse que existía una mujer con adscripción tribal en el municipio *aesonensis*. Para complicar más el asunto, el propio Forni convirtió el título de la revista donde se había dado noticia del epígrafe de *Aeso*, en el lugar de hallazgo -la colonia de

Ampurias- de uno nuevo en el que figuraba otra mujer con tribu.

Consecuentemente son tres los testimonios seguros. Ya disponemos de un estudio específico sobre *Cretonia Maxima*, una de las dos que dejaron huella en *Augusta Emerita* (González Herrero, 2021, pp. 557-561) y aquí es objeto de atención la otra, *Aquilia Severa C. f.*¹²

- Lugar de hallazgo: la finca Escarramón sita en la localidad de Olivenza (Badajoz), donde el epígrafe pudo ser utilizado como hito de linde, según Virgilio Viniegra, quien la entregó al Museo Arqueológico Provincial de Badajoz (Ramírez Sádaba, 1993, pp. 257-258).

Apareció en el confín meridional de la extensa *pertica* asignada a *Augusta Emerita*, cuya definición espacial ha sido replanteada durante los últimos años. Se mantuvo una larga discusión historiográfica sobre la fijación del límite al sur, incentivada por la discordancia entre lo transmitido por el gromático Agenio Urbico, quien afirma que la *pertica* se extendía tanto al norte como al sur del *Anas* (Guadiana), y las informaciones proporcionadas por Plinio el Viejo y Mela, según los cuales dicho río fijaba la frontera con la Bética. La cuestión ha quedado resuelta gracias a la localización de restos de la centuriación emeritense al sur del *Anas*, lo que confirma que Olivenza -al norte de su cauce- se localizaba dentro del *ager emeritensis* (Cordero Ruiz, 2013, pp. 45-57)¹³.

7 Pita Mercé, 1968, p. 339 (recoge *patri*, no *fratri*); *ERL*, 82; *IRC* II, 30.

8 Pita Mercé, 1968, pp. 339-340; *ERL*, 83; *AE* 1972, 313; *IRC* II, 41. Aunque no está incluido en el noticiario, en *Aeso* también fue hallado un pedestal que recuerda el homenaje que *Porcia Catulla* recibió de su nuera (*ERL*, 107 = *IRC* II, 50).

9 También se sugiere que aparentemente es la misma *Porcia* que dedicó a su hijo *C. Antonius C. f. Gal. Verecundus*, duunviro y tribuno militar (*AE* 1972, 311), cuando, como se ha señalado, el *cognomen* de la madre de Verecundo era *Serana*.

10 *ERL*, 83: *Po[r]ciae M. f. / [Ca]tullae / [ex] voluntate / Licini Silvan(i) /⁵ mariti optim[i]*; *IRC* II, 41: *Po[r]ciae M. f. / [Ca]tullae / [ex] voluntate / [.] Licini Silvan[i] o Silvani /⁵ mariti optimi*.

11 En un estudio sobre la *Papiria* en *Augusta Emerita*, Forni, 1976, p. 39, nota 34: "In Spagna è noto almeno un caso ad *Emporiae* (Ampurias, XXX, 1968, p. 338); un altro a *Aeso* (*AE* 1972, 313)".

12 El de la tercera está en preparación. Se trata de *Calpurnia Andrana Quirina* sepultada junto a *P. Papirius Niger Quirina*, ambos *baedronenses*, en el lugar de donde eran oriundos (*CIL* II²/7, 844).

13 En *HEpOL*, 20704 se localiza Olivenza en el municipio bético de *Seria Fama Iulia, conventus Hispalensis*. El epígrafe no está alojado en el banco de datos Clauss Slaby.

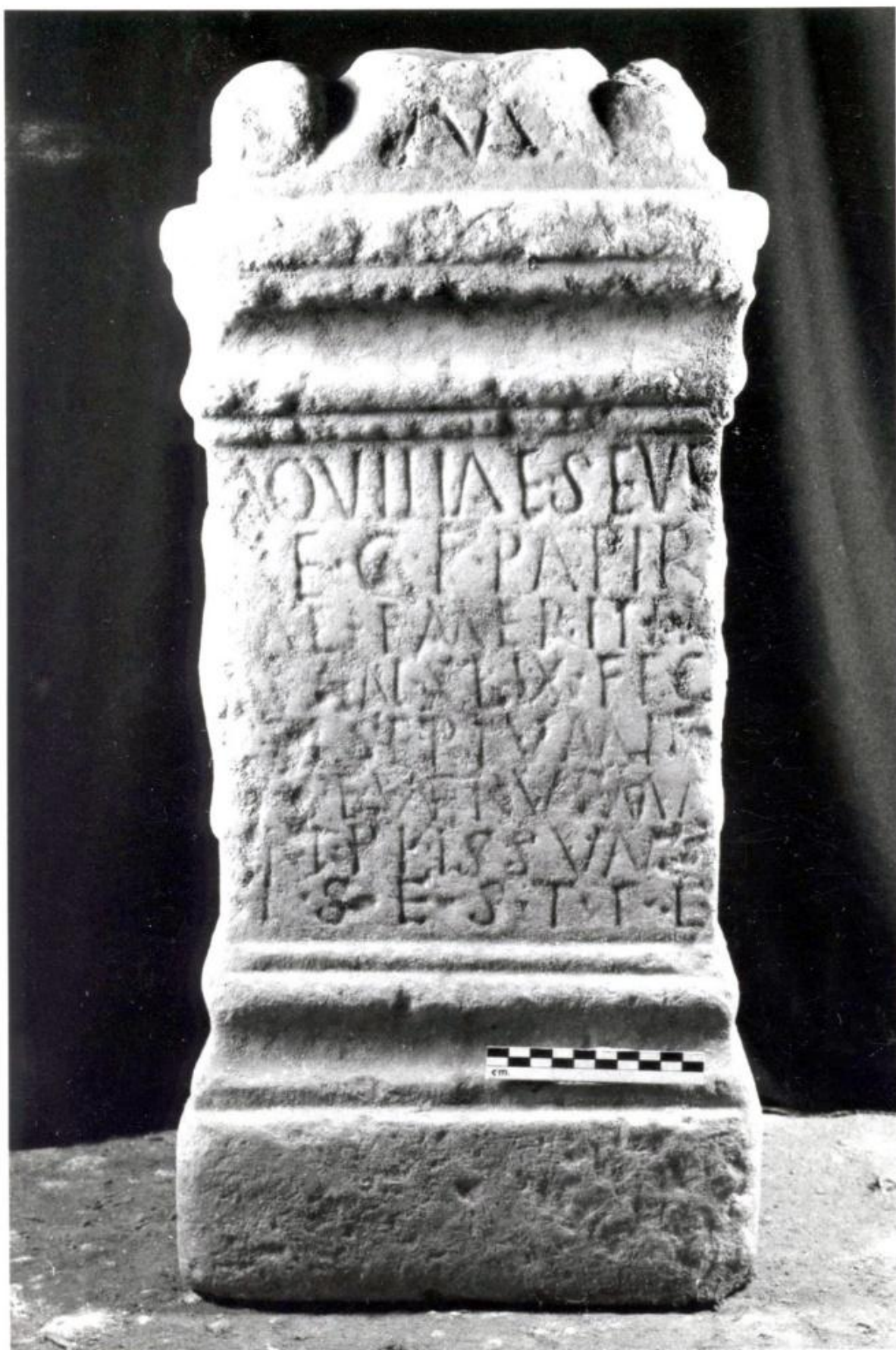


Figura 1. Fotografía gentileza de José Luis Ramírez Sádaba.

-Soporte: el epitafio fue grabado sobre una magnífica ara de mármol con zócalo y coronamiento moldurados. Este último, donde se aprecian resto de la consagración a los dioses Manes, presenta frontón y *pulvini*, y en los costados podemos contemplar una *patera* y un *praefericulum*. Debido al deterioro y los saltados, la lectura de algunos caracteres no está exenta de dificultad, si bien no complica la interpretación de la inscripción.

-Paleografía: letras capitales cuadradas mal alineadas, con interpunción circular. Las grabadas en las dos primeras líneas son de mayor tamaño que las restantes para resaltar el nombre de la difunta. A partir de la tercera se hacen más pequeñas (el módulo oscila entre 3 y 1,50 cm), lo que condiciona el número de caracteres que pudo haber en el espacio perdido al comienzo de las restantes líneas (las seguras T y H con las que dan comienzo la penúltima y la última sirven como referencia para trazar la alineación a la izquierda).

-Datación: Ramírez Sádaba (1993, p. 258) data la inscripción en el siglo II basándose en la grabación de la consagración a los dioses Manes y el superlativo. Coinciden con él los autores de *IMBa* 46, quienes además llaman la atención sobre la tosquedad de la letra capital cuadrada. Por su parte, Armin U. Stylow (*HEp* 1995, 110) la adelanta hasta la primera mitad del siglo III, sin argumentos.

-Referencias bibliográficas

Forni, 1976, p. 35, n° 48 [inérita, sólo incluye *Aquilinae Severe G. f. Papir(ia)*]; Sánchez Abal y Redondo Rodríguez, 1985, p. 67 (toman erróneamente de Forni el nombre de la difunta: *Aquilinae Severe C. f. Pap(iria) Galba*) Gamer, 1989, BA 5, lám. 76 a-c

(describe el altar); Ramírez Sádaba, 1993, pp. 257-259 = *AE* 1993, 898 = *HEp* 1995, 110; *IMBa* 46 (lám. XLVII) = *HEp* 1997, 156; Encarnação, 2002-2003, p. 129; Le Roux, 2010, p. 120 (recoge la lectura de *AE* 1993 89, con las enmiendas indicadas en *HEp* 1995, 110).

Propuesta y variantes de lectura

[*D(iis)*] *M(anibus)* [*s(acrum)*] / *Aquilinae*
Seve/r<a>e C(aii) f(iliae) Papir/[i]ae (sic)
emerite[n/5si] a(n)ni(s) XLIX fec(it) / M(arcus)
Sept{u}<i>mi(us)[. /.] / Severus ma/[t]ri /
piiss{u}<i>m<a>e /[b](ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi)
t(erra) l(evis)

Línea 5: en el inicio hay espacio para -si y ligadura -ni en *annis*. No es posible identificar la última y la primera letra grabadas al final e inicio de las líneas 6 y 7, el lugar indicado para mencionar la filiación de Marco Septimio Severo. Llamamos la atención a ciertas grafías incorrectas (*Severe* por *Severae*¹⁴, *piisume* por *piissimae* y *Septumi.* por *Septimi.*) resultado de la confluencia de dos fenómenos fonéticos. La monoptongación de -ae en -e es frecuente en la epigrafía hispana a partir del siglo II y el uso de -v ante labial en lugar de -i, ya documentado en la *lex Vrsonensis*, cuenta con ejemplos muy posteriores (Carnoy, 1906, pp. 66, 77-78).

Ramírez Sádaba (1993, pp. 257-259): *an(norum)*
XLIX, Septimiu/[s], piisum(ae) = *AE* 1993, 898;
HEp 1995, 110: *Septimiu/[s], piissum[e]* (con
 erratas en la lectura que se recoge de Ramírez
 Sádaba, 1993, pp. 257-259); *IMBa* 46: *emeri-*
ten(si), an(norum) XLIX, fec(it), L(ucius)
Septimiu/s, piissum[<a>e]

No está de más recordar las limitaciones que el análisis onomástico tiene cuando hay gran distancia

¹⁴ En *IMBa* 46 se plantea que el deterioro del comienzo de la línea 2 podría impedir apreciar un difícil nexo entre la -r (legible) y una -a perdida. En la grabación del final del *cognomen Severe* no se aprecia trazo alguno de dicha ligadura, ciertamente complicada de ejecutar.

temporal entre el momento en que se graba un determinado *nomen* o *cognomen* en un epígrafe y aquel en el que pudieron ser introducidos en un territorio determinado. En cambio, está justificado relacionar a portadores de *nomina* y *cognomina* poco difundidos, como acontece con el *nomen* de *Aquila Severa C. f.* en Hispania, donde cuenta con los siguientes testimonios:

- *Aquilius Euprepes*, posiblemente de condición servil, fallece en *Lucus Augusti* a partir de finales del siglo I (*IRLugo*, 37 = *IRC* II, 34).

- *M. Aquilius Aquilinus* es enterrado en *Valentia* durante la primera centuria (*CIL* II²/14, 46).

- El *evocatus* de la legión VII G. F. C. *Aquilius Verus* -su *praenomen* es el mismo que el del padre de *Aquila Severa*- dedica a varias divinidades en *Legio* a finales del siglo II (Sánchez-Lafuente Pérez y Muñoz Villarejo, 2021).

- *M. Aquilius Aquilus*, de los *iterannienses* (Viseu), está establecido en *Augusta Emerita*, donde su hija *Aquila Rufina* le dedica un epitafio durante la primera mitad del siglo III (Edmondson, 2004, p. 342, nº 57, fig. 11, p. 344 = *HEp* 2005, 38).

Junto a *Aquila Severa C. f.* y *Aquila Rufina* hay otras dos portadoras del *nomen* en la epigrafía hispana¹⁵. Ambas fueron sepultadas en algún momento del siglo I, puesto que la consagración a los dioses Manes no fue grabada en los monumentos funerarios que recuerdan su muerte.

- *Aquila Camuli f. Cara*, mujer de ascendencia indígena casada con *P. Anonius Quirina Silo* (*IRCP*, 578), quien porta un *nomen* de origen

etrusco (Schulze, 1904, pp. 305 y 403) *hapax* en Hispania. La pareja fue enterrada en Elvas, dentro del área de influencia de *Augusta Emerita* en el *conventus Emeritensis* (Cordero Ruiz, 2010, p. 157).

- *Aquila Modesta*, madre de *Senecius Modestus* (*IRGI*, 10 = *CIRGI*, 47), de cuyo *nomen* tampoco hay más testimonios en la península ibérica¹⁶.

En conclusión, miembros de la *gens Aquilia* dejaron huella epigráfica en territorio hispano durante el siglo I, algunos en el hinterland de *Augusta Emerita*, ciudad en la que continuaban establecidos cuando *Aquila Severa C. f.* fue sepultada. La limitada difusión del *nomen Aquilius* hace pensar que fue introducido en una cronología relativamente temprana, lo que revela el origen foráneo de la familia paterna de la difunta.

En su nomenclatura resulta muy llamativo que el término *Papiria* figure en caso dativo y no en ablativo. Cabe plantearse entonces si *Papiriae* no será un segundo *cognomen* de *Aquila Severa C. f.* Sin embargo, una búsqueda en el Clauss Slaby muestra que *Papiria* funciona excepcionalmente como nombre único o *cognomen*, siempre en contexto indígena o servil¹⁷, por tanto, un ambiente muy distinto al que propicia la grabación del epitafio de *Aquila Severa C. f.*

Descartada esta posibilidad, cabe pensar que *Papiriae emeritensi* sea la estructura indicadora del origen cívico de la difunta, compuesta por la tribu -inusualmente grabada en dativo- a la que eran adscritos los ciudadanos romanos en *Augusta Emerita*¹⁸ y el adjetivo gentilicio¹⁹

15 No se considera a *Aquila Martia* *CIL* II, 6262; *CIL* XII, 284, 1* porque no es seguro que el epígrafe proceda de Hispania.

16 Sí se recogen *Senecio*, *Senegio* y *Senicio*, Abascal Palazón, 1994, p. 503.

17 *AE* 2017, 714; *CIL* III, 14291, 1; *CIL* IX, 550; *CIL* X, 2673; *CIL* VI, 23006 (p. 3916) = *CIL* I, 1346 (p. 977); *CIL* VI, 23558 (p. 3971) = *CIL* I, 1352 (p. 977); *CIL* VI, 26179; *PCM*, 2020, 44, 7.

18 Wiegels, 1985, pp. 77-80.

19 Algunos historiadores se refieren a él como “origónimo”. Aquí se prefiere “gentilicio”, palabra que la Real Academia Española de la Lengua define como “adjetivo que denota relación con un lugar geográfico”, precisamente el sentido que tenía en el mundo romano. No se debe confundir el adjetivo gentilicio con el nombre gentilicio o *nomen* que designa la *gens* de pertenencia.

formado por sufixación del topónimo A partir del siglo II, está bien documentada epigráficamente entre la población de emeritense.

INDICACIONES DEL LUGAR DE ORIGEN CON PAPIRIA+EMERITENSIS		
a	<i>L(ucius) Antestius Persicus Papirie</i> (sic = <i>Papiria</i>) <i>emeriten(sis)</i> <i>ERA</i> Emerita 145; Forni, 1976, nº 10; Edmondson, 2001, pp. 121-123	Siglo III
b	<i>P(ublius) Aplanius Marcianus Pap(iria) emerite(nsis)</i> <i>AE</i> 1971, 147; Forni, 1976, nº 13; González Herrero, 2021, pp. 557-561	Siglo II
c	<i>Ti(berius) Claudius Crescens Pap(iria) emerit(ensis)</i> <i>ERA</i> Emerita 170; Forni, 1976, nº 12	Siglo II
d	<i>Q(uintus) Iulius Avi(tus?) Pap(iria) emer(itensis)</i> <i>ERA</i> Emerita 173; Forni, 1976, nº 11	Siglo II

No figura *L. Pecellius Aemilianus P(apiria) Em(erita vel emeritensis)*, cuyo nombre se lee en un epígrafe igualmente datado en el siglo II, debido a que el desarrollo de las abreviaturas propuesto por Bonneville (1982, pp. 12-14) no parece definitivo. Tampoco figura [*M(arcus?) Villius M(arci) [filius] Pap(iria) emeritensis* (Gómez-Pantoja y González Cordero, 2020, pp. 504-505) porque su epitafio se data en el siglo I (por la capital cuadrada, el nominativo y sin *DMs*), cuando era frecuente la omisión del *cognomen*, de manera que la tribu estaría ocupando la posición correcta dentro de la nomenclatura.

En c y d, Forni (1976, nº 12 y 11) interpreta *Emerit.* como abreviatura del topónimo *Emerita*. Sin embargo, cuando se graba *Papiria* + el nombre de la colonia, la tribu ocupa el lugar

habitual y el topónimo figura tras el *cognomen*: *C. Lovesius Papir. Cadarus Emerita* (Forni, 1976, nº 5, segunda mitad del siglo I), *Q. Postumius Q. f. Papir. Solus Emerita* (Forni, 1976, nº 6, segunda mitad del siglo I), *L. Cornelius L. f. Papiria Maximus Emerita* (Forni, 1976, nº 8, segunda mitad del siglo II)²⁰.

Es evidente que la tribu *Papiria* seguida del gentilicio *emeritensis* fue una estructura estereotipada usada a partir del siglo II, precisamente cuando *M. Septimius Severus* hizo grabar el epitafio en memoria de su madre sobre esta magnífica ara.

Tenemos la certeza de que *L. Antestius Persicus* (a) disfrutaba de la *ciuitas Romana*, puesto que había recibido una magistratura y un flaminado en la colonia. Como se comenta seguidamente, también era el caso de *P. Aplanius Marcianus*, el hijo de *Cretonia Maxima*, la otra mujer con tribu conocida en *Augusta Emerita*. Nada hay en la nomenclatura de *Ti. Claudius Crescens* (c) y *Q. Iulius Avi(tus?)* (d) que haga pensar lo contrario. Usan *tria nomina* y resultaría sorprendente que no fueran ciudadanos romanos si el origen cívico se indica con una fórmula que incluye la tribu, elemento onomástico expresión de dicho estatuto jurídico, el que tendría gran parte de la población de la colonia.

Cabe señalar que esta forma de señalar el lugar del que alguien es originario no es exclusiva de la capital de Lusitania. La encontramos en otras partes, tanto entre gente común como miembros de la élite de poder; lo mismo para remitir al origen cívico allí donde se tiene, que para hacerlo si la persona se encuentra en tierra extraña.

Sirvan estos tres ejemplos: *Aemilia Butura Quirina celtianis* (*ILAlg.* II/1, 2161) muere durante la primera mitad del siglo II en su lugar de origen, el *castellum Celtianum* (Numidia).

20 Por la disposición señalada, posiblemente sea el topónimo el que se abrevió en el epitafio de *L. Publi/cius L. f. / Pap. Thi/amus Emerit. /^s an. XXVII / h. s. e. s.t. t. l. / Caecilius / Vetto sol/dali cip/¹⁰ pum d. s. f.* (Forni, 1976, nº 9), datable en el siglo I.

L. Annius Placidus Quir. Caesarobrig., edil, cuestor y tres veces duunviro lo hace en *Caesarobriga* (Abascal Palazón y Alföldy, 2015, nº 122), de donde era oriundo. Por su parte, *L. Sergius Aelius Rusticus Quir. Naevensis* fue sepultado en *Iporca* a partir de finales del siglo I (*CILA* II, 1049), pero era originario del municipio flavio de *Naeva*.

En *Augusta Emerita* hay testimonios de indicación toponímica del origen cívico con tribu desde el siglo I²¹. Inicialmente no incluía *emeritensis*, sino el topónimo *Augusta* o *Emerita*²². Tal como muestra la documentación recogida en la tabla, es a partir del siglo II cuando el gentilicio acabó por sustituir al nombre de la ciudad. En realidad, *Papiria* + topónimo y *Papiria* + *emeritensis* son equivalentes porque el adjetivo gentilicio alude simultáneamente a una realidad geográfica, en este caso *Augusta Emerita*, y a una realidad jurídica: el vínculo administrativo exclusivo que se tenía con el lugar donde la persona tenía el origen cívico porque allí contraía derechos y obligaciones. Lo habitual era que dicho origen se adquiriera por nacimiento y se transmitiera por filiación paterna²³ si se tenía padre legítimo²⁴ y si no era así se tomaba el de la madre²⁵. Como el origen natural determina la tribu, los

hijos -no las hijas- de padre y madre con ciudadanía romana también heredaban la adscripción tribal del progenitor.

Si comparamos la fórmula indicadora del origen cívico *Papiria*+ gentilicio *emeritensis* legible en el ara, con las grabadas en los restantes epígrafes (*vid.* tabla) se aprecian dos particularidades.

1-Como se ha comentado, la tribu *Papiria* figura en dativo, lo que ciertos autores explican como una confusión consecuencia de un hábito cotidiano o de la aplicación de un formulario corriente con el que se identificaba el origen de los hombres (Encarnação, 2022-2003, p. 129; Le Roux, 2010, p. 114). Nótese cómo en el otro caso en que la tribu *Papiria* no se abrevió (*vid.* a), el lapicida pudo tener la misma intención de hacerla concordar en caso dativo con el nombre del difunto²⁶, el *honoratus L. Antestius Persicus*, enterrado en la capital de Lusitania durante la primera mitad del siglo III. Sin embargo, por el señalado fenómeno de monoptongación de -ae en -e, acabó por grabar *Papirie*.

2-En los restantes testimonios, *Papiria emeritensis* figura sistemáticamente después de los *tria nomina* sin filiación, disposición consi-

21 Forni, 1977, p. 87.

22 Recogidos por Forni, 1976, pp. 33-35.

23 D. 50.1.2 Ulp. 2 *ad. edi.*, D. 50. 1.6.1 Ulp. 2 *opinio*. Se reconocen algunas excepciones a este principio: el hijo de un adoptado adquiría la *origo* del abuelo adoptivo (D. 50.1.15.3 Pap. 1 *res.*), no la del padre natural (véase el comentario al respecto de Gagliardi, 2006, pp. 454-455, nota 376); el esclavo manumitido y sus descendientes tomaban la *origo* de su patrono (D. 50.1.6.3 Ulp. 2 *opi.*, D. 50.1.22 Paul. 1 *sen.*, D. 50.1. 22 Paul. 1 *sent.*, D. 50.1. 23 Hermog. 1 *iur. epi.*) y si había sido manumitido por varias personas acumulaba los orígenes de todas ellas (D. 50.1.7 Ulp. 5 *de ofi. pro.*). Este último es el único caso en que los juristas se refieren a un “origen múltiple”, puesto que una multiplicidad de vínculos derivados de la copropiedad servil no podía reducirse exclusivamente al establecido con uno de los patronos. En opinión de Thomas, 1996, pp. 79-81, así se explica el reconocimiento legal del fraccionamiento del origen, compatible con la concepción de *origo* única.

24 Según las *leges* y *iura* contenidos en la *lex romana Visigothorum* el matrimonio es legítimo cuando el varón y la mujer son aptos para la procreación (púberes) y ambos consienten, si son *sui iuris*, y también lo hacen sus padres, si son *alieni iuris*. Se podía contraer matrimonio cuando se cumplían estos requisitos y no mediaba impedimento alguno en función del parentesco, diferenciación social o razones religiosas, Domínguez Agudo, 2003, p. 30. Citas del Digesto extraídas de la traducción de Álvaro d’Ors *et alii* (1975).

25 D. 50. 1.9 Nerat. 3 *mem.* También se atendía al origen materno en virtud de la concesión de algún privilegio, como aconteció entre troyanos, delfios o pónticos (D. 50.1.2 Ulp. 2 *ad. edi.*).

26 Posibilidad planteada por Edmondson, 2001, p. 122, nota 23.

derada criterio de datación epigráfica entre la segunda mitad del siglo II y comienzos del III (Bonneville, 1982, pp. 31-32). En cambio, en el caso de *Aquila Severa* la filiación *C(aii) f(ilia)* se hizo grabar justo delante

Cuando un *praenomen* forma parte de la filiación informa sobre la rama familiar paterna y si el *nomen* está poco difundido tiene un valor personalizador. Así acontece en el caso que nos ocupa: la inusual filiación nos da a conocer que *Aquila Severa* era hija de un *Caius Aquilius*, fácilmente identificable en la colonia *Augusta Emerita* teniendo en cuenta la limitada huella epigráfica de su gentilicio. Colocando la filiación justo antes de la fórmula *Papiria+emeritensis*, se amplía la información sobre el padre: era un *Caius Aquilius* ciudadano romano inscrito en la *Papiria*, de quien *Aquila Severa* había heredado ese origen cívico.

Parece significativo que lo mismo se constatare entre las cinco mujeres con tribu conocidas en la colonia *Sicca Veneria* y su *pertica* (Numidia). Todas ellas eran de ascendencia foránea por vía paterna y en su nomenclatura personal se hicieron grabar la filiación -también descolocada en algunos casos- y la tribu, con las que se identifica al padre a la par que ellas son presentadas como ciudadanas romanas (González Herrero, 2023, pp. 144-146). El caso de *Iulia Antonilla Marci Iuli(i) Quirina filia* es elocuente, ya que el *praenomen*, *nomen* y tribu de su progenitor, un *Marcus Iulius*, llegan a formar parte de la filiación (*ILAlg.* I, 1450).

Llegado este punto, resulta interesante contrastar el significado que la fórmula tribu+ gentilicio *emeritensis* tiene en la nomenclatura de *Cretonia Maxima*, quien encargó una sepultura para ella y su hijo en algún momento del siglo II. Ambos

fueron identificados como *P. Aplanus Marcianus Pap(iria) emerite(nsis)* y *Cretonia Maxima Papiria emeritensis*²⁷, con la estructura para indicar el origen cívico en la posición canónica tras los *cognomina* sin filiación. Lo que aquí resulta llamativo es que a la tribu *Papiria*, usual entre los ciudadanos romanos en *Augusta Emerita*, no acompañe el gentilicio *emeritensis*, sino que se hiciera grabar *pacensis*, lo que significa que la difunta era oriunda de la colonia *Pax Iulia*²⁸.

No hay duda de que la familia hizo su vida en la capital de Lusitania, donde esta mujer estaba arraigada hasta el punto de desear ser enterrada junto a su vástago en la ciudad. Considerando el origen pacense de ella y que la familia residía en la ciudad de origen de su esposo, se concluye que *Cretonia Maxima* tomó el domicilio de su marido tras casarse. Así lo establecía el derecho romano si la mujer contraía nupcias con un matrimonio legítimo, situación que pervivía tras quedarse viuda²⁹.

La tribu que forma parte de la fórmula indicadora del origen cívico tiene aquí un doble significado ciertamente relevante: una ciudadana romana en *Pax Iulia* pasó a serlo en *Augusta Emerita* con todas las consecuencias al haber sido modificado el origen cívico que tenía por nacimiento. El hecho de residir de forma permanente en la colonia propició que el *ordo* le agregara a la comunidad cívica emeritense mediante una *adlectio inter cives*, reservada únicamente a ciudadanos romanos, y además -no siempre acontecía³⁰ que tramitara el cambio de origen. Como éste determinaba la adscripción tribal, *Cretonia Maxima* aludió a esta circunstancia con la tribu *Papiria*. Esta transferencia *per domicilium translationem*³¹

27 AE 1971, 147; Forni, 1976, n°13; González Herrero, 2021, pp. 557-561.

28 Los ciudadanos romanos en *Pax Iulia* eran inscritos en la tribu *Galeria*, Kubitschek, 1972, p. 186.

29 D. 50.1.32 Mod. 4 *diff.*, D. 50.1.22.1 Paul. 1 *sent.*

30 En las provincias occidentales, los *adlecti* que cambiaron su tribu residían allí donde su origen fue transferido. Sobre el procedimiento de la *adlectio in ciuium numerum* y las razones que pudo haber detrás de la tramitación de un nuevo origen cívico, González Herrero 2018, pp. 149-151.

31 Situación estudiada por Forni, 1966, pp. 139-155.

tuvo sus repercusiones económicas³², pero no le hizo perder el sentimiento de pertenencia a *Pax Iulia*, como muestra que el genticio *pacensis* forme parte de la fórmula para señalar el origen.

Conclusión

A partir del siglo II, la fórmula compuesta por *Papiria* + genticio *emeritensis* fue usada para indicar el origen cívico de hombres con ciudadanía en *Augusta Emerita*. Sin embargo, la encontramos en referencia a dos mujeres que carecían de tribu. Nos encontramos ante un uso inapropiado de la adscripción tribal, pero intencionado.

Como indica el genticio, *Aquila Severa C. f.* era oriunda de *Augusta Emerita*. La filiación fue grabada inusualmente antes de la fórmula *Papiria emeritensis* para identificar a su padre perteneciente a una *gens* de origen foráneo. Es posible que *Caius Aquilius* descendiera de uno de los colonos asentados cuando se llevó a cabo la *deductio* (el genticio *Aquilius* está documentado en el área de influencia emeritense ya en el siglo I). Esta circunstancia pudo ser percibida por el hijo de *Aquila Severa* como una marca de estatus en el memorial que hizo grabar en recuerdo de su madre.

Por su parte, *Cretonia Maxima* era originaria de *Pax Iulia* (*pacensis*), pero *Augusta Emerita* la hizo su ciudadana mediante una *adlectio inter cives*, lo que pudo haberse expresado mencionando los dos gentilicios: *emeritensis pacensis*. Al usarse la fórmula indicadora del origen cívico que incluía la tribu *Papiria* se da a conocer, no sólo su condición de ciudadana romana, sino también el nuevo origen administrativo que tomó, una vez que *Augusta Emerita* tramitó el cambio ante los despachos imperiales.

Bibliografía

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994). *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad de Murcia (Arqueología. Anejos de Antigüedad y Cristianismo).
- ABASCAL PALAZÓN, J. M. y ALFÖLDY, G. (2015). *Inscripciones romanas de la provincia de Toledo (siglos I-III)*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- BONNEVILLE, J.-N. (1982). “Remarques sur l’indication de l’origo par la tribu et le toponyme après des tria nomina sans filiation”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 18(1), pp. 5-32.
- CARNOY, A. (1906). *Le latin d’Espagne d’après les inscriptions. Étude linguistique*. Bruxelles: Misch & Thron. Disponible en: <https://archive.org/details/lelatindespagned00carnuoft/page/78/mode/2up> [Consultado el 23 de agosto de 2024].
- CORDERO RUIZ, T. (2010). “Una nueva propuesta sobre los límites del *ager emeritensis* durante el Imperio romano y la Antigüedad Tardía”. *Zephyrus* 65, pp. 149-165.
- CORDERO RUIZ, T. (2013). *El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía. Siglos IV-VIII. Génesis y evolución del mundo rural lusitano*. Madrid: CSIC (Anejos de *AEspA* LXVI).
- DOMÍNGUEZ AGUDO, M. I. (2003). *Estudio léxico de iura y leges en el derecho romano vulgar occidental*. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid. Disponible en: <https://hdl.handle.net/20.500.14352/55642> [Consultado el 12 de septiembre de 2024].
- EDMONDSON, J. (2001). “El redescubrimiento de los monumentos funerarios con retrato. Siglos XVI-XX”. En Edmondson, Jonathan, Nogales Basarrate, Trinidad y Trillmich, Walter, *Imagen y memoria: monumentos funerarios con retratos*

32 Analizadas por González Herrero, 2021, pp. 559-561

- en la colonia *Augusta Emerita*. Madrid-Mérida: Real Academia de la Historia (Bibliotheca Archaeologica Hispania 10) -Museo Nacional de Arte Romano (Monografías emeritenses 6), pp. 107-252.
- EDMONDSON, J. (2004). "Inmigración y sociedad local en *Augusta Emerita*, 25 A. C. - 250 D. C." En Gorges, Jean-Gérard, Cerrillo, Enrique y Nogales Basarrate, Trinidad (Ed.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*. Madrid: Ministerio de Cultura (Subdirección General de Información y Publicaciones).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002-2003). "A menção da tribo nas epígrafes. Identificação e territorialidade". *Anas* 15-16, pp. 127-132.
- FASOLINI, D. (2012). *Le tribù romane della Hispania Tarraconensis: l'iscrizione tribale dei cittadini romani nelle testimonianze epigrafiche*. Milano: Vita e Pensiero.
- FORNI, G. (1966). "Doppia tribù di cittadini e cambiamenti di tribù romane. Probabile connessione con l'esercizio dei diritti politici in municipi e colonie". En *Tetraonyma: miscellanea greco-romana*. Genova: Istituto di Filologia Classica Medioevale, pp. 139-155.
- FORNI, G. (1976). "La tribu *Papiria* di *Augusta Emerita*". En Blanco Freijeiro, Antonio (Ed.), *Augusta Emerita: actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural-Ministerio de Educación y Ciencia y Patronato de la ciudad de Mérida, pp. 33-42.
- FORNI, G. (1977). "Il ruolo della menzione della tribù nell'onomastica Romana". En *Colloque internationaux sur L'Onomastique latine*. Paris: CNRS, pp. 73-99.
- GAGLIARDI, L. (2006). *Mobilità e integrazione delle persone nei centri cittadini romani. Aspetti giuridici. Vol. 1: la classificazione degli incolae*. Milano: Giuffrè.
- GAMER, G. (1989). *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*. Mainz-Rhein: Philipp von Zabern.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. y GONZÁLEZ CORDERO, A. (2020). "La grande casquería lusitana: nuevos y olvidados epígrafes de *Augustobriga*". *Gerión* 38(2), pp. 489-517.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2018). "*Adlecti inter cives* en las colonias y municipios de Hispania". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 21, pp. 141-154.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2021). "Mujeres agregadas en el Occidente romano a comunidades cívicas a las que no pertenecían por *origo natural*". En Pavón Torrejón, Pilar (Ed.), *Conditio feminae: imágenes de la realidad femenina en el mundo romano*. Roma: Quasar, pp. 553-574.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2023). "Testimonios de mujeres con tribu en *Sicca Veneria* y su *pertica*". *Antiquités Africaines* 59, pp. 137-148.
- KUBITSCHKE, J. W. (1882). *De Romanorum tribuum origine ac propagatione*. Wien: C. Gerold.
- KUBITSCHKE, J. W. (1889). *Imperium romanorum: tributim descriptum*. Pragae-Vindobonae-Lipsiae: F. Tempsky-G. Freytag (Ed. anastática, Roma: L'Erma di Bretschneider, 1972).
- LASSÈRE, J.-M. (1973). "Recherches sur la chronologie des épitaphes païennes de l'Afrique". *Antiquités Africaines* 71, pp. 7-152.
- LE ROUX, P. (2010). "Tribus romaines et cités sous l'Empire: Épigraphie et histoire". En Silvestrini, Marina (Ed.), *Le tribu romane*. Bari: Edipuglia, pp. 113-121.
- MOMMSEN, T. (1884). *Die Römischen Tribus in Administrativer Beziehung*. Altona: J. F. Hammerich.
- ORS, A. d' et al. (1968). *Digesta. 3 vols*. Pamplona: Aranzadi.
- PITA MERCÉ, R. (1968). "Notas de arqueología de Cataluña y Baleares. IV: Lérida". *Ampurias* 30, pp. 332-347.

- RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1993). "Las inscripciones de la mininecrópolis El rincón de Gila" (Badajoz). En ADIEGO, I.-X., SILES RUIZ, J. y VELAZA, J. (Coord.), *Studia paleohispanica et Indogermanica J. Untermanna ab amicis oblata*. Barcelona: Universitat de Barcelona Publicacions (*Aurea Saecula* 10), pp. 251-259.
- SÁNCHEZ ABAL, J. L. y REDONDO RODRÍGUEZ, J. A. (1985). "La tribu *Papiria*: testimonios de la colonia *Emerita Augusta* en la alta Extremadura". *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 3, pp. 61-68.
- SÁNCHEZ-LAFUENTE PÉREZ, J. y MUÑOZ VILLAREJO, F. A. (2021). "G. *Aquilius Verus*, un *evocatus* de *legio VII Gemina*". *FE* 214, 767.
- SILVESTRINI, M. (Ed.) (2010). *Le tribù romane*. Bari: Edipuglia.
- SCHULZE, W. (1904). *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*. Weidmann: Zürich-Hildesheim (réim. 1991)
- TAYLOR, L. R. (1960). *The Voting Districts of the Roman Republic: the Thirty-five Urban and Rural Tribes*. Rome: The American Academy in Roma (Papers and Monographs 20).
- THOMAS, Y. (1996). *Origine et commune patrie. Étude de droit public romain (89 av. J. C. - 212 ap. J. C.)*. Roma: École Française de Rome (Coll. de l'École Française de Rome 221).
- WIEGELS, R. (1985). *Die Tribusinchriften des römischen Hispanien: ein Katalog*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen 13).

CORPORA EPIGRÁFICOS

- CILA* II (1991) = *Corpus de inscriptiones latinas de Andalucía. Vol. II: Sevilla*. Sevilla: Junta de Andalucía, Dirección General de Bienes Culturales.
- CIRG* I = Pereira Menaut, Gerardo (1991). *Corpus de inscriptions romanes de Galicia. I. Provincia de A Coruña*. Santiago: Consello da Cultura Galega.
- ERAEMERITA* = García Iglesias, Luis (1973). *Epigrafía romana de Augusta Emerita*. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid.
- ERL* = Lara Peinado, Federico (1973). *Epigrafía romana de Lérida*. Lérida: Instituto de Estudios Ilerdenses.
- HEP* = *Hispania Epigraphica*. Universidad Complutense de Madrid.
- HEPOL* = *Hispania Epigraphica Online Database*.
- ILALG.* I = Gsell, Stéphane (1922). *Inscriptions latines de l'Algérie. I: Inscriptions de la Proconsulaire*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion.
- ILALG.* II = Pflaum, Hans-Georg (1957). *Inscriptions latines de l'Algérie, recueillies par S. Gsell*. T.1. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion.
- IMBA* = Salas Martín, José, Esteban Ortega, Julio, Redondo Rodríguez, José Antonio y Sánchez Abal, José Luis (1997). *Inscripciones romanas y cristianas del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura (Publicaciones del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz 4).
- IRC* II = Fabre, George, Mayer, Marc y Rodà, Isabel (1985). *Inscriptions romaines de Catalogne. Vol. II: Lérida*. Paris: Diffusion de Boccard.
- IRG* I = Bouza-Brey Trillo, Fermín y Ors, Álvaro d' (1949). *Inscripciones romanas de Galicia I. Santiago de Compostela*. Santiago: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos 1949.
- IRLUGO* = Arias Vilas, Felipe, Le Roux, Patrick y Tranoy, Alain (1979). *Inscriptions romaines de la province de Lugo*. Paris: Diffusion de Boccard.
- PCM* = *Puteoli, Cumae, Misenum. Studi di Storia Antica*.

Epigraphy, onomastics and local society at the western limits of the territory of Augusta Emerita

Recebido: 16 de Setembro de 2024 / Aprovado: 28 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_9

Jonathan Edmondson¹
York University, Toronto

*Para José d'Encarnação,
em reconhecimento do seu trabalho
incansável e inspirador na
epigrafia da Lusitânia romana*

ABSTRACT

To provide a securer basis for the identification of the western limits of the territory of the Roman colony of Augusta Emerita (Mérida), this contribution examines in detail the epigraphic evidence from the western section of the modern Spanish province of Badajoz and the Portuguese *concelhos* of Elvas and Estremoz. The first part provides an updated analysis of all attestations from this region of individuals enrolled in the Roman voting tribe of Emerita – the *Papiria* – and those who styled themselves *Emeritenses*. The second part examines the onomastics of all individuals attested in this region, focusing on the onomastic structure of their names and the *nomina gentilicia* represented, and argues that these are more compatible with the onomastics of those attested in the urban centre of Emerita and other parts of its territory than with those found in the neighbouring communities of Ebora and Ammaia.

KEYWORDS

Roman *colonia* of Augusta Emerita (Mérida, BA); the *ager Emeritensis*; *Papiria* voting-tribe; onomastics in Lusitania; Ebora (Évora, EV); Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão, PT)

1 ORCID iD: 0000-0003-1301-173X ; jedmond@yorku.ca

Introduction

For the study of Roman Lusitania and, in particular, the cultural change that took place in this region from the first century BCE to the fourth century CE, one of the most valuable resources is the epigraphic corpus *Inscrições romanas do conventus Pacensis* (henceforth, *IRCP*), published in 1984 by José d'Encarnação². The fruit of his doctoral research at the Universidade de Coimbra, which involved a significant period of study at the Centre Pierre Paris, Université de Bordeaux III (now Université Bordeaux-Montaigne), it was quickly recognized as a model regional epigraphic corpus in a period in which work on the new edition of the second volume of the *Corpus Inscriptionum Latinarum* was just beginning³. Alongside the *corpora* that appeared in this same period under the imprimatur of the Centre Pierre Paris – *Inscriptions romaines de la province de Lugo* (1979), edited by Felipe Arias Vilas, Patrick Le Roux and Alain Tranoy, and the 5-volume series *Inscriptions romaines de Catalogne* (1984-2002), edited by Georges Fabre, Marc Mayer and Isabel Rodà –, *IRCP* helped set the standard for all subsequent regional epigraphic *corpora* centering on the Iberian Peninsula.

One of its most distinctive – and most valuable – features is that, in addition to its epigraphic corpus of almost 700 texts, *IRCP* includes a series of reflections on the value of epigraphic

ic evidence from the *conventus Pacensis* for our understanding of the impact of Roman rule on the region under a series of headings: political and administrative structures (pp. 739-760), local society (pp. 761-789), the “sacred component”, including the cult of the dead, funerary monuments and funerary symbolism (pp. 790-820), and the epigraphic habit – continuity and change (pp. 821-843: “as práticas epigráficas, inovação na continuidade”). It concludes with some brief reflections on cultural resistance and assimilation (pp. 845-846), themes very much under discussion in the 1970s and early 1980s⁴.

The theme of this contribution stems from my current work on the inscriptions of Augusta Emerita and its territory for the second edition of *CIL*, i.e., *CIL* II²/3, fasc. 1-3, the first three planned fascicules of inscriptions from the *conventus Emeritensis*. This project has naturally required the editorial team, comprising José Luis Ramírez Sádaba (Professor emeritus, Universidad de Cantabria), Luis Ángel Hidalgo Martín (Consorcio de la Ciudad Monumental, Mérida), Antonio Alvar Ezquerro (Professor emeritus, Universidad de Alcalá) and myself to return to the difficult question of the limits of the large territory of the Roman colony and capital of Lusitania⁵. Significant advances in our understanding of this question were made at a joint *CIL* II²/ADOPIA workshop that I co-organized with Professor Alvar Ezquerro at the Museo Nacional de Arte Romano (MNAR) on 14-15 February 2020, just three weeks before

2 Encarnação 1984.

3 Étienne 1984; Stylow 1984; Stylow 1995a.

4 Cf. Pippidi 1976; Étienne *et al.* 1976; Bénabou 1976.

5 Earlier key works include Wiegels 1976; Álvarez Martínez 1988; Ramírez Sádaba 1994; Étienne 1995; Le Roux 1999; Ariño Gil, Gurt Esparraguera, Palet Martínez 2004, 44-46, 68-72, 138-144; Cordero Ruiz 2010; Gorges & Rodríguez Martín 2011; Ramírez Sádaba 2013; Dias & Ramírez Sádaba 2016, 24-30; Cordero Ruiz 2018, esp. 447-455; Ramírez Sádaba 2019, 19-24.

the world went into lockdown on account of the COVID-19 virus⁶. One of the greatest difficulties centred on the western limits of the colony's *pertica*, but significant advances were possible not least thanks to the interventions of André Carneiro (Universidade de Évora), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), José Luis Ramírez Sádaba (Universidad de Cantabria) and Tomás Cordero Ruiz (Instituto de Estudios

Medievais, Universidade Nova de Lisboa). While it still proves impossible to define the western extremity of Emerita's territory with absolute precision, a consensus was reached at the workshop that it extended into the Alto Alentejo of modern Portugal, incorporating parts of the modern *concelhos* of Elvas and Estremoz⁷. Figure 1 summarizes the principal conclusions of this CIL II²/ADOPIA workshop.

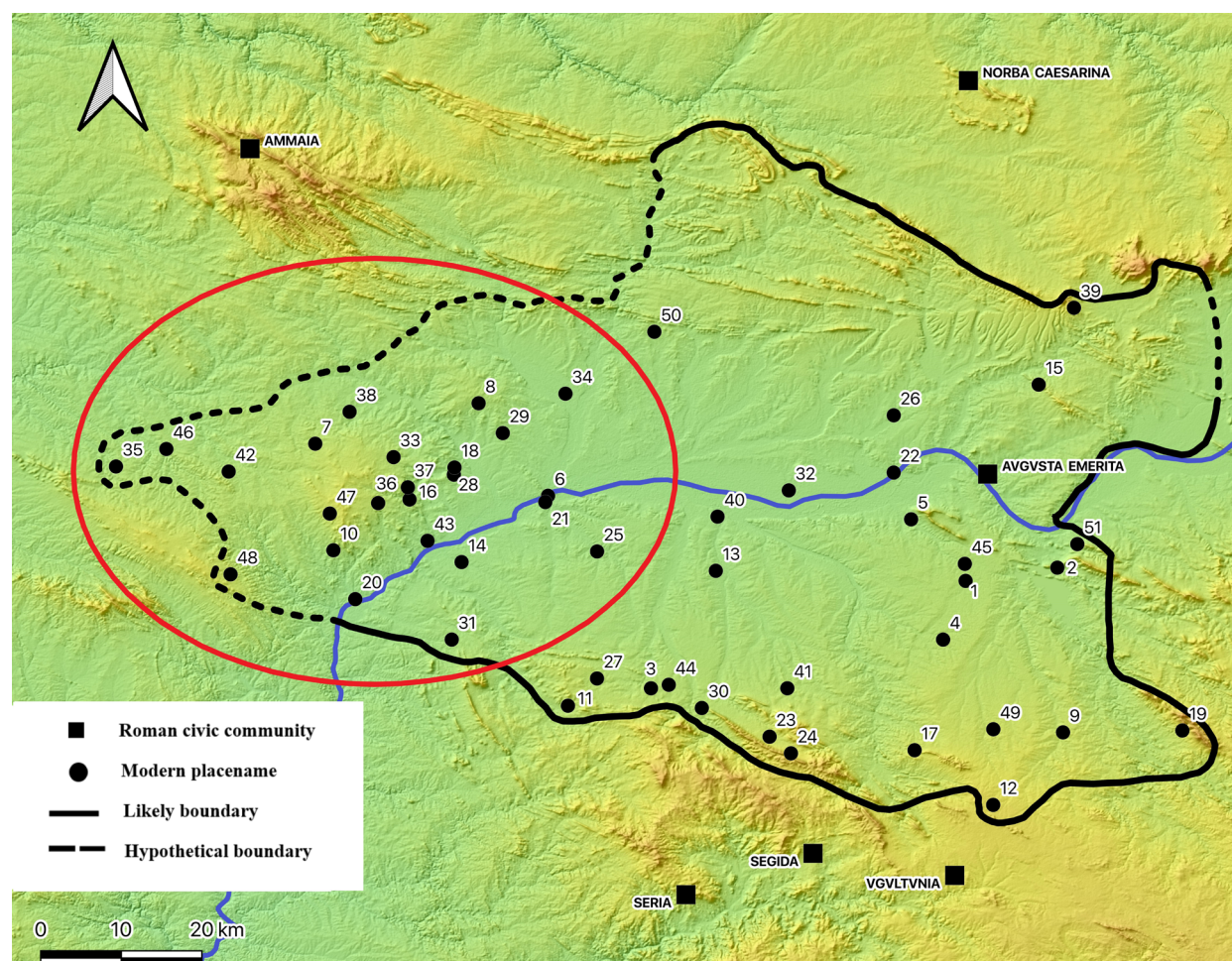


Figure 1. Proposed extent of the territory of Augusta Emerita, with places marked where inscriptions have been discovered. The area that forms the focus of this study is indicated by the red line (drawn by H. Forsyth and J. Edmondson).

KEY TO MAP. 6. Badajoz (BA). 7. Barbacena (Elvas, PT). 8. Campo Maior (PT). 10. Ciladas (Vila Viçosa, EV). 14. Dehesa de la Encomienda, Badajoz (BA). 16. Elvas (PT). 18. Herdade da Fonte Branca, Caia e São Pedro (Elvas, PT). 20. Juromenha (Alandroal, EV). 21. La Coraja, Badajoz (BA). 25. La Pinela, Badajoz (BA). 28. Monte do Passo, Caia e São Pedro (Elvas, PT). 29. N^a Sra. da Expectação (Campo Maior, PT). 31. Olivenza (BA). 33. Quinta das Longas, São Vicente e Ventosa (Elvas, PT). 34. Rincón de Gila, Badajoz (BA). 35. São Bento do Cortiço (Estremoz, EV). 36. São Brás (Elvas, PT). 37. São Pedro, Caia e São Pedro (Elvas, PT). 38. Sta. Eulália (Elvas, PT). 42. Sto. Aleixo (Monforte, PT). 43. Sto. Ildefonso (Elvas, PT). 46. Veiros (Estremoz, EV). 47. Vila Boim (Elvas, PT). 48. Vila Viçosa (EV).

⁶ The workshop's programme is available at <http://adopia.huma-num.fr/en/news>.

⁷ A position already espoused by specialists at the first international Round Table on the province of Lusitania, held in Bordeaux in December 1988: see Alarcão *et al.* 1990, 326.

Inscriptions, and in particular funerary inscriptions, provide important pointers to the western extension of the *ager Emeritensis*, as this contribution will demonstrate by concentrating on the epigraphic evidence from the western parts of the modern Spanish *provincia* of Badajoz and from the modern Portuguese *concelhos* of Elvas and Estremoz, located respectively in the administrative *distritos* of Portalegre (PT) and Évora (EV). The discussion of the Portuguese section of this region requires a reconsideration of the inscriptions from Elvas and its surrounding area that were included as part of the *conventus Pacensis* in chapter X (n° 566-603, pp. 631-666) of *IRCP*, as well as inscriptions from the region that have been published since the appearance of *IRCP*⁸. Two main issues will lie at the heart of the discussion. First, we shall explore the regional distribution of attestations of those individuals who were enrolled in the Roman voting tribe *Papiria* and/or who bore the ethnic adjective *Emeritensis*,

both of which provide *prima facie* evidence that they were citizens of the colony of Augusta Emerita. In theory, they could have moved from their place of origin to take up residence outside the territory of Emerita, but the strong concentration of attestations at the western edges of the modern Spanish province of Badajoz and in the Portuguese *concelhos* of Elvas and Estremoz make it likelier that, in terms of their legal *origo*, they were Emeritenses, who had settled at the western extremities of the colony's territory. Secondly, we shall examine the onomastics of all those individuals attested at the western sector of what I argue was the *ager Emeritensis*. Important advances on the onomastics across the entire province of Lusitania have been made thanks to the ADOPIA project, directed by Dr Milagros Navarro Caballero and myself⁹. This will strengthen the argument, since onomastic structures of the names and, in particular, the *gentilicia* attested here very much fit the onomas-



Figure 2. Map showing the places (marked by red triangles) where individuals enrolled in the *Papiria* tribe are attested outside the urban centre of Augusta Emerita (© J. Edmondson).

8 Five funerary plaques were discussed in detail prior to the publication of *IRCP* in Encarnação 1977; cf. Encarnação 1979. For more recent archaeological and epigraphic analyses of the Elvas region, see Carneiro 2014; Rolo 2017, 2018, 2022; Largueiras 2018.

9 <http://adopia.huma-num.fr/pt/atlas>; Edmondson & Navarro Caballero (eds.) 2024. For a discussion of the rationale for, and development of, the ADOPIA project, see Edmondson & Navarro Caballero 2017, 2024.

tic pattern of the colony of Augusta Emerita as a whole¹⁰.

I. Individuals enrolled in the *Papiria* tribe and those designated *Emeritenses*

A first element to consider is the distribution of epigraphic attestations of individuals enrolled in the *Papiria* tribe¹¹. As is clear from the map below (Figure 2), there are two clusters of such

attestations outside the urban centre of Emerita: one in the western section of the modern Spanish province of Badajoz and to the west of the river Guadiana in the modern Portuguese *concelhos* of Elvas and Estremoz and a second to the north-east of Emerita in the south-eastern part of the modern Spanish province of Cáceres – from Aldehuela de Mordazo in the north to Madrigalejo in the south. The attestations in the zone south of *Turgalium* (Trujillo) must be related to one of the known *praefecturae* of the *colonia Augusta Emerita*, namely, the *praefectura Turgaliensis regionis*, mentioned by the *agrimensor*

	Name	Date	Location	Reference
1	Sex. Aebutius Sex. f. Pap. Rufinus	1/50	Veiros (Estremoz, EV)	<i>CIL</i> II 167 = <i>IRCP</i> 442
2	C. Allius Tangini f. Pap. [---]	1/50	Rincón de Gila, Badajoz (BA)	Ramírez Sádaba 1993, 251, n° 1 (<i>AE</i> 1993, 892; <i>HEp</i> 5, 1995, 52) = Ramírez Sádaba 2013, 77-78, n° 18 = <i>CILAE</i> 2106
3	P. Aplanus Marcianus Pap. Emerite(nsis)	101/150	La Pinela, Badajoz (BA)	García y Bellido 1971, 192-193 (<i>AE</i> 1971, 147) = Ramírez Sádaba 2013, 111-112, n° 37 = <i>CILAE</i> 2123
4	Aquila Seuera G. f. Papir[i]a Emeritens(is)	131/200	Olivenza (BA)	Ramírez Sádaba 1993, 257-258 (<i>AE</i> 1993, 898; <i>HEp</i> 5, 1995, 110) = <i>IRCMAPB</i> 46 (<i>HEp</i> 7, 1997, 156) = Ramírez Sádaba 2013, 128, n° 51 = <i>CILAE</i> 2135
5	C. Axonius Q. f. Pap., (<i>miles</i>) <i>leg. XX</i>	25 BCE / 30	Elvas (Elvas, PT)	<i>CIL</i> II 22* = <i>IRCP</i> 576
6	L. Caecilius C. f. Pap. [---]	1/50	Monte Branco, Juromenha (Aland-roal, EV)	<i>IRCP</i> 449
7	P. Cincius Pap. Ruf(us) A(ugus-tanus), <i>m(iles) leg(ionis) X</i>	25 BCE / 30	Badajoz (BA)	<i>CIL</i> II 1016 = <i>EE</i> VIII, p. 385-386; cf. Forni 1976, 37 (<i>AE</i> 1976, 276) = Ramírez Sádaba 2013, 58-59, n° 5 = <i>CILAE</i> 2094
8	P. Cincius Pap. Tuscus	25 BCE / 30	Badajoz (BA)	
9	[- C]ornelius [- f. P]ap. Gallus	1/100	Vila Boim (Elvas, PT)	<i>CIL</i> II 5216 = <i>IRCP</i> 584
10	Cretonia Maxima Pap. Pacensis	101/150	La Pinela, Badajoz (BA)	García y Bellido 1971, 192-193 (<i>AE</i> 1971, 147) = Ramírez Sádaba 2013, 111-112, n° 37 = <i>CILAE</i> 2123
11	L. Marius L. f. Pap. Caprarius	1/50	Veiros (Estremoz, EV)	Dias 1983 (<i>AE</i> 1983, 469) = <i>IRCP</i> 461

Figure 3. List of individuals enrolled in the *Papiria* tribe from the western section of Emerita's territory.

10 On the onomastics of Emerita as a whole, see Edmondson 2024a.

11 Key earlier studies include Forni 1976; Wiegels 1976; Wiegels 1985, esp. 77-79; Sánchez Abal & Redondo Rodríguez 1985. See now Edmondson 2024a, 87-97, with Cuadro 1.5.

Hyginus in his work *Constitutio limitum* (136, Thulin; cf. p. 136, Campbell)¹². For the purposes of this paper, we need to concentrate on the western cluster.

As is clear from the detailed table below (Figure 3), there are eleven individuals registered in the *Papiria* tribe in this western zone, which stretches from Olivenza (BA) in the south to the *finca* “Rincón de Gila”, located 20 km to the north of Badajoz, in the north to Veiros (Estremoz, EV) in the far west. The best explanation for the presence of these eleven persons is that this area formed part of the *pertica* of the *colonia* of Augusta Emerita.

One of these individuals (nº 7), *P. Cincius Pap(iria tribu) Ruf(us) A(ugustanus)*, is attested at Badajoz, according to the text copied at the end of the 16th century by the local humanist and canon of the cathedral of Badajoz, Rodrigo Dosma Delgado (1533-1599), and included in his *Discursos pátrios de la real ciudad de Badajoz* (f. 22v – 23 r), published posthumously in 1601. According to his epitaph, he was explicitly a *m(iles) leg(ionis) X*, i.e., a veteran of one of the two legions that provided Emerita with its first settlers after its foundation in 25 BCE¹³.

The funerary monument of another soldier enrolled in the *Papiria* tribe, *C. Axonius Q. f. Pap(iria tribu), (miles) leg(ionis) XX* (nº 5), which he set up in his own lifetime for himself and his brother, was first reported by the humanist André de Resende (1498–1573) in his *De antiquitatibus Lusitaniae*, posthumously published in 1593, when it formed part of the collection of antiquities of a local notable in Elvas¹⁴. However, it was considered a forgery by Emil Hübner (*CIL* II 22*) on the basis of the individual’s *origo*, Firmum in Picenum, where Roman citizens were

enrolled in the *Velina* tribe, and what he considered unparalleled abbreviations in the text’s final line. Hübner’s claims, however, were countered by Giovanni Forni, who persuasively argued that it was genuine, and his arguments were accepted by Patrick Le Roux and José d’Encarnação¹⁵. As Le Roux rightly pointed out, the fact that the individual attested, *C. Axonius Q. f. Pap(iria tribu)*, lacked a *cognomen* and had served in the *legio XX* would suggest that he too was settled here in the Augustan period or shortly thereafter following his demobilization, even if he was not one of the original colonists. His brother, *Q. Ax(onius) Q. f.*, was also possibly enrolled in the *Papiria*, but since this is not explicitly stated, he has not been included in the table above (Figure 3).

The most westerly examples of individuals who were members of the *Papiria* tribe come from Veiros (Estremoz) and both date to the first half of the first century CE: *Sex. Aebutius Sex. f. Pap(iria tribu) Rufinus* (nº 1), whose epitaph is built into the façade of the church of Nossa Senhora do Mileu in Veiros, and *L. Marius L. f. Pap(iria tribu) Caprarius* (nº 11),



Figure 4. Epitaph of *L. Marius L. f. Pap(iria tribu) Caprarius*, Herdade da Guardaria, Veiros (Estremoz, EV) (Museu de Évora; photo: author).

12 On the *praefectura*, see recently Gorrochategui & Navarro Caballero 2024, esp. 276–292.

13 Le Roux 1982, 173, nº 4; Edmondson 2010, 248–249, nº 14.

14 Resende 1593, f. 226.

15 Forni 1976, 35, 39; cf. Le Roux 1982, 59–60, 173, nº 1; Encarnação at *IRCP* 576; cf. Hernández Guerra 2007, 66–67, nº 48.

whose funerary plaque was discovered just 3 km away on the Herdade da Guardaria (see Figure 4). In her *editio princeps* of the latter epitaph, Manuela Alves Dias concluded that the two funerary plaques “reinforce the hypothesis that this region should be included in the zone of direct influence of Emerita”¹⁶.



Figure 5. Funerary altar of Aquilia Seuera G. f. Papir[i]a (tribu) Emeritens(is), Olivenza (BA) (Museo Arqueológico Provincial de Badajoz; photo: author).

Furthermore, it is striking that two women from this region had an affiliation to the *Papiria* voting tribe included as part of their full nomenclature: Aquilia Seuera G. f. Papir[i]a (tribu) Emeritens(is) (nº 4), attested on a funerary altar (Figure 5) found at Olivenza, set up by her son L. Septumius (sic) Seuerus¹⁷, and Cretonia Maxima Pap(iria tribu) Pacensis (nº 10). The latter traced her *origo* to the Roman colony of Pax Iulia (Beja), but then married a citizen of Emerita, one P. Aplanius ..., and settled on a rural estate that was located on what is now the *finca* “La Pinela”, 9 km south-east of Badajoz. It was at their Roman villa that she organized for a commemorative epitaph (Figure 6) to be set up for herself and for her son, P. Aplanius Marcianus Pap(iria tribu) Emerite(nsis) (nº 3)¹⁸. Cretonia Maxima had been officially received as a citizen of Augusta Emerita,

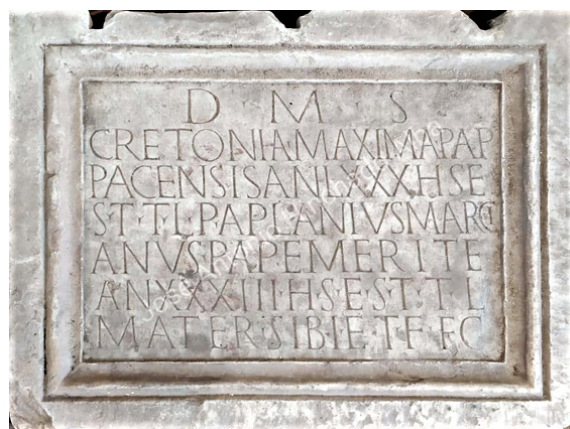


Figure 6. Funerary plaque of Cretonia Maxima Pap(iria tribu) Pacensis and her son P. Aplanius Marcianus Pap(iria tribu) Emerite(nsis), found at the Roman villa on the *finca* “La Pinela”, Badajoz (BA) (photo: G. Kurtz Schaeffer, Centro CIL II).

- 16 Dias 1983, 335: “vem reforçar a hipótese da inclusão desta região na zona de influência directa de Emerita”.
- 17 Ramírez Sádaba 1993, 257-258 (*AE* 1993, 898; *HEp* 5, 1995, 110) = *IRCMAPB* 46 (*HEp* 7, 1997, 156) = Ramírez Sádaba 2013, 128-128, nº 51 = *CILAE* 2135: *[D(is)] M(anibus) [s(acrum)] / Aquiliae Seu(er)a(e) G(ai) f(iliae) Papir[i]a(e) (tribu) Emeriten(si) / an(norum) XLIX fec[it] L(ucius) Septumi(u)s Seuerus ma[tr]i piissim(a)e / b(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis)*.
- 18 García y Bellido 1971, 192-193 (*AE* 1971, 147) = Ramírez Sádaba 2013, 111-112, nº 37 = *CILAE* 2123: *D(is) M(anibus) s(acrum) / Cretonia Maxima Pap(iria tribu) / Pacensis an(norum) LXXX b(ic) s(ita) est / s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) P(ublius) Aplanius Marcianus Pap(iria) Emerite(nsis) / an(norum) XXXIII b(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) / mater sibi et f(ilio) f(aciendum) c(urauit)*. For further discussion, see González Herrero 2018, esp. 146, nº 12, 150; González Herrero 2021, esp. 557-561, nº 3.

the civic community of her husband, and, as a result, her official domicile was changed from that of her birth, Pax Iulia, to that of her adopted home, Emerita. *Cretonia Maxima's* husband likely played a significant role in the civic life of Emerita, such that the local decurions honoured him by enrolling his wife into the citizen body of the colony¹⁹. In short, we must imagine that she was “received into the number of the citizens” (*in numerum ciuium recepta*), to quote the *ipsisima uerba* of a text found on a very fragmentary opisthographic plaque bearing two votive dedications set up in the heart of the forum of Valeria in the province of Hispania Citerior²⁰.

The presence in the region of Elvas of an individual registered in the *Sergia* tribe, *Q. Attius L. f. Ser(gia tribu) Rusticus* (IRCP 579; Figure 7), does not invalidate the argument that this zone formed part of the territory of Emerita based on the overall predominance here of the *Papiria* tribe. His tribal affiliation might suggest that *Q. Attius Rusticus* was originally a citizen of Metellinum, Norba Caesarina or Scallabis, three *coloniae* in Lusitania where the initial colonists settled in the late-Republican or triumviral periods seem to have been registered in the *Sergia*, while later Augustan colonists were enrolled in the *Galeria*²¹. It is, of course, impossible to recover the precise reasons why *Q. Attius Rusticus* decided to change his domicile and take up residence on the fringes of the territory of Emerita.

Furthermore, two of those registered in the *Papiria* tribe also include their *origo* as *Emeritenses* as part of their nomenclature: *P. Aplanius Marcianus Pap(iria tribu) Emerite(nsis)* (nº 3; above, Figure 6) and *Aquila Seuera G. f. Papir[i]a (tribu) Emeritens(is)* (nº 4; above, Figure 5), both already discussed, while a third, *P. Cincius Pap. Ruff(us), A(ugustanus)*, soldier of the *legio X* (nº 7), attested at Badajoz, seems to have had an abbreviated form of *Augustanus* included as part of his full nomenclature, if we can trust the late-16th-century reading of the local humanist R. Dosma Delgado. “*Augustanus*” was an alternative to “*Emeritensis*” as a way of designating an *origo* at Emerita that is occasionally found from the time of the colony’s foundation to the early second century CE²².

In addition, three further *Emeritenses* are documented in what I am arguing was the western edge of Emerita’s territory: a male whose name is badly damaged on the stone – [---]cius / [---]us – and a woman who was possibly the latter’s wife, [V?]estilia G. f. [---]a, both designated as *Emerit(enses)* on a fragmentary plaque from Badajoz,²³ and a veteran of the *legio VII Gemina*, *G. Iulius Gallus, Emeritensis*, who after his military service returned to his native community, Augusta Emerita, in the first half of the second century and settled, it would appear, in its territory at Elvas, where he died aged 70, to be commemorated by *Iulia Prima*, his freedwoman and spouse (Figure 8)²⁴. The presence at Elvas

19 Another Aplanius has recently come to light from Emerita, *M. Aplanius Ma[xu]mus*, who was *IIuir* in the year 137 CE: Hidalgo Martín & Feijoo Martínez 2023 = CILAE 1590.

20 Edmondson & Gimeno Pascual 2017 (AE 2017, 814) = CIL II²/13, 966, side A, fragments h-m, lines 3-4; cf. González Herrero 2021, 566-569, nº 5.

21 Stylow 1995b. For updated data, see Edmondson & Navarro Caballero (eds.) 2024, 197-198, 209 (Metellinum), 252-253 (Norba), 396, 403 (Scallabis).

22 Further discussion in Edmondson & Hidalgo Martín 2007.

23 EE IX 164 = IRCMAPB 6 = Ramírez Sádaba 2013, 67-68, nº 11 = CILAE 2100: [---]cius / [---]us Emerit(ensis) / [V?]estilia C(ai) f(ilia) / [---]a Emerit(ensis) / [---] b(ic) s(iti) s(unt) s(it) / [u(obi)s t(erra)] l(euis).

24 CIL II 5212 = IRCP 577: *G(aio) Iulio [G]allo / Emerit[ensi] u[eterano] / [I]eg(ionis) VII [G(eminae)] [F(elicis)] stipendi(i)s / emeriti[s] ann(or)um LXX / b(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) Iulia Prima / lib(erta) et coniu(n)x patrono / bene mer(enti) d(e) s(uo) f(aciendum) c(urauit)*. On this veteran, see further Le Roux 1982, 200, nº 100; Edmondson 2010, 249-250, nº 16.

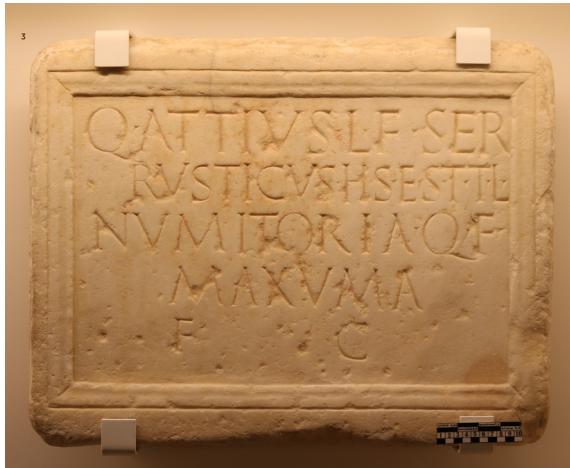


Figure 7. Funerary plaque of *Q. Attius L. f. Ser(gia tribu) Rusticus*, found in the area of Elvas (PT) (Museu de Elvas; photo: author).



Figure 8. Marble funerary plaque of *G. Iulius Gallus Emeri[tensis]*, veteran of the *Legio VII Gemina*, found at Elvas (PT) (Museu de Elvas; photo: author).

and Badajoz of these three further *Emeritenses* strengthens the case that this region formed part of the territory of the colony of Augusta Emerita.

II. The contribution of onomastics

Onomastic evidence provides further indications that this region formed part of the territory of Augusta Emerita. 110 personal names are currently attested in the region outlined with a red line on Figure 1 (above)²⁵. They are found in at least twenty-three separate locations and range in date from the late-first century BCE to the late-third century CE²⁶.

1. The structure of personal names

In terms of the onomastic structure of the 110 names attested, 86 of them, i.e., just over 78%, comprise *duo* or *tria nomina* (see Figure 9). Names such as *M. Clodius Iulianus*, *Titus Clodius Modestus* and *Bl(a)esidiena Marcella*, all attested on a handsome funerary altar (Figure 10) discovered on the Herdade das Terras da Aldeia, Santa Eulália (Elvas, PT)²⁷, are just the sorts of names that one would expect to find in a Roman colony made up largely of full Roman citizens.

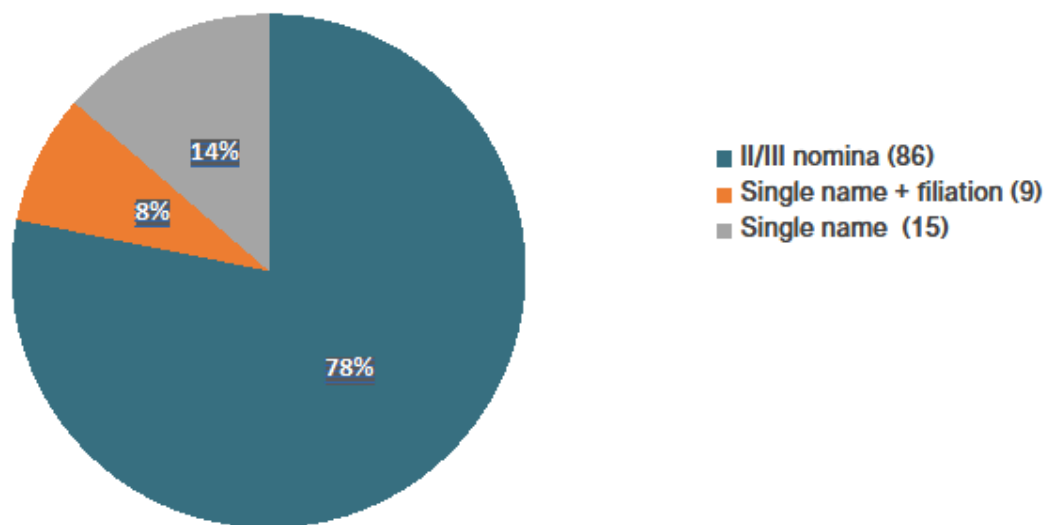
Methodologically, it is important to remain alert to the possibility that, in some cases, names were not always given in full on surviving inscriptions. Thus, for example, on a small funerary plaque (Figure 11) found at a Roman villa located on the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas, PT), a deceased married couple, *Sex. Soius Quartio* and *Catinia Maxima*, bear the full *tria* or *duo nomina* of Roman citizens, but their son, who dedicated

²⁵ The following analysis omits *Eunois Plautilla*, allegedly attested, according to A. de Resende, on a dedication to Proserpina Seruatricx from the area of Elvas (*CIL* II 145 = *IRCP* 572). For doubts on the reading of the name, see the comments of Hübner and Encarnação *ad loc.*

²⁶ Several inscriptions were found in the area of Elvas, but their precise findspot remains unclear: for example, *CIL* II 143 = *IRCP* 570; *IRCP* 575; *IRCP* 579.

²⁷ *CIL* II 5213 = *IRCP* 582: *D(is) M(anibus) s(acrum) / M(arcus) Clodius Iuli[a]nus ann(or)um XXI[I?] / b(ic) s(itus) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) / Titus Clodius / Modestus et / Blesidiena Mar/cella p(ater) et m(ater) filio / piissimo f(aciendum) c(urauerunt)*. For discussion of the gentilicium *Bl(a)esidienus*, -a, see below, Section II.2.

Structure of personal names: western part of the *ager Emeritensis* (N = 110)



	Male	Female	Gender unclear	TOTAL	%
<i>Tria / duo nomina</i>	53	32	1	86	78%
Single name (idionym) + filiation	4	5	0	9	8%
Single name (idionym)	8	7	0	15	14%
TOTAL	65	44	1	110	

Figure 9. Structure of personal names in the western section of the proposed territory of Augusta Emerita.

the plaque, is simply styled *Albanus*²⁸. It would seem likely that he too in reality bore the *tria nomina* – perhaps *Sex. Soius Albanus* – but he decided to have just his *cognomen* inscribed on the small plaque, which measures 44 cm high by 59 cm wide, perhaps as an economy measure. If he had wanted to include his full name, he would have had to pay for a larger and more costly plaque. That said, so as not to skew the data with hypothetical attributions, he has not been included in the list of those with the *tria* or *duo nomina*, but has been left among those with single names.

On the other hand, there are twenty-four cases where individuals bore single names, i.e., about 22% of the total. Fifteen of these cases

involve single names without filiation. Some of these individuals may have been slaves, even though none have their servile status explicitly mentioned; others might have been *peregrini*, i.e., non-citizens who continued to reside in this part of Emerita's territory as *incolae*, just as they did, to some degree, in the urban centre of the colony and in other sectors of its *ager*²⁹. On three occasions, several of these individuals appear in the same text. First, *Semnus* and *Semne*, with Greek idionyms, commemorated *Pultarius*, their 23-year-old “mother” according to the text at Vila Viçosa (EV) (*CIL* II 148 = *IRCP* 466), although it seems plausible that *matri* in line 5 is a stone-cutter's error for *patri*, since this Latin

28 *IRCP* 597: *Sex(to) Soio / Quartioni et / Catinae / Maxsuma<e> / Albanus f(ilius) p(onendum) c(urauit)*. For the formulas used on the plaques found on the Herdade da Camugem, see Gaspar 2024.

29 For further discussion of this, see Edmondson 2024a, 106–114.



Figure 10. Marble funerary altar of *M. Clodius Iulianus*, set up by his parents *Titus Clodius Modestus* and *Blesidiena Marcella*, found on the Herdade das Terra da Aldeia, Santa Eulália (Elvas, PT) (Museu de Elvas; photo: author).

name is used to designate males in the two other cases where it is found in Lusitania³⁰. Secondly, *Helpis* set up a small funerary altar for her husband (*maritus*) *Festius* at Monte do Passo, Caia e São Pedro (Elvas, PT) (*FE* 66 = *AE* 1985, 502). Both the wife's Greek name and her husband's Latin name were commonly borne by slaves.



Figure 11. Marble funerary plaque of *Sex. Soius Quartio* and *Catinia Maxima*, found on the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas (PT) (Museu de Elvas; photo: author).

The third case is known from the unpublished epigraphic *schedae* of Luis José Velázquez de Velasco (1722–1772), the second Marqués de Valdeflores, who travelled around Spain and neighbouring regions of Portugal in the 1750s on a mission to record and verify the antiquities of Spain for a project sponsored by the recently created Real Academia de la Historia in Madrid. Without describing the form of the monument, Velázquez simply provided the text of an epitaph from Vila Viçosa that he had copied from the notes of a Portuguese humanist, Jerónimo Soares. It was set up in memory of *Aunia Ammini f.* by her “brothers” (*fratres*) *Auitus* and *Surus* (*CIL* II 146 = *IRCP* 444)³¹. All three would appear to have been *peregrini*, and their onomastics have a distinctly indigenous flavour. The indigenous names *Aunia* and *Amminus* are both quite widespread in Lusitania, while the use of the name *Aunia* also extended into Celtiberia and Asturia³². *Auitus* is particularly well attest-

30 *IRCP* 511: *Q. Iulius Pultarius*, who made a dedication to Endouellicus at the latter's sanctuary at São Miguel da Mota, Terena (Alandroal, EV); *CIL* II 314 (Santa Cruz de Ribamar, Silveira (Torres Vedras, LI): *Pultarius*, slave of *Flauianus*, commemorated by his mother *Voluptas*.

31 On the Marqués de Valdeflores, see further Álvarez Marti-Aguilar 1996; Canto 1994. For a recent critical edition of his work, see Maier Allende & Manso Porto 2015. On the enormous collection of his epigraphic manuscripts preserved at the Real Academia de la Historia, see Abascal Palazón & Cebrian Fernández 2005, 465–490. At *CIL* II 146, Hübner reports that he derived this text from “Velázquez ms. Matrit.13” (i.e., R.A.H. ms. 9/4106).

32 Vallejo Ruiz 2005, 132–134 (*Amminus*), 98–200 (*Aunia*).

ed across Hispania, being the third commonest *cognomen*/single name according to Abascal³³. In Lusitania, the advances made possible by the ADOPIA project show that it is the fourth commonest *cognomen*/single name after the indigenous names *Tancinus*/*Tanginus* and *Boutius* and the Latin name *Rufus*³⁴. Though of clear Latin linguistic origin, the possibility remains high that in a number of cases *Auitus* was in fact a Latin translation of a native name, which similarly alluded to the importance of the paternal grandfather (*avus* in Latin kinship terminology) in indigenous kinship structures³⁵. *Surus* is best interpreted as the common Greek name *Syrus* (“Syrian”)³⁶. If this is right, their onomastics would suggest that this group of apparent siblings each received a name of different linguistic origin: the two brothers received a Latin name (albeit one that perhaps appealed to indigenous tastes) and a Greek name respectively, while their sister was given an indigenous name.

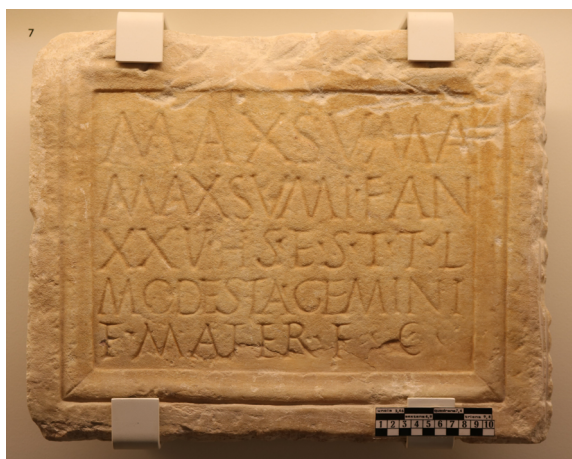


Figure 12. Marble funerary plaque of *Maxsuma Maxumi f.*, dedicated by her mother *Modesta Gemini f.*, from the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas (PT)) (Museu de Elvas; photo: author).

Nine of those with a single name from the region combine that with peregrine filiation, which indicates that they were freeborn (*ingenui*) but of non-citizen status. Four of these cases involve people with completely Latin onomastics: *Modesta Gemini f.* and her daughter *Maxuma Maximi f.*, both attested on the same funerary plaque (see Figure 12) that the former dedicated to the latter at the Roman necropolis located on the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas) (*IRCP* 594),

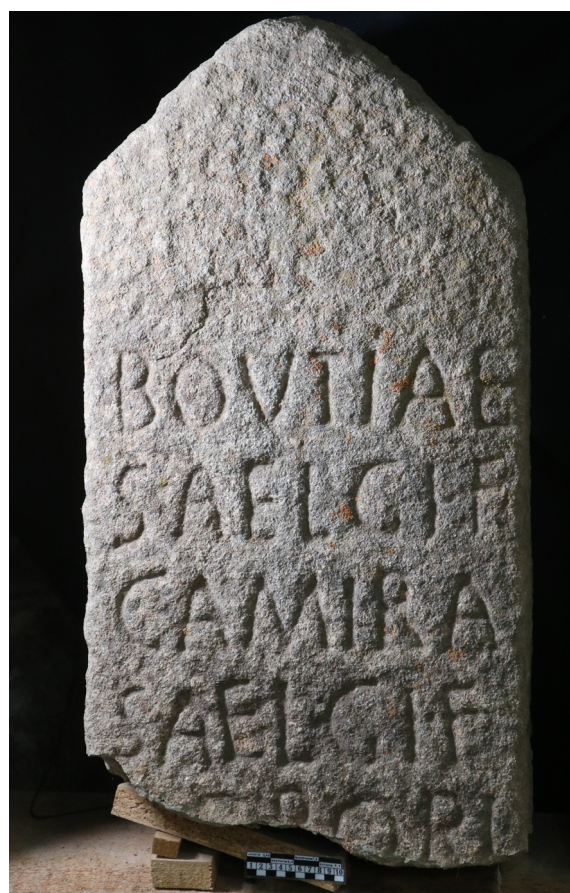


Figure 13. Granite funerary stele of *Boutia Saelgi f.*, dedicated by her sister *Camira Saelgi f.*, from the Roman necropolis on the *finca* “El Rincón de Gila”, Badajoz (BA) (Museo Arqueológico Provincial de Badajoz; photo: author).

³³ Abascal Palazón 1994, 31.

³⁴ Navarro Caballero & Edmondson 2024, 872; cf. <http://adopia.huma-num.fr/names/341>.

³⁵ On such *Übersetzungsamen*, see Weisgerber 1968, 380; Dondin-Payre 2011, 19.

³⁶ However, Encarnação pointed out in his commentary on *IRCP* 444 that the name *Surus* could be Latin, Greek or indigenous.

Valgius Marci f., who dedicated an altar to Bellona, reused in the chapel of Santa Catalina now submerged in the Caia reservoir near Santa Eulália (Elvas) (*FE* 207 = *AE* 1994, 821 = *HEp* 6, 1996, 1065), and *Rufinus Rufi f.*, attested at Vila Viçosa (*CIL* II 149 = *IRCP* 468). In contrast, the other five involve individuals with indigenous names and patronymics: *Caburius Tangini f.*, attested at Campo Maior (PT)³⁷, *Aunia Ammini f.* from Vila Viçosa (*CIL* II 146 = *IRCP* 444), *Toncius Andai[ti f.?*] from the Herdade da Fonte Branca, Caia de São Pedro (Elvas) (*IRCP* 574), plus *Boutia Saelgi f.* and *Camira Saelgi f.*, two sisters commemorated at the small necropolis found on the *finca* “Rincón de Gila”, located some 20 km north of Badajoz (see Figure 13)³⁸.

What is particularly interesting about this last site is that two of the people commemorated there bore *tria* or *duo nomina* with their filiation expressed by means of their father’s indigenous single name: *C. Allius Tangini f. Pap(iria tribu) [---?]* and *Iulia Rufa Tongeti f.* (see Figure 14a-b)³⁹. (The former’s *cognomen*, if he bore one, as seems likely, is lost because the bottom section of the granite stele is broken off.) Thus, in this area some of the local *peregrini* were incorporated into the citizen-body of the colony of Emerita, gaining Roman citizenship in the process. Their indigenous patronymics reveal that they were first-generation Roman citizens.

But how does the relative balance of different types of naming structures attested in the region under discussion compare with the broad-

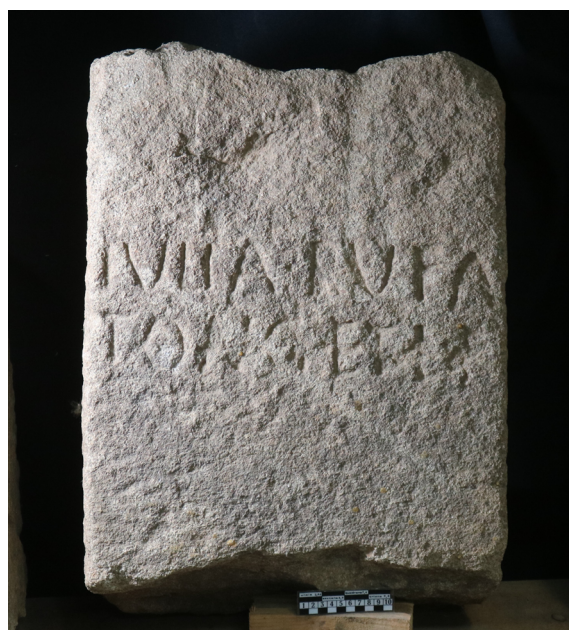
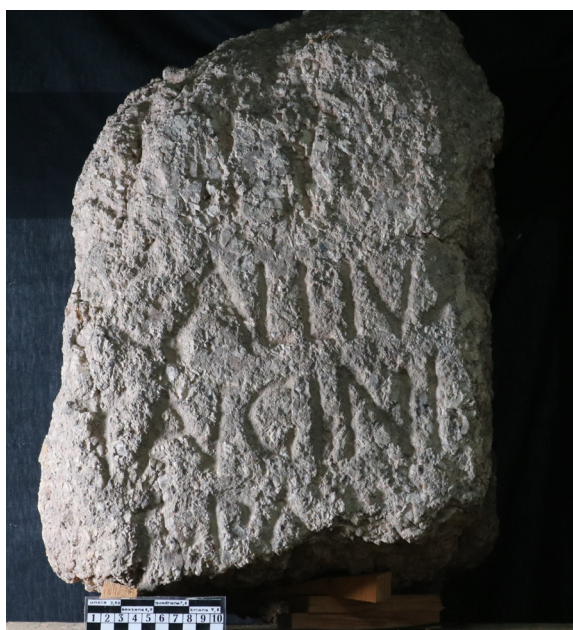


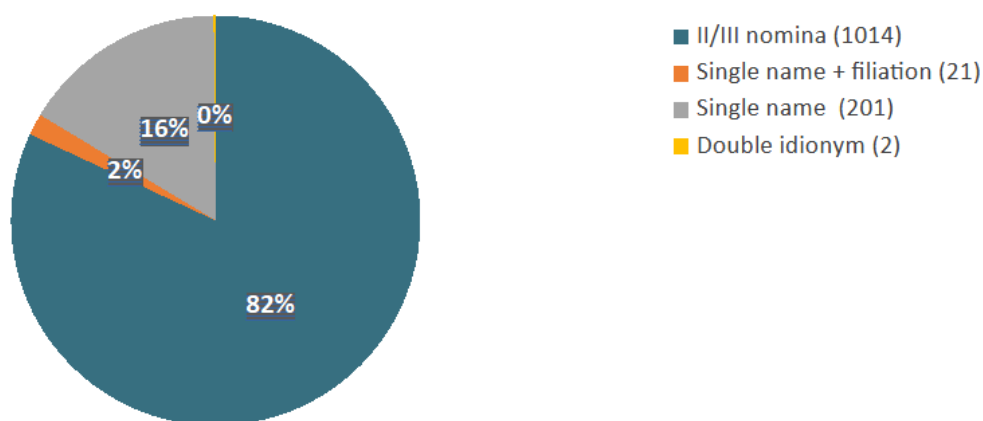
Figure 14a-b. Granite funerary stelae of *C. Allius Tangini f. Pap. [---?]* and *Iulia Rufa Tongeti f.* from the Roman necropolis on the *finca* “El Rincón de Gila”, Badajoz (BA) (Museo Arqueológico Provincial de Badajoz; photo: author).

³⁷ Encarnação 2009, 130-136 (*HEp* 18, 2009, 581).

³⁸ *Boutia Saelgi f.*: Ramírez Sádaba 1993, 252, n° 2 (*AE* 1993, 893; *HEp* 5, 1995, 53) = Ramírez Sádaba 2013, 79-80, n° 19. *Camira Saelgi f.*: Ramírez Sádaba 1993, 252, n° 2-3 (*AE* 1993, 893-894; *HEp* 5, 1995, 53-54) = Ramírez Sádaba 2013, 79-82, n° 19-20.

³⁹ Ramírez Sádaba 1993, 251, n° 1, 252, n° 4 (*AE* 1993, 892, 895; *HEp* 5, 1995, 52, 55) = Ramírez Sádaba 2013, 77-78, n° 18, 83-84, n° 21.

Structure of personal names at the urban centre of Augusta Emerita and across the entire *ager Emeritensis* (N = 1238)



	Male		Female		Gender unclear		TOTAL		%	
	urban	rural	urban	rural	urban	rural	urban	rural	urban + rural	
<i>Tria / duo nomina</i>	454	88	410	45	16	1	880	134	1014	82%
Single name (idionym) + filiation	4	6	2	9	0	0	6	15	21	1.7%
Single name (idionym)	96	27	60	11	5	2	161	40	201	16%
Double idi-onym	0	2	0	0	0	0	0	2	2	0.16%
TOTAL	554	123	472	65	21	3	1047	191	1238	

Figure 15. Structure of personal names at Augusta Emerita (urban centre and entire rural territory).

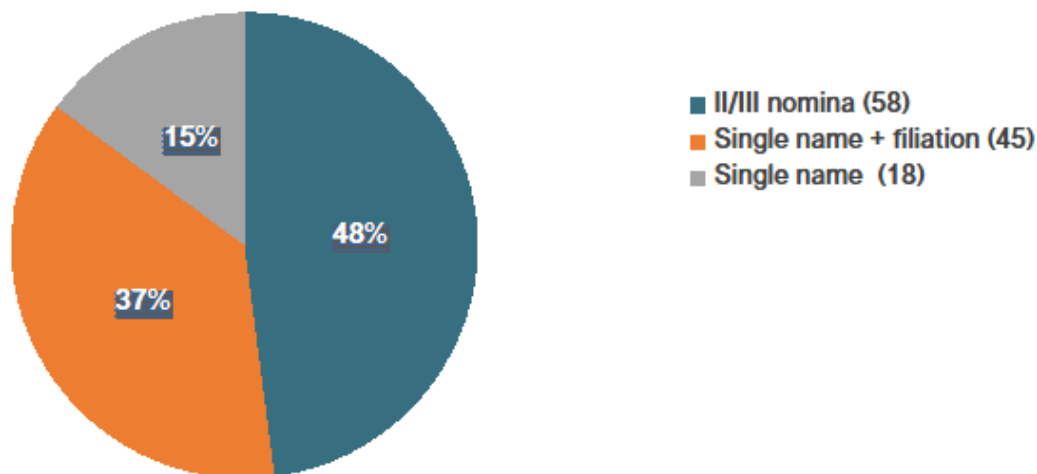
er picture of all personal names known from Augusta Emerita and its rural territory? Figure 15 summarizes the onomastic situation found in the urban centre of Emerita and across the entire *ager Emeritensis*⁴⁰.

If one compares the situation for the entire civic community of Augusta Emerita (summarized in Figure 15) with that found in the western sector of the *ager Emeritensis* (see Figure 9), in short, the basic onomastic patterns found in

this latter region broadly conform with those found in the urban centre and across the whole of the territory of Augusta Emerita. That said, there is a slightly weaker predominance of *duo* or *tria nomina* in this western periphery (78%) than in the urban centre and territory as a whole (82%), while, conversely, single names with filiation (typically borne by non-citizen *peregrini*) are significantly more widespread in this western zone (8% of the total) than more

⁴⁰ The tabulation in Figure 15 omits 51 cases where the structure of the personal name is unclear: 48 urban cases (20 males, 19 females, 9 gender uncertain) and 3 rural cases (2 males, 1 female). For a fuller analysis, see Edmondson 2024a, 48-116, 150-175, with complete lists of names in Cuadros 1.2, 1.8 and 1.21.

Structure of personal names: Ammaia: urban centre and rural territory (N = 121)



	Male		Female		Gender unclear		TOTAL			%
	urban	rural	urban	rural	urban	rural	urban	rural	urban + rural	
<i>Tria / duo nomina</i>	20	18	6	14	0	0	26	32	58	48%
Single name (idionym) + filiation	7	21	3	13	0	1	10	35	45	37%
Single name (idionym)	0	15	2	1	0	0	2	16	18	15%
TOTAL	27	54	11	28	0	1	38	83	121	
Structure unclear		3						3	3	

Figure 16. Structure of personal names at Ammaia (urban centre and entire rural territory).

generally at Emerita, where they make up just 1.7%.

The general onomastic profile of Emerita contrasts quite sharply from what is found at Ammaia (São Salvador de Aramenha, Marvão, PT), the civic community whose territory bordered that of Emerita on its north-western side. Ammaia became a *ciuitas stipendiaria* in the Augustan reorganization of Hispania Ulterior,

which came to involve the creation of the new province of Lusitania, and then gained the *ius Latii* under Vespasian⁴¹. As for its onomastics, according to a recent study by Amílcar Guerra⁴²:

Ammaia presents a set of particularities that stem naturally from the preponderance of a local onomastic tradition that lasted for a longer period of time [sc. even after the grant of the *ius Latii* under Vespasian]:

⁴¹ For a recent overview on Ammaia, see Guerra 2021 (with further bibliography).

⁴² Guerra 2024, 391: “*Ammaia* apresenta um conjunto de particularidades que decorrem, naturalmente, da preponderância de uma tradição onomástico local que se mantém por mais tempo: elevado número de nomes indígenas; mais forte presença de nomes únicos ou *cognomina*/nomes únicos; menor incidência de *nomina* latinos e de nomes gregos”.

	male	female	uncertain	Total
Aebutius	1			1
Annius	1			1
Antestius	2			2
Aplanus	1			1
Aponius	1			1
Apronia		1		1
Aquilia		1		1
Atilia		1		1
Attius	1			1
Axonius	2			1
Blesidiena		1		1
Bou[ius?]	1			1
Caecilius	1			1
Calaetica		1		1
Catinia		1		1
Cincius	2			2
Clodius	2			2
Cominius, -a	1	2		3
Cornelius, -a	2	2		4
Cur(ia)		1		1
Fabia		1		1
Faleia		1		1
Fel(---)			1	1
Flauia		1		1
Furnia		1		1
(H)eluius, -a	1	1		2
Iulius	6	4		10
I(ulius)?	1			1
Iun[ius/ia]			1	1
Licinius	3			3
Lucretius	2			2
Mania		1		1
Marcus, -a	3	1		4
Marius	1			1
Numitoria		1		1
Petronius	1			1
Pomponius, -a	2	1		3

a high number of indigenous names; a stronger presence of single names or *cognominal*/single names, and a lower incidence of Latin *nomina* and Greek names.

Further analysis of all personal names attested from the urban centre of Ammaia and its rural

	male	female	uncertain	Total
Scribonia		1		1
Secundytius	1			1
Septimius	1			1
Silius	1			1
Soius	1			1
Stertinus, -a	3	1		4
T(erentius?)	1			1
Valeria		2		2
[V?]estilia		1		1
Vettius	1			1
Vibia		1		1
Vinicius	1			1

Figure 17. *Gentilicia* attested in the western section of the territory of Augusta Emerita.

territory reveals that there is also a divergence from what is found at Augusta Emerita in terms of the structures of personal names (see Figure 16). There is a much higher percentage of peregrine-type single names with filiation here (37%) than in the western part of the territory of Emerita (8%) or across the whole community of Emerita (urban centre and the entire *ager Emeritensis*) (7%) and, at the same time, a much lower representation of *tria* or *duo nomina* (48%) than in the west of Emerita's territory (78%) or in Emerita as a whole (82%) (cf. Figures 9 and 15).

In short, the situation found around Badajoz, Elvas and Vila Viçosa is consistent with the general pattern of Emeritan onomastics and significantly different from that of the neighbouring community of Ammaia. This provides an important criterion for arguing – at the very least – that this zone fell within the cultural influence of the Lusitanian capital. However, when one combines the onomastic profile of this region with the evidence for individuals enrolled in the *Papiria* voting-tribe and/or who identified explicitly as *Emeritenses*, then one has stronger grounds for arguing that this zone actually formed part of the *ager Emeritensis*.

2. The *gentilicia* represented

Another onomastic phenomenon lends further weight to this hypothesis, namely, the assemblage of *nomina gentilicia* that are attested among the inhabitants of this western zone. In the current state of our knowledge, 50 separate *nomina* are known, borne by 81 separate individuals (see Figure 17)⁴³. Not surprisingly, *Iulius* is by far the commonest *nomen* documented in this westerly zone, with ten examples, echoing its dominance among the *gentilicia* attested at Emerita in general, whence 111 examples are currently known from the urban centre and twenty-one from the whole of the *ager*, and across Lusitania and Hispania in general⁴⁴. In addition, there are two attestations each of *Cornelius* and

Valerius, which rank third and second respectively in terms of all *gentilicia* attested at Emerita (urban centre and rural territory)⁴⁵.

However, it is the rarer *gentilicia* that are the most illuminating for the argument being advanced here. Among the 50 *gentilicia* attested, these rarities fall into five different categories (see Figure 18).

Two of the *gentilicia* attested in the area are found only here and nowhere else across the entire Roman world: *Calaetica* and *Secundytius*. First, *Calaetica Luci f. Seuera*, wife of *Q. Caecilius Vitulus*, attested at Vila Boim (Elvas) (see Figure 19), bore a name that appears to be related etymologically to the wider kinship group (*gentilitas*) *Calaeticum*, found in north-eastern Lusitania at El Tiemblo (Ávila)⁴⁶. It would thus derive from

A	Unparalleled <i>nomina</i> (2)	1. Calaetica Luci f. Seuera (Vila Boim, Elvas) 2. Secundytius Victori[nus] (Elvas)
B	<i>Nomina</i> only paralleled in Hispania at Emerita (1)	1. P. Aplanus Pap. Marcianus Emerite(nsis) (La Pinela, Badajoz)
C	<i>Nomina</i> unparalleled in Hispania, but found occasionally elsewhere in the Roman Empire (2)	1. Faleia Auita (Vila Boim, Elvas) 2. Sex. Soius Quartio (Vila Boim, Elvas)
D	<i>Nomina</i> occasionally paralleled in Lusitania, but nowhere else in Hispania (3)	1. C. Axonius Q. f. Pap.; Q. Ax(onius) Q. f. (Elvas) 2. Blesidiena Marcella (Santa Eulália, Elvas) 3. M. Bou[ius? ---] (Barbacena, Elvas)
E	<i>Nomina</i> unparalleled in Lusitania, but found elsewhere in Hispania (5)	1. Sex. Aebutius Sex. f. Pap. Rufinus (Veiros, Estremoz) 2. P. Cincius Pap. Rufus; P. Cincius Pap. Tuscus (Badajoz) 3. Numitoria Q. f. Maxuma (Elvas, region of) 4. Q. Stertinus Q. f. Bassus, L. Stertinus Q. f. Rufinus, Q. Stertinus Q. f. Rufus, Sertinia Caesia (Juromenha, Alandroal) 5. L. Vinicius [---] (Dehesa de la Encomienda, Badajoz)

Figure 18. Rare *gentilicia* in the western region of the territory of Augusta Emerita.

⁴³ Omitted here is a case where a Latin *gentilicium* was used at Santa Eulália (Elvas, PT) as a single name in the first quarter of the first century CE: *Valgius Marci f.*: Maciel, Maciel, Encarnação 1994, FE 207 (AE 1994, 821; HEp 6, 1996, 1065).

⁴⁴ For *gentilicia* at Emerita in general, see Edmondson 2024a, 116–129; for Lusitania, Navarro Caballero & Edmondson 2024, 874, with Cuadro C.4; for Hispania as a whole, Abascal Palazón 1994, 29–30.

⁴⁵ See Edmondson 2024a, 116–117, Cuadro 1.9.

⁴⁶ Encarnação 1988, FE 116 (AE 1988, 688; HEp 10, 1990, 825): *Calaetica Luci / f(ilia) Seuera ann(or)um / XV / b(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) / Q(uintus) Cornelius / Vitulus coniugi / suae d(edicauit) p(onendum)*



Figure 19. Marble funerary plaque of *Calaetia Lucif. Seuera*, set up by her husband, *Q. Cornelius Vitulus*, from the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas (PT)) (Museu de Elvas; photo: author).



Figure 20. Marble funerary plaque of *Faleia Auita*, set up by her husband, *L. T(erentius?) Rufinus*, from the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas (PT)) (Museu de Elvas; photo: author).

an indigenous personal name and be an example of a so-called patronymical *gentilicium*, i.e., where a local when taking a Roman name after a grant of citizenship coined a *nomen gentile* based on an indigenous single name⁴⁷. Secondly, *Secundytius Victori[nus]*, attested on a votive altar from somewhere in the region of Elvas (IRCP 575), bears an unparalleled *gentilicium* that was clearly formed from the Latin name *Secundus*.

Of the other rare *nomina*, *Aplanius* is attested nowhere else in the Hispanic provinces except in the urban centre of Emerita in the persons of *Aplania Lais* and *M. Aplanius Ma[xu]mus*. The latter held the duumvirate in 137, when the colony dedicated a small altar to L. Aelius Caesar, at that time Hadrian's heir before his untimely death on 1 January 138⁴⁸. The only other *Aplanii* yet known are found at Puteoli and Cumae in Italy. Two of the *nomina* attested at the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas), *Faleius* and *Soius*, borne respec-

tively by *Faleia Auita* (see Figure 20)⁴⁹ and *Sex. Soius Quartio* (IRCP 597; above, Figure 11 and note 28) are extremely rare. They are otherwise unparalleled in Hispania, but both are found in Cisalpine Gaul, where *L. Faleius L. f. Blarus* is known from the Piedmont region (CIL V 7185, exact findspot unclear) and *C. Soius Seuerus* is attested at Brixia (CIL V 4728).

Furthermore, a small group of three *nomina* from this region are occasionally paralleled in Lusitania but found nowhere else in Hispania. The *gentilicium* *Axonius*, borne by the two brothers attested at Elvas, *C. Axonius Q. f. Pap(iria tribu)* and *Q. Ax(onius) Q. f.*, is shared by the dedicator of a small altar to Jupiter found at Borba (EV), very close to the south-western border of Emerita's territory,⁵⁰ and by *L. Axonius* who dedicated an altar to Dea Sancta Turubrige(nsis) at Pax Iulia (Beja).⁵¹ The extremely rare name *Bl(a)esidienus*, attest-

c(urauit); cf. LICS 88 (HEp 4, 1994, 131) = ERAv 173 = Fabián *et al.* 2021, 96–98, n° 4: *Lanciu[s] Calaeticum*; CIL II 3052 = LICS 89 = ERAv 172: *Priscus Calaeti(um)*.

⁴⁷ On patronymical *gentilicia* in Lusitania, see Navarro Caballero 2021 (with further bibliography).

⁴⁸ CIL II 531 (*Aplania Lais*); Hidalgo Martín & Feijoo Martínez 2023 = CILAE 1590 (*L. Aplanius Ma[xu]mus*).

⁴⁹ IRCP 585: *Faleia Auita an(norum) / XXX h(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) / L(ucius) T(erentius?) Rufinus / marit(a)e su(a)e / fecit cura(uit)t{}*.

⁵⁰ Ribeiro 2002, 422, n° 89 (A. Guerra, J. C. Ribeiro) (HEp 12, 2002, 633): *Ioui [sa]/crum / [P]r(imus) A[x]o[n]/ius [Sar]/on(is) anim/o libe(n)s po(suit)*.

⁵¹ CIL II 71 = IRCP 287: *D(eae) s(anctae) Turubrige(nsi) / L(ucius) Axonius / u(otum) s(olvit)*.



Figure 21. Marble funerary plaque of *Blaesidiena Gn(aei) f. Marcella*, set up by her parents, *Gn. Blaesidienus Marcellus* and *Valeria [-] f. Tertulla*, from the Herdade de Reguengos do Caia, São Bartolomeu, Arronches (PT) (Museu de Elvas; photo: author).

ed in the later second century at Santa Eulália, Elvas in the person of *Blaesidiena Marcella* (above, Figure 10 and note 27), is only otherwise known at Arronches (PT), 14 km to the north in the territory of Ammaia in an epitaph that mentions *Blaesidiena Gn. f. Marcella* and her father *Gn. Blaesidienus Marcellus* (Figure 21)⁵². It is tempting to suppose that they were members of the same extended family, even though they lived about a century apart, and that the family owned extensive estates at the north-western edge of the territory of Emerita and at the southern periphery of the territory of Ammaia. This *nomen* may be connected to the equally rare name *Blaesienus*, attested only once so far at a Roman villa in the territory of Metellinum (Medellín, BA)⁵³.

Thirdly, the *gentilicium* *Bouius* seems to be a very plausible restoration of the fragmentary name

found in the first line of an epitaph on a funerary plaque from Barbacena (Elvas) (*IRCP* 581). This name is otherwise attested in Lusitania as a *nomen gentile* at Aeminium (Coimbra) and twice or three times within the territory of Olisipo: at Oeiras, Santa Maria (Torres Vedras) and possibly at São Pedro da Cadeira (Torres Vedras)⁵⁴.

A final group of *gentilicia* attested in this region are not found anywhere else in Lusitania but are paralleled very occasionally elsewhere in Hispania (see Figure 22). These include the rare names *Aebutius*, *Cincius* and *Numitorius*, as well as *Sertinius* and *Vinicius*, which, though unparalleled in Lusitania, are found to some degree in Baetica and Hispania Citerior and are well represented in Rome, Italy and the western provinces.

In addition to the rare *nomina* *Calaetica* and *Secundytius* (already discussed), a third patronymical *gentilicium* is attested in this area in the person of *Mania Mani f. Camira*, who set up a funerary plaque for her daughter, *Iulia Maura*, on what is now the Herdade dos Teixeira, São Bento do Cortiço, Estremoz (*IRCP* 460). Encarnação argued (*ad loc.*) that *Mania Camira's* *gentilicium* was probably derived from the Roman *praenomen* *Manius*, but it seems more likely that it was formed on the basis of her father's single name, *Manius*, in a manner closely analogous to that of *M. Fidius Fidi f. Quir(ina tribu) Macer*, magistrate at Capera three times when it was still a *ciuitas stipendiaria* and then *duumvir* twice after the community had gained the *ius Latii* under Vespasian⁵⁵. Hence, *Mania Mani f. Camira* likely came from a fami-

52 *EE* IX 18 = *IRCP* 580: *Blaesidiena / Gn(aei) f(ilia) Marcella / ann(or)um XX b(ic) s(ita) e(st) s(it) t(ibi) t(erra) l(euis) / Gn(aeus) Blaesidienus (vac) / Marcellus et Valeria / C(ai)? f(ilia) Tertulla et piae et / sibi f(aciendum) c(urauerunt)*.

53 Salas Martín & Haba Quirós 1987, 135–138, n° 2 (*HEp* 1, 1989, 97; *HEp* 2, 1990, 33; *AE* 1987, 487): *Q(uintus) Blaesienus / Q(uinti) f(ilius) Ser(gia tribu) / Potitus a(nnorum) / XXXI b(ic) s(itus) e(st)*, with a photo at Edmondson 2024b, 208, fig. 2.5.

54 *CIL* II 5011 (Oeiras): *L. Bouius Iulianus*; Mantas 1982, 35–42, n° 6 (*AE* 1982, 465) = Guerra 2004, 70, n° 6 (Santa Maria, Torres Vedras): *Q. Bouius Atimetio Victor Q. B(oui) Marciani (f.)* and *Q. (Bouius) Potitus*; Mantas 1985, 137–145, n° 3 (*AE* 1985, 512) (São Pedro da Cadeira, Torres Vedras): *Q. B(ouius?) Calamon*.

55 *CIL* II, 834–835 = *CILCC* III 1003–4; *CILCC* III 1014. See further Esteban Ortega 2017; Navarro Caballero 2021, 681–684, with fig. 1.

Aebutius	Sex. Aebutius Sex. f. Pap. Rufinus (Veiros, Estremoz)	Hispania Citerior: Legio (<i>CIL</i> II 2672-2673), Dertosa (<i>CIL</i> II ² /14, 814)
Cincius	P. Cincius Pap. Ruf(us); P. Cincius Pap. Tuscus (Badajoz)	Baetica: Sosontigi (<i>CIL</i> II ² /5, 234); Singilia Barba (<i>CIL</i> II ² /5, 243) Hispania Citerior: Tarraco (<i>CIL</i> II ² /14, 861, 1515)
Numitorius	Numitoria Q. f. Maxuma (region of Elvas)	Hispania Citerior: Tarraco (<i>CIL</i> II ² /14, 818); Barcino (<i>IRC</i> IV 58)
Sertinius	Sertinia Caesia, Q. Sertinius Q. f. Bassus, L. Sertinius Q. f. Rufinus, Q. Sertinius Q. f. Rufus (Juromenha, Alandroal)	Baetica: Corduba (<i>CIL</i> II ² /7, 384), Arva (<i>CIL</i> II 1072), Carmo (<i>AE</i> 1998, 735), Munigua (<i>CILA Sevilla</i> 1086), Obulco (<i>CIL</i> II ² /7, 133), Sexi (<i>CILA Granada</i> 168), Ucubi (<i>CIL</i> II ² /5, 457)
Vinicius	L. Vinicius [---] (Dehesa de la Encienda, Badajoz); cf. T. Vinicius Felix (Mérida)	Baetica: Ugultunia Contributa Iulia (T) (<i>AE</i> 2016, 721, Los Santos de Maimona); Gades (<i>CIL</i> II 1914, 1915; <i>IRPCádiz</i> 432) Hispania Citerior: Tarraco (<i>CIL</i> II ² /14, 1706)

Figure 22. *Gentilicia* found in the western zone of the *ager Emeritensis* and occasionally in Baetica and Hispania Citerior, but nowhere else in Lusitania.

ly of *peregrini* who had recently received Roman citizenship. When choosing a Roman *gentilicium*, they decided to create a new one that preserved the memory of their indigenous past. In addition, she bore the typically Lusitanian name *Camira* as her *cognomen*⁵⁶. The presence of this family near Estremoz provides another case of *peregrini* who continued to reside on the edges of the *ager Emeritensis*, some of whom were integrated within the citizen body of the colony of Emerita and hence gained Roman citizenship⁵⁷.

Finally, among the *gentilicia* attested in this western fringe of Emerita's territory there are 14 examples of names that Milagros Navarro Caballero has aptly termed “onomastic fossils”, i.e., *nomina* that were used in Italy during the Republican period but are found only spasmodically in the western provinces during the imperial period⁵⁸. In fact, these sorts of *gentilicia* were very much part of the onomastic profile of Emerita, with 83 of them on record in the urban centre and another six from

other parts of the *ager Emeritensis* in addition to the 14 found in this western section of Emerita's territory (see Figure 23).

In Lusitania, these “onomastic fossils” are typically found at Roman *coloniae* – especially at Emerita, Metellinum and Norba Caesarina, but to some degree at Pax Iulia too – and also at the *municipium ciuium Romanorum* of Olisipo⁵⁹. Hence, the significant presence of such *nomina* in the region that we are exploring here provides another good indication that it formed part of the territory of Augusta Emerita. Many of these onomastic fossils must trace their origins to the first generation of settlers at the colony, who had fought in Augustus' legions during the first phase of his campaigns in Cantabria and Asturia. A significant number of these settlers came from Italy, and their distinctive *gentilicia* were transmitted to subsequent generations of their families to leave their mark on the onomastic mosaic of these *coloniae*.

⁵⁶ See Vallejo Ruiz 2005, 254-255; <http://adopia.huma-num.fr/names/516>.

⁵⁷ On this, see further Edmondson 2024a, 143-150.

⁵⁸ Navarro Caballero 2000, 2006. See further Edmondson & Navarro Caballero (eds.) 2024, 118-119, 128-129, 212-213, 247-248, 282-283, 293, 307-309, 341-342, 367-368, 404-405, 441-447, 492, 519, 528, 545-546, 706, 877-878.

⁵⁹ Metellinum: Edmondson 2024b, 212-213; Norba Caesarina: Navarro Caballero 2024, 247-248, with fig. 3.9; Pax Iulia: Guerra 2024, 367-368; Olisipo: Edmondson 2024c, 441-447.

Urban centre (83)	Aefulanus, -a; Aequanias; Afinius, -a; Aiatius; Albicia; Aplania; Articuleius; Asullius; Atanius, -a; Attennius, -a; Aufia; Aulius; Baberius; Barbatius, -a; Betutius; Camerius; Camilius; Camulius; Candilia; Cantia; Cantinia; Cartilia; Castricius; Catus; Caius; Clarinius; Clouatia; Clunia; Cominius; Corona; Coutius; Duccius; Ebrilia; Etrilius; Felginatius; Feridia; Fuficius; (H)erennius; Herennuleius, -a; Iustulenus; Laberius, -a; Louesius; Lutatia; Maecius; Magia; Mallia; Mansuanus; Matius, -a; Mattius; Metili[us/a]; Monteia; Murria; Mussia; Mussidius; Naeuidius, -a; Neranius; Ofilius; Orbius, -a; Peticius; Petrusidius; Pontia; Popil(i)us, -a; Prosodia; Puccia; Roucia; Rubrius; Satria; Scantius, -a; Seuius; Sinnius; Sittius; Tettonius; Titinius; Tongilia; Trebecius, -a; Trebia; Turrania; Tursidia; Vibidius; Viccia; Villius; Volesia; Vrsius, -a
Western section of the <i>ager Emeritensis</i> (14)	Aebutius (Veiros); Aplanius (La Pinela); Axonius (Elvas); Blesidiena (Santa Eulália); Catinia (Vila Boim); Cincius (Badajoz); Curtius (Santa Eulália); Faleia (Vila Boim); Fel(eius?) (Elvas); Furnia (Badajoz); Numitoria (Elvas); Soius (Vila Boim); Stertinus (Juromenha); Vestilia (Badajoz).
Rest of the <i>ager Emeritensis</i> (6)	Albicia (Alange); Blaius (La Parra); Frontonia (Villafranca de los Barros); Pontius (Santa Lucía del Trampal); Scandilia (Torre de Miguel Sesmero); Viuia (Santa Lucía del Trampal)

Figure 23. “Onomastic fossils” attested in Augusta Emerita and its territory.

It is much less likely that such *gentilicia* would have featured to the same degree among the populations of Ebora and Ammaia, indigenous communities that were granted the *ius Latii* in the Augustan and Flavian periods respectively. When the freeborn inhabitants of Ebora and Ammaia assumed Roman *tria nomina* after gaining the *ius Latii*, on the whole they chose much more regular, standard Roman *nomina*. This is particularly clear at Ebora, where, according to the recent study of A. Guerra, *Iulii* comprise 51 of the 181 individuals on record with the *tria* or *duo nomina* from the urban centre and rural territory: i.e., over 28% of the entire sample (see Figure 24). The next most common *nomen* is *Calpurnius* (nine cases), then *Caecilius* (six cases), then *Licinius* and *Terentius* both with five, and then *Annius*, *Fabius* and *Iunius*, each with four attestations⁶⁰. These are all standard Roman *gentilicia*. It is true that some gentilicial fossils are found at Ebora and in its territory (marked with a single asterisk [*] in Figure 24), but a number of these were borne by people who offered dedications at the sanctuary of Endovellicus at São Miguel da Mota, Terena, Alandroal (EV)⁶¹. (These are

marked with a double asterisk [**] in Figure 24.) Some of these devotees of Endovellicus may well have been citizens of Ebora, but they could just as easily have been citizens of Augusta Emerita, since at least one dedication was made at the sanctuary by an individual – *Q. Seuius Q. f. Pap(iria) Firmanus* (CIL II 139 = IRCP 526) – who was explicitly a citizen of Emerita, as his Roman voting-tribe makes clear.

At Ammaia, as we have seen, the number of individuals who bore Roman-style *tria nomina* or *duo nomina* was not high, in neither its urban centre nor its rural territory, and peregrine onomastics were proportionally more widespread. As a result, the number of *nomina gentilicia* attested is much more modest than at Emerita or at Ebora. In his recent study, A. Guerra has identified just 27 *gentilicia*, borne by a total of 56 individuals (see Figure 25).

Alongside a group of standard Roman *gentilicia* (*Cornelius*, *Iulius*, *Valerius*, *Calpurnius*, *Annius*, *Antonius*, *Heluius*, *Iunius* and *Vibius*), which comprise 20 of the 52 cases, i.e., 38.5%, a few rarer names are attested. *Carminius*, *Preccius*, *Cantrius* and *Probinus* have, to date, been found only at

⁶⁰ Guerra 2024, 350-358, with a list of the full *tria nomina* in Quadro 5.11.

⁶¹ For studies of the devotees of Endovellicus, see Dias & Coelho 1995; Edmondson 2022, 87-91, 98-99, with Table 6.3

IVLIVS, -A	51	LABERIVS, -A	2	FVLVIVS	1
CALPVRNIVS, -A	9	LIVIVS, -A	2	LVRIA	1
CAECILIVS, -A	6	MAECIVS, -A	2	MAELIVS, -A	1
LICINIVS, -A	5	MANILIVS, -A	2	MANIVS, -A	1
TERENTIVS, -A	5	MARIVS, -A	2	*MASONIVS, -A	1
ANNIVS, -A	4	*MVNNIVS, -A	2	MESSIVS, -A	1
FABIVS, -A	4	PETRONIVS	2	MINATIVS, -A	1
IVNIVS, -A	4	SITONIVS, -A	2	*MISINIVS	1
ALBIVS, -A	3	SVLPICIVS, -A	2	**MOGOLIVS	1
ALFIVS, -A	3	TERENTIVS, -A	2	NORBANVS, -A	1
ANTONIVS, -A	3	TVLLIVS, -A	2	**OLIA	1
AVRELIVS, -A	3	**VESIDIVS, -A	2	PVBLCIVS, -A	1
CORNELIVS, -A	3	VIVENNIA	2	QVINTIVS, -A	1
HELVIVS, -A	3	ACILIVS, -A	1	ROMANIVS	1
POMPEIVS, -A	3	ALLIVS, -A	1	SEMPRONIVS, -A	1
VALERIVS, -A	3	APPVLEIVS	1	SIDONIVS, -A	1
VIBIVS, -A	3	ASINIVS, -A	1	*STAIVS	1
ARRIVS, -A	2	*AXONIVS, -A	1	**STATORIVS, -A	1
ATILIVS, -A	2	BAEBIVS, -A	1	**TREBICIVS	1
CAESIVS, -A	2	CALL(A)EVS, -A	1	**TREBIVS, -A	1
CAS(S)IVS, -A	2	CANIDIVS, -A	1	*TVRRANIVS, -A	1
CATINIVS, -A	2	C(A)ECIA	1		

Figure 24. Eborā: Latin *nomina gentilia* in the urban centre and the *ager Eborensis* by order of frequency (according to Guerra 2024, 352, Quadro 5.10)

(* = onomastic fossil; ** = onomastic fossil attested at the sanctuary of Endovellicus, São Miguel da Mota).

Ammaia or in its territory⁶², while *Turranius* is only otherwise attested at Emerita, in the territory of Eborā (at Bencatel, located near the border with the *ager Emeritensis*), at Eburobrittium and Conimbriga⁶³. As discussed above, the name *Blaesidienus* is attested in the *ager Ammaiensis* in the persons of *Gn. Blaesidienus Marcellus* and *Blaesidiena Gn. f. Marcella* (EE IX 18 = IRCP 580), mentioned on a funerary plaque found on the Herdade de Reguengos de Caia, São Bartolomeu, Arronches (PT) (see Figure 21). This site is located in the very south of the territory of Ammaia, just 14 km from the other occurrence of this same

rare *gentilicium* at Santa Eulália (Elvas), which, I argue, was situated in the far west of the territory of Emerita. Hence it is possible that the extended family of the *Blaesidieni* came to own property on the fringes of the territories of both Emerita and Ammaia. In short, the presence of a few onomastic fossils at Ammaia does not invalidate the general hypothesis that such *gentilia* are more likely to occur in communities that traced their origins to *coloniae*, where veteran soldiers were settled after their demobilization from the army.

62 *Carminius*: <http://adopia.huma-num.fr/names/545>; *Preccius*: IRCP 595a; <http://adopia.huma-num.fr/names/1566>; *Cantrius*: IRCP 606, revised at Guerra 2012-2013 [2018], 225-226, n° 1.1 (HEp 2016-2017, 1050); <http://adopia.huma-num.fr/names/3001>; *Probinus*: CIL II 160 = IRCP 617, revised at Guerra 2012-2013 [2018], 227-228, n° 1.3 (AE 2017, 586; HEp 2016-2017, 1052); <http://adopia.huma-num.fr/names/4855>.

63 For these other *Turrani*, see <http://adopia.huma-num.fr/names/1973>.

CORNELIVS, -A	5
IVLIVS, -A	5
SENTIVS, -A	5
CARMINIVS -A	4
PRECCIUS, -A	4
SENTIVS, -A	4
ALLIVS, -A	3
VALERIVS, -A	3
ATTIVS, -A	2
BL(A)ESIDIENVS, -A	2
CALPVRNIVS, -A	2
VOCONIVS, -A	2
ANNIVS, -A	1
ANONIVS, -A	1
ANTONIVS	1
APONIVS	1
APPVLEIVS	1
AQVILIVS, -A	1
CAESIVS, -A	1
CANTRIVS	1
COELIVS, -A	1
HELVIVS, -A	1
IVNIVS, -A	1
PROBINIA	1
QVINTIVS, -A	1
TVRRANIA	1
VIBIVS, -A	1

Figure 25. Latin *nomina gentilicia* attested at Ammaia and in its territory (according to Guerra 2024, 343, Quadro 5.5).

Conclusion

Space constraints preclude an exploration here of further themes that would strengthen the argument that this zone formed part of the territory of Augusta Emerita: for example, the Roman road system, the style of funerary monuments or

the formulas used in their epitaphs. The region that comprised the western part of the Spanish province of Badajoz and the Portuguese *concelhos* of Elvas and Estremoz was well connected to the urban centre of Augusta Emerita by the three major Roman roads that led from Olisipo to Emerita, one that passed via Ebora (*It. Ant.* 416.4–418.5) and two via Scallabis (*It. Ant.* 418.7–419.6, 419.7–420.7)⁶⁴. Furthermore, the funerary monuments found in this rural zone – both moulded marble plaques and marble funerary altars – are highly reminiscent in terms of their physical design of those set up in the suburban cemeteries of Emerita itself⁶⁵. And the formulas used in the funerary epigraphy from this western zone, with a few exceptions from the epitaphs found on the Herdade da Camugem, Vila Boim (Elvas), are broadly very similar to those found in the colony's urban centre and in other parts of its territory⁶⁶. But a full analysis of these topics must await another occasion.

In this contribution, I hope to have shown that the presence in this region of individuals enrolled in the *Papiria* tribe and persons who identified as *Emeritenses* strongly suggests that the *pertica* of the colony of Augusta Emerita extended as far west as the region around modern Estremoz. The precise line of the boundary in this zone between the territories of Emerita and the neighbouring *municipium* of Ebora remains unclear, but the discovery of an epitaph of a Roman citizen, *Q. Romanus Q. f. Cal. (sic) Tuscus*, enrolled in the *Galeria* tribe and hence likely a citizen of Ebora, in the vicinity of Bencatel, 6 km south-west of Vila Viçosa, would suggest that the frontier here lay somewhere very close to Vila Viçosa⁶⁷. Without the pioneering work of José d'Encarnação on the inscriptions of the Alto Alentejo,

⁶⁴ See further Mantas 2012, 146–181.

⁶⁵ For a subtle analysis of five funerary plaques from the Elvas area, Encarnação 1977.

⁶⁶ I am very grateful to Prof. Catarina Gaspar (Centro do Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa), who is currently working on this topic, for discussing it with me. See now Gaspar 2024.

⁶⁷ IRCP 467.

brought together 40 years ago with the publication of *IRCP*, it would be impossible to carry out the sort of investigations contained in this contribution. It is with no disrespect to Professor Encarnação that it is now necessary to claim for the *conuentus Emeritensis* and, more precisely, for the territory of Augusta Emerita a small part of what he once believed comprised the eastern reaches of the *conuentus Pacensis*. Similarly, it is now widely agreed that the *municipium* of Ammaia formed part of the *conuentus Emeritensis* rather than the *conuentus Pacensis*, which was the working hypothesis adopted in *IRCP*⁶⁸. It is only by re-examining material treated with such thoroughness, precision and subtlety some 40 years ago and by adding new material to the discussion that it is possible to advance our understanding of the Roman province of Lusitania and, more precisely, the difficult question of the precise limits of the territory of its capital, the colony of Augusta Emerita⁶⁹.

68 This was agreed by the main specialists working on Lusitania at the first international Round Table on the province, held in Bordeaux in 1988; see Alarcão *et al.* 1990, esp. 326; cf. *IRCP* 604-636 (pp. 667-694).

69 I would like to thank the organizers of the stimulating international conference, “Escritas e Leituras do Passado Romano”, held in Beja on 24-25 May 2024, for their kind invitation and all the participants at the conference for their comments on this paper, especially J. de Encarnação, A. Guerra, P. Le Roux and J. Cardim Ribeiro. I am also grateful to the successive directors of the Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, Dr Guillermo Kurtz and Dr Javier Heras Mora, and to the director of the Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas, Dra Patrícia Azevedo Cutileiro, and all their staffs for their assistance during my work on the inscriptions in the galleries and storerooms of these museums on 9 December 2022 and on 22 June and 20 November 2023 in the company of my good friend and colleague on the *CIL* II-Mérida project, L. Á. Hidalgo Martín. This study forms part of two research projects generously funded by the Social Sciences and Humanities Research Council of Canada / Conseil de recherches en sciences humaines (SSHRC-CRSH): “Names and identity in Roman Spain: the ADOPIA project” (Partnership Development Grant #890-2017-0039) and “Latin epigraphy of Augusta Emerita (Mérida, Spain)” (Insight Grant # 435-2021-0380).

Abbreviations

<i>AE</i>	<i>L'Année Épigraphique</i>
<i>CIL</i>	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i>
<i>CILAE</i>	Corpus Inscriptionum Latinarum Augustae Emeritae, Centro CIL II, Universidad de Alcalá: https://cil2digital.web.uah.es/
<i>CILCC</i>	ESTEBAN ORTEGA, J. (ed.), <i>Corpus de inscripciones latinas de Cáceres</i> (5 vols.). Cáceres: Universidad de Extremadura, 2007–2019.
<i>EE</i>	<i>Ephemeris Epigraphica</i>
<i>ERAv</i>	HERNANDO SOBRINO, M. R. (ed.), <i>Epigrafía romana de Ávila</i> (PETRAE Hispaniarum 3). Bordeaux: Ausonius Éditions; Madrid: Universidad Complutense, 2005.
<i>FE</i>	<i>Ficheiro Epigráfico</i>
<i>HEp</i>	<i>Hispania Epigraphica</i>
<i>IRCMAPB</i>	SALAS MARTÍN, J., ESTEBAN ORTEGA, J., REDONDO RODRÍGUEZ, J. A., SÁNCHEZ ABAL, J. L. (eds.), <i>Inscripciones romanas y cristianas del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz</i> . Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 1997.
<i>IRCP</i>	ENCARNAÇÃO, J. DE (ed.), <i>Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização</i> (2 vols.). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.
<i>LICS</i>	KNAPP, R. C. (ed.), <i>Latin Inscriptions from Central Spain</i> . Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992.

Bibliography

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994). *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania* (Anejos de Antigüedad y Cristianismo 2). Murcia: Universidad de Murcia / Universidad Complutense de Madrid.
- ABASCAL PALAZÓN, J. M. & CEBRIÁN FERNÁNDEZ, R. (2005). *Manuscritos sobre antigüedades de la Real Academia de la Historia* (Antiquaria Hispanica 12). Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALARCÃO, J. DE, GORGES, J.-G., MANTAS, V. GIL, SALINAS DE FRIAS, M., SILLIÈRES, P., TRANOY, A. (1990). 'Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine', in J.-G. GORGES (ed.), *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du C.N.R.S. (Talence le 8-9 décembre 1988)*. Paris: C.N.R.S., 319–329.
- ÁLVAREZ MARTI-AGUILAR, M. (1996). *La Antigüedad en la historiografía española del siglo XVIII: El Marqués de Valdeflores*. Málaga: Universidad de Málaga.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (1988). 'Algunas observaciones sobre el territorium emeritense', in R. SANZ GAMO (ed.), *Homenaje a Samuel de los Santos*. Murcia: Instituto de Estudios Albacetenses "Don Juan Manuel", 185–192.
- ARIÑO GIL, E., GURT ESPARRAGUERA, J. M., PALET MARTÍNEZ, J. M. (2004). *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispania romana*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- BÉNABOU, M. (1976). *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: Librairie François Maspero.
- CANTO, A. M. (1994). 'Un precursor hispano del CIL en el siglo XVIII: el marqués de Valdeflores', *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 191.3, 499–516.

- CARNEIRO, A. (2014). *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo* (Humanitas Supplementum). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CORDERO RUIZ, T. (2010). 'Una nueva propuesta sobre los límites del *ager Emeritensis* durante el Imperio Romano y la Antigüedad Tardía', *Zephyrus*, 65, 149–165.
- (2018). 'Mérida y su territorio entre el Imperio Romano y la conquista islámica', in J. C. LÓPEZ DÍAZ, J. JIMÉNEZ ÁVILA, F. PALMA GARCÍA (eds.), *Historia de Mérida. I. De los antecedentes de Augusta Emerita al fin del medievo*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, 445–488.
- DIAS, M. M. ALVES (1983). 'A propósito da inscrição funerária de L. Marius Caprarius encontrada em Veiros (Estremoz)', *O Arqueólogo Português*, série iv, 1, 322–336.
- DIAS, M. M. ALVES & COELHO, L. (1995). 'Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário (S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal)', *O Arqueólogo Português*, série iv, 13–15, 233–265.
- DIAS, M. M. ALVES & RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (2016). 'En torno al límite entre Lusitania y Bética. Estado de la cuestión', in J. Carbonell Manils & H. Gimeno Pascual (eds.), *A Baete ad fluvium Anam: Cultura epigráfica en la Bética Occidental y territorios fronterizos. Homenaje al profesor José Luis Moralejo Álvarez*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 23–40.
- DONDIN-PAYRE, M. (2011). 'Introduction', in M. DONDIN-PAYRE (ed.), *Les noms de personnes dans l'Empire romain. Transformations, adaptation, évolution* (Scripta Antiqua 36). Bordeaux : Ausonius Éditions, 13–36.
- EDMONDSON, J. (2010). 'Vétérans et société locale dans la colonie d'Augusta Emerita (25 av. J.-C. - 200 apr. J.-C.)', in J.-G. GORGES & T. NOGALES BASARRATE (eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av. - Ier ap. J.-C.) = Origen de la Lusitania romana (siglos I a.C. - I d.C.): VII Mesa Redonda Internacional sobre la Lusitania Romana* (Toulouse, 8-9 novembre 2007). Toulouse: Université de Toulouse-Le-Mirail; Mérida: Ministerio de Cultura, 211–251.
- (2022). 'Roman colonies and local cults: the case of Augusta Emerita (Mérida) in Lusitania', in A. G. SINNER & V. REVILLA CALVO (eds.), *Religious Dynamics in a Microcontinent. Cult Places, Identities, and Cultural Change in Hispania* (Archaeology of the Mediterranean World 1). Turnhout: Brepols, 79–99.
- (2024a). 'Onomástica y sociedad en una colonia *ciuium Romanorum* y *caput prouvinciae*: la colonia Augusta Emerita', in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 39–196.
- (2024b). 'Historia y sociedad de la colonia de Metellinum: un enfoque onomástico', in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 197–223.
- (2024c). 'Onomastics and local society at the two major cities of the *conuentus Scallabitanus*: Scallabis Praesidium Iulium and Olisipo Felicitas Iulia', in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 395–473.
- EDMONDSON, J. & GIMENO PASCUAL, H. (2017). 'Primer testimonio de evergetismo en el foro de Valeria (*Conuentus Carthaginiensis*, Hispania Citerior): una nueva placa opistógrafa', *Madriider Mitteilungen*, 58, 321–372.
- EDMONDSON, J. & HIDALGO MARTÍN, L. Á. (2007). 'Hallazgo de dos epitafios de *veterani* en Mérida: Vidas paralelas de dos soldados *Augustani* (emeritenses) a finales del siglo I d.C.', *Mérida. Excavaciones arqueológicas. 2004. Memoria*, 10, 479–507.
- EDMONDSON, J. & NAVARRO CABALLERO, M. (2017). 'Onomástica personal y cambios políticos, sociales y culturales en Lusitania romana: las aportaciones de una nueva versión del Atlas Antroponímico de la Lusitania romana', in T. NOGALES BASARRATE (ed.), *Lusitania romana: del pasado al presente de la investigación. Actas de la IX Mesa Redonda Internacional de*

- Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 59–89.
- (2024). ‘Étudier l’onomastique, la société et l’identité culturelle dans la Lusitanie romaine à partir d’un atlas onomastique numérique (ADOPIA)’, in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 19–37.
- EDMONDSON, J. & NAVARRO CABALLERO, M. (eds.) (2024). *Onomastique, société et identité culturelle en Lusitanie romaine / Onomástica, sociedad e identidad cultural en Lusitania romana (ADOPIA I)* (Scripta Antiqua 178). Bordeaux : Ausonius Éditions.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1977). ‘Inscriptions mal connues du *Conventus Pacensis*’, *Conimbriga*, 16, 45–57.
- (1979). ‘Inscriptions mal connues du *Conventus Pacensis* : cinq stèles funéraires du Musée d’Elvas’, in D. M. PIPPIDI (ed.), *Actes du VIIe congrès international d’épigraphie grecque et latine, Constantza, 9-15 septembre 1977*, Bucarest : Editura Academiei; Paris : Les Belles Lettres, 366.
- (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra.
- (1988). ‘Epitáfio de *Calaetica*, de Vila Boim’, *Ficheiro Epigráfico*, 25, n° 116.
- (2009). ‘Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tábua de bronze’, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12.1, 127–138.
- ESTEBAN ORTEGA, J. (2017). ‘La inscripción de *Luperca* del *tetrapylon* de *Capera* (Cáparra, Cáceres): hallazgo y cuestiones historiográficas’, *Veleia*, 34, 95–112.
- ÉTIENNE, R. (ed.) (1984). *Épigraphie hispanique : problèmes de méthode et d’édition. Actes de la Table ronde internationale du C.N.R.S. organisée à l’Université de Bordeaux III, les 8, 9, 10 décembre 1981*. Paris : De Boccard.
- (1995). ‘À propos du territoire d’*Emerita Augusta* (Mérida)’, in M. CLAVEL-LÉVÊQUE & R. PLANA MALLART (eds.), *Cité et territoire* (1^{er} colloque européen, Béziers, 1994) (Annales littéraires de l’Université de Besançon 565). Paris : Les Belles Lettres, 27–32.
- ÉTIENNE, R., FABRE, G., LE ROUX, P., TRANOY, A. (1976). ‘Les dimensions sociales de la romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l’Empire’, in PIPPIDI (ed.) 1976, 95–107.
- FABIÁN, J. F., GIMENO PASCUAL, H., HERNANDO SOBRINO, M. DEL R., PIRES, H. (2021). ‘The “Toros de Guisando” in the Digital Age’, in I. VELÁZQUEZ SORIANO & D. ESPINOSA ESPINOSA (eds.), *Epigraphy in the Digital Age: Opportunities and Challenges in the Recording, Analysis and Dissemination of Epigraphic Texts*. Oxford: Archaeopress, 91–104.
- FORNI, G. (1976). ‘La tribu *Papiria* di *Augusta Emerita*’, in A. BLANCO FREIJEIRO (ed.), *Augusta Emerita: Actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida, 1975*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 33–42.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1971). ‘Novedades epigráficas. Inscripciones romanas de Córdoba, Navarra, Extremadura, Portugal, Cádiz, Ciudad Real, Málaga y Murcia’, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 168, 179–205.
- GASPAR C. (2024). ‘*Fecit curavit*: A Micro-Contextual Approach to Epigraphic Formulae and Textual Variation in Latin Inscriptions’, in L. Pultrová & M. Vaníková (eds.), *Exploring Latin: Structures, Functions, Meaning: Volume I: Word. Volume II: Clause and Discourse*. Berlin & Boston: W. De Gruyter, 775–787.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2018). ‘*Adlecti inter ciues* en las colonias y municipios de Hispania’, *Revista Portuguesa de Arqueología*, 21, 141–155.
- (2021). ‘Mujeres agregadas en el Occidente romano a comunidades cívicas a las que no pertenecían por *origo natural*’, in P. PAVÓN (ed.), *Conditio feminae. Imágenes de la realidad*

- femenina en el mundo romano*. Roma: Quasar, 553–573.
- GORGES, J.-G. & RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2011). ‘Le territoire antique de Mérida : un état de la question du *territorium emeritense*’, in J. M. ÁLVAREZ MARTÍNEZ & P. MATEOS CRUZ (eds.), 1910–2010. *El yacimiento emeritense. Actas del congreso internacional*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida / Museo Nacional de Arte Romano / Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, 267–290.
- GORROCHATEGUI, J. & NAVARRO CABALLERO, M. (2024). ‘Los habitantes de *Turgalium* y de la *praefectura Turgaliensis regionis*’, in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 273–319.
- GUERRA, A. (2004). ‘Uma perspectiva sobre a epigrafia funerária latina da região de Torres Vedras’, *Turres Veteras*, 6, 57–72.
- (2012–2013 [2018]). ‘O projecto de investigação em Ammaia e os seus mais recentes contributos epigráficos’, *Anas*, 25–26, 223–245.
- (2021). ‘Ammaia’, in T. NOGALES BASARRATE (ed.), *Ciudades romanas de Hispania. Cities of Roman Hispania*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 177–186.
- (2024). ‘Considerações em torno da onomástica de três cidades entre Tejo e Algarve: *Ammaia*, *Ebora* e *Pax Iulia*’, in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 321–394.
- HERNÁNDEZ GUERRA, L. (2007). ‘*Veterani et milites alieni* in Hispania’, *Aquila Legionis*, 9, 37–76.
- HIDALGO MARTÍN, L. Á. & FEIJOO MARTÍNEZ, S. (2023). ‘*L. Aelius Caesar* y *Helena Augusta* honrados en un mismo monumento de *Emerita* (Mérida). Nueva edición de *HEp* 19, 2010, 38’, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 227, 286–292.
- LARGUEIRAS, L. M. C. (2018). *Elementos da presença romana no actual concelho de Elvas: contributos para o retrato de uma sociedade*, M.A. thesis, Universidade de Évora.
- LE ROUX, P. (1982). *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’Auguste à l’invasion de 409*. Paris: De Boccard.
- (1999). ‘Le territoire de la colonie auguste de Mérida. Réflexions pour un bilan’, in J.-G. GORGES & F. G. RODRÍGUEZ MARTÍN (eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine* (Collection de la Casa de Velázquez 65). Madrid: Casa de Velázquez, 263–276.
- MACIEL, M. J. PINHEIRO, MACIEL, T. D. PINHEIRO, ENCARNACÃO, J. DE (1994). ‘Ara a Belona, de Santa Eulália (Elvas) (*Conventus Emeritensis*)’, *Ficheiro Epigráfico*, 46, nº 207.
- MAIER ALLENDE, J. & MANSO PORTO, C. (eds.) (2015). VELÁZQUEZ, LUIS JOSÉ, EL MARQUÉS DE VALDEFLORES, *Viaje de las Antigüedades de España (1752–1765)* (Antiquaria Hispánica 25). Madrid: Real Academia de la Historia.
- MANTAS, V. GIL (1982). ‘Inscrições romanas do museu municipal de Torres Vedras’, *Conimbriga*, 21, 5–92.
- (1985). ‘Três inscrições romanas do concelho de Torres Vedras’, *Conimbriga*, 24, 125–149.
- (2012). *As vias romanas da Lusitânia* (Studia Lusitana 7). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- NAVARRO CABALLERO, M. (2000). ‘Notas sobre algunos gentilicios romanos de Lusitania: una propuesta metodológica acerca de la emigración itálica’, in J.-G. GORGES & T. NOGALES BASARRATE (eds.), *Sociedad y cultura en la Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura, 281–298.
- (2006). ‘L’émigration italique dans la Lusitanie côtière : une approche onomastique’, in A. CABALLOS RUFINO & S. DEMOUGIN (eds.), *Migrare : la formation des élites dans l’Hispanie romaine* (Ausonius Études 11). Bordeaux: Ausonius Éditions, 69–100.
- (2021). ‘Los gentilicios patronímicos en Lusitania: algunos ejemplos significativos’,

- in E. FERRER ALBELDA, M. ORIA SEGURA, E. GARCÍA VARGAS, F. J. GARCÍA FERNÁNDEZ, R. PLIEGO VÁZQUEZ (eds.), *Arqueología y Numismática. Estudios en homenaje a la profesora Francisca Chaves Tristán*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 679–690.
- (2024). ‘La historia de la *colonia Norba Caesarina* a partir de la onomástica de sus habitantes’, in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 225–272.
- NAVARRO CABALLERO, M. & EDMONDSON, J. (2024). ‘Conclusiones. Onomástica, sociedad e identidad cultural en Lusitania romana: avances y retos’, in EDMONDSON & NAVARRO CABALLERO (eds.) 2024, 865–918.
- PIPPIDI, D. M. (ed.) (1976). *Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien. Travaux du 6e Congrès International d’Études Classiques. Madrid, septembre 1974* (Congrès International des Études Classiques 6). Paris : Les Belles Lettres.
- RAMÍREZ SÁDABA, J. L. (1993). ‘Las inscripciones de la mininecrópolis de “El Rincón de Gila” (Badajoz)’, in I.-J. ADIEGO LAJARA, J. SILES, J. VELAZA (eds.), *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata* (Aurea saecula 10). Barcelona: Universitat de Barcelona, 251–266.
- (1994). ‘La demografía del territorium emeritense (excepto el casco urbano) según la documentación epigráfica’, in J.-G. GORGES & M. SALINAS DE FRÍAS (eds.), *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats (Table ronde internationale, Salamanque, 29 et 30 janvier 1993)*. Madrid: Casa de Velázquez & Salamanca: Universidad de Salamanca, 131–147.
- (2013). *Badajoz antes de la ciudad. El territorio y su población durante la Edad Antigua*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- (2019). *Catálogo de inscripciones votivas de Augusta Emerita* (Cuadernos Emeritenses 45). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- RESENDE, A. DE (1593). *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: Martinus Brugensis.
- RIBEIRO, J. CARDIM (ed.) (2002). *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ROLO, A. M. DA SILVA (2017). ‘O contributo dos trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus para o conhecimento do mundo funerário romano no termo sul do Alto Alentejo (Portugal) e o arqueossítio da Chaminé como caso de estudo’, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 25, 57–89.
- (2018). *O mundo funerário romano no Noroeste Alentejano (Portugal): o contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus*, Ph.D. thesis, Universidade de Lisboa.
- (2022). ‘Funerary practices and material culture: a “portrait from life” in the fields of Lusitania’, in T. D. STEK & A. CARNEIRO (eds.), *The Archaeology of Roman Portugal in its Western Mediterranean Context*. Oxford & Philadelphia: Oxbow, 314–339.
- SALAS MARTÍN, J. & HABA QUIRÓS, S. (1987). ‘Nuevas aportaciones a la epigrafía romana de Extremadura. 2. Inscripciones inéditas de la *Colonia Metellinensis* (actual Medellín, Badajoz)’, *Veleia*, 4, 134–144.
- SÁNCHEZ ABAL, J. L. & REDONDO RODRÍGUEZ, J. A. (1985). ‘La tribu *Papiria*. Testimonio de la *colonia Emerita Augusta* en la Alta Extremadura’, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 3, 61–68.
- STYLOW, A. U. (1984). ‘CIL II Supplementum 2. Proyecto y estado actual’, in ÉTIENNE (ed.) 1984, 365–368.
- (1995a). ‘Von Emil Hübner zur Neuauflage von CIL II. Anhang: Zur einer neuen Pales-Inschrift aus Mirobriga’, *Madriider Mitteilungen*, 36, 17–29.
- (1995b). ‘Apuntes sobre las tribus romanas en Hispania’, *Veleia*, 12, 105–124.
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005). *Antroponimia indígena de la Lusitania romana* (Veleia Anejos,

- Serie minor 23). Vitoria-Gasteiz: Universidad de País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.
- WEISGERBER, J. L. (1968). *Die Namen der Ubier*. Köln: Westdeutscher Verlag.
- WIEGELS, R. (1976). 'Zum Territorium der augusteischen Kolonie Emerita', *Madriдер Mitteilungen*, 17, 258–284.
- (1985). *Die Tribusinschriften des römischen Hispanien. Ein Katalog* (Madriдер Forschungen 13). Berlin: W. de Gruyter.

Dedicationes Femeninas al *Genius* en la Península Ibérica. Algunos Ejemplos

Recibido: 9 de Setembro de 2024 / Aprobado: 14 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_10

Pilar Fernández Uriel¹

UNED | Universidad Nacional de Educación a Distancia

Mireia Trepāt Cívís²

UNED | Universidad Nacional de Educación a Distancia

RESUMEN

Estudio del concepto, función y trascendencia de las figuras de *Genius* y *Iuno* en la religiosidad romana a través de los testimonios históricos, con especial atención a determinadas inscripciones relativas a dedicantes femeninas halladas en la Península Ibérica.

PALABRAS CLAVE

Genius, *Iuno*, *dedicatio*, votiva, mujer.

ABSTRACT

Study of the concept, function and significance of the *Genius* and the *Iuno* in roman religiosity through historical testimonies, with special attention to some inscriptions relating to female dedicators that have been found in the Iberian Peninsula.

KEYWORDS

Genius, *Iuno*, *dedicatio*, votive, woman.

1 ORCID iD: 0000-0002-4019-4538 ; pfuriel@geo.uned.es ; Profesora emérita y colaboradora honorífica. Departamento de Historia Antigua. UNED.

2 ORCID iD: 0009-0003-1929-2517 ; mtrepat2@alumno.uned.es ; Doctoranda UNED. Este trabajo se inserta en la labor llevada a cabo como investigadora en formación en la Escuela Internacional de Doctorado de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), matriculada en el Programa de doctorado en Historia, Historia del Arte y Territorio, Equipo 1 Ciencias de la Antigüedad.

1. Introducción al Concepto de *GENIUS*

El *Genius* en el mundo romano era una divinidad que se asociaba a la protección de personas, de asociaciones de individuos y de espacios geográficos, pero aun siendo ese su cometido principal, no era el único, puesto que junto a la función protectora se añadía la del acompañamiento del custodiado. Todo ello podía dirigirse tanto a personas físicas individuales, dado que cada uno tenía su propio *Genius* que le acompañaba desde el nacimiento hasta su muerte; a asociaciones de individuos, como los *collegia*, el ejército, o el *Genius Populi Romani*, como protector del pueblo de Roma; a espacios geográficos, que, por su belleza, dificultad de acceso, o por hechos mitológicos o históricos acaecidos allí, destacaran sobre el resto (Cesano, 1922: 462); y a entidades administrativas territoriales como los municipios, *oppida*, e incluso, a entidades menores, como *pagi* o *castella*. Con independencia de cuál fuera su origen, cualquier sujeto o entidad creada por la naturaleza o por el ser humano, poseía una existencia física, palpable y conocida, junto a una presencia espiritual nacida junto a él (Bodel, 2006: 211). Es decir, un *Genius* que le acompañaría y protegería a lo largo de su existencia.

Censorino, gramático romano del siglo III, escribió en el año 238 su obra *De die natali* que dedicó a su amigo y patrono Quinto Cerelio como obsequio por su cuadragésimo noveno aniversario. En su introducción describe qué atribuciones tiene el *Genius*, así como los motivos por los cuales se le debe rendir culto el día en el que se cumplen años (*Censorinus, DN.*, Intr. III). Según este autor todos vivimos bajo la tutela de la divinidad desde que nacemos³ y nos acompaña y protege de forma ininterrumpida a lo largo de nuestra vida, afirmando que es un continuo observador de nuestros actos desde el momento en el que nos acoge en el útero materno y hasta el último de nuestros días (*Censorinus, DN.*, Instr. III)⁴.

Por otro lado, Agustín de Hipona en *De civitate Dei* señala que Varrón en sus *Antiquitates rerum divinarum*, dedicadas a César y publicadas en el 47 a.e.c., incluía al *Genius* entre los dioses selectos del panteón romano, junto a Jano, Júpiter, Saturno, Mercurio, Apolo, Marte, Vulcano, Neptuno, Sol, Orco, *Liber-pater*, Ceres, Juno, Luna, Diana, Minerva, Venus y Vesta (Augustin de Hipona, *De civ. D.*, 7. 2). Algo que en el mismo siglo I a.e.c. habían mantenido Ovidio y Virgilio, quienes respectivamente informaron del momento en el que Eneas rendía culto al espíritu acompañante de su padre Anquises⁵, así como al genio del lugar tras su llegada al Lacio⁶.

3 *Genius est deus, cuius in tutela, ut quisque natus est vivi, (Censorinus, DN., Instr. III).*

4 *Genius autem ita nobis assiduus observator appositus est, ut ne puncto quidem temporis longius abscedat, sed ab utero matris exceptos, ad extremum vitae diem comitetur.* En el mismo sentido, Amiano Marcelino, (*Amm. Marc.*, 21. 14. 3) y (*Amm. Marc.*, 21. 14. 4-5).

5 *Hunc morem Aeneas, pietatis idoneus auctor, (...) ille patris Genio sollemnia dona ferebat: hinc populi ritus edidicere pios* «Eneas, promotor idóneo de la piedad (...) llevaba regalos rituales al Genio de su padre; de él los pueblos aprendieron los ritos piadosos» (Ovidio., *Fast.*, 2. 543-546).

6 *Sic deinde effatus frondenti tempora ramo implicat et geniumque loci primamque deorum Tellurem Nymphasque et adhuc ignota precatur flumina, tum Noctem Noctisque orientia signa* «Habla así y en seguida ciñe sus sienes de frondoso ramo y dirige sus preces al genio del lugar y a la Tierra, la primera de todas las deidades, y a las ninfas y ríos todavía por él desconocidos» (Virgilio., *Aen.*, 7. 135-138).

Por tanto, del estudio de las fuentes históricas podemos concluir que nuestra divinidad gozaba de relevancia dentro del panteón romano y que era uno de los dioses más antiguos de Roma junto con Lares, Penates y Manes (Roca Barea, 1994: 308). Podría decirse de él que era un ser ancestral que formaba parte de la religión romana desde tiempos remotos, al menos en el ámbito familiar y que carecía de mitología específica al tratarse del espíritu que acompañaba a toda realidad desde su aparición hasta su fin (Freán Campo, 2018: 410; Dumézil, 1966: 325-316).

A los dos cometidos mencionados de protector y de acompañante, se le sumaba una tercera labor consistente en actuar como mediador entre los hombres y los dioses, ocupando una posición intermedia entre ambos (Sutherland, 1963: 15). Agustín de Hipona informa también de esta atribución y lo describe como un ser situado entre el cielo y la tierra, según la opinión que tenía Apuleyo al respecto⁷ y equipara al dios romano con el *Daemon* griego, identificación que asimismo apunta el propio Apuleyo en su *De Deo Socratis* al interpretar que al *Daemon* se le puede llamar *Genius* (Apuleyo, *De deo soc.*, 147-153).

Hasta el momento hemos hablado del *Genius* como protector, acompañante y mediador de personas, asociaciones de individuos y de espacios geográficos, pero debemos mencionar que ese espíritu divino tenía un paralelo femenino llamado *Iuno*, sobre el que trataremos de forma más extensa en el siguiente apartado. Por ello, en este momento nos limitaremos a avanzar que sus características y funciones son muy parecidas

a las del *Genius*, pero en este caso su protección se dirige en exclusiva a la mujer, a quien cuida y guía a lo largo de su vida (Plinio, *Nat. Hist.*, 2, 14 ss. y Seneca, *Epist.*, 19. 110. 1). Todo parece indicar que la aparición de *Iuno*, entendida como ser protector del espacio femenino, podría ser posterior a la de su homólogo masculino, pues su presencia en las fuentes empieza en el siglo I a.e.c. con Tibulo (*Tib.*, 3. 45-50 y 4. 13. 15). Sin embargo, ello no implica necesariamente que la mujer no tuviera hasta ese momento un *numen* protector que la cuidara tal como lo hacía su equivalente masculino con el hombre. Esa falta de información podría deberse a una omisión por parte de los autores, todos ellos hombres, que quizá se centraron en el papel hegemónico del *paterfamilias* y de su protector, olvidando a la acompañante de la mujer, quien quedaba relegada a un papel más discreto en todas las esferas.

En cuanto a la religión en el mundo romano, definida por el profesor Encarnaçao como un conjunto de creencias organizado por una doctrina más o menos estructurada (Encarnaçao, 1994: 551), ésta se encontraba presente en todos los aspectos de la vida de sus ciudadanos, tanto públicos como privados, y estaba ampliamente extendida entre la sociedad⁸. Polibio señalaba al respecto que las convicciones religiosas del pueblo romano constituían un elemento característico del mismo, ligado tanto a la vida privada de sus ciudadanos, como a los asuntos públicos de la ciudad (Polibio, *Hist.*, 6, 6-8).

Desde un principio, la actitud religiosa se basaba en el reconocimiento del poder de los

7 *Frustra igitur eis Apuleius, et quicumque ita sentiunt, hunc detulit honorem, sic eos in aere medios, inter aetherium caelum terramque constituens, ut, "quoniam nullus deus miscetur homini", quod Platonem dixisse perhibent, isti ad deos perferant preces hominum, et inde ad homines impetrata quae poscunt* «En vano Apuleyo y todos los de su opinión han concedido este honor a los daemones. De tal modo los ha situado intermedios entre el cielo y la tierra, que "como ningún dios se mezcla con el hombre", según dicen afirmó Platón, sean los daemones los que lleven las súplicas de los hombres a los dioses y traigan de allí a los hombres lo que han pedido» (Agustín de Hipona, *De civ. D.*, 8. 16).

8 La religión en la antigua Roma impregnaba al conjunto de la sociedad tanto en el ámbito público como en el privado y se rogaba a los dioses para que todo siguiera en orden y fluyera correctamente. Sobre los aspectos generales de la religión romana pueden consultarse, entre otros, los trabajos de (Toutain, 1907; Bayet, 1969; Dumézil, 1966; Georges, 1977).

dioses y de la *pietas*, es decir, del vínculo que los relacionaba con los hombres y éstos debían reconocer su voluntad al tiempo que procuraban que les fueran favorables mediante la práctica de sacrificios y plegarias (Novillo López, 2020: 267). Junto a estos actos y con la misma finalidad de complacer a los dioses, los romanos presentaron exvotos y ofrendas a las divinidades (Andreu Pintado, 2009: 465) actividad que pusieron de manifiesto mediante la elaboración y encargo de inscripciones votivas entre las que no podían faltar las consagradas al *Genius* y en concreto a aquél que se ocupaba de la protección de un municipio o entidad territorial como las que son objeto de análisis en este trabajo.

Gracias a las inscripciones donadas por mujeres podemos conocer en gran parte el modo de vida femenino en la Antigua Roma, pues nos encontramos ante la imagen que sus protagonistas pretendieron transmitir o la que nos dejaron sobre ellas otros miembros de sus respectivas familias. Esta idea no siempre coincide con la que plasman las fuentes literarias, pues a través de las inscripciones epigráficas percibimos a una mujer más activa y menos sometida a la *potestas* masculina (Melchor Gil, 2009: 135). Tal vez pueda ser consecuencia de lo anteriormente expuesto: las fuentes literarias que nos han llegado fueron elaboradas por varones, mientras que las inscripciones donadas por mujeres fueron ordenadas por ellas mismas y son un testimonio de primera mano de lo que estas féminas o sus allegados desearon mostrar.

Las siete inscripciones que analizaremos en el correspondiente apartado son votivas, pues todas ellas están dedicadas a una divinidad, en concreto al *Genius Loci*. Dos cuentan con la fórmula *votum solvit libens merito* y una de ellas únicamente *votum solvit libens*. Ponen de manifiesto, por tanto, que la dedicante cumplió voluntariamente su voto por

merecerlo la divinidad o simplemente, cumplió su voto de forma voluntaria. Otros dos epígrafes contienen la palabra *testamento* señalando, por tanto, que se trata de una disposición testamentaria por la cual se lleva a cabo un *votum* o promesa que no se pudo cumplir y que ahora se efectúa por sus herederos en nombre propio y de un fallecido o fallecida (Andreu Pintado, 2009: 478). Otra pareja de inscripciones se refiere a sendos actos evergéticos en los que dos mujeres donaron una exedra y una palma de plata al *Genius* de sus respectivos municipios. La última de las inscripciones que analizaremos se limita a incorporar el nombre de la divinidad receptora, la mujer donante, su filiación y la familia a la que pertenecía.

2. IUNO ET GENIUS

Iuno Feminae, podría definirse como un espíritu protector personal, homólogo femenino al genio masculino y, como tal, era un ente divino cuya protección se iniciaba en el nacimiento de la mujer y finalizaba en su muerte. Así como *Genius* protegía a cada hombre, la mujer se encontraría bajo la tutela de su propio Iuno, al que juraba e invocaba como el hombre a su *Genius*. (Tibulo, *Eleg.* 4, 6, 1 y 47-48; Varrón. *Lingua Latina* V 69; *Paulus ex Festo* p. 403 L 2nd.)⁹.

Este numen femenino se considera semejante al masculino y, según comenta R. Rescigno: «...en un momento posterior, al Genio masculino se le unió como su equivalente femenino, y juntos llegaron a simbolizar la pareja o, más generalmente, el principio de fertilidad al que está ligada la perpetuación de las generaciones» (Rescigno, 2000: 20)¹⁰.

Probablemente su origen y personalidad se debería a varias motivaciones e influencias: sin

9 Según G. Wissowa y K. Latte, *Genius* (de la raíz *gen-*, de *gigno*, arcaico también *geno*) designaría la potencia generativa viril específica. Tal interpretación ha sido revisada por Walter F. Otto. *Pauly Real Encyclopaedie d. Altertumswissenschaften* VII 1912 col. 1157-8 :1159-1160.

10 También analizado por Latte: 1960:178; *Roscher Lexicon* s. v. *Iunones*.

duda, las tres más determinantes serían el propio *Genius* masculino, el *Daimon* de la mujer griega y, muy posiblemente, el antiguo culto a la divinidad femenina de fertilidad y fecundidad.

No son muchos los testimonios históricos, fundamentalmente epigráficos y literarios, que permiten conocer esta figura, pero sí muy significativos, ya que aportan información sobre sus caracteres, función e, incluso, las causas de su posible aparición en la religiosidad y la vida romana. Las fuentes epigráficas que mencionan a *Iuno* suelen tratarse de *dedicationes honorificae* que, aunque no son muy explícitas, proporcionan datos sobre la identidad del dedicado y sobre sus dedicantes, incluso, en ocasiones el motivo de la leyenda¹¹.

Un notable ejemplo es la inscripción funeraria de una lápida de la necrópolis de Porta di Ercolano de Pompeya, tallada en forma de busto humano, con cabello trenzado que cae sobre los hombros con la inscripción mencionando a *Iuno*: «A la *Iuno* de *Tyche*, esclavo de *Iulia Augusta*, [...] del culto a *Venus*». (Charles-Laforge, 2009:134).

Las fuentes literarias comentan e informan sobre la introducción de *Iuno* en la sociedad, su utilización, incluso su difusión. Esta información plantea diversas cuestiones difíciles de esclarecer, ya analizadas desde principios del siglo pasado: ¿Cuándo surge y por qué? ¿Es una derivación de *Genius* o de una diosa? ¿Por qué la nominación *Iuno*? ¿Cuáles son sus atribuciones y vinculación con el *Genius* masculino?¹²

Origen Y Pervivencia

La documentación histórica pertinente a la vinculación de las mujeres con su personal *Iuno*

permite afirmar que surgió en una fecha bastante más tardía que su paralelo masculino *Genius*.

Así como este último ya aparece en las comedias de Plauto, *Iuno* no es mencionado en las obras literarias anteriores al primer cuarto del siglo I a.e.c. ni en las inscripciones anteriores al año 58 a.e.c.¹³.

Cayo Terencio Varrón [216-207 a.e.c.] proporciona la definición y concepto de la divinidad personal de cada uno con una total ausencia del respectivo femenino: *Genium esse uniuscuiusque animum rationalem et ideo esse singulos singulorum, talem autem mundi animum deum esse* (Varron, *Antiquitas* fr. 237).

En la literatura latina son escasas las alusiones que mencionan a *Iuno feminae*. Hay que esperar a los inicios del Alto Imperio para encontrar algunas referencias al mismo, ya diferenciado del genio masculino. Tibulo durante el principado de Augusto, entre los años 4 al 14 a.e.c. cita por primera vez el *Iuno Natalis* como *Genius* femenino (Tibulo, *Eleg.* 3. 12. 1).

Además, aporta determinados testimonios al respecto: las mujeres juraban por su *Iuno* como los hombres por su *Genius*: «Esto te lo juro por el santo poder de tu *Iuno*» (Tibulo, *Eleg.* IV, 13-15); *Natalis Iuno sanctos cape turris acervos* (Tibulo, *Eleg.* IV, 6, 1). e indica que el *Iuno* de la mujer podía ser invocado por su amante (Tibulo, *Eleg.* III, 19, 15). e, incluso, por sus servidores (Tibulo, *Eleg.* IV, 13, 15).

Significativamente, Tibulo vincula a *Iuno* con *Venus* «*etsi perque suos fallax iuravit ocellos Iunonem suam perque suam Venerem*» (No os engañe una sórdida lengua con melífero juramento y, aunque haya jurado mentirosa por sus ojos y por *Iuno* y por *Venus*) (Tibulo, *Eleg.*, III,

11 Al respecto es notable la información de J. Rives en su análisis de cincuenta y tres inscripciones con la invocación a *Iuno*: Rives, 1992:33-49. Destacamos aquí las tres dedicatorias al *Iuno* de la esposa de Septimio Severo, Julia Domna, proporcionando un paralelo con el genio en el culto imperial.

12 Analizado por Otto, 1910, Wissowa, 1912, W. Hastings, 1913: 797; Warde Fowler, 1918: 135-136; Latte: 1960:105; también: Dumézil 1977: 261-270; Schilling, 1978, Rives, 1992; más recientemente: Rescigno, 2000; Charles-Laforge, 2024.

13 CIL IX 3513: *Genio Iovis Liberi*; Roca Varea 1994: 309.

47-48) (Charles-Laforg, 2024: 27; Rives, 1992: 37-38).

Mas adelante, durante el principado del Julio-Claudio Nerón, Séneca, en su Epístola XIX, 110, 1, fechada entre los 62 y 65, vuelve a aludir a *Iuno* como espíritu protector de la mujer, expresando claramente la existencia de los dos *numina*: *Genius* y *Iuno* y, aunque diferenciadas con su propia identificación, alega su igualdad y dignidad e invita a Lucilio a recordar cómo sus antepasados atribuyeron a cada cual el suyo afirmando:

«El genio coincide con el alma racional de cada uno y cada uno por tanto tiene la suya, y tal alma, que es un dios, también es propia del mundo» ... «nuestros padres [...] de hecho atribuían a cada ser humano un Genio y una Iuno». *maiores [...] singulis enim et Genium et Iunonem dederunt* ([Séneca, *Epist.*, 110, 1, 31; d32).

Otras menciones aparecen en el Satiricón: «*Iunonem meam iratam habeam*» (*invocatio* de Quartilla; *Sayrt.*, 25).

Siguiendo la línea de Séneca, Plinio manifiesta ciertas dudas sobre estas divinidades personales y comenta sobre *Iuno feminae*: «*maior caelitum populus etiam*» (Plinio, *Nat. Hist.* II 5); y añade que cada cual, por su parte, hace suyos otros tantos dioses al adoptar sus Junos y sus genios: «*quam ob rem maior caelitum populus etiam quam hominum intellegi potest, cum singuli quoque ex semet ipsis totidem deos faciant Iunones Geniosque adoptando sibi*». (Plinio, *Nat.Hist.*, II,5- 16).

Juvenal en sus sátiras expone la degradación de las costumbres romanas y la decadencia de las tradiciones. Concretamente en su sátira II denuncia el juramento de fidelidad de un sirviente a su señor, no sobre el *Genius* del amo, sino sobre *Iuno*: «*Attollens oculos; uitreo bibit ille priapo reticulumque comis auratum ingentibus implet caerulea indutus scutulata aut galbina rasa et per Iunonem dominio iurante minister;*

ille tenet speculum, pathici gestamen Othonis». (Juvenal, *Sat.* II, 98).

Término ¿Porqué IUNO?

Esta elección y utilización de la expresión *Iuno* para referirse al ser protector de cada mujer en Roma como versión femenina de *Genius* es una cuestión que han tratado varios autores (Rives,1992: 33-49, notas 39-40; Charles-Laforg, 2024: 25-54).

Aunque, sin duda, la mujer romana invocaba como protectoras a divinidades asociadas al entorno femenino como Venus o Fortuna, tal vez, la diosa Juno adquiriera una mayor notoriedad desde su origen, considerada como la valedora de la mujer, tanto el contexto femenino social como religioso, lo que favorecerían esta elección¹⁴.

Dos posibles motivaciones:

*Juno aparece bajo múltiples y diversas atribuciones y advocaciones e, incluso, su culto sufrió una profunda evolución en la religiosidad romana como diosa del entorno femenino.

Era la protectora de la mujer en todas sus situaciones: como garante del matrimonio y velaba por la santidad del vínculo conyugal. De ahí el papel que se atribuyó a Juno Pronuba, que presidía todas las ceremonias de los esponsales, lo que la igualaba a la diosa Hera griega. Además, y especialmente, su culto, se asoció a la procreación, en lo que destacó Juno Lucina vinculada con el momento del parto y con los ritos concernientes al nacimiento. Esta vinculación con el parto, elemento esencial de la función maternal, propició su permanente popularidad entre la población femenina romana. (Sobre las alusiones a Juno Lucina: (Ovidio, *Fast.* 2, 436-453; Varron, *Ling. Lat.* VII, 27).

Su trascendencia no sólo es de carácter religioso sino también social, como queda demostrada en la fiesta de *Matronalia* y en los diversos epítetos y las atribuciones que acompañan su

¹⁴ Kajanto, 1981: 502-58; Grimal, 1957: 258-262; Lloyd-Morgan, 1986: 179-188.

teónimo, se deduciría precisamente que su culto fue evolucionando con cambios notables, de tal modo que podría derivar en un espíritu protector de las mujeres, pasando, tal vez, por un proceso de abstracción a Juno como su personal e individual espíritu protector¹⁵.

*Juno, como diosa vinculada al matrimonio, tuvo una mayor identificación y protagonismo en la vida de la mujer romana. Tal vez como *mater-familias*, se identificaría mejor con Juno en la búsqueda de una versión femenina de *Genius*. Es posible que la necesidad sentida por las mujeres de identificarse con su propio *Iuno*, también podía deberse a que *Genius* estaba demasiado identificado con el hombre y consideraban más apropiado elegir otro numen con una denominación más acorde a la mujer (Rives, 1992: 44-46).

Además, *Iuno* pudo aparecer por otras causas. Aunque, posiblemente se trataba de una evolución de *Genius*, su surgimiento se debería, además, a las importantes transformaciones sociales y económicas que afectarían sin duda a la mujer romana, permitiendo una mayor libertad y, en ocasiones, convirtiéndose en *Domina* de esclavos y *Patrona* de libertos que se manifestaría en las alusiones a su *Iuno* femenino, como muestran las inscripciones dedicadas por estos últimos¹⁶.

Binomio *GENIUS /IUNO*

Se ha sugerido que en la Domus romana se honraría a *Genius* y *Iuno* como los dos protectores del matrimonio. No obstante, el binomio *Genius /Iuno* nunca fue concebido como pareja y, en principio, no presentan conceptos ni valores de unidad ni de equivalencia similar. Tal

vez porque, por su designación, ambos fueron interpretados como espíritus específicos que encarnaban arquetipos diferentes. *Genius* estaba destinado a lo específicamente masculino, lo que conlleva la capacidad de engendrar, opuesto a la naturaleza femenina y del parto que protegía y amparaba *Iuno*. (Charles-Laforge, 2024: 28).

Sin embargo, es cierto que, mientras el término *Iuno* sólo se aplicaría a las mujeres, la noción y concepto de *Genius* podría ser ambivalente, es decir, dicho término se utilizó para denominar tanto al espíritu protector del varón como al de la mujer. Así en determinadas inscripciones funerarias femeninas se evoca a *Genius* y no a *Iuno*.

R. Rescigno encuentra muy evidente la complejidad e identidad entre el numen masculino y el femenino, ya que el segundo, simplemente, se considera posterior comparado con el primero, aunque no se hace referencia a una cronología concreta: «más tarde, al Genio masculino se le unió su equivalente femenino, *Iuno* y juntos, llegaron a simbolizar la pareja o, más generalmente, el principio de fertilidad a la que está ligada la perpetuación de generaciones» (Rescigno, 2000: 20).

Es posible que llegara a existir una cierta concordanza o reciprocidad en los valores, caracteres e, incluso, funciones entre *Genius* y *Iuno*. Esta vinculación ya ha sido sugerida por estudiosos de la figura de *Iuno feminae*. (Dumézil 1977: 261-270).

Censorino en su obra *De die natale* (18.12 y 21.6), escrita en el año 268 menciona dos Genios para las parejas casadas, *Genius* y *Iuno*: «*Nonnulli binos genios in his dumtaxat domibus, quae essent maritae, auctores putaverunt*». (Censorino, *De die nat.* 3, 3). Por tanto, la noción, funciones y, tal

15 Sobre Juno: Cid López, 2007: 357-372; Scheid, 1991:421-462; Scheid, 2003: 138; Gagé, 1963: 68.

16 El gran aumento de la esclavitud en el mundo romano a finales del siglo I a.c.e. (como han analizado Karl Julius Beloch y, más recientemente, Keith Hopkins consideran que los esclavos representaban un tercio de la población de la península itálica, lo que daría lugar a modificaciones demográficas, económicas y sociales, especialmente en la relación entre amo y esclavo y como consecuencia, de patrón y liberto, revelado, entre otras manifestaciones, en su vinculación con las divinidades que exigían determinadas obligaciones a cambio de ciertos beneficios. En este contexto, la figura del *Genius* era fundamental en este tipo de vinculación amo-esclavo y sobre todo patrón-cliente, en relación con la mujer como ama y patrona (Beloch, 2018; Hopkins 2023: 217; Rives, 1992: 33-49).

vez, personalidad de *Genius* podría interpretarse como ambivalente.

Una última alusión a la vinculación entre *Genius* y *Iuno* se encuentra en un texto de la obra de Marciano Mineo Felix Capella, autor del siglo V. (Capítulo I 53) donde describe la figura de *Genius Iunoni Hospitae* llegando a las bodas de la Filología y Mercurio cuyo análisis ha sido muy discutido y calificado de controvertido¹⁷.

La figura de *Iuno* como protectora de la mujer es un claro testimonio de la relevancia adquirida por la mujer, no solo en el ámbito doméstico, debido, sin duda, a la importancia de la maternidad y de la reproducción, sino también por la notabilidad alcanzada como ama y patrona, en determinadas ocasiones, con toda su trascendencia y efectos en la sociedad romana como confirman los significativos testimonios históricos donde *Iuno* es honrada o invocada.

INSCRIPCIONES DEDICADAS POR MUJERES AL <i>GENIUS</i> DE ENTIDADES LOCALES HISPANAS						
Nº	DEDICADO A	POBLACIÓN	DEDICANTE	INSCRIPCIÓN	CRONOLOGÍA	REFERENCIA
1	<i>Genius loci</i>	<i>Taurancea</i>	<i>Camala</i>	<i>Camala Ar/qui f(ilia) Tal/abrigen/sis Genio Thauraucae/ilco v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)</i>		HEp online 6409 = AE 1952, 65
2	<i>Genius municipii</i>	<i>Concordia Iulia Nertobriga</i>	<i>Octavia</i>	<i>Geni[o] muni[c(ipi)] / C(oncordiae) I(uliae) Nertobrigae / palmax argen(i) p(ondo) / Octavia Maxuma / v(otum) s(olvit) l(ibens) [m(erito)]</i>	Primera mitad S. II	HEp online 1023; ERBC 36 = AE 1894, 8 = EE VIII 82 = HEp 7, 1997, 71
3	<i>Genius castelli</i>	<i>castellum Avihobris</i>	<i>Bloena Sabini</i>	<i>Genio / Castell(i) · Bloena / Sabini · v(otum) · l(ibens) · s(olvit)</i>	S. I d.C.	Hep online 13920 = HEp 4, 1994, 345; AE 1992, 998 = CIRG I, 67
4	<i>Genius municipii</i>	<i>Anticaria</i>	<i>Iulia Cornelia Materna</i>	<i>Genio / municipi(i) Antik(ariensis) / Iulia M. F. Cornelia / Materna mater / M(arci) Cor(nelii) Agricolae / testamento poni / iussit</i>		Hep online 2993 = CIL II ² /5, 742 = CIL II 2034
5	<i>Genius municipii</i>	<i>Nescania</i>	<i>Licina Nigella</i>	<i>Genio / municipi(i) Nes/camiensis Licinia Nigella Osquen/sis nomine / suo et nomine Fabi Firma/mi mariti sui / testamento / fieri iussit</i>	S. I-II d.C.	HEp online 3090 = CIL II ² /5, 839 = CIL II 2007
6	<i>Genius municipii</i>	<i>Munigua</i>	<i>Quintia</i>	<i>Genio M]unicipi(i) Flavi [M]uniguen[sis / Quinti]a M(arci) f(ilia) Fl]accina ex argenti p(ondo) [- - - / cum] exe[d]ra et aede de sua p(ecunia) [d(edit) - - - / et] epu[l]o dato dedicavit</i>	S. II d.C.	HEp online 5002 = CIL A II, 1058 = AE 1972, 270 = HEp 7, 1997, 916
7	<i>Genius loci</i>	<i>Lacimurga</i>	<i>Norbana Quintilla</i>	<i>Genio Laci/murgae / Norbana / Q(uinti) f(ilia) Quintilla Nor/bensis</i>		HEp online 1758 = CIL II 5068 = CIL II 5550 = ILER 657 = HEp 18, 2009, 52

Tabla 1. Relación de los siete epígrafes de donantes femeninas localizados en la Península Ibérica con dedicación al *Genius Loci*. Elaboración propia.

¹⁷ Sobre la cuestión: Cristante-Lenaz-Ferraro 2011:198-199.

3. Inscripciones Femeninas con Dedicación al *GENIUS LOCI*

Según indicamos en el apartado primero, hemos localizado siete inscripciones en la Península Ibérica dedicadas por mujeres al *Genius* local. Están recogidas en la Tabla 1, donde se indica el tipo de *Genius* al que se dedica la inscripción, la población, la mujer dedicante, la transcripción del texto, su cronología en el caso de que sea conocida y su referencia bibliográfica.

Los epígrafes primero y segundo contienen la fórmula *votum solvit libens merito*, mientras que el tercero, cuenta únicamente con la frase *votum libens solvit*.

La primera inscripción¹⁸ nos informa de que *Camala*, hija de *Arquo Talabrigensis*, cumplió libre y merecidamente el voto al *Genius* de *Tiaurancea*, localidad de la provincia *Tarraconensis* que aparece en el Itinerario de Antonino como un *oppidum*. Su ubicación actual es imprecisa y a pesar de que no existe unanimidad acerca de su localización exacta, la mayoría de autores la sitúan próxima a la actual ciudad portuguesa de Aveiro (Matos Reis, 1978: 67).

En la inscripción segunda¹⁹ la donante, que también realiza el voto de forma libre y por merecerlo la divinidad, es *Octavia Maxuma*, quien ofrece una palma (*palmam*) de plata al *Genius municipii* de *Nertobriga Concordia Ilulia* (actual Fregenal de la Sierra, Badajoz). Esta

ofrenda puede interpretarse como un ofrecimiento de fidelidad, ya que interpretamos que *palmam* podría tratarse de la representación de una mano derecha extendida puesta sobre el pedestal que contenía la inscripción, símbolo de *fides* desde que Numa Pompilio estableció que la sede de la divinidad *Fides* residía en la mano derecha (Trillmich, 2016-2017: 389)²⁰.

En cuanto a la referencia tercera²¹, *Bloena Sabini*, hizo el voto de forma libre (*votum libens solvit*) al *Genius* del *castellum Aviliobris* (Cores, en Ponteceso, La Coruña).

Los epígrafes cuarto²² y quinto²³ contienen las fórmulas *testamento poni iussit* y *testamento fieri iussit*, respectivamente, lo que implica que se trata de sendas disposiciones testamentarias. En la primera, *Iulia Cornelia Materna*, madre de *Cornelius Agricola*, ordenó poner en su testamento que se dedicara una estatua al *Genius municipii* de *Anticaria* (Antquera, Málaga). Esta mujer pertenecía por matrimonio a la familia *Cornelia*, una de las más destacadas de la élite de *Anticaria* (Rodríguez Cortés, 1991:59). Del texto de la siguiente inscripción, se desprende que *Licinia Nigella*, ordenó en su testamento dedicar una estatua al *Genius municipii* de *Nescania* (Valle de Abdalajís, Málaga) en su nombre y en el de su marido *Fabius Firmanus*. *Licinia Nigella* era probablemente originaria de *Osqua*, localidad cercana a *Anticaria* y a *Nescania*, dado que después de su nombre aparece el gentilicio *Osquensis*, pero probablemente por matrimonio, se habría trasla-

18 *Camala Ar/qui f(ilia) Tal/abrigen/sis Genio T/iaurauceai/co v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)*. AE 1952, 65.

19 *Geni[o] muni[c(ipii)] / C(omcordiae) I(uliae) Nertobrigae / palmam ex argent(i) p(ondo) / Octavia Maxuma / v(otum) s(olvit) l(ibens) [m(erito)]*. AE 1894, 8 = HEp 7, 1997, 71.

20 W. Trillmich enumera varios casos en los que se representa la mano derecha extendida como símbolo de fidelidad tanto en el ámbito religioso como en el militar (Trillmich, 2016-2017: 389-391).

21 *Genio / Castell(i) Bloena / Sabin(i) v(otum) l(ibens) s(olvit)*. AE 1992, 998.

22 *Genio / municipi(i) Antik(ariensis) / Iulia M. F. Cornelia / Materna mater / M(arci) Cor(nelii) Agricolae / testamento poni / iussit*. CIL II²/5, 742.

23 *Genio / municipi(i) Nes/caniensis Licinia Nigella Osquen/sis nomine / suo et nomi/ne Fabi Firma/ni mariti sui / testamento / fieri iussit*. CIL II²/5, 839.

dado a la localidad en la que debería residir con su nueva familia (Rodríguez Cortés, 1991:59).

La inscripción número seis²⁴ es evergética, pues *Quintia M. f. Flaccina* ofrece a la localidad de *Munigua* (Villanueva de Río y Minas, Sevilla)



Lámina I. Altar dedicado al *Genius* de *Lacimurga*.
Fotografía de Mireia Trepát.

una *exedra* y un *aedes de sua pecunia* dedicados al *Genius municipii*. Para celebrar la donación ofreció un *epulum* o banquete público que probablemente tuvo lugar el mismo día en el que se realizaba la donación a la comunidad local y al que debió asistir gran parte de los habitantes de la población receptora. Sabemos que esta mujer llegó a ocupar el cargo de *flamínica* gracias a que su heredero le dedicó una inscripción en el foro de *Munigua* en su *honorem et memoriam*²⁵ (Melchor Gil, 2009: 152-167).

La última de las inscripciones que analizamos²⁶ se limita a incorporar el nombre de la divinidad receptora, el de la mujer donante, su filiación y la familia a la que pertenecía, sin incorporar ninguna fórmula, por lo que la calificaremos simplemente como votiva al estar dedicada a una divinidad, en concreto al *Genius* de *Lacimurga*. Se trata de un altar de granito de 106 cm de alto por 39 de ancho con *focus* en su parte superior (Lámina I)²⁷. En su cuerpo puede leerse la dedicatoria de *Norbana Quintilia*, hija de *Quintus* al *Genius* de su localidad, que podría ser la *Lacimurga Constantia Iulia* que menciona Plinio como población de la *Baetica*, (Plinio, *Nat. Hist.* 3. 3. 14).

4. Conclusiones

Según hemos analizado, tanto la mujer como el hombre tenían su propio *numen* protector que les cuidaba y acompañaba a lo largo de sus vidas, pero tal como se ha apuntado, no sólo las personas sino también cualquier grupo o asociación de individuos que tuviera entidad propia, poseía un *Genius* que

24 *Genio M]unicipi(i) Flavi [M]uniguen[sis / Quint]i[a M. f. Fl]accina ex argenti p[ondo] [- - - / cum] exe[d]ra et aede de sua p[ecunia] [d(edit) - - - / et] epu[l]o dato dedicavit.* CIL A II, 1058.

25 CILA II, 1055.

26 *Genio Laci/murgae / Norbana / Q(uinti) f(ilia) Quint/illa Nor/bensis.* CIL II 5068.

27 El altar se encuentra actualmente en el patio de la casa de Don Luis Arroyo Masa, en la localidad de Navalvillar de Pela (Badajoz). Agradecemos al Sr. Arroyo su colaboración y el habernos facilitado el acceso a su propiedad con la finalidad de fotografiar, medir y fotografiar el altar dedicado al *Genius* de *Lacimurga*.

amparaba al conjunto de sus miembros. Este es el caso de las ciudades o entidades territoriales menores, puesto que cada una de ellas quedaba protegida por su propio *Genius Loci*. Las mujeres hispanas sintieron devoción hacia esa divinidad. Tras el examen de los epígrafes analizados, podemos afirmar que, además, hicieron ofrendas y realizaron actos evergéticos en su honor con la finalidad de complacer al dios local y obtener popularidad entre sus vecinos, tanto para ellas como para los varones de su familia. Incluso algunas se sirvieron del testamento para dedicar estatuas en honor al *Genius* de su localidad, ya fuera aquella en la que habían nacido o la que las había acogido con posterioridad.

Esta actividad femenina confirma que la mujer romana no sólo actuaba dentro del espacio doméstico en el que tradicionalmente se la ha situado, sino también en el ámbito público disponiendo de un patrimonio que gestiona y administra.

Bibliografía

- ANDREU, J. (2009). «Las inscripciones votivas», *Fundamentos de epigrafía latina*, *Liceus, Servicios de Gestión y Comunicación*: 465-498.
- BAYET, J. (1969). *Histoire politique et psychologique de la religion romaine*, Paris, Payot.
- BELOCH, K. J. (2018). *Die bevölkerung der griechisch-römischen welt*, V. 2 Duncker & Humblot, Abteilung (German Edition).
- BODEL, J. (2006). «Genii Loci e i mercatti di Roma», Caldelli, M.L., Gregori, G.L. y Orlandi, S.: *Epigaria, Atti della XIVª Rencontre sur l'epigraphie*, Roma: 209-237.
- CESANO, L. (1922). *Dizionario epigrafico di antichità romane*, Roma, L'Erma di Bretschneider, 3, 1: 449-481.
- CHARLES-LAFORGE, M.O. (2024). «Genius et serpents dans le culte domestique des Romains», *Manes adite paterni! Congreso Internacional "Espíritus familiares en el mundo grecorromano"*. Universidad Sevilla, Collection: Spal Monografías Arqueología LV: 25-54.
- CHARLES-LAFORGE, M.O. (2009). *La religion privée à Pompéi*. Naples. Centre Jean Bérard.
- CID LÓPEZ, R. M. (2007). «Imágenes y prácticas religiosas de la sumisión femenina en la antigua Roma. El culto de «Juno Lucina» y la fiesta de «Matronalia» *Stud. Hist., Hª antig.* 25: 357-372.
- DUMÉZIL, G. (1966). *La religion romaine archaïque*, París.
- DUMÉZIL, G. (1983). «Encore "Genius"», H. Zehnacker et G. Hentz (éds.) *Hommages à Robert Schilling*. Paris: Les Belles Lettres (Collection d'études latines 37): 85-92.
- ENCARNAÇÃO, J.D. (1994). «La contribution de l'épigraphie à l'étude des divinités indigènes dans la Péninsule Ibérique», *L'Afrique, la Gaule, la Religion à l'Époque Romaine*: 551-559.
- FREÁN CAMPO, A. (2018). *Persistencia y evolución de la religiosidad y las mentalida-*

- des del noroeste peninsular desde la Edad del Hierro a la tardoantigüedad* (Tesis doctoral s.p.) Universidad de Santiago de Compostela.
- GAGÉ, J. (1963). *Matronalia. Essai sur les dévotions et les organisations cultuelles des femmes dans l'ancienne Rome*, Rome-Bruxelles.
- GEORGES, D. (1977). *La religione romana arcaica*, Milano, Rizzoli.
- GRIMAL, P. (1957). «Vénus et l'immortalité. À propos de Tibulle I, 3, 57», *Hommages Déonna*, Bruxelles, 258-262.
- GUITTARD, C. (2002). «Sive deus sive dea: ¿les Romains pouvaient-ils ignorer la nature de leurs divinités?», *Revue des Études Latines*, 80: 45-54.
- HOPKINS, K. (2023). *Sociological Studies in Roman History*, Cambridge Classical Studies.
- KELLY, Christ. (2023). *Sociological Studies in Roman History*, Cambridge Classical Studies press.
- KAJANTO, L. (1981). «Fortuna», *ANRW* 11.17.1: 502-58.
- KUNCKEL, H. (1974). *Der römische Genius. Heidelberg: DAI (Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Römische Abteilung, Ergänzungsheft, 20)*.
- LATTE, K. (1960). *Römische Religionsgeschichte*, München.
- LLOYD-MORGAN, G. (1986). «Roman Venus: public worship and private rites». *Pagan Gods and Shrines of the Roman Empire*. Oxford: Oxford Committee for Archaeology Monograph 8: 179-188.
- MATOS, A. (1978). *Ponte de Lima no tempo e no espaço*. Vol. 1.
- MELCHOR, E. (2009). «Mujeres y evergetismo en la Hispania romana», JF Rodríguez Neila (cur.), *Hispania y la epigrafía romana, cuatro perspectivas*, Epigrafía e Antichità, 26: 133-178.
- NOVILLO, M.A. (2020). *La vida cotidiana en Roma*, Madrid, Sílex.
- OTTO, W. F. (1905). «Iuno. Beiträge zum Verständnis der ältesten und wichtigsten Thatsachen ihres Kultes», *Philologus*, 64: 161-223.
- RAMELLI, I. (2013). «A comentary on Martianus Capella», Cristante, L. Lenaz, I. Filip, P. Ferrarino (Eds.) *Martiani capellae: De nuptiis philologiae et mercurii, liber I-ii. Pp. xciv + 408*. Hildesheim: Weidmann.
- RESCIGNO, R. (2000). «I Penates tra Lares, Genius e Iuno» *Università degli Studi di Salerno - Quaderni del Dipartimento di Scienze dell'Antichità* 24 (Studi di Storia e di Geostoria antica): 13-37.
- RIVES, J. (1992). «The Iuno feminae in Roman Society», *Echos du monde classique*, 36: 33-49.
- ROCA BAREA, M.E. (1994). «El Genius latino en las comedias de Plauto», *Fortunatae*: *Revista canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas*, 6: 307-314.
- RODRÍGUEZ CORTÉS, J. (1991). *Sociedad y religión clásica en la Bética romana*. Vol. 74. Universidad de Salamanca.
- SCHEID, J. (1991). «Extranjeras indispensables. Las funciones religiosas de las mujeres en Roma», G. Duby- M. Perrot: *Historia de las Mujeres*, vol. I, Madrid: 421-462.
- SCHILLING, R. (1979). «Genius et ange», *Rites, cultes et dieux de Rome*. Paris: Klincksieck: 415-443.
- SCHILLING, R. (1972). «Le Romain de la fin de la République et du début de l'empire en face de la religion», *L'Antiquité Classique* 41-2: 540-562.
- SCHILLING, R. (1982). *La religion romaine de Vénus*, (2ª ed.), París.
- STOLBA, R., BIELMAN, A. y BIANCHI, O. (2003). *Les femmes antiques, entre sphère privée et sphère publique*, Berna.
- SUTHERLAND, C.H.V. (1963). «Some political notions in coin types between 294 and 313», *JRS* 53: 14-20.
- TOUTAIN, J. (1907). *Les cultes païens dans l'empire romain: Les cultes officiels. Les cultes romains et gréco-romains*. E. Leroux. Paris.

- TRILLMICH, W. (2016-2017). «Una promesa de fidelidad al genio de los emeritenses», *Anas*, 29, pp. 385-394.
- WARDE FOWLER, W. (1918). *Roman Religion Dictionary of Religion*, Oxford U.P.
- WISSOWA, G. (1912). *Religion und Kultus der Römer*, München.

Pax Iulia: A cidade romana de Beja em período romano-republicano

Recebido: 7 de Outubro de 2024 / Aprovado: 31 de Outubro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_11

Maria da Conceição Lopes¹

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património –
Universidade de Coimbra

RESUMO

Em linhas gerais, com base nos dados arqueológicos recolhidos no centro da cidade de Beja, na área do Conservatório Regional de Música do Baixo Alentejo, é hoje possível acompanhar o processo dinâmico do tecido urbano ocorrido na cidade de Beja e seguir com algum detalhe o processo de fábrica urbana. Ultrapassada que está a questão da ocupação pré-romana de Beja, a avaliação coordenada de materialidades e estratigrafia arqueológica com morfologia urbana, documentos e cartografia histórica, permite aferir os processos transperiódicos e transculturais que enformam o processo de construção da cidade de Beja na longa duração. Mesmo não sendo ainda muito abundantes os testemunhos, aqueles que hoje analisamos têm suficiente espessura para introduzir a análise da dinâmica socio-espacial que ocorre em Beja, em meados do século I a. C. Adoptando uma metodologia particularmente atenta à articulação entre permanência e mudança da forma urbana, a nossa abordagem arqueogeográfica convocou o busto de Cesar identificado em Beja como elemento integrado de entendimento da vida urbana em Pax Iulia.

RÉSUMÉ:

D'une manière générale, sur la base des données archéologiques recueillies dans le centre-ville de Béja, dans la zone du Conservatório Regional de Música do Baixo Alentejo, il est désormais possible de suivre le processus dynamique du tissu urbain qui s'est déroulé dans la ville de Béja et de suivre de manière assez détaillée le processus de fabrique urbaine de la ville. Déjà dépassée la question de l'occupation préromaine de Béja, l'évaluation coordonnée du matériel archéologique et de la stratigraphie avec la morphologie urbaine, les documents et la cartographie historique nous sommes en conditions de analyser les processus transpériodiques et transculturels qui ont façonné de construction de la ville de Béja dans le longue durée. Même si les témoignages sont encore peu abondants, ceux que nous analysons ici nous permettent d'introduire la dynamique socio-spatiales que nous observons à Béja au milieu du Ier siècle avant notre ère.

Adoptant une méthodologie particulièrement attentive à l'articulation entre permanence et changement de la forme urbaine, notre approche archéogéographique a permis d'impliquer le buste de César identifié à Béja comme un élément intégré pour la compréhension de la vie urbaine de *Pax Iulia*.

1 ORCID iD: 0000-0003-4489-8601; conlopes@ci.uc.pt

Pax Iulia: A cidade romana de Beja em período romano-republicano

A cidade de Beja destaca-se na rede de cidades históricas do Sudoeste Peninsular, quer pela capitalidade política, administrativa e religiosa que assumiu ao longo da História, quer por ser o aglomerado urbano português mais importante de um vasto território marcado pelo achatado do relevo e o curso profundo do rio Guadiana.

Situada em posição destacada no centro de uma peneplanície, num ponto nodal das vias que desde tempos muito anteriores à instalação dos Romanos na região ligavam o Norte e o Sul, o Atlântico e o Mediterrâneo, a meio caminho entre o Guadiana e o Sado, com ligação ao Guadalquivir, a cidade de *Pax Iulia* ocupa um ponto estratégico de circulação de pessoas e bens numa vasta região do Sudoeste.

A propósito do momento de fundação da cidade romana de *Pax Iulia* convém esclarecer que, excluindo os textos dos autores que entre o século XVI e XVII se debruçaram sobre as antiguidades da cidade de Beja (Frei Amador de Arrais, Vasco Freire, Felix Caetano da Silva, Frei Manuel do Cenáculo, entre outros) e convictamente defendem uma fundação anterior aos romanos, as teses académicas e os textos científicos apresentadas até ao final da década de oitenta se baseavam na certeza de que *Pax Iulia* havia sido uma fundação *ex-nihilo*.

O facto de não haver menção convincente a vestígios pré-romanos surgidos nas diferentes sondagens que ao longo dos tempos se fizeram na cidade



Figura 1. Localização de Pax Iulia.

e a denominação latina sem qualquer indicador de topónimo anterior sustentavam essa tese².

Pensava-se, até há pouco tempo, que a importância de Beja advinha do facto de ter sido uma cidade fundada pelos Romanos (em local onde, antes deles, ninguém tinha construído povoação), com o nome de *Pax Iulia*, com o estatuto de *colonia civium Romanorum* e com a capitalidade do vasto *conventus Pacensis*.

As escavações, com carácter e método científico, que, desde os anos 90 do século XX se fazem em Beja, vieram demonstrar que bem antes dos Romanos já o planalto onde encontramos Beja havia sido ocupado, por homens e por deuses, que no interior de uma muralha levantaram suas moradas. Na Rua do Sembrano, na Praça de Armas do Castelo, no Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo reconhecem-se fartos testemunhos do aglomerado, cujo momento de instalação terá ocorrido no final do séc.VII a. C.³

2 Sobre as questões da ocupação pré-romana, veja-se, LOPES, 2003.

3 LOPES, M. Conceição (2021), “Pax Iulia,” In Trinidad NOGALES BASARRATE (edit) *Ciudades Romanas de Hispania Cities of Roman Hispania (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 13)* Museo Nacional de Arte Romano, p. 153-166.

Não sabemos que nome teria o aglomerado quando os Romanos firmaram o topónimo *Pax Iulia*; todavia, apesar dos trabalhos que apontam para Medellín, em Espanha, a localização de *Conistorgis*⁴, não desistimos de considerar ser possível que fosse aqui a capital dos *Conii*.

Os trabalhos arqueológicos realizados no centro da cidade, pela equipa do projecto Arqueologia das cidades de Beja, do CEAACP, da Universidade de Coimbra, permitiram analisar contextos e revelar edifícios mostrando, finalmente, que, apesar da dificuldade, que é possível argumentar sobre a dinâmica de evolução da cidade na longa duração e entender as distintas estratégias empreendidas no processo de fábrica urbana, que teceu e conformou a malha da cidade actual.

Ao contrário do que a historiografia afirmava, sustentada na informação de Estrabão, de que *Pax Iulia* teria sido a colónia fundada ao mesmo tempo que *Emerita Augusta* e *Caesaraugusta*, a arqueologia informa que a origem da cidade romana em Beja foi anterior ao reinado de Augusto. Confirmado está que a instalação das primeiras infraestruturas que haveriam de transformar o antigo *oppidum* numa capital de *civitas* remontam aos tempos do governo de Júlio César na província da Ulterior, em 61 a. C.

A ocupação do planalto de Beja na Idade do Ferro é firmemente atestada por cerâmicas e estruturas construídas, de que se destaca a muralha,⁵ um edifício e materiais cerâmicos. Cerâmicas recolhidas em escavação recente no logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, datadas de meados/ terceiro quartel do 3º milénio AC (c. 2600-2200 AC), apontam para que se recue a data da ocupação, pese embora até ao presente se conhecerem apenas raros fragmentos, entre eles um de cerâmica campaniforme decorada.

No ponto mais proeminente da cidade de Beja, destaca-se o edifício orientado SE/NO, de 15,30 m de largura, medida no topo nordeste e, aparentemente, 18,3 m de comprimento. Construído sob forte alicerce de pedra (gabros e dioritos da região) de média e grande dimensão, sem qualquer ligante, separadas em fiadas por finas e discretas camadas de placas de xisto colocadas na horizontal. (Figura 2 A). Do que se escavou deste edifício foi possível identificar uma cabeceira tripartida, definida por dois “compartimentos” rectangulares de 3,48 m por 1,10 m, enquadrando um espaço central aberto que se prolonga para sudoeste. As recentes escavações apuraram, num ponto onde as fundações se conservam em 2,5 metros de altura, que a fundação deste edifício se deve situar entre o final do séc. V e a primeira metade do séc. IV a. C., com evidentes obras de manutenção entre o final do séc. II e o início do séc I a. C.

No quadro da apropriação do território e da implantação de estruturas de capitalidade que que Roma implementará na região, o povoado indígena assume uma expressiva e inovadora morfologia e, como já antes afirmámos, *lícito se torna concluir que, se, por um lado, a instalação da civitas corresponde a uma nova ordem político-económica, por outro lado, essa instalação não elimina formas de coexistência com o elemento anterior. Uma simbiose que, pela sua inerente complexidade, não deixará de produzir uma singular forma de organização e um peculiar processo de transformação, apenas abarcáveis, do ponto de vista arqueológico, a partir de uma base material dotada de uma ampla espessura informativa.* [LOPES, 2003, 268].

No recinto sagrado do aglomerado antigo, em posição paralela ao antigo templo de pedra, de modo a criar um cenário de monumentalidade

4 ALARCÃO, Jorge de 2001: “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4/2, p. 335-338; ALMAGRO-GORBEA, M. (2008): “Medellín-Conisturgis: Reinterpretación Geográfica del Suroeste de Iberia”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 126, nº 1-12, p. 1003-1009.

5 GRILO, Carolina (2008): “A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja”, *Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Novembro de 2007, p. 261-268. Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel / Universidad de Huelva.

de, será construído um equipamento hidráulico composto por um tanque de 14,90 m de comprimento, 7,80 m de largura e 2,50 m de altura rematado na fachada SE por dois tanques quadrados, um parcialmente destruído e deslocado e outro, intacto, mas revirado por colapso da estrutura de sustentação, medindo 2,65 X 2,95 e 1,10 m de profundidade interna. (Figura 2 B e C)

O tanque/reservatório, que poderia recolher até 163,296 m³ de água, tinha 2,40 m de profundidade. Um canal, situado no fundo e ao centro da parede noroeste, ligava com uma canalização que segue orientada para noroeste sob o casario, cujo destino não foi possível apurar. Tem paredes de 96 cm, construídas em *opus caementitium* de mistura de cal muito forte e pequenas pedras, internamente revestidas de *opus signinum* fino e compacto, incluindo a meia cana do fundo, a das juntas laterais e o rebordo de topo. O rebordo tem forma semi arredondada e liga-se com a parede por uma capa forte de *opus signinum*. O fundo é revestido por um cimento feito de fragmentos de mármore grosseiramente triturados misturados com cal

Externamente, nos ângulos, encontram-se fiadas de *tegulae* a revestir as paredes. Não foi possível confirmar se assim acontecia ao longo das paredes; todavia, o carácter pouco cuidado do exterior das paredes parece confirmar um revestimento com uma parede de *tegulae*, de cerca de 1 metro. O acesso ao fundo era feito por uma escada situada no canto SE, feita por degraus de tijolo revestidos de *opus signinum*.⁶

O tanque/reservatório conectava-se com os pequenos tanques através de canos de chumbo, como se verifica naquele observado a meio da parede do tanque intacto e, ainda, por canos

de telha como também se observou no fundo, no canto NE, do mesmo tanque. Não foi possível dimensionar espacial e arquitetonicamente o projecto de monumentalização que enquadraria a construção deste conjunto associado à água, nem definir com certeza o impacto que a sua construção causou nas estruturas anteriormente existentes no local.

Se a proposta de dimensões do templo da Idade do Ferro estiver correcta, o tanque/reservatório alinha a sua frontaria com a deste edifício e os dois pequenos tanques, que se desenvolvem na fachada, assumem uma vinculada intenção de criar uma frente monumental, onde deveria estar uma fonte, como sugere a parte já desenterrada.

A fonte, associada aos pequenos tanques, prolongaria o cenário decorativo da frente do templo, na qual estavam colocadas estátuas, conforme indica a escavação de um pedestal de estátua e de outros elementos de organização da fachada, datados de época romana republicana, as quais vincam claramente a intenção de transformar o espaço sagrado antigo num espaço de grande monumentalidade, onde a presença da água assume destacado protagonismo. A parede E80 (Figura 2), que fecharia o recinto do lado sudoeste, serve de indicador às dimensões do *forum* neste momento, o qual estaria terminado quando César sai vitorioso da guerra que travou na Hispânia contra os partidários de Pompeu (49-45 a. C.).

César, por certo em razão da importância dos benefícios que concedeu a *Pax Iulia*, viria a ser homenageado pelos pacenses, provavelmente no *forum*, com o levantamento de uma estátua monumental a que poderia pertencer a cabeça que recentemente se identificou.⁷ (Figura 3)

6 Abel Viana, que foi quem acompanhou em 1943 a instalação de um reservatório de abastecimento de água à cidade nunca revelou ter visto esta estrutura que, todavia, foi bastante danificada pelas fundações desse reservatório, mas descreve alguns achados de *tegulae* que se pode admitir tomarem parte deste eventual revestimento externo. Um nicho, delimitado por *tegulae*, no topo NO do grande tanque poderia corresponder a algum programa decorativo que esse revestimento comportaria.

7 LOPES, M. Conceição (2018): “O busto de Júlio César de *Pax Iulia*. Percursos e debates em torno da fundação de *Pax Iulia*”, *Arqueologia Medieval* 14: 16-24.

A clarificação da importância de Beja ao tempo de César convocou à leitura de achados anteriores. Desde logo à muralha escavada na Praça de Armas do Castelo, cujo *terminus ante quem* conferido aos materiais a situou no início do último quartel do séc. I a.C., mas que, face a este novo contexto de vida da cidade, se ajustaria bem neste contexto.

O conjunto de antiguidades romanas provenientes da muralha de Beja, que se demolia para edificação do palácio das repartições públicas que em 1909 e que deu entrada no então designado Museu Municipal de Beja, mereceu particular atenção.

De entre os fragmentos de capitéis, frisos e fustes de coluna se destacava-se uma cabeça de estátua de mármore, proveniente do 2.º baluarte da 2.ª ordem de muralhas, metido na vedação do convento Esperança.

Leite de Vasconcelos, em o Archeologo Portuguez de 1900, informava que teve conhecimento desta peça por carta e desenhos do conservador do Museu Municipal de Beja, Joaquim de Vargas. Tendo consultado Salomon Reinach, à época o reputado especialista de estatuária greco-romana, transcreveu a informação de que o busto pertence ao final do século I. d. C., referindo, também, que retratos destes são sempre bons para publicar, porque são excelentes exemplos da escultura imperial. Em 1903, após deslocação a Beja, Leite de Vasconcellos observa a peça e descreve-a como *retrato que apresenta no lado direito do osso frontal uma cicatriz feita com instrumento cortante (provavelmente espada). (...) a orelha esquerda quase toda esmoucada (só lhe resta a hélice).*

A orelha direita está esmurrada em cima. A parte anterior do crânio glabra; só a parte posterior (occi-

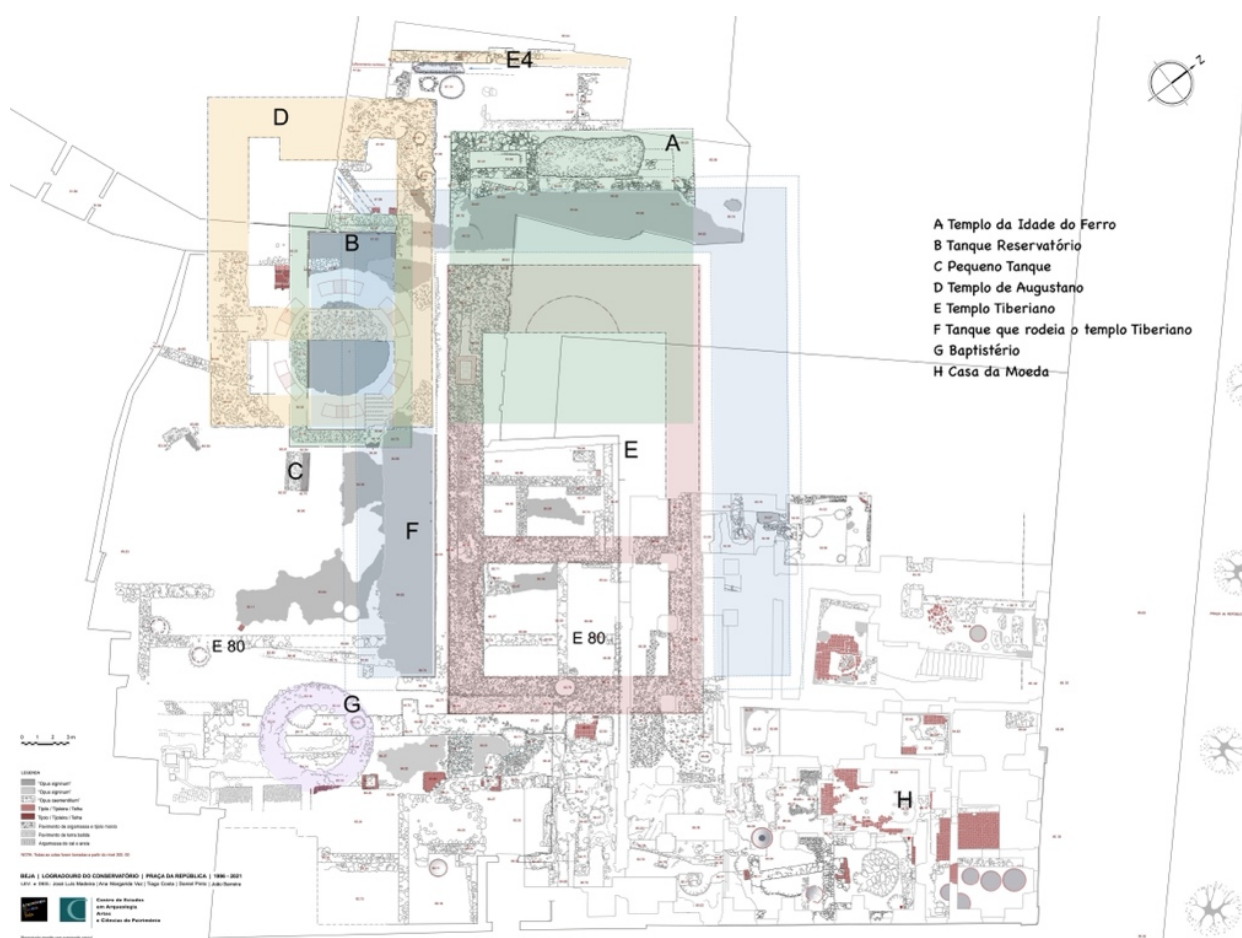


Figura 2. Planta da área escavada no fórum romano.

put e parte dos parietales) tem cabelo, que rodeia as orelhas. Lábio inferior esmurrado [Figura 3]⁸.

A importância desta peça, entretanto exposta no Museu Rainha D. Leonor, primeiro num destacado pedestal numa das alas do claustro e, posteriormente, encaixada num nicho num vão lateral da mesma ala do claustro, mereceu o interesse de vários investigadores, como revela a extensa bibliografia que a ela se refere.

A cabeça de um homem de cerca de 50 anos, de boca bem desenhada, mas ligeiramente descaída à direita, olhos contornados por pálpebras superiores bem definidas, testa alta marcada por duas cicatrizes no lado direito, rosto vincado com duas profundas rugas no lado esquerdo, e rugas nasolabiais assimétricas, com a da direita a nascer mais alto e a da esquerda a abrir mais para o rosto, tem sido considerado um retrato privado de alguém importante, datado do final da República (algures no final do 3.º quartel do século I. a. C.) ou início do reinado de Augusto.

Vasco de Sousa, em 1990 (SOUSA, 1990), expressa que o *acalmar e a simetria das formas remetem para o classicismo do tempo de Augusto*,

ainda que, na sua concepção, esta cabeça faça recordar os retratos de Júlio César. A anotação de Vasco de Sousa de que o busto recordava Cesar não teve particular impacto. Tem prevalecido a ideia de um *retrato masculino de um personagem desconhecido, calvo e de idade madura cujo peculiar realismo cesariano, matizado por factores imperiais augústeos*, (TRINIDAD NOGALES, 1997).

As hesitações em reconhecer César neste retrato devem-se, certamente, ao facto de até há muito pouco tempo se não vislumbrar outra possibilidade que não fosse a da fundação *ex-nihilo* de *Pax Iulia* em tempo do imperador Augusto (por volta de 31/27 a. C.). Um busto de César neste contexto não encontrava explicação. Ao mesmo tempo, o único retrato sem reserva identificado com o Ditador, por comparação com os traços físicos dos retratos das moedas, foi aquele encontrado em *Tusculum* (Castillo de Aglie), em 1804, hoje guardado no museu de Turim.

Em 2017 foi possível retirar o busto do nicho onde estava colocado. Essa circunstância permitiu observar a cabeça na totalidade e conferir que *o homem de meia-idade calvo ou de cabelo escasso*



Figura 3. Busto de César exposto na ala do claustro, em 1950, no Museu Regional Rainha D. Leonor, Beja e em 2019, no mesmo museu.

8 Leite de Vasconcelos, O Archeologo Portuguez; Vol VII, 1902, n.º 10 e 11, p. 243.

possuía, afinal, uma curta e cuidada cabeleira de ondas bem desenhadas e, também, atestar a ligeira assimetria na elaboração da face, salientada pela boca descaída na direita e pela dissemelhança das rugas nasolabiais.

Uma análise comparativa das características fisionómicas, estilísticas e tipológicas do busto de *Pax Iulia* e do de *Tusculum* revela evidentes similitudes das duas representações.⁹

O desenho das rugas, as covas do rosto, o formato dos lábios, em que se destacam as covas nos cantos da boca fina e larga, as rugas profundas e assimétricas do sulco nasolabial, as rugas da testa, a posição de olhos, as sobrancelhas arqueadas, as rugas em pata de galinha, o queixo e maçã de Adão salientes, o penteado e o tratamento do cabelo sobre a orelha, revelam manifestas semelhanças entre o busto de Beja e o de *Tusculum*. É certo que o de *Tusculum* apresenta um rosto um pouco mais alongado e recto que

o de Beja, facto que terá levado a que o retrato lusitano, cuja expressão do realismo republicano, rosto marcado pela idade e pela experiência de vida muitas vezes após um longo tempo de serviço das legiões [GONÇALVES, 2007], nunca tenha sido formalmente atribuído a César.

O busto da colónia lusitana não é exactamente igual ao protótipo definido pelo busto de *Tusculum*, mas são bastantes as características que os filiam num mesmo tipo iconográfico.

Em 2007, no rio Ródano, junto à cidade de *Arelate* (Arles), foi recolhido um busto que foi anunciado de forma estrondosa como a mais antiga representação conhecida de Julio César e o único busto conhecido de César em vida, dado que o de Turim teria sido realizado imediatamente antes ou logo após a morte¹⁰.

A discussão em torno da identificação do busto saído do Ródano com César colocou questões pertinentes e salientou que o facto de não haver

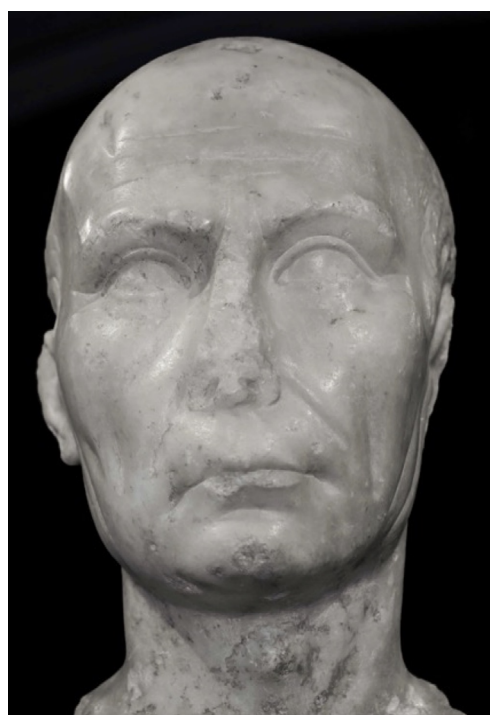
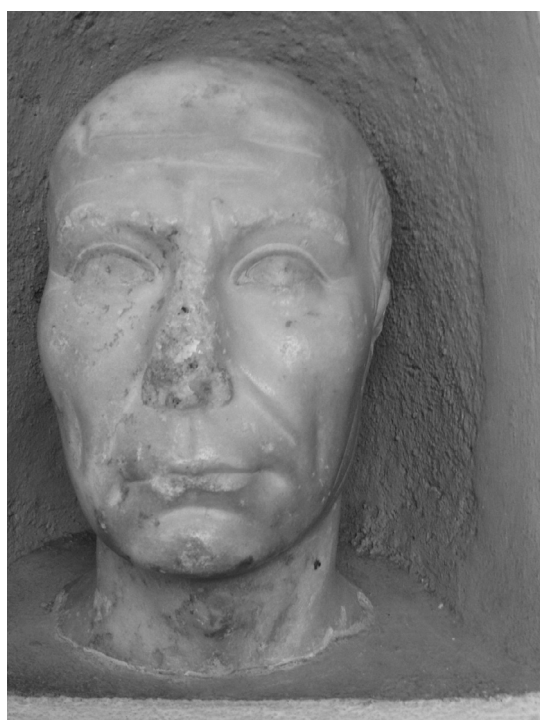


Figura 4. Busto encaixado num nicho: Museu Regional Rainha D. Leonor, 2015 @MCL.

- 9 A análise iconográfica comparada com os exemplos do tipo Pisa/Chiaramonti não fornece espessura relevante de elementos coincidentes, desde logo, porque o busto de Beja não tem a franja frontal que caracteriza esse tipo.
- 10 Hoje, face a tantas críticas e outros tantos estudos, a dúvida de identificação é evidente, como se deduz da legenda que acompanha a sua exposição no Museu de Arles.

nenhum retrato oficial de César (certamente em razão da ausência de organização para difundir a sua imagem com cânones bem definidos e estandardizados), não pode ser razão para se prescindir dos caracteres de filiação no tipo *Tusculum* para identificar ou descartar a identificação do Ditador.

Como observa Flemming Johansen, especialista dinamarquês em retratos de César, não há nenhum retrato oficial de César, pelo que as diferenças que se observam nas distintas representações de César se tornam aceitáveis, sobretudo, porque sendo feitas por artistas locais a partir de descrições, se podem tornar muito diversas.

O retrato de Beja, pelo desenho mais arredondado do rosto que o de *Tusculum*, poderia pretender-se ser mais próximo do busto gaulês, porém, pelo tratamento das rugas, sobretudo pelo tratamento assimétrico das rugas das abas do nariz, do desenho da boca, revela decisiva afinidade com o de Turim.

A observação completa da cabeça revela o primoroso tratamento do cabelo e conforma-o com a descrição que Suetónio faz de César: homem alto, claro, rosto um pouco cheio, olhos escuros e muito vivos e calvo, que para disfarçar a calvície puxava para a testa os poucos cabelos que ainda tinha.

Na descrição de Suetónio se enquadra melhor o retrato de Beja do que o retrato de *Tusculum*. Dessa constatação já havia Margarida Maria Almeida de Campos Rodrigues dado notícia. Apontando as semelhanças entre as cabeças do Museu de Beja e a do Museu de Turim, a autora salientou ser no formato da face que reside a maior diferença entre os dois bustos, embora considere que o de Beja se assemelha mais à descrição que Suetónio fez de César que o de *Tusculum* [RODRIGUES; 1999, 36-37].

A arqueologia, ao revelar um contexto importante de época republicana, promoveu a reanálise de dados que permaneciam em museus e na bibliografia com identificação indecisa. A reavaliação do busto de Beja, segundo a metodologia de análise comparativa das características fisiológicas, estilísticas e tipológicas, revelou gran-

des proximidades com o protótipo de *Tusculum*, ainda que a datação do de Beja possa ser mais tardia do que o de Turim.

Um detalhe importante revela-se na parte posterior inferior e lateral da cabeça; reconhecem-se aí pequenas convexidades que acompanham o cabelo e parecem servir para ajustar uma coroa. (Figura 5)

Os trabalhos recentes, infelizmente travados pela gestão autárquica que em 2016 tomou os destinos da política municipal, mostraram que *Pax Iulia* ganha contexto urbanístico relevante e até agora desconhecido, um pouco antes da metade do século I. a .C, no qual o enquadramento da cabeça de César, em mármore importado, ganha contexto. As dimensões indicam que a cabeça pertenceria a uma estátua monumental, a qual poderia estar colocada no fórum da cidade. A escavação de parte de uma estrutura identificada como pedestal de estátua monumental, em frente ao antigo templo que em época republicana se terá ressignificado, parece ajustar a possibilidade de ter sido aí que foi colocada a estátua.

A reforma urbanística que terá continuidade ao tempo de Augusto, conforme se regista numa inscrição datada entre 1 de Julho de 3 e 30 de Junho de 2 a. C, na qual se relatava que o Imperador César Augusto dotou a cidade de *Pax Iulia* de muralhas, torres e portas [FE, 29, 1988, n.º 131], implicou alterações significativas no contexto sagrado, mas onde o templo se manteve, em situação paralela a um outro que se construiu.

Com Augusto no poder, o *forum* ganhou maior dimensão. O novo templo, com a mesma orientação SE/NO do ancestral templo dos pacenses, apresenta *cella* tripartida e mede 20,3 m de comprimento e 13,9 m de largura. Dele se conservam as fundações em 3,75 m de altura e a data de início da construção situa-se entre 25/15 a C. ocupará o topo noroeste da praça e uma basílica tomará o lado sudeste.

A perfeita articulação com o ancestral templo dos pacenses implicou a desfuncionalização dos tanques e da fonte, aspecto que sublinha o carác-



Figura 5. Particulares detalhes na cabeleira do busto.

ter sacro desta estrutura (dado que se compreende mal que uma estrutura construída para abastecimento de água à cidade fosse desmantelada passados poucos anos da sua construção).

Da estátua que se manteve em frente ao templo antigo não temos, infelizmente, nenhuma inscrição. Porém, analisado na totalidade e somados os argumentos, alguns deles tomados aos especialistas que, entretanto, têm sugerido a possibilidade de identificação do busto de Beja com César, surgem fartos os elementos que o filiam no protótipo de Tusculum, mesmo sem qualquer texto identificativo, concedendo *que o retra-*

to privado de um homem que transmite forte personalidade, esculpido com um realismo bem próprio das expressões republicanas, seja identificado com Júlio César.

Se é verdade que o contexto histórico não é critério para identificar um personagem, o certo é que, neste tempo, ninguém mais, além de Júlio César, se apresenta como suscetível de ter sido representado numa estátua monumental, nem mesmo nos tempos de Augusto, cujo conservadorismo em termos de construção anterior se traduz pela manutenção do recinto sagrado antigo.

A morte de Augusto, em 14 d. C., determinará a necessidade de reformular totalmente o *fórum*, para o dotar de um templo dimensionado ao culto do imperador e à plena satisfação das necessidades litúrgicas que o culto imperial demandava.

Esse projecto de transformação da área sacra do *forum* de *Pax Iulia* iniciou-se logo nos primeiros anos do reinado de Tibério (14-37). Compreendeu um programa de monumentalização que implicou o descarte e aterro, com uma camada de terra com cerca de 1 metro de espessura, de todos os edifícios anteriores e o lançamento da construção de um recinto forense mais amplo, com a dignidade necessária para acolher o templo de culto ao imperador e outros edifícios necessários ao funcionamento político e administrativo da colónia e capital de *conventus*.¹¹

Conhecemos este empreendimento transformador apenas pelos dados arqueológicos, dos quais a componente mais visível é o templo e seus contextos estratigráficos e os materiais que com ele se relacionam, tais como o capitel monumental compósito guardado no museu, as paredes e a coluna existentes na cave do restaurante “Os Infantes” e outros elementos avulso.

O templo hexastilo pseudo períptero de estilo coríntio estava orientado SE/NO, tal como os antigos edifícios e foi construído com a mesma

11 LOPES, M. Conceição (2021), “Pax Iulia,” In Trinidad Nogales Basarrate (edit) *Ciudades Romanas de Hispania Cities of Roman Hispania (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 13)*. Museo Nacional de Arte Romano, p. 153-166.

técnica e aparelho construtivo que foram usados no templo augustano (paredes de 2,5 metros construídas por pedra miúda e rolada muito bem englobada por argamassa forte, levantadas com recurso a cofragem). Media 32,40 m de comprimento e 16,20 m de largura (dimensões que o aproximam daquele que, na mesma altura, se construíra na capital da província, *Emerita Augusta*) e era contornado em três lados por um tanque revestido de *opus signinum*, com 4 m de largura nas traseiras, 4,75 m nos lados e cerca de 0,90 m de profundidade. A parede externa de remate deste tanque, certamente relacionado com a liturgia do culto imperial, media de 0,80 m e poderia suportar um conjunto escultórico, que incluiria a família imperial, de que se conhecem algumas esculturas.¹²

Integra a tipologia dos templos do tipo *Templa Rostrata*, o que terá obrigado a uma solução de acesso distinta de uma escadaria frontal, dado que esse espaço estaria ocupado com a plataforma e respectiva cenografia.

Tibério, que de acordo com Suetónio (Tibério, XXVI), “*não quis nem templos, nem flaminatos, nem sacerdócios. Proibiu que lhe erigissem estátuas e que lhe expusessem o retrato sem autorização sua, e, quando veio a consentir nisso, foi com a condição de figurar não entre as imagens dos deuses, mas apenas como ornamentação dos edifícios*”, promoveu de forma muito diligente o culto dinástico e encontrou nas elites

Testemunho do desenvolvimento desde muito cedo do culto dinástico é-nos dado pela epigrafia.¹³ Inscrições referidas na presente obra dão conta dessa prática e atestam o empenho das elites locais na promoção da cidade, vinculando-se de modo expresso com Roma.

Tomem-se como exemplo aquela inscrição que outrora foi tomada como duvidosa e que se refere a *Marcus Aurelius* que foi flâmine especializado no culto a Tibério, entre outros cargos que exerceu na

cidade, e aquela outra, monumental, que nomeia *Caius Iulius Pedo*, (IRCP, 239), como *duúnviro*, flâmine dos divinos (imperadores) e, ainda, como benemérito por ter administrado bem a república e ter auxiliado com dinheiro o aprovisionamento de víveres a *Pax Iulia*, a capital do *conventus Pacensis*.

A homenagem que a cidade faz a Lúcio Vero, filho adoptivo do imperador Antonino Pio, em meados do século II, (IRCP 291), parece perfilar politicamente o momento de pujança da *civitas* de *Pax Iulia*, um século depois de Tibério.

Não se tendo encontrados na cidade, até ao presente, dados que nos atestem essa vitalidade é nas *villae* que exploraram o vasto território que a cidade administrava que encontramos os indicadores que nos permitem averiguar a dinâmica desse tempo e da dos séculos seguintes.

As *villae*, cuja instalação começa logo nos primeiros anos do reinado de Augusto, de que C. Cosconius será um dos protagonistas iniciais (Ficheiro Epigráfico, nº 259 = ALFENIM, 1997, nº 259), apresentam no século II uma dinâmica muito expressiva, empreendendo muitas delas programas de ampliação, aparentemente em razão de se ter alcançado o funcionamento pleno das infraestruturas de produção e distribuição que animam o espaço agro-pastoril da *civitas*.

A construção de uma ampla rede de vias, decalcada em grande parte de percursos antigos, potenciam a cidade, em razão da sua posição central, como território privilegiado de produção e abastecimento em cereais e outros produtos agropastoris às indústrias de salga e conserva de peixe instaladas no litoral.

O dinamismo das *villae* no século IV, como ocorre em São Cucufate, matriz para o estudo das *villae* da região, poderá indiciar uma perda de protagonismo do aglomerado urbano. Contudo, nenhum indicador de natureza arqueológica nos oferece essa visão.

12 O conjunto de escultura de Pax Iulia encontra-se em fase de publicação, por M. Conceição Lopes.

13 Veja-se IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984): *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

Seria ainda uma cidade empoderada e forte aquela que, em 531 recebeu o bispo Apríngio de quem Isidoro de Sevilha disse ser “escritor eloquente de grande erudição científica”, e de onde, com coragem e frontalidade, faz uma crítica à Hispânia visigoda ariana, da metade do século VI.

O baptistério, construído em frente ao templo do culto imperial, testemunha-nos que o principal espaço sagrado da cidade se mantém activo e que a força do bispo aí atuante o assume como espaço do líder que comanda a política da cidade e seu território. A instalação das estruturas eclesiásticas neste local, de que se escavaram algumas paredes, no complexo da casa da moeda, no interior do edifício municipal, atestam o quão conservado ainda se mantinha o espaço no início do período tardo antigo.

Em período islâmico, a mesquita, pelo menos a grande mesquita da capital da Kura, instalou-se em outro local, junto à Igreja de Santa Maria.

Dela, ou pelo menos de uma das mesquitas da cidade de Beja, ainda há testemunho em 1497, na “Carta de sentença régia a Valentim Gonçalves, escudeiro da Casa Real, e juiz de fora em Beja, sobre um feito em que eram autores [...] Rodrigues, escudeiro da Casa Real, e Catarina Rodrigues, sua mulher, contra Teresa Rodrigues, viúva, todos moradores em Beja, em virtude de uma querela sobre a posse da antiga mesquita e casas a ela foreiras em Beja”.¹⁴

Quando a cidade se começou a erguer das ruínas em que tinha ficado no fim das guerras entre islâmicos e cristãos, e o novo poder marca o território com igrejas, os velhos edifícios do *forum* romano são desmantelados e a pedra usada nas construções dos novos marcadores desse poder.

Foi assim, com os materiais das velhas estruturas romanas, que se levantaram as igrejas de Santa

Maria, primeiro, e as casas que no lado nordeste da Praça se construíram quando D. Manuel promoveu a construção de uma praça mesmo ao lado do antigo *forum* romano. O espaço dos templos foi aos poucos acomodando habitações, como aquelas que serviram os moedeiros da casa da moeda, no primeiro quarto do século XVI.

De *Pax Iulia* restam hoje ruínas, testemunhos da importância que se manteve reconhecida em todos os tempos de construção da cidade de Beja¹⁵. Não se observam tantas ruínas quantas as que Perez Bayer, terá visto aquando da sua estância em Beja, nos dias 1 a 7 de Novembro de 1782, em visita a Frei Manuel do Cenáculo, e que teve oportunidade de apreciar, na companhia de Felix Caetano da Silva.¹⁶ Sobre elas diz o seguinte: *La principal de todas [las inscripciones que se consevaban em Beja] y que mas honor hace à dta Ciudad está en la Plaza mayor en las casas del Ayuntamiento pared que mira al Medio dia. Sobre la inscripción hai una cabeza de buei De estas cabezas hai varias en alguns parages de la Ciudad: En la Torre de santa Maria: Dos detrás de La Iglesia de S. Juan y una en la calle que llaman del Toro, en que se vê parte del cuello y los brazos, ... y en outrso sítios. Yo aponté hasta seis.*

Colocámos à vista as ruínas de que pelos anos 90 do século XX pouco se sabia; ruínas que o tempo dos políticos com e sem interesse pela herança cultural administram e algum pretendem feirizar, ignorando o quanto é importante nelas reconhecer como documentos para construir a história da cidade de Beja. E validámos a escultura, trazendo César para a praça e os touros para as portas da cidade. A todos estes materiais, em outro local, dedicaremos o espaço que merecem no estudo da fábrica urbana de Beja.

14 *Juízo dos Órfãos de Almodôvar*, Livro 1 [post. 1497, Maio, 29]. Documento referido em PINTO, Pedro, (2014), “Fragmentos de Pergaminhos da Torre do Tombo, um inventário possível (1315-1683), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14, p. 59.

15 LOPES, M. Conceição, (2021), “Pax Iulia”, in Trinidad Nogales Basarrate (edit.) *Ciudades Romanas de Hispania Cities of Roman Hispania (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 13)*. Museo Nacional de Arte Romano, p. 153-166.

16 “Viagem de Pérez Bayer em Portugal, em 1782”. In *O Archeologo Portugues*, Volume XXIV 1919-1920, Lisboa, p. 108-176

Bibliografia

- JONANSEN, F. S. (1967) «Antichi ritratti di C. Giulio Cesare nella scultura», *Analecta Romana Instituti Danici* 4, pl. 16. Copenhagen.
- (1987) «Portraits in Marble of Gaius Julius Caesar: a Review». *Ancient Portraits in the J. Paul Getty Museum*, Vol. I., p. 24, 27-28.
- LOPES, M. C. (2003) *A cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia*. 2 vols. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- (2003) «A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia», *Conimbriga, Anexos*, Vol. 3. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- (2010) «O recinto forense de Pax Iulia (Beja)». In T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Cidade e Foro na Lusitânia Romana, 189-199. Mérida: Junta de Extremadura (*Studia Lusitana* 4).
- (2018) “O busto e Júlio César de Pax Iulia. Percursos e debates em torno da fundação de Pax Iulia”, *Arqueologia Medieval*, 14: 16-24.
- (2021) “Pax Iulia”, in Trinidad Nogales Basarrate (edit) *Ciudades Romanas de Hispania Cities of Roman Hispania (Hispania Antigua, Serie Arqueológica, 13)* Museo Nacional de Arte Romano, p. 153-166.
- (2020) “Pax Iulia na véspera da Idade Média”, in PALMA, M. F. e LOPES, V. (eds.), *Actas do Encontro Internacional “O Território e a Gestão dos Recursos entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico”*, *Nakla, Colección de Arqueología y Patrimonio*, 24. Granada: 152-168. ISBN: 978- 84-122275-1-2.
- NOGALES BASARRATE, T. (1997) *El retrato privado en Augusta Emerita*, p. 37 (*Colección Arte--arqueología*), Diputación Provincial de Badajoz, Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, 2 vols. Badajoz.
- (2002), «O retrato funerário na Lusitânia», in RIBEIRO, J. C. (ed.), *Religiões da Lusitânia*, LOQUUNTUR SAXA, p. 307. Lisboa.
- NOGALES BASARRATE, T.; GONÇALVES, L. J. (2004) «Imagines Lusitaniae: La plástica oficial de Augusta Emerita y su reflejo em algunas ciudades lusitanas», in NOGALES BASARRATE, T.(ed.), *Augusta Emerita: Territórios, espaços, imágenes y gentes em Lusitania Romana*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 2005. Madrid.
- RODRIGUES, M. M. A. C. (1999) *O retrato oficial romano no tempo da dinastia Júlio-Cláudia*, *História da Arte da Antiguidade*. Mestrado de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. URL: https://www.academia.edu/2073514/O_RETRATO_OFICIAL_ROMANO_NO_TEMPO_DA_DINASTIA_JÚLIO--CLÁUDIA
- SOUSA, V. (1986) «Escultura Romana», in ALARCÃO, J. (ed.) *História da Arte em Portugal*, volume 1, p. 143, fig. p. 140. Lisboa, Alfa. (1990), *Corpus Signorum Imperii Romani – Corpus der Skulpturen der Römischen Welt – Portugal*, p. 10, 67, n.º 8. Coimbra.
- TOVAR, A. (1974) *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil: Die Völker und die Städte des antiken Hispanien*. Band 1: Baetica, Baden-Baden.
- VASCONCELOS, J. L. (1902) «Antiguidades de Pax Iulia», in *O Archeologo Portugues*, Volume VII, n.º 10-11, p. 243. Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1903) «Analecta archeologica», in *O Archeologo Portugues*, Volume VIII, n.º 7-9, p. 165. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VIANA, A. (1947) «Restos de um templo romano em Beja», *Arq. Beja*, 4, p. 77.
- VIERNASEL, K., ZANKER, P. (1979) *Bildnisse des Augustus*, p. 83. Munich.
- ZANKER, P. (1976) «Zur Rezeption des hellenistischen Individualporträts», in P. Zanker, ed., *Hellenismus in Mittelitalien*, p. 590, fig. 1. Göttingen.

Quelles modalités pour la présence impériale dans le *conuentus Pacensis*?

Recebido: 17 de Novembro de 2024 / Aprovado: 2 de Dezembro de 2024

https://doi.org/10.14195/2182-844X_10_12

Sabine Lefebvre* **

Université de Bourgogne/UMR 6298 ARTEHIS

RÉSUMÉ

Le cadre administratif du *conuentus* at-il été un cadre dans lequel la présence impériale a été évoquée? C'est la question que l'on peut se poser dans le cadre du *conuentus Pacensis* pour lequel nous disposons d'un corpus conséquent. À travers les interventions du prince, les hommages qui lui sont rendus, ou encore les milliaires, nous pourrions mesurer cette présence dans l'espace tant urbain que rural et en envisager les modalités du règne d'Auguste au IV^e siècle.

MOTS CLÉS

Conuentus; épigraphie; empereur; cités; milliaire; hommage public.

ABSTRACT

Was the administrative framework of the *conuentus* a framework in which the imperial presence was evoked? This is the question that arises in the context of the *conuentus Pacensis*, for which we have a substantial corpus. Through the interventions of the prince, the tributes paid to him, and the milestones, we will be able to measure this presence in both urban and rural areas, and consider the modalities from the reign of Augustus to the 4th century.

KEYWORDS

Conuentus; epigraphy; emperor; cities; milestone; public tribute.

* iDRef: 035272074; sabine.lefebvre@u-bourgogne.fr

** Je voudrai remercier les organisateurs de m'avoir associée à cette manifestation scientifique autour de l'œuvre de Jose d'Encarnação. J'ai rencontré ce dernier à Nîmes lors du congrès de l'AIEGL de 1992; j'étais alors en train de terminer la rédaction de ma thèse de doctorat et José a alors très gentiment accepté de relire la partie de mon catalogue portant sur la Lusitanie. Nous nous sommes par la suite retrouvés lors des rencontres de *L'Africa romana*, et j'ai en particulier le souvenir d'un retour de Sardaigne avec un transit un peu long dans un aéroport du Nord de l'Italie!

Introduction

Pour ceux qui travaillent sur l'administration de l'empire romain, disposer de *corpora* en lien avec les divisions administratives antiques est précieux, qu'il s'agisse des corpus provinciaux (*IRT*, *RIB*) ou des cités (*ILN*, *ILA*). Des publications anciennes, en particulier en Afrique du Nord, ont été trop souvent liées à la géographie administrative contemporaine (*ILT*, *ILAlg.*), souvent dans un contexte politique précis, la colonisation française en particulier. C'est fort heureusement de moins en moins le cas. José d'Encarnação, il y a 40 ans, s'était déjà aligné sur cette nécessité de respecter le cadre antique, avec le corpus des inscriptions du *conuentus Pacensis*.

Je ne reviendrai pas sur le découpage des trois provinces hispaniques en *conuentus*, ni sur leur rôle¹. Mais je souhaiterais m'interroger sur la place faite au pouvoir impérial dans ce cadre plus modeste que celui de la province et moins identi-

taire que celui de la cité². José d'Encarnação, dans son volume, a consacré plusieurs pages au culte impérial comme structure politico-administrative³, et je m'appuierai sur son travail pour ma présentation, en ajoutant les documents découverts depuis. Dans quel contexte l'empereur est-il mentionné? Qui est à l'origine de l'inscription? Peut-on mettre ces textes en relation avec des faits précis?

Bilan des inscriptions mentionnant un empereur dans le *conuentus pacensis*

Afin de mener au mieux ma réflexion, j'ai retenu, après enquête, des documents même s'ils ne pouvaient pas apporter assez d'information, en raison de leur état fragmentaire et qui ne sont donc pas attribuables à un membre précis de la famille impériale⁴. Il reste néanmoins un nombre suffisant de textes permettant de mener à bien l'enquête. Ils s'échelonnent entre Auguste et le milieu du IV^e siècle (Tableau 1).

Tableau 1. Les mentions des empereurs dans l'épigraphie du *conuentus Pacensis*, par ordre chronologique.

Empereur	Dédicant	Nature du document	Localisation	Date	Références ⁵
Auguste, au datif	Vicanus, fils de Boutus	Dédicace Dans le cadre du culte impérial (<i>sacrum</i>)	Salacia (Alcacer do Sal)	5/4 a.C.	<i>IRCP</i> , 184

1 ALBERTINI 1923; SANCHO ROCHER 1978; SANCHO ROCHER 1981; ENCARNÇÃO 1984, p. 739; DOPICO CAINZOS 1986, p. 265-283; LE ROUX 2004.

2 On peut mentionner plusieurs travaux qui ont choisi le cadre du *conuentus* comme cadre de l'étude, comme par exemple, sans volonté exhaustive: PASTOR MUÑOZ 1974; SANTOS YÁNGUAS 1983; GARCÍA HERRERO 1985; CAMACHO CRUZ 1997a; CAMACHO CRUZ 1997b, p. 51-98; SASTRE PRATS 2002; GOFFAUX 2011; ESPAÑA CHAMORRO 2017; SANTOS YÁNGUAS 2017; TANTIMONACO 2017; GÓMEZ MARTIN 2018; SIMÓN 2021; CARRERAS et DE SOTO 2022.

3 ENCARNÇÃO 1984, p. 750-753; 759-760.

4 *IRCP*, 90; 167; 175; 413; 441; 642. Cf. ENCARNÇÃO 1984, p. 873.

Tableau 1. Les mentions des empereurs dans l'épigraphie du *conuentus Pacensis*, par ordre chronologique.

Empereur	Dédicant	Nature du document	Localisation	Date	Références ⁵
Auguste, au nominatif		Plaque en marbre	<i>Pax Iulia</i> (Béja)	2 a.C.	<i>IRCP</i> , 292
Empereur au datif, Auguste?		Milliaire	Moncarapacho, <i>uia Balsa-Ossonoba</i>	?	<i>IRCP</i> , 660
Tibère, date consulaire et dans la fonction du gouverneur	-	Table de patronat privée entre les Stertini et L. Fulcinus Trio, gouverneur	Juromenha	Janvier 22	<i>IRCP</i> , 479
Tibère, dans la mention du flaminat		Piédestal de statue?	<i>Pax Iulia</i> (Béja)	14-37	<i>IRCP</i> , 236
Caligula		Serment sur une plaque de bronze	<i>Aritium Vetus</i>	11 mai 37	<i>IRCP</i> , 647
Claude, au datif	<i>Ciuitas Ammaiensis</i>	Cippe Vœu annuel	<i>Ammaia</i> (San Salvador da Aramenha)	44/45	<i>IRCP</i> , 15 = ENCARNAÇÃO 2022, p. 11
Claude divinisé ayant octroyé la <i>ciuitas Romana</i>	Les héritiers de L. Cornelius Macer	Piédestal honorifique	<i>Ammaia</i> (San Salvador da Aramenha)	Post. 54	<i>IRCP</i> , 618
Trajan ⁶ ?		Hommage public?	<i>Mirobriga</i> (Santiago do Cacem)	103?	<i>IRPC</i> , 148
Marc Aurèle, au datif	<i>Ex decreto decurionum Municipis municipii Myrtilensis</i>	Dédicace	<i>Myrtilis</i> (Mertola)	Post. 164	<i>IRCP</i> , 96
Aurelia Vibia Sabina au génitif, <i>Domina</i> de Hermes	Hermes, <i>seruus</i> et <i>Marmorarius</i>	Dédicace religieuse à Deus Endovillicus	Terena (sanctuaire d'Endovillicus)	Fin du II ^e siècle	<i>IRCP</i> , 497
Lucius Verus, au datif	<i>Colonia Pax Iulia Decreto decurionum</i>	Hommage public, plaque en marbre	<i>Pax Iulia</i> (alentours proches)	139/161	<i>IRCP</i> , 291
Lucius Verus, au datif	<i>Municipes Ammaienses</i>	Hommage public, piédestal	<i>Ammaia</i> (Portalegre)	166	<i>IRCP</i> , 616 = ENCARNAÇÃO 2022, p. 10
Empereur anonyme, au datif? au nominatif?	?	?	<i>Balsa</i>	II ^e	<i>IRCP</i> , 90
Caracalla, au nominatif		Milliaire	Barbacena, <i>uia Ebora-Emerita</i>	211/217	<i>IRCP</i> , 661
Caracalla, au nominatif		Milliaire	Barbacena, <i>uia Ebora-Emerita</i>	211/217	<i>IRCP</i> , 662

⁵ Seules les références des publications postérieures à *IRCP* sont mentionnées, afin de ne pas alourdir les notes. Pour les autres mentions, j'ai renvoyé aux corpora les plus accessibles ou les plus récents.

⁶ *IRCP*, 148 *Mirobriga*: [- - - - -] / [- - -] VAH[- - -] / [- - -] Augg[- - -] / [- - -] ONIA [- - -] / [- - -] trib(unicia?) p]ot(estate) VII[- - -] / [- - - - -]. Selon E. Hübner: *CIL*, II, 24: [di]u[i] N[eruae] fil ... Aug G[ermanicus] ... p]on[t] maximus ... trib p]ot VII [...]. R. Etienne (1958, p. 473) proposait d'y voir un hommage à Trajan daté de 103, auquel cas, le texte devrait être au datif et non au nominatif.

Tableau 1. Les mentions des empereurs dans l'épigraphie du *conuentus Pacensis*, par ordre chronologique.

Empereur	Dédicant	Nature du document	Localisation	Date	Références ⁵
Élagabal, au datif		Milliaire	Barbacena, <i>uia Ebora-Emerita</i>	219	<i>IRCP</i> , 663
Maximin, au nominatif Son fils Maximus, au nominatif		Milliaire	Monforte, <i>uia Ebora-Emerita</i>	237	<i>IRCP</i> , 664
Maximin, au nominatif Son fils Maximus, au nominatif		Milliaire	Calçadinhas, <i>uia Ebora-Pax Iulia</i>	236/238	<i>IRCP</i> , 664a
Gordien III, au génitif dans un hommage à son épouse Furia Sabina Tranquillina, au datif	<i>Municipium Eborensis Decreto decurionum</i>	Hommage public	<i>Ebora</i>	214/244	<i>IRCP</i> , 380
Valérien, au datif	<i>Res publica Ossonobensis, deuota numini maiestatique eius dedit dedicauitque Ex decreto ordinis</i>	Hommage public	<i>Ossonoba</i>	254/255	<i>IRCP</i> , 3
Aurélien, au datif	<i>Res publica Ossonobensis, deuota numini maiestatique eius dedit dedicauitque Ex decreto ordinis</i>	Hommage public	<i>Ossonoba</i>	274	<i>IRCP</i> , 4
Aurélien, au nominatif		?	<i>Mirobriga</i>	275	<i>IRCP</i> , 149
Tacite, au datif		Milliaire	Alpiarça, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	275/276	<i>IRCP</i> , 665
Tacite, au datif		Milliaire	Alpiarça, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	275	<i>IRPC</i> , 666
Tacite, au datif		Milliaire	Ponte de Sor, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	275	<i>IRPC</i> , 666a
Tacite?, au datif		Milliaire	Alpiarça, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	275	<i>IRPC</i> , 667
Probus, au datif		Milliaire	Ponte de Sor, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	276/282	<i>IRCP</i> , 668
Constance Chlore, Galère, Maximien, Dioclétien, au datif		Milliaire	S. Clara de Louredo, <i>uia XXII de Pax Iulia</i> à Myrtillis	293/304	<i>IRCP</i> , 669
Dioclétien et Maximien, au datif		Milliaire	Terrugem, <i>uia Olisipo-Emerita</i>	286/305	<i>IRCP</i> , 670
Constance Chlore, au datif?		Milliaire	Abelterium (Alter do Chão), <i>uia Olisipo-Emerita</i>	305/306 ⁷	<i>FE</i> , 374 = <i>AE</i> , 2006, 567 = <i>HEp</i> , 2006, 532 =

⁷ Si *nobilissimus Caesar* figure bien sur le texte, le milliaire ne peut être postérieur à au 1er mai 305 (Kienast 2017, p. 269).

Tableau 1. Les mentions des empereurs dans l'épigraphie du *conuentus Pacensis*, par ordre chronologique.

Empereur	Dédicant	Nature du document	Localisation	Date	Références ⁵
Dioclétien et Maximien, Constance Chlore et Maximien, au datif		Milliaire	Melides, <i>via Olisipo-Ebora</i> , par <i>Salacia</i>	305	<i>IRCP</i> , 671
Crispus?, au datif		Milliaire	Viana do Alentejo, <i>uia XII d'Ebora à Pax Iulia</i>	317/326	<i>IRCP</i> , 672
Crispus, Licinius Iunior et Constantin II Césars, au datif		Milliaire	Estremoz, <i>uia Olisipo-Emerita</i>	317-326	<i>IRCP</i> , 673
Licinius Iunior et Constantin II César, au datif		Milliaire	Estremoz, <i>uia de Ebora à la voie principale Olisipo-Emerita</i>	320	<i>IRCP</i> , 674
Constantin II, Cripus et Licinius Iunior?, au datif		Milliaire	Estremoz, <i>uia Olisipo-Emerita</i>	à partir de 317? 306 pour Licinius et Constantin I ^{er} ? 306/307-308 ⁹ ?	<i>IRCP</i> , 675
Constance Chlore? Constant?, au nominatif		Milliaire	Vila Viçosa <i>Via XII</i>	293? 333-337 ¹⁰ ?	<i>IRCP</i> , 676
Valentinien et Valens, au datif			Sao Brissos	364/367	<i>IRCP</i> , 677
Empereur du IV ^e siècle?, au nominatif		Milliaire	Almeirim, <i>uia Olisipo-Emerita</i> par <i>Scallabis</i>	IV ^e ?	<i>IRCP</i> , 678
Empereur du III ^e ou IV ^e ?, au datif		Milliaire	Vila Fernando, <i>uia Ebora-Emerita</i>	III ^e ? IV ^e ?	<i>IRCP</i> , 679
Empereur?			<i>Mirobriga</i>	-	<i>IRCP</i> , 175
Empereur?			<i>Mirobriga</i>	-	<i>IRCP</i> , 167
Empereur?			<i>Ebora</i>	III ^e ? IV ^e ?	<i>IRCP</i> , 413
Empereur?			Vila Viçosa	III ^e ? IV ^e ?	<i>IRCP</i> , 441
Empereur?			<i>Aritium Vetus</i>	III ^e ? IV ^e ?	<i>IRCP</i> , 642

Ce sont donc 45 documents de natures diverses (hommage public, milliaire, dédicace par l'empereur) qui comportent la dénomination d'un empereur ou d'un membre ou de plusieurs membres de la famille impériale (héritier ou princesse), au nominatif ou au datif, très rare-

ment au génitif. D'autres individus sont souvent mentionnés dans ces textes, des agents du prince, des notables, ainsi que des institutions civiques comme l'*ordo decurionum* qui représente la *ciuitas*; ce sont ces éléments qui vont nous permettre de

⁸ Proposition de SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 110, n° 69.

⁹ SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997b, p. 259 et note 51.

¹⁰ Date proposée par SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 132, n° 132.

contextualiser la présence impériale et d'envisager les modalités de mise en place des textes.

Contextualisation de la documentation

Il convient tout d'abord de contextualiser la documentation à la fois en termes de localisation mais aussi en termes de chronologie.

Contexte géographique

Connaitre le lieu où une inscription a été placée est primordial: la réception d'un écrit ne peut

être envisagée et analysée qu'en lien avec l'espace auquel il était destiné. Le tableau 2 permet d'envisager ces localisations à petite échelle.

On remarque tout d'abord que les membres de la famille impériale, principalement les empereurs régnants et leurs héritiers Césars, sont aussi bien présents au cœur des cités, dans les capitales, que le long des voies irrigant le *conuentus*, des espaces ruraux principalement. Sans surprise, une cité en particulier est à mentionner: *Pax Iulia*, la capitale du *conuentus* avec quatre textes ainsi que *Mirobriga*¹¹, puis *Ammaia* avec trois comme à *Ebora*, alors qu'à *Ossonoba*, on ne trouve

Tableau 2. Localisation des textes mentionnant un membre de la famille impériale dans le *conuentus Pacensis*

Ville	Empereur	Nombre	Total par cité ou par voie	Total par type de localisation
<i>Ammaia</i>	Claude et Claude divinisé	2	3	24
	Lucius Verus	1		
<i>Aritium Vetus</i>	Caligula	1	2	
	Empereur ?	1		
<i>Balsa</i>	? au II ^e	1	1	
<i>Calipolis</i>	Aurelia Vibia Sabina	1	1	
<i>Ebora</i>	Tibère	1	3	
	Gordien III	1		
	Empereur?	1		
<i>Mirobriga</i>	Trajan	1	4	
	Aurélien	1		
	Empereur?	2		
<i>Myrtillis</i>	Marc Aurèle	1	1	
<i>Ossonoba</i>	Valérien	1	2	
	Aurélien	1		
<i>Pax Iulia</i>	Auguste	1	4	
	Tibère	1		
	Lucius Verus	1		
	Valentinien, Valens	1		
<i>Pax Iulia? Ebora?</i>	Tacite	1	1	
<i>Salacia</i>	Auguste	1	1	
<i>Vila Viçosa</i>	Empereur?	1	1	
<i>Via Balsa-Ossonoba</i>	Auguste?	1	1	21
<i>Via Ebora-Emerita</i>	Caracalla	2	5	
	Élagabal	1		
	Maximin	1		
	? au III ^e ? au IV ^e ?	1		

11 Quatre textes dont deux d'empereurs non identifiés.

Tableau 2. Localisation des textes mentionnant un membre de la famille impériale dans le *conuentus Pacensis*

Ville	Empereur	Nombre	Total par cité ou par voie	Total par type de localisation
<i>Via Eborac-Pax Iulia</i>	Maximin	1	1	21
<i>Via Olisipo-Emerita</i>	Tacite	3	11	
	Probus	1		
	Dioclétien, Maximien	1		
	Constance Chlore	1		
	Crispus?	1		
	Crispus, Licinius Iunior, Constantin II	2		
	Licinius Iunior, Constantin II	1		
	? au IV ^e	1		
<i>Via Olisipo-Eborac</i>	Constance Chlore, Galère, Maximien, Dioclétien	1	2	
	Dioclétien, Maximien, Constance, Maximien	1		
<i>Via XII</i>	Constance Chlore? Constant?	1	1	

que deux textes. Dans les autres cités, la moisson est très modeste avec un seul texte.

Pour les voies, la *Via Olisipo-Emerita* est celle qui a fourni le plus de milliaires avec 11 textes, principalement tardifs des III^e et IV^e siècles; ce sont cinq textes qui ont été retrouvés sur la *Via Ebora-Emerita*: toutes les deux relient la capitale de la province, *Augusta Emerita*.

Si on tient compte de la localisation des milliaires sur les territoires civiques, on peut noter que l'on en trouve cinq sur le territoire d'*Ebora*¹² auxquels s'ajoutent les trois textes venant de la capitale de cité. *Ebora*, peut-être plus que *Pax Iulia* est un nœud routier situé au centre du *conuentus*.

La carte montre qu'en dépit de ces modestes concentrations, le nom impérial et la titulature rappelant les pouvoirs sont présents sur quasi tout le territoire du *conuentus*, avec une concentration plus forte au nord-est, à proximité de la capitale provinciale *Augusta Emerita*.

Contexte chronologique

La répartition dans le temps des inscriptions retenues présente un intérêt tout aussi grand (cf. tableau 3):

Si des empereurs de tous les siècles depuis le principat d'Auguste jusqu'au milieu du IV^e siècle, sont bien présents, on peut noter certaines absences ou princes peu mentionnés.

Les Julio-claudiens, au nombre de sept, sont peu nombreux. Cela peut s'expliquer par l'ancienneté des documents, qui ont pu être remplacés,

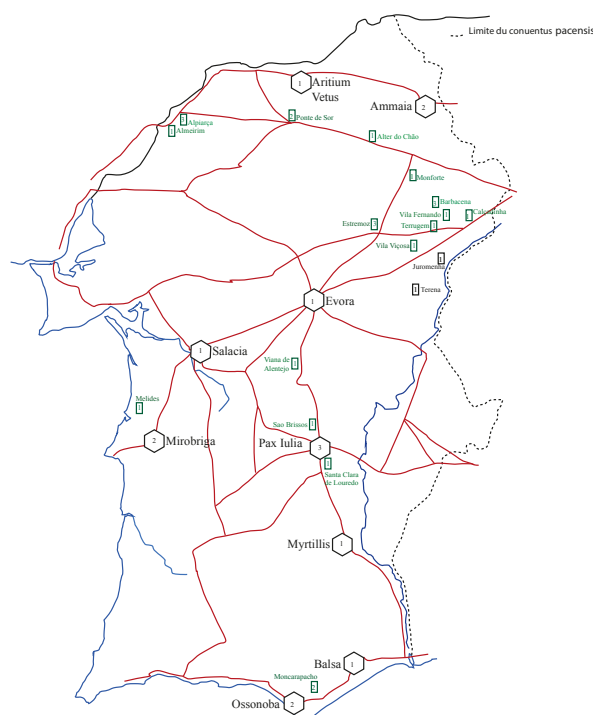


Figure 1. Localisation des textes mentionnant un membre de la famille impériale (crédits: S. Lefebvre 2024).

12 *IRCP*, 672 à 676.

Tableau 3. Répartition chronologique des membres de la famille impériale dans le *conuentus Pacensis*

Dynastie/période	Empereur	Nombre par empereur	Total par dynastie
Julio-Claudienne	Auguste	2 + 1?	7
	Tibère	2	
	Caligula	1	
	Claude	2	
Antonine	Trajan	1	6
	Marc Aurèle	1	
	Lucius Verus	2	
	Aurelia Vibia Sabina	1	
	?	1	
Sévérienne	Caracalla	2	3
	Élagabal	1	
235-285	Maximin	2	10
	Gordien III	1	
	Valérien	1	
	Aurélien	2	
	Tacite	3 + 1?	
	Probus	1	
Tétrarchie	Constance Chlore, Galère, Maximien, Dioclétien	1	4
	Dioclétien, Maximien	1	
	Constance Chlore	1	
	Dioclétien, Maximien, Constance, Maximien	1	
Constantinienne	Crispus?	1	5
	Cripus, Licinius Iunior, Constantin II	2	
	Licinius Iunior, Constantin II	1	
	Constance Chlore? Constant?	1	
Valentienne	Valentinien, Valens	1	1
III ^e /IV ^e	?	2	2
Incertain		5	5

entre autres pour les milliaires, lors des réfections des routes tout au long des siècles; de plus, au cœur des espaces publics, on sait que régulièrement il devait y avoir un désengorgement lorsque le foisonnement des bases de statues était trop important. Même si la figure du fondateur ou du prince ayant octroyé un avantage à une cité, était importante, elle n'est pas toujours omni-présente dans la cité, et peut disparaître dans certains cas¹³. Le nom d'un prince peut au contraire être maintenu quand il figure dans un document officiel comme le serment d'*Aritium Vetus* rendu à

Caligula¹⁴, dont le nom a pourtant souvent disparu suite à sa fin de règne violente.

Bien plus surprenante est l'absence de la dynastie flavienne au sein du *conuentus Pacensis*, dans le cadre de ce qui nous est parvenu. On connaît l'action de Vespasien et de Domitien en faveur des cités d'Hispanie, et entre autres de Lusitanie¹⁵.

Pour les dix textes datés de la période 235-285, on peut évoquer les successions de crises politiques qui ont sans doute conduit les habitants à davantage devoir exprimer leur loyauté, par le biais d'hommages publics rendus à l'empereur.

¹³ LEFEBVRE 2024; LEFEBVRE à paraître.

¹⁴ IRCP, 647 *Aritium Vetus*.

¹⁵ Pour un point récent: EDMONDSON 2009.

Les textes les plus tardifs, bien présents jusqu'au milieu du IV^e siècle, sont avant tout des milliaires, et non plus des hommages émanant des cités.

Ce large floruit donne le sentiment que la figure impériale est connue et présente. Mais dans quel contexte? De façon active, par le biais d'actions de l'empereur? Ou de façon passive par les décisions des cités?

Les actions du prince

Le contexte politico-administratif

Le nom d'un prince peut être présent dans une inscription pour des raisons qui ne sont pas forcément liées à une action précise. C'est le cas dans plusieurs dossiers:

- le prince n'est mentionné que comme élément de datation, dans une date consulaire. C'est le cas dans une table de patronat en bronze, datée du 21 janvier 22 par le 5^e consulat de Tibère associé à Séjan¹⁶ entre L. Fulcinus Trio et des membres de la famille des Stertini;
- le nom de l'empereur figure dans la mention d'une fonction remplie au service du

prince, par exemple pour L. Fulcinus Trio, *legatus Ti(beri) Caesaris*¹⁷ dans une table de patronat de nature privée entre ce gouverneur et une famille de notables ou pour C. Ummidius Durmius Quadratus, *legatus C(aii) Caesaris Germanici imperatoris pro praetore*¹⁸. La mention du prince précis va progressivement disparaître, *legatus Augusti* sans plus de précision étant davantage utilisé;

- le nom du prince figure dans une loi, comme dans le règlement des mines d'Aljustrel¹⁹.

Dans ces cas, on ne peut évoquer une relation personnelle entre les habitants et les princes. Et, il me semble que nous devons les mettre de côté dans le cadre de ma réflexion.

Les milliaires

Ce n'est pas le cas des milliaires, qui sont la manifestation de l'intérêt de l'empereur pour les territoires provinciaux: ils sont liés à la politique viaire et témoignent de la création ou de la restauration de routes nécessaires aux activités économiques et militaires. L'implication impériale se traduit par l'emploi de verbes comme *fecit/fecerunt*²⁰ ou comme *refecit/refecerunt*²¹. C'est aussi une façon d'inscrire le nom impérial dans un espace non urbain, dans l'espace rural²² avec la titulature impériale présente au nomi-

16 IRCP, 479 Juromenha: *Ti(berio) Caesare V, L(ucio) Aelio Seiano / co(n)s(ulibus,) / XII K(alendas) Febr(uarias), / Q(uintus) Stertinius Q(uinti) f(ilius) Bassus, / Q(uintus) Stertinius Q(uinti) f(ilius) Rufus, / L(ucius) Stertinius Q(uinti) f(ilius) Rufinus / hospitium fecerunt cum L(ucio) Fulcinio / Trione, leg(ato) Ti(beri) Caesaris liberis / posterisque eius, / L(ucius) Fulcinus Trio leg(atus) Ti(beri) Caesaris, Q(uintum) / Stertinium Q(uinti) f(ilium) Bassum, Q(uantum) Stertinium / Q(uinti) f(ilium) Rufum, L(ucium) Stertinium Q(uinti) f(ilium) Rufinum liberos posterosq(ue) eorum in fidem clientelamq(ue) / suam liberorum posterorum suorum / recepit.*

17 IRCP, 479 Juromenha.

18 IRCP, 647 Aritium Vetus.

19 IRCP, 143 Metallum Vipascense (Aljustrel): 1. *[Qui puteum aerarium occupauerit, priusquam uenam coxerit, pretium partis dimidia ad fiscum pertinetis secundum legem imp(eratoris) Hadriani] Aug(usti) praesens numerato.* 2. *... quorum pretia secundum liberalitatem sacratissimi Imp(eratoris) Hadriani Aug(usti) obseruabuntur ...*

20 IRCP, 664a Ebora.

21 IRCP, 678 Termo de Almeirim (Aritium Vetus): *[- - - -] co(n)s(ul) / IIII proco(n)s(ul) / refecit.*

22 LEFEBVRE 2016; LEFEBVRE 2021.

natif. Plusieurs sont connus dans le *conuentus Pacensis*, dès l'époque augustéenne²³; sur la *uia Ebora-Emerita*, on trouve deux milliaires de Caracalla²⁴, dont un très abîmé, tous deux au nominatif. C'est aussi le cas d'un milliaire de Maximin le Thrace²⁵.

Au cours du III^e siècle, la titulature impériale présente sur les milliaires va être de plus en plus souvent au datif, ce qui est le cas du milliaire d'Élagabal²⁶. Placé au 22^e mille depuis *Ebora*, il présente une titulature impériale très développée, comprenant les formules qui s'étoffent au III^e siècle, avec les superlatifs *fortissimus* et *felicissimus*²⁷: c'est un moyen pour les titulaires

du pouvoir, de faire connaître les lignes directrices de la communication impériale, en mettant l'accent sur la légitimation du pouvoir par le biais d'une généalogie, renvoyant ici à Septime Sévère, ou par le biais de victoires militaires, en préparant aussi l'avenir en associant et donc en présentant leur potentiel successeur comme Maximin le Thrace²⁸ faisant de son fils Maximus, un César.

Dans la seconde moitié du III^e siècle, la titulature au datif est adoptée: c'est le cas sur trois ou quatre milliaires de Tacite²⁹, sur celui de Probus³⁰, des tétrarques en 293³¹, puis en 305³², de Dioclétien et Maximien³³, de Constance Chlore³⁴,

- 23 Le milliaire *IRCP*, 660 (- - - - / *Aug(usto) pon(tifici) m(aximo) / m(ilia) p(assuum) X*) pourrait être d'époque augustéenne. Néanmoins, une titulature au datif renvoie en général à une date plus tardive.
- 24 *IRCP*, 661 Barbacena: *Imp(erator) Caes(ar) diu[i] Seue[r]i pii fil[ius] ...*]. Le développement proposé dans *IRCP* est au datif, proposition reprise par *HEp*, mais je ne suis pas sûre que cela soit le cas dès cette époque: le nominatif me semble préférable; *IRCP*, 662 est au nominatif: *Imp(erator) Caes(ar)] / M(arcus) [Aurelius] / Seuerus, Pius / Felix Aug(ustus), / pont(ifex) maximus / [...]*.
- 25 *IRCP*, 664 Monforte: *Imp(erator) Caes(ar) / G(aius!) Iul(ius) Verus Maximinus, / Pius Felix Aug(ustus), pont(ifex) max(imus), / p(ater) p(atriciae), trib(unicia) potes(tate) III, co(n)s(ul), / Germ(anicus) max(imus), Dac(icus) max(imus), Sarm(aticus) max(imus), / G(aius!) Iul(ius) Verus Maximus, nobilissimus Caes(ar), / princeps iuuentutis Germ(anicus) max(imus) / Daci(cus) m(aximus)] / imp(erator) [...]*; 664a *Ebora*: *Imp(erator) Caes(ar) / C(aius)] [Iul(ius) Ver(us) Max(imin)]us, Pius Aug(ustus) / Felix, pont(ifex) m(aximus), trib(unicia) p(otestate), / p(ater) p(atriciae), co(n)s(ul), proc(onsul), / et C(aius) Iulius / Maximus, nobilissimus Caes(ar)], / fecerunt, / (milia passuum) XI*.
- 26 *IRCP*, 663 Barbacena: *Imp(eratori) Caes(ari) diui Antoni/ni Pii Magni fil(io), / diui Septimi Seueri / Pii nepoti, M(arco) Aure(l)io Antonino, / P(io) Fel(ici) Aug(usto), pont(ifici) max(imo), / trib(unicia) pot(estate) II, co(n)s(uli) II, / proc(onsuli), p(atri) p(atriciae), / fortissimo felicissi/moque principi, / [Eb]ora m(ilia) p(assuum) / XXII*.
- 27 LEFEBVRE 2022.
- 28 *IRCP*, 664 Monforte (cf. note 25); 664a *Ebora*.
- 29 *IRCP*, 665 *Aritium Vetus*: *Imp(eratori) / Caesari / M(arco) / Claudio / Tacito, / Pio F(elici) In(uicto) / Aug(usto), pontif(ici) / m(aximo), trib(uniciae) / potestatis II, co(n)s(uli), / p(atri) p(atriciae)*; 666 *Aritium Vetus*: *Imp(eratori) / Caesari / Claudio / Tacito, / Pio F(elici) In(uicto) / Aug(usto), / pont(ifici) m(aximo), / trib(uniciae) potestatis II, / co(n)s(uli), pro[co(n)s(uli)...]*; *IRCP*, 666a = *AE*, 1995, 722 *Aritium Vetus* (Portalegre): *Im[p(eratori)] / Caes(ari) / Marco / Claudio / Tacito, / Pio Felici / In(uicto) / Aug(usto), p(atri) p(atriciae) / II co(n)s(uli) [...]* en décembre 275.
- 30 *IRCP*, 668 *Aritium Vetus*: *Imp(eratori) Caes[ar]r(i) M(arco) Aur(elio) / Probo, P(io) F(elici) / In(uicto) / [A]u[g(usto)], p(ontifici) m(aximo) / [...]*.
- 31 *IRCP*, 669 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 88-89, n° 11 Santa Clara de Louredo: *[Dddd(ominis)] nnnn(ostris) C(aio) Flavio Valerio Const[antio, nob(ilissimo)] / Caesari, Ca[io] / [Gal]erio Vale[r]io / [Maximiano], M(arco) Aur(elio) [Valerio] / Maximiano, pio, felici, / C(aio) Aur(elio) Val(erio) Diocletiano, Aug(usto), p(ontifici) m(aximo), [trib(unicia)] pot(estate) [...]*. Cf. LEFEBVRE 2016.
- 32 *IRCP*, 671 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 88, n° 10: *Dd(ominorum) nn(ostrorum duorum) Diocle[tia]ni et Max[i]/[mia]ni se[m]/p[er] Augg(ustorum), et C[ons]/[tant]i et M[ax]/[imin]i, fo[r]tissi/[mo]rum in[ui]c/[to]rum, et [Ma]ximini, [for]/[tissimoru[m]] / [Caes]arum*.
- 33 *IRCP*, 670 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 86, n° 3 Herdade de Alcobaça, Terrugem, Portalegre, Elvas: *Dd(ominis) nn(ostris) I(m)pp(eratoribus) / Diocletiano et Maxs/imiano/o(!), m(ilia) p(assuum) / XXXXXX/V*. Cf. LEFEBVRE 2016.
- 34 *FE*, 374 (*HEp*, 2006, 532; *AE*, 2006, 567) *Abelterium?* (Alter do Chão): *D(omino) n(ostro) [?] / d(omino) n(ostro) Flav(io) / Valeri[o] / Const[antio], / nob[iliss(imo) Caes(ari)] / [...]*.

de Cripus³⁵, des fils de Constantin³⁶, de Valentinien et Valens³⁷, d'un empereur non déterminé³⁸. Le milliaire devient ainsi un milliaire-hommage³⁹.

Au nominatif ou au datif, la figure impériale est présente et témoigne de l'intérêt porté par le pouvoir central aux territoires provinciaux.

L'évergétisme impérial

D'autres contextes témoignent de cet intérêt. Un texte très fragmentaire de *Pax Iulia*⁴⁰, gravé sur une plaque monumentale et où la titulature impériale est au nominatif, a pu être heureusement complétée: Auguste, en 2 a. C., aurait donné à la colonie de *Pax Iulia* des murs, des tours et des portes; la plaque de marbre aurait été fixée sur l'un de ces monuments⁴¹.

Une inscription de *Balsa*, datée du II^e siècle par la paléographie, a été restituée au nominatif⁴²; la plaque de marbre où est gravée une partie de la

titulature impériale aurait pu être fixée sur un bâtiment en lien avec une décision impériale. Il est difficile d'aller plus loin dans les hypothèses.

Le texte, extrêmement fragmentaire, mentionnant Aurélien⁴³ au nominatif, pourrait être mis en relation avec une décision impériale affectant la cité de *Mirobriga*, d'autant plus si le nom du gouverneur figurait dans le texte⁴⁴, ce dont on ne peut être sûr. S'agit-il d'un acte d'évergétisme impérial, la largesse impériale pouvant alors être mise en relation avec les murailles ou la reconstruction du cirque? Ou bien d'une décision fiscale? Il est impossible de le dire. Mais c'est un témoignage de la présence impériale voulu depuis le centre du pouvoir, dans la cité.

Ces témoignages des actions impériales qui nous sont donc parvenus, et qui ont permis d'inscrire le nom du prince dans les espaces du *conuentus Pacensis* sont donc assez peu nombreux. Si la mise en place des milliaires relève d'une politique

35 *IRCP*, 672 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 124, n° 109. Viana do Alentejo, Nossa Senhora de Ares: *D(omino) n(ostro) / Iulio / l(atio), / nob(ilissimo) / Caes(ari); / (Milia passuum) XVIII*. Il y a une erreur sur le gentile du prince, mentionné comme *Iulius* en premier à la place de *Flavius*; il pourrait s'agir de Crispus, César, fils de Constantin I^{er}; *IRCP*, 673 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 122, n° 103 S. Estêvão, Estremoz, Evora: *D(ominis) n(ostri) duobus) / Flauio Iulio Crispo, / Valerio Lici(niano) Lici(nio) Iuni(ori) e[st] F[la]uio Clau(dio) Co(n)sta(n)tino, nob(ilissim)is Caes(aribus)*. Cf. LEFEBVRE 2016.

36 *IRCP*, 674 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 123, n° 105 Evora Monte, Santa Maria, Estremoz: *[D(ominis) n(ostri) Flauio Iul]io / [Vale]rio Licinio Iun(iori) / [et] Flauio (C)laudio / [Consta]ntino, consul(i), / nob(ilissimis) Caes(aribus)*: semble manquer Crispus, alors que sont présents Licinius Iunior, et le futur Constantin II, Césars (cf. LEFEBVRE 2016); *IRCP*, 675 = SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a, p. 110, n° 69 Santa Maria, Estremoz: *D(ominis) n(ostri) Constant[ino], / [Valerio, Liciniano, nobil(issimis)] Caesar(ibus)?*. Cf. LEFEBVRE 2016.

37 *IRCP*, 677 *Pax Iulia*: *D(ominis) nn(ostri) / Valen[ti]/nian[o] / et / Valen[ti] Aug(ustis) / con(s)ulibus) / I[...?]*.

38 *IRCP*, 678 *Balsa*: *Imp(eratori) / C(aesari) Ma[r]co A[ur]el[io] AV[GM][...]*.

39 SILLIÈRES 1984, p. 272; 292 dans la discussion; SILLIÈRES 1988, p. 351; 352; LEFEBVRE 2021.

40 *IRCP*, 292 = *FE*, 1988, 131 (*AE*, 1989, 368; *HEp*, 1990, 744) = *FE*, 2022, 131add *Pax Iulia*: *[Imp(erator) Caesar diui f(ilius) Au]gustus, pater pa[triae], / [p(ontifex) max(imus), co(n)s(ul) XIII, trib(unicia) p]otes(tate) XXI, colon[iae] / [Paci Iuliae muros] turres portas[q(ue) dedit]*. Manquent les salutations impériales et les consulats.

41 On peut penser au don d'Auguste fait à Nîmes: *CIL*, XII, 3151 *Nemausus: Imp(erator) Caesar [d]ui f(ilius) Augu[s]tus, [c]o(n)s(ul) X[L], trib(unicia) [p]otes(tate) VIII, / portas murosq(ue) col(oniae) dat*.

42 *IRCP*, 90 *Balsa*: *[- - - - - / [- - - i]mp(erator), p[ont]ifex max(imus), / trib(unicia) p[ot]est(ate) X[- -]*.

43 *IRCP*, 149 (*AE*, 2008, 638; *HEp*, 2008, 252) *Mirobriga*: *Im[p(erator) Caesar L(ucius) Domitius A]urelia[nus], / Pi[us] Felix Augustus, p[ont]ifex[x] / m[ax]imus, Germanicus m[ax]imus[s], p(ater) p(atriciae)], / tr[ib]unicia pot(estate) II, proconsul, co[n]sul I / [...]NTI ORO[...]MVLO / [...] ciuitat]is(?) Miro(brigensium) C[elt]icum(?) // C(aio) V[alerio](?) [...] / Rom[ulo](?) [...] / Mirr[ia](?)*. Les possibilités de restitution sont très nombreuses, compte tenu du grand nombre de fragments; dans *AE* 1991, 944 la lecture qui est reprise mentionne le titre de *Parthicus* à la place du titre de *Germanicus*.

44 Ou peut-être sur l'autre face, la plaque étant opisthographie: *IRCP*, 149b: *C V[- - -] / ROM[- - -] / MIRR[- - -]*.

générale dans le cadre de l'empire, les attestations d'actions spécifiques envers les cités sont rares. Cela ne signifie pas forcément un désintérêt du centre du pouvoir pour les cités relevant d'un cadre administratif lointain, car nous ignorons la totalité des échanges épistolaires entre le gouverneur de la province et les bureaux Palatins⁴⁵. Il apparaît aussi qu'on ne trouve aucune mention d'un acte précis du gouverneur ou de tout autre administrateur impérial dans le *conuentus*, même si le nom de certains figurent comme élément de datation⁴⁶.

La présence impériale voulue par la population

La manifestation de l'adhésion de la population

Mais d'autres documents sont bien plus évocateurs, comme le serment prêté par les habitants d'*Aritium Vetus* à Caligula lors de son arrivée sur le trône⁴⁷. À l'arrivée d'un nouveau prince, chaque cité doit en effet prêter serment, dans la continuité du serment de 32 a. C.⁴⁸, qui est prêté sous le regard des dieux, mais aussi sous celui du divin Auguste – le serment est aussi en lien avec le « culte impérial » –, et tous les autres dieux

immortels. Le texte est affiché sur les murs de la cité en rappel, pour tous les citoyens locaux et résidents. Nous sommes au début du règne de Caligula, et il s'agit du serment au nouveau prince, apportant par sa jeunesse de l'espoir. Son représentant dans la province, le légat d'Auguste est bien entendu associé aux cérémonies. Il y a néanmoins des absents: le Sénat de Rome et le peuple romain, pourtant associés dans les premiers temps du Principat. Le serment possède une dimension militaire: les formules sont assez belliqueuses. Il s'agit de tenir pour ennemis⁴⁹ ceux que le prince considère comme tels, et de leur faire la guerre sans merci. On peut penser qu'il peut s'agir d'ennemis intérieurs, comme des sénateurs déclarés *hostes publici* car hostiles au Principat. Mais il s'agit aussi de légitimer le prince à la mort du prédécesseur: c'est la remise des pouvoirs, non encore institutionnalisée sous les Julio-Claudiens. Pour devenir un vrai maître de l'empire, le prince doit recevoir le serment des civils et des soldats⁵⁰. Le serment est sans doute lié à un ordre émanant de Macro, préfet du prétoire juste après mort de Tibère survenue le 18 mars 37. Le nouveau jeune prince suscite un grand enthousiasme. Le serment permet de réactualiser les liens entre le prince et la population: c'est une histoire de famille en quelque sorte. Il est donc plus que probable que, même si le serment prêté par *Aritium Vetus* paraît

⁴⁵ CHRISTOL 2022.

⁴⁶ *IRCP*, 615 *Ammaia*; *IRCP*, 647 = *HEp*, 1994, 1079 *Aritium Vetus*.

⁴⁷ *IRCP*, 647 = *HEp*, 1994, 1079 *Aritium Vetus*: *C(aio) Vmmidio Durmio Quadrato, / leg(ato) C(ai) Caesaris Germanici Imp(eratoris) / pro praet(ore), / ius iurandum Aritiensium / ex mei animi sententia ut ego iis inimicus / ero quos C(aio) Caesari Germanico inimicos esse / cognouero et si quis periculum ei salutiq(ue) eius / in[[f]er[t] in[tul]erit[u]e armis bello interneciuo / terra mariq(ue) persequi non desinam quo ad / poenas ei persoluerit neq[u]e liberos meos / eius salute cariores habebō eosq(ue) qui in / eum hostili animo fuerint mihi hostes esse / ducam si s[cie]ns fa[ll]o fefelleroue tum me / liberosq(ue) meos Iuppiter Optimus Maximus ac / diuus Augustus ceteriq(ue) omnes di immortales / expertem patria incolumitate fortunisque / omnibus faxint, [a(n)te d(iem)] V Idus Mai(as), in / Aritiense oppido ueteri, Cn(aeo) Acerronio / Proculo, C(aio) Petronio Pontio Nigrino co(n)s(ulibus), / mag(istris) / Vegeto Taltici[f]ilio? - - V]ibio [- - M]arioni[s f]ilio*]; cf. LE GALL 1985.

⁴⁸ *RGDA*, 25: *Iura verunt in eadem verba prouincia Galliae Hispaniae Africa Sicilia Sardinia*; DC, L, 6: *Καὶ τοσαύτη γε προθυμία ἀμφοτέροι ὁμοίως ἐχρήσαντο ὥστε καὶ ἐνόρκους τὰς συμμαχίας σφῶν ἐκατέρω ποιήσασθαι*.

⁴⁹ *IRCP*, p. 752.

⁵⁰ On a trouvé quasiment le même texte à *Sestinum* en Ombrie, daté de 27 a. C.: *CIL*, XI, 5998 *Sestinum*: *[...]ullius / [...]salutue cul[us] e[orum] periculum intulerit inferet / eum armis belloque interneciuo ter[ra] marique persequar neque ante / odisse aut agitare desistam quam is / sceleris parricidi(i) sui poenas exsolue[rit] eosque qui in eorum quem hostili / animo erunt hostis inplacabilis iudica[bo] et dum impium ac nefarium [...] / trabent infestissimum [...] / iud[ic] // Locutura principibus meis d[icit] [...]it*.

résulter d'une initiative spontanée, sa formule était en fait dictée depuis Rome et transmise par la poste impériale. Une punition est envisagée si le serment n'est pas respecté: les citoyens d'*Aritium Vetus* n'auront plus de patrie.

Sous Claude, c'est un *uotum* annuel⁵¹ qui est organisé et rappelé dans la pierre par la cité d'*Ammaia*⁵². Si la pratique n'est pas inhabituelle⁵³, il est ici intéressant de noter que sont mentionnés dans le texte, d'un part le gouverneur de la province, L. Caluentius Vetus Carminius, dont le titre comprend le nom complet du prince, mentionné donc deux fois dans ce texte, et d'autre part les magistrats locaux alors en charge, Proculus, fils de Pisirus et Omuncio, fils de Cilaius⁵⁴. On peut s'interroger sur les raisons de l'inscription dans la pierre du vœu cette année-là, en 44/45: les habitants d'*Ammaia* faisaient-ils cela chaque année? Ou bien le rappel du vœu de cette année-là et le maintien visible dans l'espace public de son souvenir sont-ils à mettre en lien avec un événement particulier, nécessitant la présence du *legatus Augusti*? Il ne faut pas oublier que Claude est remercié par un habitant de cette même cité à qui il a octroyé la citoyenneté romaine⁵⁵: cette promotion doit sans doute être datée de sa censure en 47/48, et serait donc postérieure au vœu. Mais l'obtention de la

ciuitas Romana par P. Cornelius Macer est peut-être, non pas la raison ayant conduit au *uotum*, mais plutôt sa conséquence, si ce notable a joué un rôle dans cette décision de la cité d'*Ammaia*. D. Nony proposait de mettre le *uotum* en relation avec une opération militaire⁵⁶ en Lusitanie sous le règne de Claude. Rien à ma connaissance, n'a permis de confirmer à ce jour cette hypothèse.

Les hommages rendus aux princes, à leurs héritiers et aux membres de la famille impériale

En retour de l'aide apportée par les princes et dans d'autres circonstance, les cités vont exprimer leur reconnaissance par le biais d'hommages publics⁵⁷. La titulature du prince, au datif, est contrôlée par le gouverneur afin qu'elle corresponde aux attendus⁵⁸ du pouvoir. Ce sont par exemple les victoires militaires qui sont ainsi rappelées à des populations vivant souvent fort loin du champ de bataille: en 164, Marc Aurèle est honoré par les *municipes* de *Myrtillis*⁵⁹ comme *Armeniacus*, titre accordé cette même année. Les raisons de l'hommage ne sont cependant pas précisées: la date ne permet pas de le mettre en relation avec les attaques des Maures plus à l'est en 171.

51 NONY 1968, p. 60-61.

52 *IRCP*, 615 *Ammaia*: *Tib(erio) Claudio / Caesari Aug(usto) / Germanico, imp(eratori) III, / pont(ifici) max(imo), trib(unicia) pot(estate) / IIII, co(n)s(uli) IIII desig(nato) IIII, / ciuitas Ammaiensis, / ex uoto annuo, / L(ucio) Caluentio Vetere / Carminio leg(ato) Tib(eri) Claudi Caesaris Aug(usti), / Proculo Pisiri f(ilio), / Omuncione Cilai(!) f(ilio)*. Pour un point récent sur la cité, GUERRA 2024, p. 322-323.

53 ÉTIENNE 1958, p. 434.

54 Pour l'étude onomastique de la population d'*Ammaia*, cf. GUERRA 2024.

55 *IRCP*, 618 révisé dans ENCARNACÃO 1986, p. 107 (*HEp*, 1990, 827) *Ammaia*: *P(ublio) Cornelio / Q(uinti) uel Q(uirina tribu?) Macro, / uiritim a diuo / Claudio ciuitate / donato, / quaestori, IIuir(o), / ex testamento ipsius / [...] Quintius Capito, / cum Q(uinto) f(ilio) b(eredes) p(osuerunt)*. Cf. NONY 1968, p. 57.

56 NONY 1968, p. 60-61.

57 LEFEBVRE 1994, tome 2, n° 410; LEFEBVRE 2004.

58 LEFEBVRE 2022.

59 *IRCP*, 96 *Myrtillis*: *[Imp(eratori)] Caesari M(arco) A[ure]l[i]o An[tonino] Augusto, / [Arme]niaco, ponti[ff(ici)] max(imo), tr(ibunicia) p(otestate) XVIII, / [co(n)s(uli) IIII], diui Antonini [Aug(usti) fil(io), diui Hadriani] / [nep(oti), diu]i Traiani Par[thic(i) pronep(oti)], / [diui Ner]uae abnep(oti), [---] / ex d(ecreto) d(ecurionum), m(unicipes) m(unicipii) Myr[tilens]is, / per C(aium) Iulium Marinum, / C(aium) Marcium Optatum, IIuir(os).*

Un peu plus tard, en 166, c'est Lucius Verus qui est honoré par les habitants du municipe d'*Ammaia*⁶⁰; l'hommage est très classique, peu bavard, et répond aux attentes du centre du pouvoir, avec la titulature officielle du co-empereur.

Encore plus tard, la *res publica* d'*Ossonoba* honore Valérien⁶¹ vers 254/255: dans une période de crise, *Ossonoba* affirme sa loyauté envers cet empereur. Les institutions municipales continuent à fonctionner, utilisant les formules classiques de dévotion, ce que l'on constate à nouveau dans un hommage public mis en place en l'honneur d'Aurélien⁶².

L'un des moyens pour le titulaire de la *potestas* et de l'*imperium* de nouer un lien avec la population de l'empire est de présenter les héritiers pressentis à sa succession: on le constate dans plusieurs dossiers de l'époque augustéenne⁶³. Cette pratique est encore utilisée au II^e siècle, dans la stratégie de légitimation des empereurs de la dynastie antonine. Ainsi Lucius Verus, héritier d'Antonin le Pieux a été honoré sur le forum de *Pax Iulia*⁶⁴, peu après son adoption par Antonin le Pieux, selon J. d'Encarnaçao.

Cette pratique conduit à honorer les différents membres de la famille impériale, dont les épouses. C'est ainsi que Furia Sabina Tranquillina, épouse de Gordien III est honorée à *Ebora*⁶⁵. Cet hommage public devait être accompagné de celui rendu à l'empereur en fonction, son époux Gordien III. Nous ignorons les raisons ayant poussé la population d'*Ebora* à honorer la *domus Augusta* à cette date, mais c'est un bon témoignage de la relation nouée par les populations avec le centre du pouvoir.

On note que dans plusieurs de ces textes, l'élément de datation⁶⁶ que constitue la mention des magistrats locaux, comme exécutants de la décision civique est inscrite à proximité du nom du prince, et donc très visible au sein de l'espace public. C'est évidemment pour ces notables au sommet de l'élite locale, un moyen d'inscrire leur nom dans l'espace public, de valoriser leur position sociale et politique dans l'espace le plus prestigieux de la cité, là où se trouvent les hommages aux empereurs.

Malheureusement les documents qui auraient pu nous permettre de mieux mesurer l'investissement impérial dans le *conuentus*, et surtout dans les cités, et la réception de ces

60 IRCP, 616 = ENCARNACÃO 2022, p. 10 *Ammaia*: *Imp(eratori) Caes(ari) L(ucio) Aure(lio) Vero Aug(usto), / diui Antonini f(ilio), / pont(ifici) max(imo), trib(unicia) pot(estate), / co(n)s(uli) II, p(atri) p(atriciae), / municip(es) Ammai(enses)*. Cf. Lefebvre 1994, tome 2, n° 367.

61 IRCP, 3 = HEp, 2005, 443 *Ossonoba*: *Imp(eratori) Caes(ari) P(ublio) Licinio / Valeriano, P(ii) F(elici) Aug(usto), / pont(ifici) max(imo), p(atri) p(atriciae), tr(ibunicia) pot(estate) / III, co(n)s(uli), res p(ublica) Osson(obensis), ex d(creto) ord(inis), deuot[isima] / numini maiestatiq(ue) / eius d(edit) d(edicauit)*. Cf. LEFEBVRE 1994, tome 2, n° 428.

62 IRCP, 4 *Ossonoba*: *Imp(eratori) Caes(ari) / L(ucio) Domitio / Aureliano, / Pio Fel(ici) Aug(usto), / p(ontifici) m(aximo), t(ribunicia) p(otestate), p(atri) p(atriciae), / II co(n)s(uli), proc(onsuli), / r(es) p(ublica) Ossonob(ensis), / ex decreto / ordin(is) / d(euota) n(umini) m(aiestatique) eius, / d(edit) d(edicauitque)*. Cf. LEFEBVRE 1994, tome 2, n° 429; ENCARNACÃO 2016, p. 60.

63 LEFEBVRE 2000.

64 IRCP, 291 = HEp, 2005, 413 *Pax Iulia*: *L(ucio) Aelio Aurelio / Commodus, / Imp(eratoris) Caes(aris) T(iti) Aeli Hadriani Ant(oni)ni Aug(usti) P(ii) p(atris) p(atriciae) filio, / col(onia) Pax Iulia, / d(creto) d(ecurionum); / Q(uinto) Petronio Materno, / C(aio) Iulio Iuliano, / Iluir(is)*. Cf. LEFEBVRE 1994, tome 2, n° 433.

65 IRCP, 380 *Ebora*: *[Furiae Sabiniae] / [Tra]nqui[llinae], / [san]ctiss[imae] / [Aug(ustae)], co(n)iug[i] d(omini) n(ostr[i]) / [Imp(eratoris)] Caes(aris) [M(arci)] A(ntoni) / [Gor]diani [P(ii) Fe]l[icis] Aug(usti), [mun(icipes) / Ebo]renses, [d(creto) d(ecurionum)]*.

66 IRCP, 291 *Pax Iulia* (cf. note 64).

actions impériales par les habitants sont rares voire inexistantes ou trop fragmentaires pour en comprendre le sens.

Le contexte religieux: le culte des empereurs divinisés

L'impulsion donnée précocement à l'époque augustéenne est bien notée: un texte dédié à Auguste en 5/4 a. C.⁶⁷ témoigne de la possible construction d'un temple à *Salacia*, qui s'inscrit dans une série de manifestations⁶⁸. La titulature, réduite⁶⁹, figure au datif et le texte se termine par le terme *sacrum*. L'inscription est mise en place par un pérégrin, Vicanus fils de Boutus et pourrait être mise en relation avec la construction d'un temple: il s'agirait du linteau figurant sur le frontispice, sans qu'il soit possible d'associer le document avec le culte en l'honneur des empereurs morts à cette date⁷⁰.

Le lien entre les communautés civiques et les princes est particulièrement perceptible dans le cadre du « culte impérial ». Les *flamines* sont en effet attachés à un empereur, dont le nom peut alors figurer dans la mention de cette charge civique: M. Aurelius est *flamen Ti(berii) Caesaris Aug(usti)*⁷¹.

Mais il est rare que le nom du prince divinisé soit mentionné dans la charge des prêtres: la fonction figure bien mais sans la mention de l'empereur sous quelque forme que ce soit

– présence de *Augusti* par exemple –, qu'il s'agisse du *flamen* de la cité ou du *flamen prouvinciae*⁷².

Mais peut-on évoquer un lien particulier entre un prince et la population quand une divinité est qualifiée d'*Augustus* ou d'*Augusta*? Je ne le crois pas. Dans le cas de la dédicace à *Fortuna Augusta*⁷³, le personnage principal n'est pas la figure impériale ou le pouvoir de l'empereur, mais bien Annus Primitivus, sévir de *Balsa* et évergète, qui se positionne ainsi au sein de sa cité, sans doute pour préparer la place de ses enfants au sein de la société locale.

Le contexte social

La mention par les habitants du *conuentus*, collectivement ou individuellement, du nom du prince régnant n'est pas anodin, comme en témoignent certains dossiers: le lien ainsi établi avec le titulaire du pouvoir ou un membre de la *domus Augusta* permet de se positionner dans la société locale, et de s'élever un peu plus dans la hiérarchie sociale locale.

Ainsi la raison qui a poussé Vicanus, fils de Boutus⁷⁴ à honorer Auguste est sans doute liée à la manifestation de son adhésion au projet augustéen, tant politique que religieux. Dès 25 a. C., un autel a été construit à *Augusta Emerita* la capitale de la province. Se faire le relai de cette adhésion dans sa cité est un moyen de se faire remarquer du gouverneur, et donc d'obtenir à

67 IRCP, 184 *Salacia: Imp(eratori) Caesari diui f(ilio) Augusto, / pontifici maximo, co(n)s(uli) XII, / trib(unicia) potestate XVIII, / Vicanus Bouti f(ilius), / sacrum*; cf. IRCP, p. 751; 753.

68 IRCP, p. 751.

69 Ne figurent pas les acclamations impériales – la 24^e en 8 a. C. –, cf. KIENAST 2017, p. 58; cf. IRCP, p. 751 qui insiste sur la présence des éléments de sacralité, ces derniers étant écrits en toutes lettres; cf. ENCARNÇÃO 2013, p. 19-20.

70 LE ROUX 2022, p. 438.

71 IRCP, 236 *Pax Iulia*.

72 IRCP, 7 *Ossonoba: M(arco) Cornelio / Q(uinti) f(ilio) Gal(eria) Persae, / fl(ami)ni / prouvinciae Lysitani(ae), / ciuitas Ossonob(ensis), / patr(ono)*. Cf. ENCARNÇÃO 2016, p. 58-59.

73 IRCP, 73 *Balsa: Fortunae Aug(ustae) / sacrum), / Annus Primitivus, / ob honorem / IIIIIuir(atus) sui / edito barcarum / certamine et / pugilum sportulis / etiam ciuibus / datis / d(e) s(ua) · p(ecunia) d(ono) d(edit)*.

74 IRCP, 184 *Salacia*.

moyen terme des avantages pour lui, comme la citoyenneté romaine, ou pour sa cité⁷⁵, surtout si la dédicace accompagnait un temple.

C'est d'ailleurs dans le contexte de l'octroi de la citoyenneté romaine que le nom de Claude est présent dans l'espace public d'*Ammaia*⁷⁶: P. Cornelius Macer, un magistrat local, a en effet obtenu à titre personnel – *uiritim* – ce statut juridique. La mention de l'octroi est placée juste après sa dénomination et avant les magistratures qu'il a accomplies, sur trois lignes centrées. C'est un honneur important qui lui a été accordé. Ce texte, placé sans nul doute en contexte funéraire⁷⁷, met en scène plusieurs citoyens d'*Ammaia*, dont le nom est positionné à côté de celui de l'empereur dans ce contexte privé: P. Cornelius Macer d'une part, qui respecte la décision de Claude de ne pas punir ceux qui ne prenaient pas son nom⁷⁸; et d'autre part, deux autres notables de la cité, ses héritiers [...] Quintius Capito et son fils Q(uintus?). Le père et le fils possèdent tous deux la citoyenneté romaine, sans que l'on sache dans quelle conditions ils l'ont obtenue. Mais tous trois font

sans doute partie des élites précocement romanisées⁷⁹ juridiquement de la cité d'*Ammaia*, en lien avec un bienfait impérial.

Participer au « culte impérial » dans sa cité, l'écrire à la vue de tous est un moyen de se faire remarquer au niveau provincial et d'envisager l'accession à l'ordre équestre⁸⁰. Mais est-ce véritablement une manifestation de la place du prince? On peut en douter: les prêtres du culte impérial⁸¹ et les sévirs⁸² sont certes mentionnés dans des hommages, des inscriptions relatant un acte d'évergétisme, mais si parfois le terme *Augustus* est présent, il est générique et ne renvoie pas à un empereur en particulier, sauf un cas particulier daté des premiers temps de mise en place⁸³. Même les flamines et flaminiques provinciaux⁸⁴ ne mentionnent que rarement le nom des empereurs dans les textes qui les concernent: seul *Diuis Augustus* figure⁸⁵.

Ce besoin de se positionner socialement est également visible dans une dédicace au dieu Endovellicus⁸⁶, réalisée par Hermes, un *marmorarius*, qui indique son statut social: c'est un esclave

75 J'ai pu montrer pour Auguste et Claude en Afrique, que les relations durables avec le fondateur ou promoteur de la cité étaient extrêmement rares, alors que les cités non encore promues étaient plus expressives dans la manifestation de l'adhésion au pouvoir en place, cf. LEFEBVRE 2024 et LEFEBVRE à paraître.

76 IRCP, 618 *Ammaia* (cf. note 55).

77 Il a été réemployé comme montant de porte, on ignore donc sa localisation initiale.

78 DC, 60, 17: τῶν μὲν ὅτι τῇ τοῦ Κλαυδίου προσήρῃσι οὐκ ἐχρῶντο, τῶν δὲ ὅτι μηδὲν αὐτῷ τελευτῶντες κατέλειπον, ὥς καὶ ἀναγκαῖον ὄν τοῖς τῆς πολιτείας παρ' αὐτοῦ τυχοῦσιν ἐκάτερον ποιεῖν, ἀπηγόρευσε μηδὲνα ἐπ' αὐτοῖς εὐθύνεσθαι.

79 Pour l'analyse onomastique récente de la population d'*Ammaia*, cf. GUERRA 2024.

80 IRCP, 236 *Pax Iulia*.

81 IRCP, 238 *Pax Iulia*; 242 *Pax Iulia*.

82 IRCP, 11 *Ossonoba*; 187 *Salacia*; 189 *Salacia*; 239 *Pax Iulia*; 238 *Pax Iulia*; 241 *Pax Iulia*; 246 *Pax Iulia*; 341 *Pax Iulia*.

83 IRCP, 236 *Pax Iulia*: *M(arco) Aurelio C(ai) f(ilio) / Gal(eria), Iiur(o), flamin[i] / Ti(beri) Caesaris Aug(usti), / praefec(to) fabr[um] / [...]* Julius.

84 IRCP, 7 *Ossonoba* (cf. note 72); 183 *Salacia*; 185 *Salacia*: *[L(ucio)] C(orn)elio C(ai) f(ilio) Boccho, / [fl]am(ini) pro[u]inc(i)ae, tr(ibuno) mil(itum), / [co]lonia Scallabitana, / [ob] m[e]ritu in colon(iam); 189 *Salacia*; 207 *Caetobriga*; 617 *Ammaia*.*

85 IRCP, 186 *Salacia*: *[...] Iunio L(uci) f(ilio) Gal(eria) / [P]hiloni, Iiur(o), / ex d(ecreto) d(ecurionum), / [fl]amen(!) diui August[i] / [p]erpet[uo] [...], Duroni[u]s / [...] f(ilius) Gal(eria) Modestus, //]ndum m[...] / in rem p(ublicam) / [et] plebem suam / d(ecreto) d(ecurionum)*. Sur les hommages rendus à *Diuis Augustus*, cf. LEFEBVRE 2018.

86 IRCP, 497 = *HEp*, 2008, 242 = *AE*, 2009, 499 Terena.

tarvaillant sans doute dans un domaine impérial. En effet, il précise qui est sa propriétaire, Aurelia Vibia Sabina. Cette dernière pourrait être la fille de Marc Aurèle et de Faustine la Jeune, Vibia Aurelia Sabina⁸⁷. Pour Hermes, indiquer qu'il est certes esclave, mais esclave d'un membre de la famille impériale, ne le place pas plus en bas de l'échelle, mais le hisse à un niveau supérieur.

Conclusion

Cette analyse rapide montre bien que si le *conuentus* en tant que cadre administratif jouait un rôle sur le plan juridique en particulier, il n'était pas forcément le lieu où le lien avec le prince était mis en valeur: le terme *conuentus* ne figure pas dans les textes où la figure impériale est mentionnée. De plus, *Pax Iulia*, la capitale du *conuentus*, ne semble pas jouer de rôle particulier dans ce cadre. Enfin, on note que le terme *conuentus* n'est pas utilisé dans les inscriptions découvertes dans le *conuentus Pacensis*. Il n'est d'ailleurs mentionné qu'une fois dans toute la

Lusitanie, dans une inscription fragmentaire qui a donné lieu à plusieurs interprétations⁸⁸, concernant L. Cornelius Bocchus, *flamen prouvinciae Lusitaniae*. L'une des hypothèses de restitution (17 lettres restituées sur 25 à la ligne 5) conduirait à faire également de lui un *flamen conuentus Emeritensis*, charge qui ne serait mentionnée que dans ce texte, alors que le personnage est connu par d'autres inscriptions⁸⁹. Il serait alors l'unique représentant de ce niveau du culte impérial, dont nous avons vu, au moins pour le *conuentus Pacensis*, qu'il n'était pas opérant.

Or, dans la province voisine de Citérieure, la place des *conuentus* est bien différente: les *conuentus* ont une existence visible, ils sont mentionnés comme lieu d'origine à côté des cités de plusieurs prêtres du culte impérial, il y a des prêtres⁹⁰ et prêtresses⁹¹ de *conuentus* en lien avec le culte impérial, que les *conuentus* honorent tout comme les empereurs, des *Genii* sont honorés par les *conuentus* dans le cadre du sanctuaire impérial de *Tarraco*⁹² ou dans le *conuentus* même⁹³. On connaît même un patron de *conuentus*, C. Marius Pudens Cornelianus⁹⁴ coopté en 222

87 KIENAST 2017, p. 134.

88 *HEp*, 2010, 19 = *AE*, 2010, 662 = *HEp*, 2011, 18 = *AE*, 2011, 479 et 480 = *AE*, 2013, 783 = *HEp*, 2013, 39 *Augusta Emerita*: [L(ucio) Cornelio L(uci) f(ilio) Bo]ccho, / [praef(ecto) fabrum L(uci) Fulcini Tr]ionis co(n)s(ulis) / [leg(ati) Tiberi Caesaris] Augusti / [prouinc(iae)] Lusitan(iae), / [ob honorem flamonii, co]nuentus / [Emeritensis, d(ecreto) d(ecurionum?)]. Cf. FISHWICK 2011 propose la restitution suivante à la ligne 5: [uniuersi prouinc? co]nuentus; GONZÁLEZ HERRERO 2013, p. 412-413, avec une bibliographie sur le personnage.

89 *IRCP*, 185 et 189 *Salacia*; *IRCP*, 207 *Tróia* de Setúbal; *AE*, 1999, 847 *Olisipo*.

90 *CIL*, II²/14, 1146 *Tarraco*: ... *sacerd. Rom. et Aug. conuent(us) Asturum* ...; *CIL*, II²/14, 1135 *Tarraco*: ... *sacerdoti Rom. et Aug. conuent. Asturum* ...; *CIL*, II²/14, 1136 *Tarraco*: ... *sacerdoti / conuent. / Bracari* (sic). On peut ajouter avec une formulation différente, *CIL*, II, 2638 *Asturica Augusta*: ... *sacerdos / Romae et Aug. / ad Lucum Aug.* ...; *CIL*, II²/14, 1114 *Tarraco*: ... *sacerdo/ti Romae et Aug(usti) ar(arum) Aug(gustanar(um))*.... On peut signaler en dépit de son état lacunaire et donc de la difficulté de restituer la fonction de *sacerdos* du *conuentus*, *CIL*, II, 2426 *Bracara Augusta*: ... / s]acerdoti [- - - / Rom]ae Aug(ustorum) Caesa[rum] [- - -] *conuentus* [- - - / A]ugust[anus].

91 *CIL*, II, 2416 (*ILS*, 6924) *Bracara Augusta*: ... *sacerd(ota) perp(etua) Rom(ae) et Aug(usti) conuentus Bracaraug(us-tani)*.

92 *CIL*, II²/14, 821 *Tarraco*: *Genio / conuent(us) / [...]*; *CIL*, II²/14, 822 *Tarraco*: *Genio / conuent(us) / Asturicensis*; *CIL*, II²/14, 823 *Tarraco*: *Genio / conuent(us) / Caesaraugust(ani)*; *CIL*, II²/14, 824 *Tarraco*: *Genio / conuent. / Cluniens*; *CIL*, II²/14, 825 *Tarraco*: *Genio / [c]onuent(us) / [T]arraco/nensis*.

93 *CIL*, II, 5613 Tuy (prov. Galice): [- - -]CAEPOL[- - - et Genio] / conu[entus Bracaraug(ustanorum)], / Ti(berius) Claud[ius Claudianus? praef(ectus?)] / c(o)ho(rtis) Bra[caraugust(anorum) statuam] / aurea[m dedit dedicauitque].

94 *CIL*, VI, 1454 = 31659 (*ILS*, 6109) = *CIL*, VI, viii, p. 4701 *Roma*: *Imp(eratore) Caes(are) M(arco) Aur(elio) Seuer(o) Alexandro / co(n)s(ule), eidib. (sic) Aprilibus / concilium conuentus Clunien[sis], / G(aium) Marium Pudentem*

par le *concilium* de ce district. Il semble donc qu'en Citérieure, dans le Nord-ouest de la Péninsule ibérique, les *conuentus* aient été un relais important de l'intégration, servant de cadre au développement du culte des empereurs divinisés⁹⁵ après la crise de 68/69 et dans le cadre de la réorganisation du Nord-Ouest de la Péninsule ibérique par Vespasien et du culte impérial provincial⁹⁶. Ce cadre administratif, capable de décider de l'érection d'hommages⁹⁷, disposait au moins d'une caisse, car il pouvait dédier des hommages aux membres de la famille impériale⁹⁸, aux agents de l'administration impériale⁹⁹ ou aux élites de l'État¹⁰⁰ ou de la cité. Les rôles joués par le niveau conventuel sont donc multiples¹⁰¹: en sus de sa fonction de district juridique - la capitale du *conuentus* reçoit le gouverneur lors de sa tournée -, en Citérieure, le *conuentus* avait à remplir une mission religieuse¹⁰², servant de relais entre le culte provincial des empereurs divinisés et le niveau local ce que l'on ne constate pas en Lusitanie et en particulier dans le cadre du *conuentus Pacensis*. R. Etienne¹⁰³ estimait que les cinq *conuentus* les plus occidentaux de Citérieure avaient plus particulièrement rempli cette fonction, car ils avaient en quelque sorte suppléé à une

vie municipale au développement moins avancé que sur la côte orientale de la province; la documentation, peu étoffée, ne permet pas pour le moment de confirmer ou d'infirmer les propos de R. Etienne, même si L. Sancho Rocher émet des réserves¹⁰⁴. Cette hypothèse peut être envisagée pour la Lusitanie: si la création provinciale est assez tardive, à l'époque augustéenne, l'urbanisation et l'implantation de cités de type romain, colonies et municipes a été précoce. Les principales cités se sont développées dès l'époque césarienne pour certaines. Et de fait, on retrouve en Lusitanie et dans le *conuentus Pacensis* une situation similaire à celle de la Bétique voisine, où, à ce jour, aucune inscription ne mentionne un des *conuentus* béticains: la Bétique est très urbanisée, et comme dans le *conuentus Pacensis*, le cadre de la cité est celui dans lequel les notables s'expriment et dialoguent d'une part avec la population locale mais aussi avec le pouvoir impérial. Ce dialogue avec le centre du pouvoir ne semble cependant pas être la priorité des communautés civiques, sans doute bien plus concernée par la vie politique locale.

Cornelia/num, leg(atum) leg(ionis), c(larissimum) u(irum), patronum / sibi liberis posterisque suis / cooptauit, ob multa et egregia / eius in singulos uniuersos/que merita per legatum Val(erium) Marcellum, / Cluniensem. Dans les *horti Auentini* près de l'église Santa Prisca. Table de bronze.

95 ALBERTINI 1923, p. 104; PASTOR MUÑOZ 1974, p. 208-209.

96 FISHWICK 1987, p. 298; 356.

97 *CIL*, II, 3416 *Carthago Noua*; *CIL*, II, 2426 *Bracara Augusta*: ... / s]acerdoti [- - - / Rom]ae Aug(ustorum) *Caesa[rum]* [- - -] *conuentus* [- - - / A]ugust[anus] (cf. ETIENNE 1958, p. 178-179; 182-183, n° 3; SANCHO ROCHER 1981, p. 18; FISHWICK 1987, p. 328, note 53). Cf. SANCHO ROCHER 1981, p. 36.

98 *CIL*, II, 3413 (*ILS*, 485) = ABASCAL PALAZÓN et RAMALLO ASENSIO 1997, p. 180-183, n° 44 *Carthago Noua*: à Iulia Auita Mamaea, par le *conuentus Karthaginensis* (SANCHO ROCHER 1981, p. 20); *CIL*, II, 3412 = ABASCAL PALAZÓN. et RAMALLO ASENSIO 1997, p. 178-180, n° 43 *Carthago Noua*: à Antonin (cf. ETIENNE 1958, p. 180, note 1; 182; 183, n° 9; SANCHO ROCHER 1981, p. 20).

99 *CIL*, XII, 1855 Vienna: ... *conuentus Asturum*, l. d. d. d. (cf. SANCHO ROCHER 1981, p. 18); *CIL*, II²/14, 333 *Saguntum* (cf. SANCHO ROCHER 1981, p. 24); *CIL*, II²/14, 1010 *Tarraco*: ... *conuentus Tar/raconensis* (cf. SANCHO ROCHER 1981, p. 24-25).

100 *CIL*, II²/14, 986 *Tarraco*: ... *conuent(us) Brac(aragustanus)*. Cf. SANCHO ROCHER 1981, p. 19.

101 SANCHO ROCHER 1981, p. 33-38; SANTOS YANGUAS 1988, p. 76-82.

102 ETIENNE 1958, p. 177; SANCHO ROCHER 1981, p. 33-35.

103 ETIENNE 1958, p. 180-181.

104 SANCHO ROCHER 1981, p. 34.

Bibliographie

Sources épigraphiques:

- AE: *L'Année épigraphique*, Paris, 1888-.
- CIL: *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlin, 1863-.
- FE: *Ficheiro epigraphico*, Coimbra, 1982-.
- HEp: *Hispania Epigraphica*, Madrid, 1989-.
- ILA: *Inscriptions latines d'Aquitaine*, Bordeaux.
- ILAlg.: *Inscriptions latines de l'Algérie*, I, *Inscriptions de la Proconsulaire*, Paris, 1922-2003.
- ILN: *Inscriptions Latines de Narbonnaise*, Paris.
- ILS: DESSAU H., Hermann (1892/1916), *Inscriptiones Latinae selectae*, Berlin.
- ILT: MERLIN A., *Inscriptions latines de la Tunisie*, Paris, 1944.
- IRCP: ENCARNACÃO J. D', *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsidios para o estudo da romanozação*, Coimbra, 1984.
- IRT: REYNOLDS J. M. et WARD PERKINS J. B., *The inscriptions of roman Tripolitania*, Rome, 1952.
- RGDA: *Res gestae divi Augusti*, trad. Scheid J., CUF, Paris, 2007.
- RIB: COLLINGWOOD R. G. et WRIGHT R. P., *The roman inscriptions of Britain*, Oxford puis Gloucester, 1965/95.

Sources littéraires:

- DC: Dion Cassius, *Histoire romaine Livres 50-51*, texte établi, traduit et annoté par Freyburger M.-L. et Roddaz J.-M., CUF, Paris, 2002 ; *Roman History VII. Books 56-60*, with an english translation by E. Cary, Loeb, Londres, 1924 (2006).

Ouvrages et articles:

- ABASCAL PALAZÓN et RAMALLO ASENSIO 1997: ABASCAL PALAZÓN J. M. et RAMALLO ASENSIO S. F., *La ciudad de*

Carthago Nova: la documentación epigráfica, Murcie, 1997.

- ALBERTINI 1923: ALBERTINI E., *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris, 1923.

CAMACHO CRUZ 1997a: CAMACHO CRUZ C., *Esclavitud y manumisión en la Bética romana. Conventus Cordubensis y Astigitanus*, Cordoue, 1997.

CAMACHO CRUZ 1997b: CAMACHO CRUZ C., «Los libertos en el *conuentus Cordubensis* : su incarnación y comportamiento social», *Polis*, 9, 1997, p. 51-98.

CARRERAS ET DE SOTO 2022: CARRERAS C. et DE SOTO P., «Los « *conventus iuridici* » de la Hispania Citerior : una explicación demográfica y espacial de un servicio para los ciudadanos», *Pyrenae*, 53-2, p. 65-91.

CHRISTOL 2022: CHRISTOL M., «Le gouvernement par correspondance», dans DESTEPHEN S. (éd.), *Gouverner l'empire romain de Trajan à 410 après J.-C.*, Ellipses, Paris, 2022, p. 115-122.

DOPICO CAINZOS 1986: DOPICO CAINZOS M. D., «Los *conventus iuridici*. Origen, cronología, y naturaleza histórica», *Gerión*, 4, 1986, p. 265-283.

EDMONDSON 2009: EDMONDSON J., «Les provinces hispaniques et l'impact du pouvoir romain: l'exemple de la Lusitanie (fin du I^{er} siècle av. J.-C.-fin du II^e siècle ap. J.-C.)», dans CABOURET-LAURIOUX B., GUILHEMBET J.-P. et ROMAN Y. (éds), *Rome et l'Occident du II^e s. av. J.-C. au II^e apr. J. ; -C.*, Pallas, Toulouse, 2009, p. 253-286.

ENCARNACÃO 1984: ENCARNACÃO J. D', *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsidios para o estudo da romanozação*, Coimbra, 1984.

ENCARNACÃO 1986: ENCARNACÃO J. D', « *Inscrições romanas do conventus Pacensis Aditamento* », *Trabalhos de Arqueologia do Sul. Évora*, 1, 1986, p. 99-109.

- ENCARNAÇÃO 2013: ENCARNACAO J. D', «Salacia imperatoria Urbs», *Archeologia portuguesa, Archeologia iberoamericana*, 18, 2013, p. 15-24.
- ENCARNAÇÃO 2016: ENCARNAÇÃO J. D', «Epigrafia romana no Algarve», in OLIVEIRA A. Paulo Dias *et alii* [coord.], *Apontamentos para a História das Culturas de Escrita: da Idade do Ferro à Era Digital*. Promontoria Monográfica – História do Algarve 03. Edição do Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC) – FCHS – UAlg., Faro, 2016, p. 45-64. <http://hdl.handle.net/10316/37028>
- ENCARNAÇÃO 2022: ENCARNAÇÃO J. D', «Das origens de Portalegre», *Monumentos*, 39, 2022, p. 6-13.
- ESPAÑA CHAMORRO 2017: ESPAÑA CHAMORRO S., «El paisaje epigráfico viario de la «via Augusta»: consideraciones de la jurisdicción de los «conventus iuridici» y la epigrafía miliaria», *Florentia Iliberritana*, 28, 2017, p. 35-55.
- ÉTIENNE 1958: ÉTIENNE R., *Le culte impérial dans la Péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958.
- FISHWICK 1987: FISHWICK D., *The imperial cult in the latin West. Studies in the ruler cult of the western provinces of the roman Empire*, EPRO 108, 1-3; 145-148, Leyde-New-York-Copenhague-Cologne, 1987/2005.
- FISHWICK 2011: FISHWICK D., «L. Cornelius L. f. Bocchus and the Office of [curator templi Divi] Augusti», *ZPE*, 178, 2011, p. 252-254.
- GARCÍA HERRERO 1985: GARCÍA HERRERO G., «Aproximación al estudio del conventus iuridicus Carthaginensis», dans *Del conventus Carthaginensis a la chora de Tudmir. Perspectivas de la historia de Murcia entre los siglos III-VIII*, Antigüedad y cristianismo. Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía II, Murcie, 1985, p. 81-105.
- GOFFAUX 2011: GOFFAUX B., «Priests, «conventus» and provincial organisation in Hispania Citerior», dans RICHARDSON J. H. et SANTANGELO F. (éds), *Priests and state in the Roman world*, Potsdamer Altertumswissenschaftliche Beiträge, 33, Stuttgart, 2011, p. 445-469.
- GÓMEZ MARTIN 2018: GÓMEZ MARTIN G., «Promoción personal y familiar a través de la onomástica: la «Galeria tribus» en el «Conventus Cluniensis», *Hispania Antiqua*, 42, 2018, p. 88-122.
- GONZÁLEZ HERRERO 2013: GONZÁLEZ HERRERO M., «L. Cornelius L. f. Gal. Bocchus y L. Fulcinus Trio: nuevas reflexiones», *REA*, 115, 2013-2, p. 403-415.
- GUERRA 2024: GUERRA A., «Considerações em torno da onomástica de três cidades entre Tejo e Algarve: Ammaia, Ebora e Pax Iulia», dans EDMONDSON J. et NAVARRO CABALLERO M. (éds), *Onomastique, société et identité culturelle en Lusitanie romaine (ADOPIA I)*, vol. 1, Bordeaux, 2024, p. 321-394.
- KIENAST 2017: KIENAST D., ECK W. et HEIL M., *Römische Kaisertabelle. Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie*, Darmstadt, 2017.
- LE GALL 1985: LE GALL J., «Le serment à l'empereur : une base méconnue de la tyrannie impériale sous le Haut-Empire?», *Latomus*, 44, 1985, p. 767-783.
- LE ROUX 2004: LE ROUX P., «La question des conventus dans la péninsule Ibérique d'époque romaine», dans AULIARD C. et BODIOL L. (éds.), *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à A. Tranoy*, Rennes, 2004, p. 337-356 (= dans LE ROUX P., *Espagnes romaines. L'empire dans ses provinces. Scripta varia II*, Rennes, 2014, p. 113-129 avec un post-scriptum).
- LE ROUX 2022: LE ROUX P., «Hispania Vltior Lusitania. Une création d'Auguste à Gaius», *Anas*, 24, 2011, p. 51-71, remanié dans le *Séminaire du bimillénaire d'Auguste*, le 23 octobre 2014 = dans LE ROUX P., *L'empire*

- romain. *Histoire et modèles, Scripta Varia III*, Rennes, 2022, p. 427-445 avec post-scriptum.
- LEFEBVRE 1994: LEFEBVRE S., *Optimus princeps, optimus praeses, optimus ciuis. Les hommages publics en Bétique, Lusitanie et Tingitane*, thèse soutenue à l'Université de Paris I-Panthéon-Sorbonne le 26 janvier 1994, 2 tomes.
- LEFEBVRE 2000: LEFEBVRE S., «Les hommages publics aux membres de la famille impériale dans les *regiones* II, IV et V de la mort de César à celle de Domitien», dans CÉBEILLAC-GERVASONI M. (éd.), *Les élites municipales de l'Italie péninsulaire de la mort de César à la mort de Domitien, entre continuité et rupture. Classes sociales dirigeantes et pouvoir central*, CEFR 271, 2000, Rome, p. 267-305.
- LEFEBVRE 2004: LEFEBVRE S., «Espace et pouvoir local dans les provinces occidentales: quelques remarques », dans AULIARD C. et BODIOLU L. (éds.), *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens. Mélanges offerts à A. Tranoy*, Rennes, 2004, p. 381-408.
- LEFEBVRE 2016: LEFEBVRE S., «Réception du pouvoir impérial en Lusitanie de Dioclétien à la fin de la dynastie constantinienne», dans ENCARNÇÃO J. d', CONCEIÇÃO LOPES M. et CARVALHO P. C. (coord.), *A Lusitânia Romana - Entre Romanos e Bárbaros, VIII Mesa-redonda Internacional à Mangalde*, Coimbra-Mangalde, 2016, p. 223-279.
- LEFEBVRE 2018: LEFEBVRE S., «Hommages rendus au *Divus Augustus* en Occident, témoignages d'une relation particulière?», dans LEFEBVRE S. et A. DAGUET-GAGEY A. (éds.), *L'empereur Auguste et la mémoire des siècles*, Artois Presses université, Arras, 2018, p. 123-168.
- LEFEBVRE 2021: LEFEBVRE S., «Les milliaires tardifs, une réception particulière de l'autorité impériale. Un paysage particulier le long des voies de Lusitanie», dans HORSTER M. et HÄCHLER N., *The Impact of the Roman Empire on Landscapes*, Leyde-Boston, 2021, p. 131-153.
- LEFEBVRE 2022: LEFEBVRE S., « Les hommages publics rendus aux princes dans les trois provinces de péninsule ibérique : de l'hommage rendu par les cités dédicantes à l'autoreprésentation de l'empereur », dans GANGLOFF A. (éd.), *The emperors's Qualities and Virtues in the Inscriptions from Augustus to the beginning of Constantine's reign » Mirrors for princes »*, Leyde-Boston, 2022, p. 227-255.
- LEFEBVRE 2024: LEFEBVRE S., «Les cités de l'Afrique du Nord et l'empereur Claude», dans AOUNALLAH S., HURLET F. et RUGGERI P. (éds.), *L'Africa antica dall'età repubblicana ai giulio-claudii, L'Africa romana, XXII*, Rome, p. 341-353.
- LEFEBVRE 2025: LEFEBVRE S., «Le souvenir des fondations coloniales augustéennes dans l'épigraphie des colonies africaines», dans Gregori G. L. et España Chamorro S. (éds.), *Tra la tarda repubblica et l'età austea. Economia, politica e religione nei loro riflessi epigrafici*, Rome, 2025, p. 109-122.
- NONY 1968: NONY D., «Claude et les Espagnols, sur un passage de l'Apoloquintose», *MCV*, 4, 1968, p. 51-72.
- PASTOR MUÑOZ 1974: PASTOR MUÑOZ M., «El culto imperial en el 'conventus Asturum' », *Hispania Antiqua*, 4, 1974, p. 203-223.
- SANCHO ROCHER 1978: SANCHO ROCHER L., «Los conventus iuridici en la Hispania romana», *Caesaraugusta*, 45/46, 1978, p. 171-194.
- SANCHO ROCHER 1981: SANCHO ROCHER L., *El convento juridico Caesaraugustano*, Saragosse, 1981.
- SANTOS YANGUAS 1983: SANTOS YANGUAS N., «El sector económico agropecuario y la romanización de los Astures», dans *Indigenismo y romanización en el conventus Asturum*, Madrid, 1983, p. 125-140.

- SANTOS YANGUAS 1988: SANTOS YANGUAS N., *El ejército y la romanización de Galicia*, Oviedo, 1988.
- SANTOS YANGUAS 2017: SANTOS YANGUAS N., «Origen y consolidación de los *«conventus iuridici»* en el noroeste peninsular», *Gerion*, 35-1, 2017, p. 229-255.
- SASTRE PRATS 2002: SASTRE PRATS I., *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conventus Asturum durante el alto imperio*, Anejos de AEspA, 25, Madrid, 2002.
- SILLIÈRES 1984: SILLIÈRES P., «Les milliaires du sud de la Péninsule ibérique», dans *Epigraphie hispanique. Problèmes de méthode et d'édition*, Coll. de la maison des pays ibériques 15, Publication du centre Pierre Paris 10, Paris, 1984, p. 270-281.
- SILLIÈRES 1988: SILLIÈRES P., «De la borne milliaire à la dédicace impériale. L'exemple de quelques inscriptions de l'Hispanie méridionale», *REA*, 88, 1988, p. 351-358.
- SIMÓN 2021: SIMÓN FR. M., «Aproximación a los cultos rurales en el *«Conventus Clunensis»* : espacios, agentes y contextos», *ARYS*, 19, 2021, p. 271-303.
- SOLANA SAINZ et SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997a: SOLANA SAINZ J.-M. et SAGREDO SAN EUSTAQUIO L., *La política viaria en Hispania. Signo IV D.C.*, Valladolid, 1997.
- SOLANA SAINZ ET SAGREDO SAN EUSTAQUIO 1997B: SOLANA SAINZ J.-M. ET SAGREDO SAN EUSTAQUIO L., «La política edilicia viaria imperial en la Hispania del s. IV d.C.», dans TEJA R. et PÉREZ C. (éds.), *Actas del Congreso internacional La Hispania de Teodosio*, 1, Junta de Castille et Léon, 1997, p. 255-274.
- TANTIMONACO 2017: TANTIMONACO S., «Applied computational Latin dialectology: preliminary results from the conventus Pacensis (South Portugal): continuity and linguistic innovation», *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae*, 57-1, 2017, p. 125-138.

Segredos da Beja Romana¹

Bruno Ferreira²

Actor e cronista

Para começar, quero deixar o meu enorme agradecimento pelo privilégio e oportunidade de poder contribuir para a apresentação desta obra, cujo lançamento se inseriu no Encontro Internacional “Escritas e Leituras do Passado Romano”, que decorreu na mui nobre cidade de *Pax Iulia* em Maio de 2024. E agradeço à Professora Maria da Conceição Lopes, em nome da Organização deste magnífico evento, o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, o Museu Rainha Dona Leonor de Beja e o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como à Comissão Organizadora deste evento.

Nota para a data escolhida deste encontro distar apenas uns dias do magnífico Festival Beja Romana, cada vez mais robusto, mais participado pela comunidade, mas também por instituições, escolas e empresas da cidade e da região. É um bom trabalho da Câmara Municipal de Beja, que por ele está de parabéns.

Agora o livro que hoje aqui nos reúne: Quem não gosta de conhecer um segredo? De sensação de desvendar o desconhecido? De ouvir pela primeira vez? Da emoção de abrir um baú de tesouro enterrado há milénios? Pois bem; é justamente isso que nos oferece esta obra do Professor Catedrático em Pré-História e Arqueologia, e especialista em Epigrafia Romana, José d’Encarnação.

Este “Segredos da Beja Romana” é uma obra que reúne dezenas de artigos do autor sobre inscrições romanas, originalmente publicados no Diário do Alentejo, com belíssimas ilustrações de José Luís Madeira, que serviu o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra durante 30 anos na área da maquetização gráfica e desenho arqueológico. A técnica mista dos seus preciosos trabalhos confere um brilho especial a este livro.

O “Encontro Internacional Escritas e Leituras do Passado Romano”, que coloca, mais uma vez, pela mão da Professora Conceição Lopes, Beja, a capital do *Conventus Pacensis*, no epicentro da arqueologia internacional, trazendo à cidade distintos nomes da epigrafia romana vindos de todo o mundo, celebra o 40º aniversário da prestigiada obra “Inscrições Romanas do *Conventus Pacensis*”, do nosso autor, o investigador José d’Encarnação. Foi em 1984 que o arqueólogo apresentou a sua obra, simultaneamente como tese de doutoramento, e que foi aprovada com distinção e louvor.

A este propósito, escreve o Professor Jorge de Alarcão, na introdução do livro, que a obra original “é, porém, um estudo académico e erudito”. Foi por isso que, no espírito de partilha para com a comunidade não especializada no tema, o autor publicou no Diário do Alentejo, e agora em

1 Texto referente ao livro “Segredos da Beja Romana”, de José d’ Encarnação, editado pelo CEAACP em Maio de 2024. O autor escreve segundo as normas do antigo acordo ortográfico.

2 brunoferreira74@gmail.com

livro, o estudo de algumas das mais interessantes inscrições da cidade e da região de Beja, com comentários e explicações acessíveis a todos os leitores.

De certa forma celebra-se, também, uma tradição que durante muitos anos marcou e divulgou internacionalmente a cena cultural em Beja, e hoje, infelizmente, deixada quase morrer por desinteresse cultural da nossa urbe. Falo da divulgação de textos, artigos e estudos da História de Beja nos jornais locais, como acontecia com “O Bejense”, de José Umbelino Palma, e que ainda subsiste no Diário Alentejo, de forma democraticamente acessível a todos quantos se interessem por estas matérias, sem olhar aos seus níveis de conhecimento.

Sobretudo, muita falta nos faz – à comunidade, mas sobretudo ao meio académico e científico – a saudosa e prestigiada revista “Arquivo de Beja”, uma publicação que, infelizmente, a edilidade bejense foi deixando fenecer, e que muito engrandecia a vida e história da nossa Cidade, do seu Distrito, e do Baixo Alentejo. Uma publicação de referência que durante décadas tornou públicos importantes estudos de vária ordem, monográficos, etnográficos, científicos, arqueológicos, arquitetónicos, literários, heráldicos, gastronómicos, antropológicos, históricos, de entre tantos outros ramos do saber, e que infelizmente desapareceu dos escaparates e das mãos dos leitores interessados. E com a perda desta publicação dissipa-se, também, parte do nosso património material e de costumes, paralisando-se a cultura.

É importante trazer de volta a revista do Arquivo Histórico, Boletim da Câmara Municipal de Beja. Que voltaria a promover e a instigar a investigação e a produção de artigos importantes sobre a história da Cidade, do Concelho, do Distrito, e do Baixo Alentejo, tornando mais rica a sua comunidade tanto para os de cá, quanto aos olhos dos que nos visitam e dos que nos estudam. Beja é demasiadamente importante – como de resto o atesta o livro hoje lançado, bem como este encontro de dois dias – para não ter o seu próprio Boletim do Arquivo Histórico.

Voltando ao nosso livro: é notável a forma aparentemente simples, mas apenas ao acalce de um grande conhecedor, como nos são contadas estas histórias da História; os capítulos; os segredos da Beja Romana. O autor trata por tu, ainda que com plena delicadeza, as pedras milenares que até hoje nos chegaram, muitas delas amputadas, outras tendo sido convertidas em soleiras de portas, partes de muralhas, sustentação de pareces ou, simplesmente, tendo sido abandonadas à sua sorte. José d’Encarnação analisa ao detalhe cada uma dessas pedras. Com a mestria e desenvoltura de quem muito sabe e conhece, desdobra-lhes as siglas e as abreviaturas dos epítáfios, fazendo crescer frases, dando-lhes assim, contexto e sentido.

Estamos a falar, na sua maioria, mas não apenas, de pedras tumulares. Dos testemunhos que as inscrições e os textos dessas pedras nos permitem, mais dois milénios depois, descobrir. Como epítáfios de amor; de honrarias a um bravo centurião; homenagens a uma mulher amada; a um escavo libertado; a um amo benemérito; a um honorável da comunidade; a um profissional de excelência; a uma criança que partiu antes de tempo; a um casamento de 40 anos e um mês... epítáfios da autoria de servos e senhores, de pais, mães, filhos e até de avós. Que a todos os seus entes queridos tentavam garantir – como se escrevia no momento da despedida, e para a eternidade – que a terra lhes fosse leve. Em latim, *Sit Tibi Terra Levis*. É através das inscrições de pedra, feitas livros abertos, que José d’Encarnação desvenda inúmeros segredos e nos leva a tomar consciência de uma cidade viva. Há 2000 anos. A nossa cidade. A Colónia de *Pax Iulia, Pax Augusta, Civitas Pacensis*, capital do extenso e insigne *Conventus Pacensis*. Com outros intervenientes, outros poderes, outros negociantes e artistas, outro povo que, mais não é, senão nosso antepassado.

Contudo, e apesar de se debruçar mormente sobre o momento da passagem para o etéreo, este livro conta-nos histórias inteiramente vivas. Com uma escrita acessível e apelativa, o autor escreve como se falasse com o leitor. Desafia-o; coloca-lhe questões, indaga-o sobre hipóteses. Trata-se, no fundo, de uma conversa entre o autor e os seus leitores. Um diálogo cativante e envolvente.

A base de todo o desenrolar da trama – e permitam-me usar a expressão numa obra que é eminentemente científica, mas faço-o pelo sentido de proximidade que o livro carrega em si – são os escritos lavrados nas pedras, sejam elas mármore de Trigaches, Estremoz ou de Vila Viçosa, ou ainda arenitos. Este é o ponto de partida para o desvendar de todos os segredos da Beja Romana que o autor nos propõe.

A epigrafia funerária romana da cidade. As divindades a quem se encomendava o acompanhamento eterno dos fétros queridos. A onomástica dos monumentos votivos que nos deixou, aqui, mesmo debaixo dos nossos pés, a civilização do grande império.

A leitura e classificação dos sulcos das pedras, os seus textos, as abreviaturas, a reconstituição das letras desaparecidas, o estudo de capitéis, colunas, bases, placas, as inscrições de lápides, aras e estelas, urnas e jazigos, das suas formas raras ou tradicionais, e dos seus ornamentos decorativos. O que poderia, à partida parecer um tema ténico, ou soturno, é-nos, afinal, contado de forma límpida e fascinante através dos textos de José d'Encarnação e das ilustrações de José Luís Madeira.

De resto, cidades há em que os cemitérios, mais do que espaços de dor, são como jardins. De paz e tranquilidade. É assim que vejo este livro. Um *giardino segreto*; um jardim de História, e muitas histórias, onde por vezes parece que passeamos no milenar Monte Palatino, da *Mater Roma*, inspirados pelas ilustrações que nos conduzem, por entre ciprestes, oliveiras e pinheiros, à descoberta das belas pedras, partes de templos, o que resta de uma estátua equestre, uma coluna ou um capitel.

De notar a análise cuidada e explicativa das técnicas de desenho dos caracteres dos canteiros, os que eram profissionais e os amadores, as variantes gráficas e as suas esquadrías, a paginação, o tamanho e corte das letras, os instrumentos de corte, desenho e escultura, os adornos da pedra. É a partir do estudo destes elementos que o autor consegue chegar ao estatuto social, à família, profissão e, muitas vezes, à origem do defunto. Com uma fina agulha histórica, José d'Encarnação cose informações antigas, deixadas por outros estudiosos, a novos dados e interpretações sobre as pedras romanas de Beja, o seu paradeiro e as suas origens. Do que era típico, ou exclusivo da colónia pacense; das influências que chegaram pela mão dos colonos que os imperadores enviaram para robustecer a cidade; das coisas únicas que aqui foram feitas, e que nem em Mérida, que fora pujante capital da Lusitânia, se acharam iguais.

Através da leitura deste livro ficamos, também, a conhecer o mapa do paradeiro de tantas peças romanas, devidamente inventariadas, originárias da *Colonia Pax Iulia* e seus arrabaldes. Das que estão onde devem estar, na cidade a que pertencem, seja no Museu Rainha Dona Leonor, seja noutros locais da actual Beja.

Mas também ficamos a saber do paradeiro das que foram desviadas para Lisboa, Montemor-o-Novo ou Évora, estas últimas levadas daqui pelo Bispo Manuel do Cenáculo, do museu que cá fundou, e do qual só não levou o que não conseguiu para a sua próxima paragem na arquidiocese eborense. A este propósito, o autor chega a propor a execução da cópia de uma lápide para figurar no Museu onde deveria estar. Aqui. A ideia é magnífica. Mas, ainda assim, acrescento eu: que fique a cópia onde o original não pertence, e que regresse o verdadeiro a sua casa.

Apesar de tudo, temos a sorte de estar em Beja. Reconstruída vezes sem conta sobre a antiga *Pax Iulia*. E, certamente, os maiores tesouros estarão, ainda, por descobrir. Houvesse uns óculos especiais que permitissem ver através das paredes, e por debaixo das pedras da calçada, e que precisidades poderíamos observar na nossa cidade.

Por falar em tesouros, é justo que aproveite o momento para referir a *Villa Romana* de Pisões, às portas de *Pax Iulia*. Até porque é tema recorrente nas páginas deste livro. Como poderia não sê-lo? Foi uma das mais interessantes descobertas arqueológicas de Beja, e do País, no séc. passado, mais concretamente em 1964. A sua importância era tal que o espaço foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 15 de Maio de 1970. Pouco tempo depois de descoberta, as escavações foram iniciadas e decorreram a grande ritmo, durante várias décadas, pondo a descoberto o autêntico tesouro de Pisões. Contudo, sobretudo depois do dobrar do século, os trabalhos foram deixando de acontecer, dando lugar, primeiro, a obras de conservação e restauro do espaço, e depois, paulatinamente, a um prolongado e desértico abandono. Que se estende até hoje.

Não existe um percurso físico delimitado para os turistas evitarem pisar espaços sensíveis. A circulação dos visitantes deveria fazer-se por intermédio de passadiços, a fim de melhorar a experiência da visita e, ao mesmo tempo, preservar a estrutura; os painéis com informação estão queimados pelo sol ao ponto de não se conseguirem ler; há pedaços de argamassa a desfazerem-se, por sujeitos às condições do clima: alaga-se no Inverno, estala de calor e queima a cor dos painéis de mosaicos no Verão; o núcleo central do edificado deveria estar coberto, protegendo-o do sol e da erosão da chuva - e tantas vezes de granizo, potencialmente destruidor das frágeis estruturas; a estrada que até lá conduz é própria para tractores; não existe um contentor para depositar os resíduos produzidos por turistas, ou pela zeladora do espaço, e que assim se amontoam e espalham, ao sabor do vento, na berma de uma estrada nacional, no mesmo cruzamento que conduz à turística Praia dos 5 Reis.

Toda esta situação decorre de as ruínas não serem tuteladas nem pelo Governo, nem pela Câmara Municipal de Beja. Mas pela Universidade de Évora, que assim as tem destrutado. É minha firme convicção que devem ser envidados todos os esforços por parte da CMB para que o espaço reverta a favor da autarquia que, seguramente, lhe destinará dignidade e protecção ao nível do que o seu valor exige, ao invés do doloroso abandono a que está sujeito. Não fora a empenhada D. Conceição, a zeladora do espaço, que explica aos visitantes com amor e paciência o que pode e sabe - e sabe muito! - as ruínas romanas de Pisões pareceriam quase abandonadas.

Mas voltemos às coisas boas. Regressemos ao livro que aqui nos trouxe. Que nos deixa saber que a condição dos servos, e da própria mulher, não eram exclusivamente compostas pela tirania implacável que tantas vezes, por desconhecimento, imaginamos. A mulher tinha influência, peso e intervenção, e os escravos possuíam direitos e, amiúde, eram libertados, passando a servos libertos. Por ser uma importante cidade, *Pax Iulia* tinha servos ao seu serviço, para se realizarem as monumentais construções, como o Fórum construído no tempo de Tibério, apesar do centro histórico de Beja - e quem o refere é quem tem a maior propriedade para o fazer: a Professora Conceição Lopes - ter a particularidade de apresentar no mesmo local o período republicano, o período augustano e o templo de culto imperial, o que o torna num “complexo histórico e arqueológico fabuloso”. Ao que o Professor Jorge de Alarcão acrescenta, “a cidade romana de Beja era muito

mais importante do que a cidade romana de Conímbriga”. Os servos que ajudaram a contruir esta cidade imperial, conta-nos o autor, um dia, por iniciativa dos magistrados ou a pedido da população, ou porque esses servos foram amealhando pecúlio capaz de lhes comprar a liberdade, tornavam-se libertos. Tudo isso vamos ficar a conhecer melhor através das páginas deste livro. E seguramente que os que o lerem ficarão mais ricos.

Já vai longa esta minha intervenção. Termina-a como comecei. Agradecendo a todas estas entidades envolvidas neste Encontro, e fazendo-o em nome da Professora Maria da Conceição Lopes, também por ser ela uma das mais prestigiadas investigadoras nacionais e além-fronteiras, e paralelamente das maiores conhecedoras do património histórico e arqueológico das, por ela assim designadas, “Cidades de Beja”.

Distinguida, agraciada, respeitada em Portugal, e em vários países de diversos continentes, tem como maior distinção do seu trabalho de várias décadas, e que ficará para a história, o estudo, a valorização e a promoção da arqueologia de Beja, na senda de grandes vultos do seu ofício como Abel Viana, Leite de Vasconcelos, André de Resende, Jorge de Alarcão, Cláudio Torres, Fernando Nunes Ribeiro, entre outros, escassos, porque raros, excelsos arqueólogos portugueses.

Foi a Professora Conceição Lopes a responsável pela confirmação da localização do Fórum Romano no local onde se encontra, paredes meias com a Praça da República, perímetro que, segundo a historiadora, foi a zona mais procurada da cidade desde a Idade do Ferro. A arqueóloga iniciou os trabalhos de escavação no local em 1997. E ali permaneceu, até 2022, a descobrir, a desvendar, a estudar, aproximando-nos do berço histórico de *Pax Iulia*, através de importantes achados arqueológicos que trouxe à luz do dia, engrandecendo e enaltecendo a história e o aprendizado de Beja, e tornando-a conhecida e apetecível pelos quatro cantos do mundo.

Durante o quarto de século que devotou, sem reservas, e muitas vezes a expensas próprias, à história da Capital do Baixo Alentejo, organizou diversos colóquios internacionais em torno do espaço, participou em palestras em vários países, publicou escritos em diversas publicações de referência, deu ao prelo livros sobre a urbe, falou com jornalistas de vários idiomas, promovendo, com orgulho, a história ímpar da nossa cidade imperial romana. Ali permaneceu até a deixarem. Infelizmente não teve, em Beja, o mesmo e justo acolhimento que granjeou nos palcos mais prestigiados pelo mundo fora, e que aqui não viu, por parte do governo da cidade, à qual dedicou toda uma carreira e vida de trabalho. Porque falamos de História, será o tempo a encarregar-se de escrever esta. Porque, como nos demonstra o livro que hoje poderão ler, por mais escondidos que estejam os factos, eles são sempre decifráveis. Espero, e desejo, contudo, a bem de *Pax Iulia*, que considero maior do que todos nós, que este cenário se normalize o mais prontamente possível, também a bem de todas as partes envolvidas. Juntos seremos sempre mais fortes. Até porque Beja precisa de união como de pão para a boca. Muito obrigado, muitos parabéns aos autores e aos promotores. As maiores felicidades, e *Vivat Civitas Imperialis Pax Iulia!* Viva a cidade imperial de *Pax Iulia!*

SATISFAÇÃO...

- ● ● é, sem dúvida, a palavra que resume para mim a realidade destes dois dias. No sentido bem concreto do termo: satis + factum.

Inútil não foi o trabalho feito. Deu origem a **conclusões**; mas, sobretudo, levantou **questões**, que, como tivemos ocasião de ver neste Encontro, ainda hoje, 40 anos passados, interessam os investigadores, não apenas pela **amizade** (que, naturalmente, muito agradeço), mas porque novos caminhos se abriam e novos caminhos **há por abrir!**

Ao ouvir a comunicação de Jonathan Edmondson, recordei Setembro de 1977 em Constantza, onde apresentei inscrições de Elvas com esses gentílicos estranhos (*Soius, Blaesidienus...*). Perguntei a colegas muito mais sabedores que eu (que iniciava então a entrada oficial, digamos assim, no grémio da epigrafia internacional) e eles me responderam: «És tu o especialista!». Não era. Não sou.

Satisfeito estou.

1º) por termos reunido aqui tantos **amigos**, a mostrar a repercussão da Faculdade de Letras no mundo;

2º) por, entre eles, ver **discípulos**, dois deles já catedráticos.

Lançou-se a semente. Caiu em boa terra. Germinou. Tornou-se árvore.

Gratias plurimas omnibus animo libens pientissime ago!

*José d'Encarnação
Beja, 25 de Maio de 2024*